

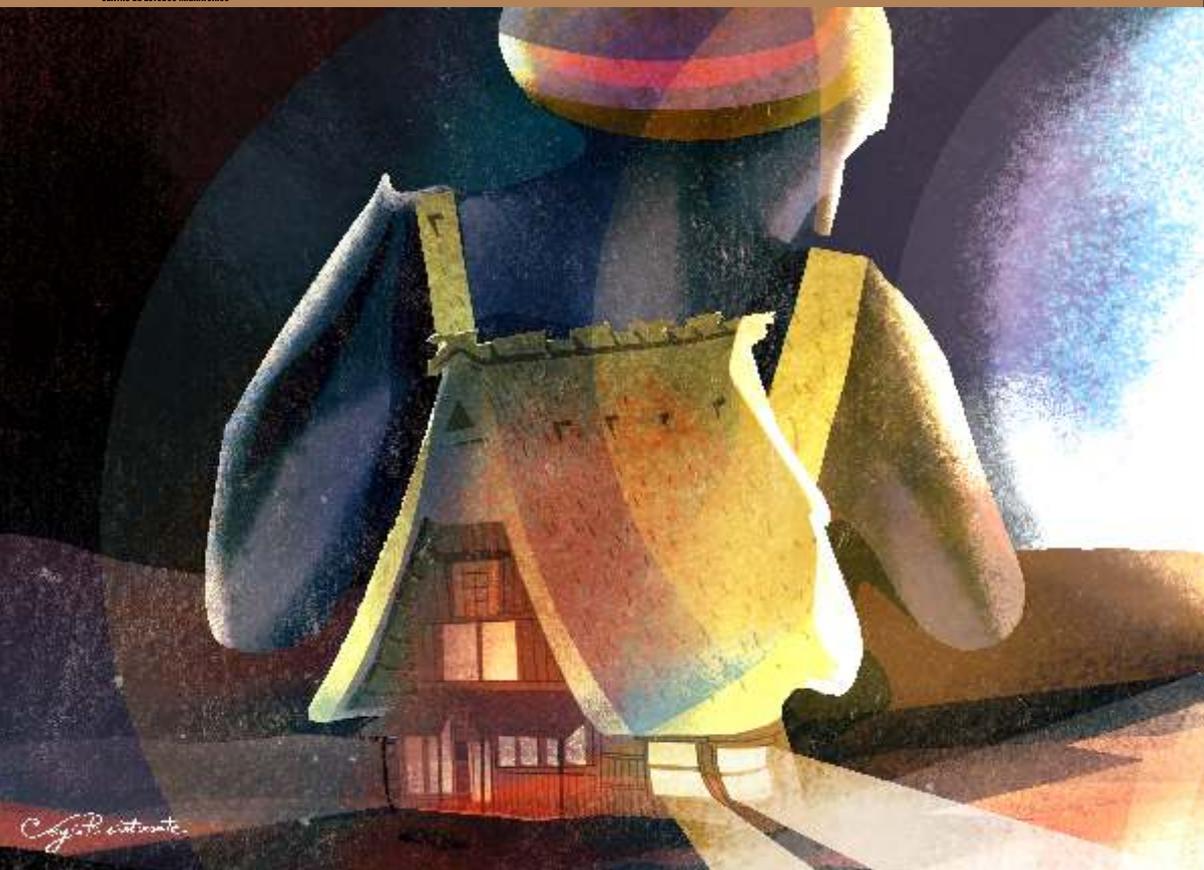
TRAVESSIA



CEM
CENTRO DE ESTUDOS MIGRATORIOS

revista do migrante 92

Publicação do CEM - Ano XXXIV, nº 92, Setembro - Dezembro/2021



Filipinas

Angolanas

Bolivianos

Haitianos

Migrações Sul-Sul

Refúgio

Identities

Mulheres

Sexualidade

Pandemia de Covid-19

Territorialização Fronteiras Tecnologias da informação

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Paolo Parise

Editor Chefe

José Carlos Pereira - CEM/MISSÃO PAZ

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos),
Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ), Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC/SP),
Francisco Nunes (Casper Líbero), Giralda Seyferth (Museu Nacional/PPGAS/UFRJ)
José Jorge Gebara (UNESP), Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires),
Lorenzo Prencipe (CSER/Roma), Marcia Anita Sprandel (ABA e CEMI/Unicamp),
Maria Aparecida de Moraes Silva (UFSCar), Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar),
Sidney Antonio da Silva (UFAM), Heinz Dieter Heidemann (USP),
Mariagrazia Santagati (Università Cattolica – MILANO)

COMITÊ EDITORIAL

Ana Carolina Gonçalves de Leite (UFES), Ana Cristina Arantes Nasser (USP),
Carlos Freire Silva (USP), Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (UNESP-Rio Claro),
Derek Pardue (Aarhus University, Denmark), Érika Pires Ramos (USP),
Fernando Antonio Lourenço (CERES/IFCH/Unicamp), Gustavo Dias (UNIMONTES),
Helion Póvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ), Léa Francesconi (USP),
Luis Felipe Aires Magalhães (PUC-SP), Margarida Maria de Andrade (USP),
Marilda Aparecida de Menezes (UFABC), Neusa de Fátima Mariano (UFSCAR),
Odair da Cruz Paiva (UNIFESP), Patrícia Villen (UNICAMP),
Rosana Baeninger (Nepo/IFCH/Unicamp), Rosemeire Salata (UNESP/CAr),
Sidnei Marco Dornelas, cs (CEMLA), Tatiana Waldman (Museu da Imigração),
Valéria Barbosa de Magalhães (EACH/USP), Verônica Pessoa (UFCC)

COLABORADORES

Yara Silvia Tucunduva, Dirce Trevisi P. Novaes (PUC-SP)

EDITORA DE LEIAUTE

Renata Peres (UAM)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Glicério, 225 - Bairro Liberdade

01514-000 - São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11) 3340-6952

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.missaonspaz.org

Capa - Sergio Ricciuto Conte

sergioricciuto@gmail.com

www.sergioricciutoconte.com.br

SUMÁRIO

DOSSIÊ IDENTIDADES 'MIGRANTES' E METAMORFOSES NO CONTEXTO DA PANDEMIA

APRESENTAÇÃO

Diane Portugueis

Suélen Cristina de Miranda

Cecília Pescatore Alves

Márcia Maria Cabreira Monteiro de Souza

Sergio Ricciuto Conte

José Carlos A. Pereira

Entre fronteiras nacionais e sexuais: narrativas de venezuelanos "gays" em Boa Vista, Roraima 13

Caobe Lucas Rodrigues de Sousa

Márcia Maria de Oliveira

Comunidades religiosas e redes migratórias: o caso dos haitianos no Brasil 33

Bernadete Alves de Medeiros Marcelino

Refazer-se: ser migrante em tempos de pandemia 45

Darci Donizetti da Silva

RELATOS

"Saudade de minha terra" – relato de interações com migrantes em UTI hospitalar durante a pandemia de Covid-19 57

Ludmila Montandon Piro

Luciane de Andrade Barreto

A melhor comida do mundo 65

Thaís Junqueira Franco

CRÔNICA

¿Qué tienen que ver Belchior y Emicida con nuestra salida a dar una vuelta? crónica de la atención con un migrante durante la pandemia..... 71

Priscila Caitano de Santana

CONTO

Acontece que era 2020	75
<i>Vivian Valentim de Souza</i>	

ARTIGOS

Filipinas em São Paulo: migração de mulheres e trabalho doméstico no Sul global	79
<i>Ester G. Martins</i>	

O processo migratório de mulheres angolanas grávidas e/ou com filhos para São Paulo (2013 a 2018).....	101
<i>Dirce Trevisi Prado Novaes</i>	

Territorialização da bolivianidade: imigração na região metropolitana de Belo Horizonte-Minas Gerais.....	119
<i>Juliana Carvalho Ribeiro</i>	

Exclusão do refúgio na caravana centro-americana - 2018	139
<i>Beatriz de Barros Souza</i>	
<i>Brunela Vieira de Vincenzi</i>	
<i>Igor Pereira do Rosário Guimarães</i>	
<i>Isabel Caetano Valotto</i>	
<i>Mariana Cardoni Bernardino Alves</i>	

As tecnologias da informação e comunicação a serviço do exercício dos direitos humanos de refugiados em campanhas digitais: uma proposta de análise do discurso sobre ciência, ética, cultura, educação e artes do vídeo, com resistências e formas alternativas de organização social na pandemia	153
<i>Rosane da Conceição Pereira</i>	

Apresentação

Diane Portugueis
Suélen Cristina de Miranda
Cecília Pescatore Alves
Márcia Maria Cabreira Monteiro de Souza
Sergio Ricciuto Conte
José Carlos A. Pereira

1 INTRODUÇÃO

Qual seria o lugar das migrações e do ser migrante diante das novas insurgências identitárias decorrentes do contexto pandêmico? Com esse questionamento, norteador da composição do Dossiê "*Identidades 'migrantes' e metamorfozes no contexto da pandemia*", inicia-se a apresentação da edição 92 da Revista Travessia.

Segundo reportagem da Agência Brasil, estudos realizados pela Universidade de Kent, no Reino Unido, estimam que a data mais provável para o surgimento do vírus Sars-CoV-2 "é 17 de novembro de 2019, e ele provavelmente já havia se espalhado globalmente em janeiro de 2020" (STANWAY, 2021, s/p.). Portanto, hoje, final de setembro de 2021, decorridos quase dois anos da pandemia do novo coronavírus, atingindo a marca de aproximadamente 4 milhões e meio de mortes globais e 600 mil mortes no Brasil (JOHNS HOPKINS CORONAVIRUS RESOURCE CENTER - CRC, 2021), muito foi discutido a respeito da atuação democrática do vírus quando considerada a universalidade dos grupos em termos de contágio. Entretanto, foi também claramente demonstrado neste tempo de exceção vivido o modo desigual como os diferentes grupos sociais foram atingidos, como transcorreu o auxílio governamental/financeiro brasileiro e, finalmente, como novas barreiras se constituíram e se constituem. O vírus escancarou o que estava velado, ou mesmo aquilo que muitos buscavam não enxergar.

Considerando a vulnerabilidade própria gerada pela condição migrante (LUSSI; MARINUCCI, 2007), a leitura atenta do atual momento sócio-histórico pode revelar tendências sobre como se estruturarão os novos fluxos migratórios, como se reconfigurarão aqueles já em curso e, sobretudo, como se apresentará o impacto das consequências do "novo normal" na configuração dos modos de migrar, na elaboração e transposição de fronteiras físicas ou simbólicas e, acima de tudo, na constituição identitária dos sujeitos em trânsito.

Assim, partindo da concepção de que a singularidade dos indivíduos se constitui enquanto manifestação da totalidade histórico-social, a compreensão da “identidade migrante” e das metamorfoses proporcionadas pelas determinações pandêmicas trata de um compromisso de abertura com a práxis cotidiana, para apreensão do que este grupo tem a dizer e do que sua voz revela sobre a totalidade social. Logo, evidenciar e lançar luz às nuances da emergência sanitária nas singularidades analisadas e suas respectivas intersecções com as múltiplas particularidades históricas, sociais, culturais e políticas é parte do objetivo assumido na composição desta edição da revista.

De acordo com Ricardo Antunes (2020b), o dano social que o vírus desvela vai além do que se pode enxergar no cotidiano. O que se apresenta é a vivência de um capitalismo letal, destrutivo, pandêmico, virótico. A pandemia desnudou o modo como o próprio capitalismo vinha se desenvolvendo, com suas características de flexibilização, informalidade e intermitência, trazendo novas modalidades de precarização. A esse respeito, cabe ressaltar o expressivo segmento do proletariado global, os imigrantes, que simultânea e contraditoriamente são, ao mesmo tempo, imprescindíveis e supérfluos para o sistema do capital:

[...] a pandemia do capital mostrou o flagelo, a virulência, a devastação, que o capitalismo dos nossos dias pratica em relação à classe trabalhadora. E ele é diferenciado. Prejudica mais a classe trabalhadora feminina do que a masculina. Mais a classe trabalhadora negra, do que a branca. Mais a trabalhadora negra do que a mulher branca. Mais a trabalhadora indígena em relação à mulher branca. Mais o trabalhador e trabalhadora imigrante do que o trabalhador nativo (ANTUNES, 2020a, s/p.).

Nesse contexto, exalta-se a abrangência da proposta que abarca a atualidade da discussão envolvendo as migrações e a mudança em curso advinda do impacto ocasionado pela atual crise na tríade política-sociedade-economia, cujas alterações ainda não podem ser totalmente dimensionadas quanto ao futuro das dinâmicas migratórias no globo. Assinala-se, também, a importância das transformações vivenciadas pelo ser migrante tendo como pano de fundo as crises acirradas no contexto da pandemia, destacando o compromisso da organização desta edição com o reconhecimento de possibilidades e impossibilidades de emancipação na sociedade contemporânea, juntamente aos meios de superação de desigualdades e opressões. No tocante à identidade, tema central do presente dossiê, destaca-se que:

A identidade, individual ou coletiva, é sempre a história de nossa metamorfose em busca de emancipação que nos humanize. A emancipação, que dá sentido ético à metamorfose, pode ser impedida ou prejudicada pela violência, pela coerção, invertendo

a metamorfose como desumanização. É assim que se revela a natureza intrinsecamente política da identidade (CIAMPA, 2003, p. 3).

Deste modo, ressalta-se a importância de se fomentar o debate sobre a especial vulnerabilidade do público migrante que envolve crianças, idosos, mulheres, refugiados e o grupo LGBTQ+, refletindo sobre suas condições sociais, redes de apoio e as razões de seus deslocamentos, bem como o seu protagonismo expresso na capacidade, individual ou coletiva, de forjar estratégias de sobrevivência adaptativas frente a possibilidades emancipatórias.

2 O DOSSIÊ

As contribuições para o dossiê “Identidades ‘migrantes’ e metamorfoses no contexto da pandemia” abrangem sete textos em diversos formatos, quais sejam: artigos científicos (três), relatos (dois), crônica (um) e conto (um). Além de abarcar diversas disciplinas, como ciências sociais, ciência da religião, psicologia e educação, também exploram uma diversidade de localidades geográficas, tanto nacionais, como Boa Vista (RR) e São Paulo (SP), quanto internacionais, como Estados Unidos, Inglaterra e Argentina. Tais características marcam o caráter multidisciplinar e multiterritorial dessa publicação, com o objetivo de abordar a complexidade identitária do “ser migrante” na contemporaneidade e os múltiplos atravessamentos pandêmicos.

Os primeiros três textos centram-se em análises focadas nas narrativas de migrantes acerca dos motivos e adversidades enfrentadas nos territórios de origem e/ou de destino. Nesse tocante, Caobe Lucas Rodrigues de Sousa e Márcia Maria de Oliveira, no artigo “*Entre fronteiras nacionais e sexuais: narrativas de venezuelanos ‘gays’ em Boa Vista, Roraima*”, nos apresentam um relato de pesquisa cujo objetivo se constituiu na compreensão do processo de mobilidade ocorrido no município de Boa Vista por venezuelanos que se identificam como homossexuais masculinos ou “gays”. As narrativas dos três entrevistados foram analisadas interdisciplinarmente pelos pesquisadores, de modo que, ao interseccionarem migração, diversidade de gênero e sexualidade, puderam evidenciar que a experiência de dissidência sexual e nacional provoca o contato com diferentes tipos de violações, mas gera estratégias de sobrevivência também diversas, sobretudo em tempos pandêmicos. Em nenhum momento identificou-se agravamento na exposição da dualidade migrante e “gay”.

No segundo artigo, intitulado “*Comunidades religiosas e redes migratórias: o caso dos haitianos no Brasil*”, a questão das estratégias de sobrevivência também é tema de reflexão de Bernadete Alves de Medeiros Marcelino, que a discute considerando a multiplicidade de situações problemáticas que envolve o migrante em um território diferente. Para a análise proposta, a autora parte do contexto da população que se desloca com o objetivo de buscar melhores condições de vida e se envereda por caminhos de tragédias, sofrimentos e angústias pelo desconhecido. Por meio de pesquisa etnográfica,

levantamento bibliográfico e entrevistas abertas em comunidades evangélicas haitianas localizadas na periferia paulistana verificou-se que as relações que se estabelecem, tanto nos locais de origem como de destino, entre os migrantes, não migrantes e antigos migrantes são estratégias de sobrevivência que tornam possíveis as redes migratórias. Estas, entretanto, possuem dupla face: se, por um lado, podem beneficiar o migrante, por outro, existem as redes que objetivam benefícios econômicos e atuam de maneira ilegal com características abusivas. Nesse sentido, a pesquisa realizada observou que a comunidade religiosa de haitianos investigada busca atender necessidades diversas de seus adeptos e, sobretudo, se caracteriza como uma extensão da rede migratória no país.

No artigo *“Refazer-se: ser migrante em tempos de pandemia”*, Darci Donizetti da Silva se propõe refletir acerca da identidade como processo de metamorfose a partir da narrativa de uma migrante brasileira que reside em Boston, estado de Massachusetts, nos EUA, no momento da pandemia. O tema dos desafios enfrentados pelo migrante, recorrente nos artigos anteriores, também é abordado pelo autor, mas este acrescenta a complexidade ocorrida frente ao fenômeno pandêmico, com uma entrevista realizada no ano de 2020, logo no início do processo de crise sanitária e isolamento social, e outra dez meses depois, no começo de 2021. Esta comparação pode revelar através do tempo que a pandemia tem potencializado tanto os desafios vividos pelo migrante, intensificando situações de dor, medo e constrangimento, como também as experiências e aprendizagens ocorridas mediante situações de conflito que exigiam decisões imediatas. Deste modo, a identidade da narradora se evidencia enquanto um processo de metamorfose contínua na atividade, em momento de adversidade intensa, na medida que exige estratégias de sobrevivência ainda não experienciadas.

Em *“Saudade de minha terra” – relato de interações com migrantes em UTI hospitalar, durante a pandemia de Covid-19*”, Ludmila Montandon Piros e Luciane de Andrade Barreto retratam a experiência, como estagiária e supervisora de Psicologia da Saúde respectivamente, com migrantes internos em situação de internação na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) de um hospital público da cidade de São Paulo. As autoras exploram as vivências de desterritorialização e mesmice identitária provocadas pelo contexto hospitalar, que foram agravadas pelas limitações impostas pela pandemia no que tange a necessidade de isolamento social e a proibição de visitas físicas pela família. Por meio de seis histórias, abrangendo pacientes de diferentes idades e localidades, tem-se o relato dos desdobramentos da estratégia envolvendo visitas virtuais com a intermediação de profissionais da saúde, musicistas e contadores de histórias. Nesse sentido, o contato com as referências culturais e familiares se mostrou altamente terapêutico, pois, ao promover o resgate do sentimento de pertencimento que fica obscurecido pela estigmatização e impessoalidade vivenciados como “paciente”, tornou possíveis metamorfoses com sentido emancipatório, abrangendo o reconhecimento das singularidades de cada um como “sujeito autônomo”.

Ainda sobre pertencimento, Thaís Junqueira Franco traz, em seu relato “*A melhor comida do mundo*”, sua experiência enquanto pesquisadora brasileira imigrante na Inglaterra. Ao descrever o estranhamento proporcionado pela ruptura com o seu quadro de referência de origem e a necessária tradução da tradição às determinações objetivas do destino, a autora apresenta o sentimento de inadequação vivenciado até a integração e o quanto esse período de “transição” se torna mais problemático diante do isolamento social exigido pela pandemia. Nesse cenário, o aspecto identitário ganha relevância via memórias e recordações, com destaque para o papel da “comida” como ligação afetiva com o Brasil e, mais especificamente, do “arroz com feijão” como símbolo cultural da miscigenação e diversidade. Em comparação, aparece a importância do “curry” como prato oficial da Inglaterra e sua construção histórica advinda da “apropriação culinária” promovida pela colonização inglesa na Índia, que obviamente não foi acompanhada por uma identificação com a cultura indiana. Assim sendo, o texto apresenta a proximidade dos termos “consumir” e “apropriar”, concluindo que o consumo consciente deve acompanhar um reconhecimento mais horizontal e igualitário dos povos, que respeite as tradições e o valor histórico-cultural de cada lugar.

Na crônica “*¿Qué tienen que ver Belchior y Emicida con nuestra salida a dar una vuelta? crônica de la atención con un migrante durante la pandemia*”, escrita pela psicanalista Priscila Caitano de Santana, é possível adentrar a construção e o sentido da relação terapêutica que se estabelece entre terapeuta e cliente. Tal apreensão acontece durante a leitura atenta das nuances do diálogo telefônico entre o paciente migrante e sua psicanalista, no decorrer de um passeio por São Paulo. O mergulho na sensação provocada pelo que se estabelece durante a conversa nos leva ao entendimento de que, mesmo “a comunicação não sendo linear, ambos criam um espaço seguro em que a linguagem é ressignificada e cotidiano e subjetividade se fundem”.

Encerra o conjunto que compõe o dossiê o conto “*Acontece que era 2020*”, de autoria de Vivian Valentim de Souza, no qual somos convidados a conhecer sobre a vida de um artesão andarilho e sua jornada ante o inesperado. O artesão, cidadão do mundo, que se apaixona, descobre logo que se tornará pai e tem então o encontro com sua filha adiado pelas fronteiras impostas pelo vírus “misterioso que se propagava rapidamente”. O conto é um choque de realidade e um convite à reflexão sobre as vicissitudes e complexidades desencadeadas na vida de um imigrante indocumentado que busca se estabelecer e estar próximo de sua jovem família.

3 ARTIGOS

Cinco artigos ainda compõem esta Edição 92 de Travessia.

O texto “*Filipinas em São Paulo: migração de mulheres e trabalho doméstico no Sul global*” de Ester G. Martins aborda sobre mulheres filipinas “que se inserem como trabalhadoras doméstica na cidade de São Paulo”. A autora

articula objetivos e subjetividades do projeto migratório dessas mulheres às políticas migratórias e exigências engendradas pelo Estado filipino, bem como às dinâmicas de um mercado global de cuidados.

Em *“O processo migratório de mulheres angolanas grávidas e/ou com filhos para São Paulo (2013 A 2018)”*, Dirce Trevisi Prado Novaes procura “mapear as estratégias migratórias adotadas por mulheres angolanas como parte de seus projetos migratórios, considerando principalmente a regularização migratória por filho nascido no Brasil e a busca por melhores condições de saúde e educação para elas, seus filhos e suas famílias”. O texto ainda aborda questões relevantes como a feminização da migração no âmbito das migrações transnacionais e migrações Sul-Sul.

Juliana Carvalho Ribeiro aborda sobre a *“Territorialização da bolivianidade: imigração na região metropolitana de Belo Horizonte-Minas Gerais”*. A autora explora como “a RMBH-MG expressa a mobilidade de bolivianas e bolivianos na produção global e regional da costura, impulsionando a produção de territorialidades, e conectando o novo espaço da migração à origem. A aplicação de entrevistas qualitativas permitiu a compreensão da construção social da vida de bolivianas e de bolivianos e da relação desses sujeitos com a cidade, processo que identificamos e nomeamos como ‘territorialização da bolivianidade’ na RMBH-MG”. Juliana Ribeiro desenvolve o conceito de “quadra-mundo” como expressão das vivências laborais, educacionais, de cuidados com a saúde, de lazer de encontros festivos e de organização social desses imigrantes na construção de sua territorialidade.

O texto *“Exclusão do refúgio na caravana centro-americana – 2018”* é de autoria coletiva, Beatriz de Barros Souza, Brunela Vieira de Vincenzi, Igor Pereira do Rosário Guimarães, Isabel Caetano Valotto e Mariana Cardoni Bernardino Alves analisam e criticam critérios convencionais utilizados por diversos países para negar o visto de refugiado e bloquear acesso a direitos humanos aos migrantes. Seu foco analítico se baseia no caso da caravana de imigrantes centro-americanos partindo do México para os Estados Unidos da América em 2018.

Rosane da Conceição Pereira completa o conjunto de artigos com *“As tecnologias da informação e comunicação a serviço do exercício dos direitos humanos de refugiados em campanhas digitais: uma proposta de análise do discurso sobre ciência, ética, cultura, educação e artes do vídeo, com resistências e formas alternativas de organização social na pandemia”*. A autora propõe uma “análise discursiva crítica acerca de campanhas digitais sobre refugiados no Brasil. Sua interpretação considera “que as tecnologias da informação e comunicação, ora imaginadas como meios digitais contendo campanhas sobre os refugiados no país, ou que a ciência social da comunicação aplicada às artes do vídeo, tornam visível / dizem / mostram o exercício dos direitos humanos desses sujeitos, expressando seus pontos de resistências e formas alternativas de organização social nos grupos em rede frente aos discursos oficiais na mídia, no contexto da pandemia”.

A despeito de figurarem como “artigos avulsos” em relação ao Dossiê “Identidades ‘migrantes’ e metamorfoses no contexto da pandemia” e apresentarem enfoques analíticos autônomos, os artigos também estabelecem

uma interlocução entre si e com o supracitado dossiê. A interlocução abarca ao menos quatro temas caros aos migrantes, como sujeitos ativos do fenômeno migratório, mas também caros aos estudos desse fenômeno:

- a) o protagonismo dos migrantes expresso nas suas capacidades de articulação, resiliência, ainda que sob condição de extrema vulnerabilidade social multiplicada e exposta pela pandemia da Covid-19 e pela pouca disposição ou baixa capacidade do Estado, em suas diferentes esferas, de responder satisfatoriamente às demandas de acolhimento e cidadania apresentadas por migrantes e refugiados;
- b) a feminização da migração, não apenas como questão epistemológica mas também como realidade cada vez mais expressiva e desafiadora para os protagonistas do fenômeno migratório e, sobretudo, para gestores públicos empenhados na formulação e implementação de políticas públicas voltadas às mulheres migrantes que, invariavelmente, enfrentam condições de vulnerabilidades ainda maiores que os homens;
- c) a territorialidade, um reflexo direto do protagonismo, que é construída e reconstruída – através das redes, dos espaços de lazer e convivência coletiva, das trocas de informações, da mobilização e empoderamento político etc. – a cada novo passo ou a cada travessia dos migrantes como uma forma de resiliência e contraponto à sua condição de vulnerabilidade política e social contrastante com a pujança do capital que os expulsa e os atrai conforme os interesses por menores custos e maiores lucros na realização da produção;
- d) o enfoque analítico que conecta realidades locais às experiências econômicas e políticas globais. O dossiê e os artigos nos convidam a olhar mais a fundo as cognominadas migrações sul-sul que, a despeito de seu caráter regional e de sua figuração como alternativa ao recrudescimento e expansão da xenofobia no norte global, também apresentam negação ou bloqueios significativos ao acesso a direitos humanos e de cidadania aos migrantes que circulam na região. A pandemia não apenas expôs com maior nitidez essa problemática, como a acentuou no rastro de decretos governamentais inconstitucionais, publicados por diversos Estados da região, dentre eles o Brasil¹, e que buscaram cercar ainda mais os direitos dos migrantes, sendo que, em muitas situações os forçaram a imobilidade em praças públicas ou em fronteiras geográficas à espera angustiante por um visto de passagem ou de acolhimento². Sua acolhida, em geral provisória, tem sido proporcionada por redes de solidariedade constituídas por eles mesmos ou por instituições sociais ancoradas no imperativo categórico, político e social proposto por Hannah Arendt (2009), isto é, o “direito a ter direitos” como fundamento da cidadania e da condição humana.

Ainda cabem umas palavras sobre a arte da capa. Sergio Ricciuto Conte, capista da Travessia, nos apresenta uma arte que propõe o tema do migrante como alegoria do masculino e do feminino num intercâmbio de identidades. Há uma evocação de imagens que vai do olhar particular ao mais abrangente. Há um chapéu colorido quebrando estereótipos padronizados de cultura, de identidade, de gênero, de sexualidade. A figura representa a mudança de roupas, de identidade, a diversidade cultural e a própria dinâmica das migrações; nos remete a uma pessoa carregando uma mochila que se transforma em uma casa com possibilidades de chegadas e partidas.

Há traços que remetem a alguém migrante, em processo de mudanças, mas que também evocam a uma conexão com a própria raiz dessa pessoa, na medida em que ela vivencia paradigmas antigos da sua cultura em meio a novos paradigmas do processo histórico presente; a alguém que é visto por outro como sendo uma pessoa que não faz parte de determinado contexto temporal, geográfico, cultural. Ou seja, um migrante não apenas de um país para outro, mas também um migrante dentro da sua própria pátria; uma migração não só física, mas cultural, perceptiva, com toda a problemática da discriminação, da xenofobia, da acolhida que vêm à tona nas idas e vindas de uma travessia. A alegoria remete a uma pessoa que sempre tem identidade, raízes, mas identidade e raízes móveis, dinâmicas.

E no fundo há uma paisagem que de escuro se torna claro e que remete a uma certa angústia por viver sempre em fronteiras, de construir e ressignificar territórios, de ter de saber interpretar, como diria Carlos Drummond de Andrade ([1940] 2012), “o tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e, concomitantemente, o passado e o futuro. Pois, há uma força do passado que se apresenta como âncora para encarar e superar desafios, mas que também pode ser um peso em face aos novos tempos, aos novos hábitos que se interpõem ao longo da fronteira, da travessia. De imediato essas questões podem não ser captadas na alegoria proposta. Contudo, de acordo com a subjetividade de cada olhar, a alegoria informa sobre travessias migratórias dentro e fora da própria pátria, dentro e fora de nós mesmos.

Ademais, a alegoria se vincula diretamente aos elementos textuais dessa edição 92 que apresenta venezuelanos/as, haitianos/as, bolivianas/os, filipinas, brasileiras/os, homens e mulheres migrantes com histórias e trajetórias distintas, a partir de seus respectivos tempos, locais e raízes, mas que se interconectam com tramas sociais globalizadas que não estão “apenas lá fora”, estão também nos nossos locais e dentro de nós mesmos. Tramas globalizadas que estimulam mobilidades e imobilidades de homens e mulheres migrantes produzidos por - e produtores de - novos tempos, novos rumos, novas tecnologias de informação, comunicação e expressão, novas esperanças, nova vida para si mesmos, para o outro, para nós. E tudo isso numa sociedade moderna, fronteira, em permanente transformação, em um mundo que se metamorfoseia desestabilizando certezas, impondo eventos e processos que, por um lado, se circunscrevem às dimensões da política, do trabalho, da economia, da comunicação, por outro, também rompem essas dimensões exigindo novas interpretações, conceitos, formas de estar e de fazer o ambiente, o mundo, para dialogar com Ulrich Beck (2018).

Em síntese, são migrantes intercambiando costumes, formas de comunicação, culturas e identidades que contribuem para mover e metamorfosear, no tempo e no espaço, a complexa e desafiadora roda da história.

NOTAS

¹ No caso do Brasil, de março de 2020 até outubro de 2021, o governo federal publicou 33 Portarias que restringiam, em caráter excepcional e temporário, a entrada de imigrantes, inclusive de solicitantes de refúgio, o que infringe Tratados internacionais sobre o direito de solicitar refúgio, dos quais o Brasil é signatário, como o Estatuto dos Refugiados de 1951 e o Protocolo de 1967. Veja, no apêndice dessa edição, uma Tabela com as referidas Portarias. É importante notar que a maioria delas retoma o termo “estrangeiro”, antes utilizado no “Estatuto do estrangeiro” (Lei nº 6.815/80), que foi revogado pela nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/17). Esta lei, mesmo com lacunas, orienta o tratamento institucional e social com os migrantes na perspectiva dos Direitos Humanos. Dentre outros avanços, a Lei 13.445/17 adotou o uso do termo “migrante” em vez de “estrangeiro”, cujo significado evoca sentidos pejorativos como “não pertencente”, “de fora”, “alienígena”, “estranho”, e que favorecem práticas xenófobas e negação de direitos. A retomada do termo “estrangeiro” pelas Portarias já é, em si, um retrocesso em relação a nova Lei de Migração. Agradecemos a Letícia Carvalho pela compilação e gentileza de nos ceder a lista de Portarias que disponibilizamos.

² Veja a importante publicação “Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil - resultados de pesquisa”, sob a coordenação de Duval Magalhães e Rosana Baeninger (2020). Campinas-SP: Núcleo de Estudos da População “Elza Berquó” - NEPO/UNICAMP, 2020.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C. D. de. **Sentimento do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, [1940] 2012. 1ª Ed.
- ANTUNES, R. “Pandemia desnuda perversidades do capital contra trabalhadores”. [Entrevista cedida a] Lú Sodré. **Rádio Brasil de Fato**, Podcasts, Mundo do Trabalho, 27 jun. 2020a. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/27/ricardo-antunes-pandemia-desnuda-perversidades-do-capital-contr-trabalhadores>>. Acesso em: 27 set. 2021.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020b.
- ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009
- BECK, U. **A metamorfose do mundo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 1ª Ed.
- CIAMPA, A. C. **A identidade social como metamorfose humana em busca da emancipação: articulando pensamento histórico e pensamento utópico**. In: Congresso Interamericano da Sociedade Interamericana de Psicologia, XXIX, jul. 2003, Lima, Texto de Conferência. (mimeo) p. 1-15.
- FERNANDES, D.; BAENINGER, R. (Coords.) **Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil - resultados de pesquisa**. Campinas-SP: Núcleo de Estudos da População “Elza Berquó” - NEPO/UNICAMP, 2020.
- JOHNS HOPKINS CORONAVIRUS RESOURCE CENTER – CRC. **Home**. Johns Hopkins University. Disponível em: <<https://coronavirus.jhu.edu/>>. Acesso em: 27 set. 2021.

LUSSI, C.; MARINUCCI, R. **Vulnerabilidade social em contexto migratório**. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2007. Disponível em: <https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2018/08/vulnerabilidades_dos_migrantes.pdf>. Acesso em: 21 set. 2021.

STANWAY, D. Primeiro caso de covid-19 pode ter surgido na China em outubro de 2019. **Agência Brasil**, Internacional, 25 jun. 2021. Reportagem adicional de Kanishka Singh e Vishal Vivek, Reuters, Xanghi. Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/internacional/noticia/>

2021-06/primeiro-caso-de-covid-19-pode-ter-surgido-na-china-em-outubro-de-2019>. Acesso em: 27 set. 2021.

Sobre as organizadoras do Dossiê

Diane Portuguesa

Pós-Doutoranda, doutora e mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (Nepim), vinculado ao Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Identidade Humana do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Suelen Cristina de Miranda

Doutoranda e Mestre (2017) em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (Nepim), vinculado ao Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Identidade Humana do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). cursou extensão universitária em Analista de Recursos Humanos pela Fundação Getúlio Vargas (2013) e graduação em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2011).

Cecília Pescatore Alves

Doutora e mestra em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), psicóloga. Professora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Psicologia Social da PUC-SP, onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (Nepim), e no Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Departamento de Psicologia Social, da mesma universidade.

Márcia Maria Cabreira Monteiro de Souza

Doutora, mestre, licenciada e bacharel em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professora doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professora de Geografia do Brasil da Escola Graduada de São Paulo no International Baccalaureat. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de geografia, metodologia de ensino em geografia, estudos migratórios e questão ambiental.

Entre fronteiras nacionais e sexuais: narrativas de venezuelanos “gays” em Boa Vista, Roraima

*Caobe Lucas Rodrigues de Sousa**
*Márcia Maria de Oliveira***

1 INTRODUÇÃO

Pessoas venezuelanas têm se deslocado em um intenso movimento migratório nos últimos anos para países que fazem fronteira com a Venezuela, como o Brasil. De acordo com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR, 2021), mais de 5,4 milhões de venezuelanos/as deixaram seu próprio país recentemente. Este artigo é o resultado de uma pesquisa cujo objetivo foi compreender alguns desses processos de mobilidade na cidade de Boa Vista, no extremo norte brasileiro, a partir das narrativas de pessoas venezuelanas que se identificam como homossexuais masculinos ou “gays”¹. Consideramos a sexualidade como uma dimensão determinante nas experiências de mobilidade a partir de uma perspectiva interseccional, que, conforme demonstrado por Crenshaw (2002), é urgente nas análises sobre discriminações e violências. A premissa desta abordagem analítica contribui para compreendermos como a sexualidade se entrelaça com outros marcadores sociais como raça, classe, gênero, nacionalidade, religião, entre outros, na produção de diferenças e, por vezes, violências (CRENSHAW, 2002).

Partimos da ideia de que, por um lado, sujeitos que rompem com as convenções normativas de gênero e sexualidade “estão particularmente expostos a situações de violência e discriminação” (CARRARA, 2013, p. 145). Por outro, a pessoa que transita para um outro território nacional passa a ser interpelada por diferentes categorias de identificação, inserindo-se em novas relações, podendo ser categorizada como “estrangeiro”, “migrante”, “refugiado” e, especificamente, no caso do contexto pesquisado, “venezuelano”. Este último adjetivo, para alguns brasileiros, tem sido carregado de sentidos muitas vezes pejorativos. Isso

* *Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Sociedade e Fronteiras e graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: caoberodriguess@gmail.com*

** *Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras e no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM). E-mail: marcia.oliveira@ufrr.br*

tem acontecido particularmente nos últimos anos com a intensificação desses processos migratórios no país e com o recrudescimento de discursos e práticas tidas como xenofóbicas (SARMENTO; RODRIGUES, 2018).

Para compreender como estes marcadores operam e são operados e, mais especificamente, como se entrelaçam e se constituem mutuamente na vida social e subjetiva, entrevistamos três pessoas diretamente envolvidas nessas relações de poder conjuntas: Reinaldo, Ángel e Manuel³. A partir de conversas com eles, pudemos tecer algumas reflexões e associações sobre como ocorrem essas relações, atentos para outros marcadores como raça, classe e geração, propondo e problematizando algumas conexões entre violência, sexualidade, migração e nacionalidade, que serão apresentadas a seguir⁴.

2 A MIGRAÇÃO VENEZUELANA EM BOA VISTA, RORAIMA

No território brasileiro, há uma transformação tão intensa – principalmente no estado de Roraima que faz fronteira com a Venezuela – que não se pode mais pensar a respeito da “migração venezuelana” como algo separável da realidade da região. Observamos muitas formas de nomear, posicionar e classificar esse evento, conforme contextos, retóricas e interesses próprios de atores sociais, que, muitas vezes, estão diretamente envolvidos. Para as mídias tradicionais, como televisão e jornais, é uma “crise migratória”; para as agências internacionais das Nações Unidas, trata-se uma “crise humanitária”; para a administração pública brasileira, uma “calamidade pública”, diante da qual a palavra “emergência” é constantemente acionada em medidas administrativas. Em 2018, é iniciada a ‘Operação Acolhida’, descrita como uma “força-tarefa logística humanitária” e comandada pelo Exército Militar Brasileiro. As ações da operação são empreendidas em parceria com outros atores sociais, sendo os principais parceiros as agências internacionais humanitárias não governamentais e também a sociedade civil⁵.

No campo social, não são raras as reações negativas frente ao “estrangeiro”, principalmente por parte da “sociedade local”. A discriminação contra o/a migrante pode ser exemplificada por um acontecimento reportado em março de 2018, em que um grupo de brasileiros invadiu um prédio ocupado por pessoas venezuelanas na cidade de Mucajaí (município ao lado de Boa Vista), expulsou os migrantes e incendiou seus pertences⁶. Além das violências incitadas por pessoas da sociedade civil, a militarização das políticas migratórias, nos estados que mais recebem migrantes e refugiados, tem levado a alguns questionamentos sobre violências exercidas pelos próprios “agentes estatais”. Essas críticas chamam atenção para o paradoxo entre o humanitarismo e o militarismo (FASSIN, 2011), conforme identificado e debatido por Vasconcelos e Santos (2020) no contexto da migração venezuelana.

Como mencionado, para o Estado brasileiro estes eventos são vistos pela ótica da emergência, o que instaura uma atmosfera constante de estado de exceção. Inclusive, no momento da escrita deste artigo, há um novo motivo para

a manutenção desse clima, a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), que serviu de justificativa para o “fechamento” da fronteira Brasil-Venezuela⁷. Este cenário é mais do que o pano de fundo para as narrativas aqui apresentadas: trata-se de uma breve apresentação das forças que compõem esse cenário complexo, caracterizado pelas suas rápidas transformações e intensas dinamicidades, o que impede que trabalhos acadêmicos como este artigo possam retratar paisagens duradouras. Temos como marco, estável ou não, a instauração de múltiplas tecnologias de administração, nem sempre uníssonas, desses sujeitos em trânsito. Em certa medida, remonta-se às características de uma sociedade normalizadora, como a descrita por Foucault (2014, p. 156), entendendo-a como “o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida”.

3 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

A principal forma de acesso ao campo foram entrevistas que se deram de forma aberta e sem roteiro pré-estruturado. As conversas foram gravadas por um dispositivo tecnológico e em seguida transcritas. O acordo foi mediado por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que especificou as implicações da participação voluntária na pesquisa. Reinaldo foi entrevistado presencialmente em janeiro de 2020. Ángel e Manuel foram entrevistados de forma virtual em setembro do mesmo ano. Esta adaptação foi necessária em virtude da pandemia e da necessidade de medidas de isolamento social como forma de contenção dos danos que o vírus pode causar. Entramos em contato com os três interlocutores através de nossa própria rede pessoal e os convidamos após certificar-nos de que se identificavam como venezuelanos e “homossexuais/gays”. O que os “une”, portanto, é: 1) a autoidentificação tanto nacional quanto sexual; 2) estarem residindo em Boa Vista.

A seguir serão apresentadas três seções dedicadas a cada uma das entrevistas realizadas. Não tivemos como objetivo produzir uma análise esgotante sobre o processo de migração dos três entrevistados, mas, sim, apresentar as conversas que tivemos e organizar as ideias fiadas a partir delas. Optamos em preservar a ordem “temporal” dos três textos. O único motivo desta organização é que, na formulação dessas reflexões, comparamos a entrevista de Ángel com a entrevista de Reinaldo, e a entrevista com Manuel com as duas primeiras. Percebemos que, em certa medida, a entrevista anterior foi estruturando e fornecendo referências importantes sobre quais perguntas fazer ou não na entrevista seguinte.

4 OVELHA ARCO-ÍRIS

Alguns meses depois de conhecer Reinaldo em um projeto em que trabalhamos juntos, o encontramos novamente em uma mesa de bar com amigos em comum. Nessa noite, comentamos com ele sobre a pesquisa e ele nos disse

algumas coisas sobre a experiência de ser “gay” e “migrante”. Falou que, quando seus pais vêm para Boa Vista, ele tenta “poupá-los” da sua “homossexualidade”. Aproveitando o assunto, convidamos-lhe para participar da pesquisa.

No dia que nos encontramos, começamos a entrevista falando sobre o momento em que ele “saiu do armário”. Reinaldo disse que se considera “fora”, mas explicou que, sobretudo no contexto familiar, ainda se depara com uma série de restrições. Afirmou que seus pais são “cristãos” e isso lhe trazia um peso no período em que morava com eles na Venezuela. Além de não “poder ser ‘gay’”, não podia ter *piercings* e tatuagens. Reinaldo se vê como diferente do que seus familiares esperam ao referir-se como “a ovelha arco-íris”⁸ da família. Há duas potentes ressignificações nessa forma de reconhecimento: a primeira, é que se recusa a utilizar o termo “ovelha negra”⁹; e a segunda, é que afirma um lugar de orgulho por ser a exceção dessas expectativas familiares e sociais¹⁰.

Reinaldo passou a morar definitivamente em Boa Vista em 2017, com 24 anos, mas passava alguns meses no Brasil e voltava para Venezuela desde 2014. Veio através de uma conexão com uma família brasileira, que o incentivou a vir por conta da ideia de que aqui ele encontraria mais oportunidades de emprego por falar inglês. Portanto, o trabalho aparece como motivação principal da vinda de Reinaldo para o Brasil.

Além do fator trabalho, há um outro elemento que, de acordo com ele, propiciou seu deslocamento: ele sofreu uma tentativa de sequestro na Venezuela. Após o episódio grave de violência, Reinaldo experienciou um estado pós-traumático de medo muito intenso que o afetou profundamente e trouxe prejuízos no âmbito do trabalho e dos estudos. Foi nesse momento que uma senhora brasileira, amiga dos pais de Reinaldo, que na Venezuela passava suas férias, o convidou para morar definitivamente no Brasil. Alguns meses antes, havia tentado se estabelecer no Panamá, mas não conseguiu manter sua estadia. Evidenciam-se então dois fatores que o fizeram migrar: a expectativa de melhores oportunidades de emprego no Brasil e a ideia de fugir da violência que o cercava.

Apesar da intenção de escapar da violência, desta vez, por ser lido como “estrangeiro”, passou a se deparar com novas formas de violência no Panamá e no Brasil. Sobre isso, ele conta que, mesmo tendo conseguido um bom emprego na área de hotelaria no Panamá, acabou sendo demitido por medidas xenofóbicas do governo panamense. Pensou no Brasil porque talvez seria um país que estaria recebendo menos pessoas venezuelanas. Logo quando se “regularizou”, foi à procura de empregos em Boa Vista. Apesar de ter distribuído dezenas de currículos, só foi chamado para uma entrevista, e, a despeito de sua qualificação e aptidão para o cargo, acabou sendo descartado por conta de sua nacionalidade. Como relata, assim que o entrevistador percebeu no seu currículo que era venezuelano, disse que a entrevista havia acabado e que em breve ligaria para ele, mas nunca lhe telefonou.

Sobre suas experiências sexuais e afetivas, Reinaldo percebe-se mais “livre” desde que passou a morar em Boa Vista. Ele enfatiza o fato de poder andar de mãos dadas com seu namorado aqui, coisa que não fazia na Venezuela. Um fator

importante para essa análise é que Reinaldo não se considera “visivelmente homossexual”. Além disso, ele afirma que a sua situação é diferente “dos outros venezuelanos” que chegaram a Roraima nos últimos anos. Tem ciência desta diferença do ponto de vista da classe, pois afirma que na Venezuela a situação econômica de sua família era “meio alta” e fazia viagens internacionais duas ou três vezes por ano até 2016. Sua trajetória de migração é apontada por ele como diferente, considerando que, por conta dos amigos dos pais que o acolheram, “nunca ficou em abrigos ou nas ruas”.

Ademais, considera-se divergente dos demais pelo “enfoque que dá aos estudos” e por “uma busca por autonomia e independência”, que não percebe nos/nas demais venezuelanos/as que estão em Boa Vista. Reinaldo ainda menciona que, quando resolveu morar definitivamente no Brasil, decidiu evitar ao máximo manter contato com pessoas que também falassem espanhol para que aprendesse português o mais rápido possível. Enxerga-se como “acima da média”, e, em determinado momento da nossa conversa, falou sobre uma dificuldade que tem em fazer amizade com outros venezuelanos, o que ele mesmo denomina de “autoxenofobia”. O que pode de certa forma estar atrelado a um esforço de diferenciação que envolve a repetição de ideologias, mas também pode ser compreendido como uma tática de resistência. Sua fala possui muitos elementos de um discurso neoliberal, contra políticas de assistência e a favor de valores meritocráticos. Nela, Reinaldo corrobora o discurso corrente de muitos brasileiros locais de que “venezuelano não quer trabalhar”, mas não questiona a situação de precarização das relações de trabalho a que estão expostos os/as migrantes, como apura Vasconcelos (2018), mesmo diante de sua própria dificuldade de inserção no mundo do trabalho.

Para além de uma mera reprodução ideológica, consideramos mais preciso compreender essas manifestações como uma forma de camuflagem. No caso da entrevista de emprego, ele não foi percebido imediatamente como venezuelano, o empregador só percebeu isso ao ver seu currículo. Ou seja, percebemos que essa camuflagem pode protegê-lo no que diz respeito à sua identidade sexual, mas também no que diz respeito à nacionalidade. O uso do termo parece apropriado por aludir ao visível e ao performativo. Sob a camuflagem da identidade nacional, é possível encontrar relação com uma percepção de Vasconcelos (2018) sobre os/as venezuelanos/as que migraram para o Brasil. De acordo com ela: “os/as venezuelanos/as em Boa Vista tentam chamar pouca atenção para suas diferenças e, de certo modo, adquirir uma certa ‘brasilidade’ como tática de inserção no mercado de trabalho” (VASCONCELOS, 2018, p. 147).

5 UM POUCO MAIS LIVRE

Em algum momento em 2019, passamos a seguir Ángel em uma rede social digital e, vez ou outra, nos deparávamos com suas fotos. Chamavam a nossa atenção suas fotografias, usava maquiagens muito coloridas e elaboradas. Com as mudanças ocasionadas pela pandemia, nos vimos obrigados a repensar as

formas de acesso ao campo e optamos por realizar entrevistas on-line, por meio de videochamadas em um aplicativo. Lembramo-nos de Ángel, considerando que já tínhamos esse canal de contato mais ou menos estabelecido e o convidamos para uma conversa. Marcamos um horário e, em seu local de trabalho, um salão de beleza em Boa Vista, ele nos atendeu. Ángel nos disse que é de Caracas, capital da Venezuela, e tem 21 anos. Logo falou sobre suas metas profissionais e sobre seus sonhos. Na Venezuela, trabalhava com estética feminina, no Brasil também trabalha nessa área. Está no Brasil com seu irmão mais velho e seu namorado brasileiro. Esse irmão chegou primeiro e o incentivou para vir também, considerando as oportunidades de trabalho. Logo percebemos em sua fala que centraliza o trabalho como o fator que desencadeou seu processo migratório, assim como no caso de Reinaldo.

Conta que, desde sua chegada, ficou onze meses sem emprego até ser contratado por um salão de beleza, que fechou devido à pandemia, mas, logo em seguida, foi contratado novamente por outro salão. Ángel utilizou-se das redes sociais como uma forma de se afirmar profissionalmente, o que lhe garantiu uma recomendação para contratação. É notável também um investimento em qualificações profissionais com um objetivo bem definido de se inserir no mercado de trabalho.

Ángel disse que se sente “um pouco mais livre em Boa Vista do que na Venezuela”, o que parece representar um status em que ele percebe mais possibilidades de expressões identitárias e “menos críticas e preconceitos”, mas, ainda assim, percebemos que se trata de uma situação de limitações. É comum que análises sobre processos migratórios de pessoas dissidentes do ponto de vista sexual e de gênero recaiam em uma lógica binária de libertação que Luibhéid (2019) nomeia de “narrativas liberacionistas”. Seguindo essa perspectiva, percebemos como as violências baseadas na sexualidade não se encerram no momento em que o sujeito atravessa uma fronteira internacional, especialmente no caso dessa fronteira entre Brasil e Venezuela. Contudo, é notável que Ángel não deseja retornar à Venezuela. Inclusive revela o desejo de conhecer o Rio de Janeiro, o que não foi possível ser concretizado por conta da pandemia. Um ponto sobressalente em nossa conversa foi o apreço que desenvolveu pela cultura brasileira, inclusive disse que iria dançar na festa junina, mas foi um plano igualmente interrompido pela pandemia.

Dentre muitas reflexões possíveis a partir dessa conversa, uma delas merece especial atenção. Diz respeito ao dispositivo de “regularização” pelo qual Ángel optou. Ángel disse que é “solicitante de residência”. Perguntamos a ele por que não quis solicitar refúgio, considerando que ter uma orientação sexual ou gênero dissidente tem sido entendido como uma fundamentação válida para a solicitação deste status, como demonstra França (2017) em seu trabalho sobre a emergência do “refugiado LGBTI” como sujeito jurídico no universo institucional do refúgio nas duas últimas décadas. Na fala de Ángel, surge como o primeiro motivo para a não solicitação de refúgio a liberdade para retornar quando desejar

para a Venezuela, que é impossibilitada nesse tipo de status. Um outro motivo parece estar associado a um certo estigma que Ángel presumiu que enfrentaria caso solicitasse refúgio. Como explica ele:

Eu acho que chegaram a falar assim “ele tem direito a refúgio” uma coisa assim. Um pouco baixa. Se me perguntarem “qual tipo de documento?” Aí eu responderia “refúgio”, aí ficaria tipo... (silêncio). Porque eu já vi pessoal fazendo isso. “Aí ele é refugiado”. “Ele mora em abrigo”. E eu não moro em abrigo (Ángel, 2020).

Surge, portanto, um importante elemento a respeito das discussões sobre o refúgio, que seriam as representações que este dispositivo de proteção jurídica passa a ter no contexto da migração venezuelana. Nesse caso, Ángel enfatiza que não mora em abrigo, e que mora em um apartamento alugado. Em certa medida, as falas de Ángel nos remetem à entrevista com Reinaldo, uma vez que ambos demonstram a intenção de se desvincilharem das representações negativas sobre venezuelanos/as que permanecem em abrigos ou que não estão inseridos no mercado de trabalho. Contudo, mesmo residindo em um apartamento alugado com seu irmão, Ángel não está protegido das discriminações pelas quais as pessoas venezuelanas passam na região. O entrevistado relata um episódio no qual foi agredido por um policial brasileiro, ao ser acusado de roubo de uma motocicleta. Narra que ele e seu irmão foram incriminados por conta do idioma¹¹. Assim como Reinaldo, Ángel também fala sobre um esforço para aprender o português. Ambos se inserem em grupos brasileiros e de certa forma buscam se “implantar” no novo idioma. Durante a entrevista, ele afirmou que não posta em suas redes sociais vídeos falando, por vergonha do seu sotaque espanhol e por um receio de que as pessoas o inferiorizem por conta disso.

6 SOMOS IRMÃOS

Conhecemos Manuel por meio de um amigo em comum. Esta entrevista foi realizada virtualmente pelo mesmo motivo da anterior. Manuel se apresentou falando sobre sua cidade de origem, Margarita. Falou sobre a *calidad*¹² de sua cidade. Sem delongas, abordou o momento em que decidiu partir para o Brasil, há dois anos e meio. Disse ele:

A gente pensou em ir embora da Venezuela porque a situação do país tá tudo ruim... antigamente a gente era feliz, era livre de tudo, se tu queria sair e estudar, sair pra outro país. Tinha liberdade de tudo. Agora é diferente. Tudo trocou. Eu lembro que quando eu tava mais pequeno era um mundo diferente, agora como tá, eu nem *reconozco*

meu país. Aí... essa *situación*, aí a gente trocou tudo, trocou *su manera de vivir*, trocou tudo, tudo, tudo, tudo... Tudo *cambió* na vida. Aí a gente *tuve* que sair a fora. Você tá entendendo, né? (Manuel, 2020).

Quando Manuel fala “a gente”, se refere a ele e seu namorado, também venezuelano, que o acompanha desde antes de partirem para Boa Vista. Durante as conversas que antecederam a entrevista, Manuel havia explicado que, durante o traslado, ele e seu companheiro se apresentavam como irmãos, por medo de retaliações.

Assim como Reinaldo e Ángel, ao elaborar o motivo que “disparou” seu processo migratório, o trabalho também ganha uma certa centralidade. Manuel trabalhava em uma ótica e relata que estava ascendendo financeiramente em um período em que a Venezuela era “um país livre”. De acordo com ele, nessa época: “Tu tinha tudo, tu podia pegar tudo, tu tinha todas as possibilidades”. Mas isso começou a mudar. Como explica:

Aí quando começou a situação do país, a trocar tudo, a *cambiar* um estado político a outro, tudo acabou. De três salários eu passei a dois. De dois salários eu passei a um. Chegou um momento que não dava mais conta pra pagar estudos, pagar aluguel, pagar energia [...]. Aí quando começou a faltar tudo isso, a gente começou a pensar “a gente tem que ir embora”, a situação do país não tá boa. Aí minha alimentação, eu sou uma pessoa assim, eu não sou rico, mas minha alimentação era de rico, eu tinha toda a possibilidade de pegar qualquer comida, eu gosto de comer muito, então de 80 quilos, eu passei a pesar 60 quilos, eu comecei a não comer bem, já não era a mesma comida, a gente ia pro supermercado e não era mais pegar a comida que tu gosta, frango que tu gosta, era pegar o que as pessoas falavam, “não... isso aqui é o que tem, e é isso aqui que tu vai levar”, então passou a situação do país, que já não dava, eu conheci meu namorado, eu falava pra ele “menino, eu tenho que ir embora”, eu tenho que ir embora, se eu fico aqui, eu vou morrer (Manuel, 2020).

Nesse momento da entrevista recordamo-nos de quando conversamos com Ángel, ele também havia mencionado o recente ganho de peso, obtido em Boa Vista, com muita alegria. Assim como na narrativa de Reinaldo, o medo da morte também surge como um fator disparador. Percebemos a morte como algo contínuo nas três narrativas, e que a mesma mobiliza e imobiliza em muitos sentidos, simbólicos e materiais. Aqui nós a compreendemos não como o simples fim de um organismo, como preconiza a concepção biomédica, mas como uma força que pode operar simultaneamente com a vida no cotidiano, de formas específicas e concretas, conforme propõem Han e Das (2015).

Manuel e seu namorado ficaram em dúvida entre Colômbia e Brasil, no entanto, decidiram vir ao Brasil por conta da proximidade geográfica, já que viviam em Margarita. Manuel conta que geralmente as pessoas venezuelanas preferem Colômbia por conta do idioma, uma vez que na Colômbia também se fala espanhol, e “aprender português é difícil”. Desde que partiram, ele disse que sentiu muito medo e que o “translado foi horrível”:

A verdade é que quando a gente chegou a Pacaraima, a gente não *tuve* conhecimento de nada, eu acho que também foi por temor, porque assim, a gente ficou com medo, eu não sei se a gente ficar sem falar nada, ninguém dá visualização que a gente é *gay*, tá entendendo? Aí a gente ficava sério porque a gente ficava com medo de preconceito das pessoas (Manuel, 2020).

Neste momento, a ideia que propomos de “camuflagens”, identificada como uma tática de resistência, parece ser um elemento-chave para compreender essas experiências interseccionadas. Manuel relata ter observado muitas pessoas identificadas como transexuais serem violentadas no percurso, e que sentia muito medo de ser acometido pelas mesmas violências. Portanto, decide apostar na performance de uma “seriedade” para não ser identificado como “homossexual”. A construção verbal: “se a gente ficar sem falar nada, ninguém dá visualização que a gente é *gay*” vai ao encontro do que havíamos percebido, nas duas primeiras entrevistas, sobre este jogo de identificação visual.

Conversamos sobre o documento com o qual Manuel decidiu se “regularizar” frente ao estado brasileiro. Ele optou por ser solicitante de residência, assim como Ángel. Sustenta sua decisão também considerando que se solicitasse refúgio estaria impossibilitado de retornar ao país onde alguns de seus familiares, os mais velhos, ainda se encontram. Como melhor explica: “Se eu pego refúgio, é praticamente a pessoa que tá saindo, e não vai poder voltar, tá entendendo? Eu tenho esperança de voltar ao meu país. Visitar, ir lá. Porque a verdade é que não estou querendo voltar mais, eu gostei muito do Brasil”.

Um elemento crucial surge na fala de Manuel. Ele afirma ter medo de ser *señalado* ao receber algum benefício das organizações humanitárias, específico para pessoas identificadas como “LGBTI”. “*Señalado*” é uma palavra muito representativa para simbolizar um risco considerado por Manuel e por seu namorado durante o deslocamento. Em português pode significar ‘indicado’ ou ‘marcado’. Como é possível perceber no trecho a seguir:

A maneira de tratar a eles [pessoas LGBT] era muito diferente da maneira de tratar pessoas hétero, aí a gente: “não, a gente tem que fingir”. Só pra tu ter um exemplo, quando a gente chegou no Brasil, a gente tinha mais

colaboração falar que meu namorado e eu éramos irmãos, as portas abriam mais. Mas se falávamos que éramos *pareja*, enamorados, era difícil. Aí a gente olhou rápido, e adaptou rápido. Mas é um processo, é um processo que a gente passa. A verdade é que é um pouco difícil, sabia? É... Dá muito medo. A gente falar “não, eu quero um benefício de organização LGBT, dá medo, pra mim dava medo, porque assim, se não sou bem recebido, se tem preconceito, vou ser *señalado*”. Então fiquei com muito medo. Aí a gente não quis falar nada (Manuel, 2020).

Este é, provavelmente, um desafio para a implementação de políticas públicas de proteção para essas pessoas e também diz respeito a um dos motivos para a não adesão a essas políticas. Resta aos possíveis beneficiários/as questionarem-se se os benefícios compensariam a diferenciação que o uso desses dispositivos produziria no contexto social em que estão inseridos/as. Isto remete ao que Fonseca (2020) percebeu acompanhando suas três interlocutoras venezuelanas na cidade do Rio de Janeiro. Em sua pesquisa, percebeu que há por parte delas uma avaliação de cada situação, especialmente quando envolve alguma pessoa que supostamente poderia decidir algo em suas vidas, no que ela chamou de cálculo entre riscos e benefícios.

Quando perguntamos se o medo era de serem discriminados por pessoas brasileiras ou por venezuelanas, ele responde o seguinte:

A verdade é que a gente não *tenia* tanto medo de falar que a gente é *gay* não é porque *sean* brasileiros. Tanto venezuelanos, quanto brasileiros, têm muito preconceito ainda, apesar de que já tenhamos avançado, já passamos no século 21, já estamos muito adiantados nesse processo, apesar de que há muito preconceito. Há pessoas que não gostam. Assim, a gente fica saindo, a gente fica com medo de pegar mão, de ficar juntos, de ficar beijando, porque outra pessoa só olhar, a gente sente, essa *mirada*, essa *mirada* profunda que eles dão pra gente (Manuel, 2020).

Este trecho, corroborando alguns elementos das entrevistas anteriores, leva a crer que a violência contra o sujeito “homossexual” não parece necessariamente se organizar a partir de fronteiras entre os Estados-nações. Nesse momento da pesquisa, mostrou-se infrutífero estabelecer comparações entre os dois territórios, Brasil e Venezuela, na perspectiva da sexualidade. As três narrativas trazidas apontam para uma continuidade tanto identitária, no sentido de que os três entrevistados já se identificavam como homossexuais ou “*gays*” antes de virem a Boa Vista, ainda que o processo migratório tenha trazido “desconstruções” e transformações significativas nesse campo subjetivo. Mas a

principal continuidade é encontrada na violência contra este sujeito visto como “gay” ou “homossexual”. Como denuncia Manuel, pode ser empreendida tanto por pessoas venezuelanas quanto por pessoas brasileiras.

Decidimos perguntar a Manuel se ele havia ficado em algum abrigo. Respondeu que não, e que “Boa Vista tá saturada, tem muita gente venezuelana”. Disse que:

Só que o que acontece, pra tu entrar num refúgio, tu tem que passar cinco dias numa praça, passando fome, passando chuva, passando muito trabalho, então ficar cinco dias parado, só pra ter um refúgio, pra ter uma ajuda, não dá pra mim. Eu falei “não, a gente tem que andar, a gente tem que procurar, tem que bater à porta, e perguntar ‘ei, você precisa que eu limpe sua casa?’. Sabe? A gente começou assim. Nesses três dias que a gente morou na rua. A gente limpou casa, limpou fogão, limpou quarto, como tudo de serviço (Manuel, 2020).

Em seguida seu discurso se assemelha de forma pungente ao de Reinaldo sobre pessoas que residem em abrigos. Afirmou o seguinte:

Assim que a gente foi sobrevivendo. Porque assim, o que acontece, é que todo benefício, toda oportunidade de benefício pra pegar dinheiro, dá muito fácil, eu vou pra falar pra você, refúgio, só pra você ter uma ideia. Se eu te falo: “ai amigo, quantos anos você tem em um refúgio?” e você fala pra mim “dois anos, um ano”. O que tu pensa? O que tu pensa disso? Uma pessoa um ano no refúgio [...] Sabe o que eu acho pra mim. Que é corrupção. É uma pessoa que só tá esperando viver de governo, porque assim, refúgio pra mim é um refúgio que você vai dar pra uma pessoa um mês, dois meses, *mientras* essa pessoa se adapta ao país, *mientras* essa pessoa se adapta à sociedade, tá entendendo? Aí nesse processo tem que procurar trabalho. Tem que procurar ir embora (Narrativa 03: Manuel, 2020).

Ambos se mostram desfavoráveis à “decisão” das pessoas de permanecerem “por mais tempo” na condição de abrigo. Isso pode se dar por muitos motivos. Uma possível interpretação poderia demarcar que esta pode ser uma forma de se diferenciar de um tipo de migrante indesejável, que seria o migrante que necessita de benefícios assistenciais.

A antinomia entre “migrante desejável” e “migrante indesejável” pode oferecer perspectivas interessantes para compreender essas falas de Manuel. Percebemos um esforço em defender que o migrante venezuelano pode, sim, “ser desejável”, e que pode contribuir para a sociedade brasileira através do

trabalho, quando ele fala, por exemplo: “A gente é gente trabalhadora, e a gente vai fazer a diferença, a gente vai melhorar o Brasil”. Dentre muitos valores apontados como neoliberais, um dos principais é o trabalho como algum tipo de ritual que torna a pessoa digna e respeitável. Esse esforço empreendido por Manuel corrobora a percepção de Sayad (1998, p. 54) quando afirma que “um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito”.

7 ENTRECruzando AS NARRATIVAS

Nesta seção, apresentaremos alguns dos temas que perpassaram as três entrevistas, na intenção de entrecruzar as narrativas colhidas. Com isso, não pretendemos equivaler as experiências dos três entrevistados ou defender a existência de um núcleo ou mesmo características internas iguais por natureza entre eles. O objetivo é ampliar o alcance das ideias para uma escala mais abrangente e tentar apontar para outros caminhos a serem pensados ou investigados, investindo na ideia central deste estudo de considerar a sexualidade como uma categoria relevante para os estudos sobre migrações e mobilidades entre fronteiras nacionais.

Um dos pontos que conectam as três histórias é que todos eles se reportam ao trabalho na formulação do motivo para “iniciar” o processo migratório. Nesse sentido, parece-nos importante as críticas feitas aos estudos migratórios tradicionais, que tendem a compreender o migrante essencialmente como um “trabalhador heterossexual” (TEIXEIRA, 2015; LUIBHÉID, 2019), mas, ao mesmo tempo, não se pode ignorar que o trabalho possui uma certa gravidade em algumas trajetórias, mesmo de pessoas que não se encaixem nesse padrão de heterossexualidade. Ainda assim, o movimento analítico de problematizar os estudos migratórios tradicionais traz *insights* significativos, mesmo porque, ainda que o sujeito seja compreendido somente como “trabalhador”, relações de poder ligadas à sexualidade estão intimamente impressas no âmbito do trabalho. Mesmo que o trabalho permaneça entendido como uma categoria central, é necessário questionar: quem seria o trabalhador ideal? Sobretudo considerando contextos de trabalhos precarizados que costumeiramente as sociedades receptoras destinam aos imigrantes (SAYAD, 1998).

Como aparece principalmente na fala de Manuel, mas é também perceptível na fala de Ángel e Reinaldo, o trabalho, além de um fator “disparador”, é também a forma pela qual suas presenças na “sociedade brasileira” passam a ser validadas. Neste sentido, vai ao encontro da ideia de Sayad (1998, p. 55) que afirma que “um imigrante que só tem razão de ser no modo do provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele; ele só está aqui e só tem sua razão de ser pelo trabalho e no trabalho”. Entretanto, como pontua Halberstam (2011, p. 95) para a lógica capitalista, o sujeito demarcado como “homossexual” seria

aquele que falha em incorporar conexões entre produtividade e reprodução. O que permite vislumbrar alguns dos muitos entraves que se situam na complexa relação entre trabalho, sexualidade e imigração.

Consideramos pertinente ressaltar as falas a respeito dos “outros” migrantes que estão em situação de abrigo, observadas nas entrevistas com Reinaldo e Manuel. Entendemos este elemento nas falas dos interlocutores como um movimento de se distanciar da ideia de um migrante “indesejável”, que seria moralmente inferior. Trazemos a moralidade como uma dimensão importante para compreender essas dinâmicas, inspirados em Fassin (2011), que aponta como sentimentos morais têm se tornado uma força política, especialmente em práticas e discursos voltados para “desvantajados”, como é o caso das governamentalidades humanitárias.

Vemos similaridades com as postulações de Sayad (1998, p. 91) a respeito das “moradias comuns”. De acordo com o autor, alguns imigrantes desejam se distanciar das moradias tradicionais destinadas aos imigrantes, e isso pode ser interpretado como “um ato de negação, ao mesmo tempo de uma certa forma de moradia e de um estilo de vida que a ela está associada”. Apesar de termos percebido este movimento nos interlocutores, é necessário contextualizar, do ponto de vista político, as representações que têm constituído o que é “ser venezuelano” em Boa Vista, e que, como visto nas entrevistas, não são defendidas apenas pelas pessoas brasileiras. Acreditamos que basta essa contextualização para compreender esse esforço dos entrevistados de não serem vistos “como a maioria”. Mais do que distanciar-se de um estilo, parece-nos uma vontade de distanciar-se de um lugar de suposta “inferioridade moral”.

É importante também mencionar a decisão dos entrevistados de não solicitar refúgio e, sim, “residência temporária”. Como dito por Ángel, o status de “refugiado” pode estar associado a certas representações negativas. E presumimos que isso se reforça no caso do refúgio solicitado por conta da orientação sexual. Como também é percebido nos relatos de Manuel, receber um benefício humanitário em relação à identidade de gênero ou sexualidade pode fazer com que o beneficiário se torne “*señalado*”. Novamente torna-se compreensível que haja um esforço em se distanciar desse lugar de dupla exclusão. Como pontuou Chávez (2010, p. 138), migrantes e pessoas identificadas como LGBTI emergem como uma “ameaça prototípica às fronteiras, em parte porque estas pessoas são percebidas pelo imaginário social nacional como estranhos”.

A partir das entrevistas, evidenciou-se também que os interlocutores, em momento algum, se enxergam como vítimas radicais desses processos de discriminação e violência. Trazemos a ideia de Scott (1989, p. 20) quando afirma que precisamos deixar de compreender o poder social como algo “unificado, coerente e centralizado”. De acordo com Scott (1989, p. 20-21), “no seio desses processos e estruturas, tem espaço para um conceito de realização humana como um esforço (pelo menos parcialmente racional) de construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade dentro de certos limites”. Acreditamos que este conceito de realização humana a que Scott se refere pode

ser percebido como estruturante nas situações trazidas e na forma com que os entrevistados representam a si mesmos e as realidades políticas, sociais e culturais nas quais estão situados.

É certo que uma das principais características do campo construído nesta pesquisa é que entrevistamos três pessoas que, em maior ou menor grau, esforçam-se para se diferenciar de uma suposta “massa” de migrantes. Esta é uma característica que, concluímos, deve ser considerada como um recorte metodológico não planejado, porém determinante. É como se “acidentalmente” tivéssemos acessado um “subgrupo” dentro do grupo “migrantes venezuelanos/as”, que como o próprio trabalho demonstra, não pode ser visto como internamente homogêneo. Como evidenciado, os interlocutores aos quais tivemos acesso buscam, mais ou menos, integrar-se em ciclos sociais brasileiros e distanciar-se de outros migrantes como uma tentativa de, por um lado, borrar as demarcações entre o estrangeiro e o nativo e, por outro lado, ocupar um lugar de maior aceitação na suposta estratificação entre o migrante “desejável” e o “indesejável”.

Em parte, isto acabou impossibilitando alcançar, na análise aqui empreendida, os efeitos de práticas de gestão migratória mais incisivas nos corpos e subjetividades, sobretudo considerando como as experiências de diversidade sexual e de gênero têm sido administradas em esquemas de gestão particulares¹³. Para exemplificar, observamos o documento, publicado pelo ACNUR ‘A economia de Roraima e o fluxo venezuelano’, que postula que “homossexuais” têm sido compreendidos como um dos grupos de pessoas “vulneráveis”, assim como as mulheres. E que, portanto, as demandas assistenciais desses sujeitos seriam mandatos de “agências internacionais especializadas como ONU Mulheres e UNFPA” (ACNUR, 2020, p. 54). Entrevistar pessoas que, em maior ou menor grau, se distanciam ou até mesmo rejeitam práticas e instituições humanitárias impossibilitou olhar para essas dinâmicas entre gênero, sexualidade e gestão migratória que consideramos importantes nesse campo, sobretudo para compreender também as possíveis redes de apoio ou de proteção que se contrapõem às violências contra essas pessoas.

Outro ponto que gostaríamos de destacar está relacionado à urgência do investimento em novos modos de desafiar as normatividades, buscando formas de transcender, desnaturalizar e historicizar o que entendemos por Estado nacional. De acordo com Halberstam (2005), noções heteronormativas sobre a instituição familiar carregam conexões com o desejo pela estabilidade nacional e com a necessidade de constituir novos “cidadãos” que perpetuem e estabilizem uma continuidade nacional. Estas conexões entre nacionalidade e sexualidade nos parecem muito oportunas e produtivas do ponto de vista analítico, ainda que sejam raras e não necessariamente evidentes, especialmente em momentos históricos e políticos em que o nacionalismo toma força e articula práticas e discursos de violência em direção às pessoas vistas como “outras”.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar essas experiências interseccionadas leva a resultados singulares e oportunidades próprias de desafiar as epistemologias tradicionais das ciências sociais. Cabe afirmar que as ideias aqui apresentadas surgiram por meio de um exercício de suspensão dos moldes disciplinares, e que nos valem da dimensão da experiência e da narrativa para compreender esse universo. Reiteramos a percepção sagaz de Lubihéid (2019) de que os estudos migratórios comumente partem implicitamente do pressuposto de que os migrantes são heterossexuais e os estudos sobre gênero e sexualidade frequentemente partem do pressuposto de que as pessoas que não se identificam como heterossexuais e cisgênero possuem uma nacionalidade e estão em “seu” território nacional. Nesse sentido, concluímos que o investimento em estudos interdisciplinares que interseccionem migração com diversidade de gênero e sexualidade podem oferecer contribuições muito valiosas e revelar talvez menos sobre os “objetos” investigados e mais sobre as limitações das próprias ferramentas tradicionais de pesquisa.

Neste artigo, tentamos articular sexualidade e mobilidade a partir da análise de três entrevistas. Constatamos como a experiência de dissidência sexual e nacional tende a lançar o sujeito a um lugar de alteridade e exposição a violações de diferentes tipos. Diante disso, os interlocutores apresentam diversas táticas para sobreviverem como se “camuflarem” ora como “brasileiros”, ora como “heterossexuais”, mobilizando esforços para se distanciar do lugar de possível inferioridade moral que pode ser atribuída ao sujeito lido como “homossexual” e “imigrante/refugiado” na região. Resumidamente, as narrativas e reflexões aqui reunidas mostram que, em muitos tempos e espaços, não há motivos para se afirmar ativamente como essa existência de “migrante” e “gay”, vista duplamente como ameaçadora, como evidenciado em diversos momentos do artigo. Delineando como talvez o principal “achado”, enfatizamos que nos deparamos com um tipo próprio de sabedoria pessoal que sistematiza táticas para avaliar quando, como, onde e com quem cabe “ser venezuelano” e “ser gay”. Acentuamos também que este registro é apenas um retrato de várias realidades processuais que estão em constante movimento e transformação. Não consideramos justo que os interlocutores sejam definidos nem pelas entrevistas realizadas, muito menos pelas análises empreendidas. De qualquer forma, não damos esta investigação como algo totalmente encerrado, tendo em vista que consideramos muitas dessas interrogações que guiaram a pesquisa e novas interrogações que foram surgindo no decorrer abertas e incitantes para futuros estudos.

NOTAS

¹ Neste artigo, compreendemos a homossexualidade não como uma identidade fechada, fixa ou necessariamente estável. Consideramos que essa palavra pode possuir diversos sentidos e ser apropriada de incontáveis formas nas experiências dos sujeitos e em diferentes circunstâncias. Os interlocutores apresentavam-se como “homossexuais” ou “gays” no período das entrevistas, por isso tratamos os dois termos como em certa medida equivalentes, ainda que possuam etimologias distintas. Compreendemos que este é um enquadre contingente, em consonância com o entendimento de Foucault (1981) e de Fry e McRae (1986), quando acentuam o caráter cultural, político e variante da “homossexualidade”, em detrimento de uma suposta verdade intrínseca e essencial.

² Para um aprofundamento sobre experiências de mulheres venezuelanas em Boa Vista, com foco em suas trajetórias, dilemas e anseios, ver Oliveira (2020). Para uma análise de experiências migratórias de “mulheres não cisheterossexuais venezuelanas”, com interlocutoras que identificam como trans ou lésbicas, ver Fonseca (2020).

³ Nomes fictícios, para preservar as informações pessoais dos entrevistados, conforme acordado por meio do Termo de Consentimento Esclarecido e Livre (TCLE).

⁴ Esse artigo é um desdobramento da dissertação ‘Dissidências em entrelace: narrativas de homossexualidade na migração venezuelana em Boa Vista, Roraima’ defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, escrita pelo autor, orientada pela coautora desse artigo. Agradecemos à Prof^a Dr^a Isadora Lins França e à Prof^a Dr^a Francilene Rodrigues pela participação na banca de qualificação e na banca de defesa. Sem as valiosas contribuições de ambas esse trabalho não poderia ter sido desenvolvido. Agradecemos igualmente à Prof^a Dr^a Eliane Silvia Costa, Prof^o Dr. Lázaro Fonseca Batista, Prof^a Mariana Cunha Pereira e ao Prof^o Dr. Marcos Antônio Braga (*in memoriam*) por apontamentos e diálogos importantes no decorrer da pesquisa. Agradecemos à Iaci da Costa Jara, pela leitura atenciosa e pelos apontamentos muito construtivos para a elaboração deste artigo.

⁵ Essas informações constam no site do Exército Brasileiro. In: EXÉRCITO BRASILEIRO, “Operação acolhida”. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/operacao-acolhida>>. Acesso em: 19 de jun. de 2020.

⁶ Essas informações estão no artigo de Sérgio Ramalho. In: RAMALHO, Sérgio. “Virou rotina agredir e assassinar venezuelanos em Roraima. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/11/28/violencia-xenofobia-venezuelanos-roraima/>>. Acesso em: 21 de jun. de 2020.

⁷ Quanto a este assunto, consideramos as discussões de Agamben (2007) a respeito do estado de exceção como uma técnica de governo utilizada nos Estados-Nações.

⁸ É válido ressaltar que as cores do arco-íris são popularmente utilizadas para representar a diversidade de gênero e sexual, inclusive a bandeira que comumente representa as pessoas “LGBTI” (ou outras variações da sigla) é composta pelas cores do arco-íris.

⁹ Provavelmente porque assim como em expressões como “lista negra” “inveja preta” “mercado negro” o adjetivo vem com uma conotação racista.

¹⁰ Ruiz (2011) em uma pesquisa sobre o imaginário social venezuelano sobre a homossexualidade a partir da imprensa escrita no país constatou que os assuntos ligados ao que ele chama de “colectivo LGBTI” foram considerados de segunda ordem para o Estado venezuelano. Constatou também que as mudanças no campo jurídico recentes no momento da pesquisa não foram suficientes para mudar como a população vê “las minorias sexuales”. Para Ruiz (2011, p. 202), “el reconocimiento de los derechos civiles del colectivo LGBTI está siendo absorbido por el control del Estado autoritario, el dominio heteronormativo y las marcas de la Iglesia Católica”.

¹¹ *“Era uma vila que eu morava com meu irmão. Aí a polícia chegou lá. Dizendo que tinha uma moto roubada, aí a polícia chegou lá procurando a moto. Aí como só tinha meu irmão e eu, aí os policiais foram pra cima, e eu não entendia nada, e eu não compreendia nada de português. Aí eles bateram em mim. (Silêncio). Falaram que se eu queria falar em espanhol, eu tinha que ir embora, porque eu não tava na Venezuela. Eles tinham máscara preta. Tudo preto.”* (Narrativa 02: Ángel, 2020).

¹² Manuel fala algumas palavras em espanhol, decidimos deixá-las, considerando que a mistura de culturas se manifesta também na língua e consideramos isso como algo muito produtivo. Além do mais o “portunhol”, mistura de “português” com “espanhol”, é um fenômeno linguístico muito particular, que merece ser considerado nas análises de processos sociais nesta região de fronteira.

¹³ Para uma abordagem etnográfica sobre pessoas venezuelanas identificadas como “LGBTI” na cidade de Manaus e Roraima, envolvendo reflexões sobre a forma como essas pessoas são geridas e como a “resposta humanitária” têm lidado com as tensões envolvendo convivência e violências entre esse público, ver França e Fontgland (2020).

REFERÊNCIAS

- ACNUR. **Venezuela**. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/venezuela/>>. Acesso em: 20 de abr. de 2021.
- ACNUR. **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/02/FGV-DAPP-2020-Aeconomia-de-Roraima-e-o-fluxo-venezuelano_compressed.pdf>. Acesso em: 19 de out. de 2020.
- AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. Trad. Iraci D. Poletti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- CARRARA, S. Discriminação, políticas e direitos sexuais no Brasil. In: MONTEIRO, S.; VILLELA, W (Orgs.). **Estigma e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, p. 143-160.
- CHÁVEZ, K. Border (in)securities: normative and differential belonging in LGBTQ and Immigrant Rights Discourse. **Communication and Critical/Cultural Studies**, v. 7, n. 2, p. 136-155, 2010.

- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.
- FASSIN, D. **Humanitarian reason**. A moral history of the present. Los Angeles: University of California Press, 2011.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2014.
- FOUCAULT, M. **Da amizade como modo de vida**. Gai Pied, nº 25, abril de 1981, pp. 38-39. Disponível em: <<http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/amizade.pdf>>. Acesso em: 20 de Abr. 2021.
- FONSECA, N. A. **Entrecruzamentos entre migração, gênero e sexualidade: experiências de vida de mulheres não-cisheterossexuais venezuelanas e solicitantes de refúgio**. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- FRANÇA, I. L. “Refugiados LGBTI”: direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência. **Caderno Pagu**, Campinas, n. 50, e17506, 2017.
- FRANÇA, I. L.; FONTGALAND, A. Gênero, sexualidades e deslocamentos: notas etnográficas sobre imigrantes e “refugiados LGBTI” no norte do Brasil. **REMHU**, Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, Brasília, v. 28, n. 59, ago. 2020, p. 49-68.
- FRY, P; MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HALBERSTAM, J. **The queer art of failure**. Durham: Duke University Press, 2011.
- HAN, C; DAS, V. **Living and dying in the contemporary world: a compendium**. University of California Press, 2015.
- LUIBHÉID, E. Special Issue on “Migrant and refugee lesbians: Lives that resist the telling”. **Journal of Lesbian Studies**, v. 24, 2019. p. 57-171.
- OLIVEIRA, V. L. de A. **Mulheres migrantes: trajetórias de venezuelanas em Boa Vista - RR**. 2020. 121 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2020.
- RUIZ, N. Significaciones imaginarias sociales sobre la homosexualidad en la prensa escrita de Venezuela. **Psicoperspectivas**, v. 10, p. 202-223, 2011.
- SARMENTO, G; RODRIGUES, F. Entre a acolhida e o rechaço: breves notas sobre a violência e os paradoxos da migração venezuelana para o Brasil. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Orgs.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, p. 242-249, 2018.

SAYAD, A. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Nova Iorque: Columbia University Press, 1989.

TEIXEIRA, M. 'Metronormatividades' nativas: migrações homossexuais e espaços urbanos no Brasil. **Áskesis**, São Carlos, SP, v. 4, n. 1, p. 23-38, 2015.

VASCONCELOS, I. dos S. Receber, enviar e compartilhar comida: aspectos da migração venezuelana em Boa Vista, Brasil. 2018. **REMHU**, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 26, n. 53, ago. 2018, p. 135-151.

VASCONCELOS, I. dos S.; SANTOS, S. A oleada venezuelana. **Cadernos de Campo** (São Paulo 1991), v. 29, n. supl, p. 94-104, 31 jul. 2020.

RESUMO

Nas experiências de pessoas que cruzam fronteiras internacionais, raça, classe e gênero se mostram estruturantes, especialmente para compreender quais pessoas são consideradas “desejáveis” ou não nas “sociedades receptoras”. Neste artigo, nos voltamos para a sexualidade como uma categoria relevante para a análise dessas experiências. Tendo como contexto a cidade de Boa Vista, em Roraima, uma região que tem passado por múltiplas transformações ligadas à chegada de milhares de venezuelanos/as nos últimos anos, buscamos compreender narrativas de venezuelanos que se identificam como “homens gays” (ou “homossexuais”). A partir de entrevistas, notamos como a experiência de dissidência sexual e nacional tende a lançar o sujeito a um estado de alteridade e exposição a violações de diferentes tipos. Observamos também como os interlocutores, em seu dia a dia, mobilizam esforços para se distanciar do lugar de possível inferioridade moral comumente atribuída ao sujeito “homossexual” e “imigrante” ou “refugiado”.

Palavras-chave: Homossexualidade; Migração; Sexualidade.

ABSTRACT

In the experiences of people who cross international borders, race, class and gender are structuring, especially to understand which people are considered “desirable” or not in “receiving societies”. In this article, we turn to sexuality as a relevant category for the analysis of these experiences. With the context of the city of Boa Vista, in Roraima, a region marked by multiple transformations linked to the arrival of Venezuelan people in recent years, we seek to understand narratives of Venezuelans who identify themselves as “gay men” (or “homosexuals”) . Through interviews, we noticed how the experience of sexual and national dissent tends to launch one to a state of otherness and exposure to violations of different types. We also observe how the interlocutors, in their daily lives, mobilize efforts to distance themselves from the place of possible moral inferiority commonly attributed to the “homosexual” and “immigrant” or “refugee” subject.

Keywords: Homosexuality; Migration; Sexuality.

Comunidades religiosas e redes migratórias: o caso dos haitianos no Brasil

*Bernadete Alves de Medeiros Marcelino**

1 INTRODUÇÃO

A esperança de uma vida melhor em outro lugar tem movido o “mundo” – as pessoas – a se deslocar. Essa busca é geralmente acompanhada de tragédias e sofrimentos, acentuados pela indiferença desencadeada pelo medo do desconhecido que as “massas de estranhos” supostamente representam (BAUMAN, 2017). Na relação entre medo e crise (migratória), encontram-se significativas tendências de rejeição àqueles que parecem “estranhos”, diferentes (BAGGIO *et al.*, 2016; BAUMAN, 2017, pp. 24 e 104; GONÇALVES, 2019, p. 196).

Não obstante, essa realidade das migrações na atualidade tem sido permeada por outras inúmeras situações problemáticas que precisam ser compreendidas à luz de estudos. Esse é um dos motivos pelos quais, dentro desse contexto multifacetado, complexo e abrangente, o principal foco dos estudos migratórios tem sido os problemas relacionados a esses processos, seguido de buscas por possibilidades de soluções (LUSSI, 2015, p. 113). Nesse contexto, nos deparamos com o surgimento de comunidades étnicas como um meio estratégico de sobrevivência de grupos de imigrantes em um território diferente.

No que se refere às comunidades religiosas (evangélicas) haitianas, estas começaram a surgir no Brasil um pouco depois que o fluxo imigratório haitiano para o país foi intensificado, logo após um terremoto que ocorreu no Haiti no ano de 2010. Por meio de pesquisa etnográfica, levantamento bibliográfico e entrevistas abertas, foi possível pesquisar algumas dessas comunidades em um bairro periférico de São Paulo (Guaianases) e fazer algumas constatações que aqui serão apresentadas.

Sabemos que a “pesquisa é um lento processo de construção” que envolve um ato criativo, mas também um “trabalho árduo, sistemático e imaginativo” (DURAND, 2015, pp. 13 e 19). Tendo em vista esse pressuposto, entendemos que é importante apresentar o assunto por partes. Para tanto, dividiremos o texto em quatro momentos: no primeiro, falaremos das redes migratórias; no segundo, destacaremos as redes migratórias abusivas; no terceiro, discorreremos sobre as

* *Doutora em Ciência da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -PUC/SP.*

comunidades em contexto migratório, e, no quarto, abordaremos a relação entre comunidades religiosas e redes migratórias haitianas no Brasil. Destacamos que este texto é um pequeno recorte da pesquisa realizada durante o doutorado sob o tema “Comunidades evangélicas haitianas: um estudo etnográfico em Guaianases, SP”¹.

2 REDES MIGRATÓRIAS

Para compreender as migrações internacionais, tanto individuais quanto coletivas, é necessário conhecer as redes sociais instituídas nesse cenário (SOARES, 2017, pp. 612 – 614), pois os recentes processos migratórios internacionais parecem ter como pano de fundo a gestão de redes sociais (BAENINGER, 2015, p. 32). De maneira geral, o termo “redes sociais” se refere a interações cotidianas que articulam diferentes pessoas e comunidades (FUSCO e REZENDE, 2017, pp. 615 – 616).

Em processos migratórios, as redes sociais indicam formas de relações que se estabelecem interpessoalmente entre migrantes, não migrantes e até mesmo antigos migrantes, tanto nos locais de destino quanto nos de origem. Essas redes são extensões de outras, envolvem parentes e amigos que compartilham interesses ou necessidades comuns migratórias e se constituem como um capital privilegiado (LUSSI, 2015, pp. 101 – 102).

Considerando a natureza dessas redes, elas se inserem em um espaço social de ampla conectividade, em um ambiente onde o interesse pelo sucesso do migrante é gerido por meio de diferentes formas de apoio. Quando o migrante chega ao seu destino e alcança sucesso, torna-se um potencial positivo que acaba oferecendo apoio aos demais membros da rede (BARBOSA e DADALTO, 2018, pp. 210 – 211).

Como as redes também geram espaços sociais nos países de destino, as estruturas estabelecidas por elas pretendem alcançar alguns objetivos. Além da conexão entre origem e destino, tais estruturas visam proporcionar, por meio de vínculos constituídos com a sociedade receptora, funções estratégicas como associações étnicas, matrimoniais, residências, entre outras (BAENINGER, 2013, pp. 29 – 31). Assim, o capital social construído pelas redes facilita e favorece outras formas de capital: fortalece relações sociais, possibilita informações sobre emprego e promove acessos. Entre estes, estão os relacionamentos com não migrantes e diferentes instituições, no contexto de destino, que também passam a atuar como redes sociais (LUSSI, 2015, p. 102).

A essas questões somam-se os recursos oferecidos, que podem diminuir os custos do processo migratório, pois as redes proporcionam diversos benefícios para os seus membros, tornando-se grandes facilitadoras dos deslocamentos. Caso o migrante perca o acesso estabelecido com a rede, ele pode ter muitos prejuízos. Portanto, para reforçar e garantir a durabilidade da rede e não perder o contato com ela, estruturam-se as conexões e algumas funções são definidas.

Entre essas funções podemos citar as obrigações de apoiar novos migrantes no lugar de destino e enviar remessas de cunho econômico para parentes que permaneceram no lugar de origem (BARBOSA e DADALTO, 2018, pp. 211 – 212).

Sendo assim, as redes desempenham um papel extremamente relevante nos fluxos migratórios, desenvolvendo uma função que supera a conexão entre os migrantes e seus familiares. Em outras palavras, os sistemas constituídos por tais redes proporcionam a informação e a comunicação, assim como a organização e a regulação do processo migratório em diferentes contextos, gerenciando migrações no mundo todo. Os migrantes que dependem das redes sociais – em sua maioria, da classe trabalhadora – se deslocam por meio delas para lugares onde podem encontrar algum “conhecido” ou parente, em um processo que pode reduzir suas chances de fracasso (BARBOSA e DADALTO, 2018, pp. 210 – 211).

Essas relações em redes que envolvem parentes, amigos, instituições, entre outros, possibilitam um processo migratório mais palpável, como pontua Soares (2017, pp. 612 – 614). Os laços estabelecidos nesse processo podem envolver também “membros de uma mesma religião, língua, etnicidade, ou grupo nacional” (FUSCO e REZENDE, 2017, pp. 615 – 616). No entanto, tais laços podem ser fortes ou fracos. O que define um laço como forte ou fraco é o vigor da conexão existente, a duração do relacionamento, a intimidade e a troca de favores (FUSCO e REZENDE, 2017, pp. 615 – 616).

Devemos considerar também que, na busca por laços e estruturas sociais por meio das quais outros benefícios e formas de apoio possam ser alcançados, as redes anteriormente estabelecidas podem ser frequentemente substituídas. Assim, em decorrência das próprias dinâmicas relacionadas à inserção no país destinado, muitos laços acabam se desfazendo, e as ligações em rede se tornam dinâmicas e frágeis (PEIXOTO, 2017, pp. 130 –131).

Por outro lado, uma vez que as redes estabelecidas facilitam a execução do projeto de migrar e promovem a adaptação ao país de destino, elas se tornam meios para que a imigração de fato aconteça, seja mantida e expandida (FUSCO e REZENDE, 2017, pp. 616 – 617; SOARES, 2017, pp. 612 – 614). Contudo, é importante destacar que, apesar de a operação das redes acontecer muitas vezes em favor do interesse do grupo e trazer benefícios para o migrante, existem situações em que este pode se tornar vítima de interesses externos e enfrentar muitos desafios em decorrência disso (BARBOSA e DADALTO, 2018, pp. 211 – 212). Nesse contexto, torna-se necessário falarmos sobre as redes migratórias abusivas.

3 REDES ABUSIVAS

O poder de comunicação das redes possibilita o gerenciamento de seus membros e de seus movimentos por aqueles que sabem como, quando e onde a migração acontece. Visando benefícios econômicos, os membros mais influentes

de algumas dessas redes podem atuar de maneira ilegal, colocando em risco a vida de muitos ao oferecer e promover deslocamentos por trajetos extremamente perigosos. Tais membros também podem atuar como intermediários de situações relacionadas a outras formas de abusos como ofertas de trabalhos precários no lugar de destino, maus tratos, entre outras. Essas questões podem suscitar tensões entre estes e aqueles que buscam a segurança dos migrantes (BARBOSA e DADALTO, 2018, pp. 211 – 214).

Julgamos relevante destacar as redes migratórias abusivas em decorrência do contexto pesquisado. Muitos dos imigrantes haitianos chegaram ao Brasil por meio de percursos gerenciados por “coiotes”, foram submetidos a exploração econômica, cárcere privado e até estupro, no caso de algumas mulheres (PARISE, 2016, p. 59).

Fernández (2015) expõe quem são considerados ou conhecidos como “coiotes”: pessoas ou grupos que se especializam em guiar imigrantes indocumentados para o cruzamento clandestino de uma fronteira em troca de lucros econômicos. Esse tipo de tráfico se tornou uma atividade econômica que tem fomentado o movimento de grandes quantidades de dinheiro. Fernández (2015) afirma também que existem pelo menos três tipos de “coiotes”:

- 1) Com experiência migratória, atuando em organizações constituídas por conhecidos. São “coiotes” locais, que atuam como uma espécie de guias comunitários. Sua função é realizar o traslado fronteiriço de grupos menores de migrantes indocumentados;
- 2) Independentes, que auxiliam migrantes que não contam com o auxílio do guia comunitário nem de organizações mais sofisticadas;
- 3) Altamente especializados, que dispõem de ampla estrutura em relação à divisão de trabalho. Entre eles estão incluídos viajantes, guias, acompanhantes, cobradores e recrutadores. Na maioria dos casos, tais “coiotes” dispõem de alojamento e transporte que muitas vezes têm o respaldo de autoridades locais, estaduais e até federais.

A diferença estabelecida entre esses “coiotes” e os traficantes de pessoas estaria relacionada aos meios, à “segurança” e ao custo a ser pago pela viagem. Em geral, os “coiotes” locais proporcionam maior “segurança” e são menos onerosos, apesar de não garantirem sucesso na travessia logo na primeira tentativa. Por outro lado, os “coiotes” bem organizados cobram altos custos pela travessia e colocam os migrantes em situação de estafa, maus tratos e outras humilhações. Além disso, estes não garantem a chegada ao destino, podendo abandonar o migrante no meio do caminho, lançando-o à própria sorte (FERNÁNDEZ, 2015).

De maneira geral, concluímos que entender o papel que as redes exercem nos processos migratórios é extremamente importante, e pode ser compreendido, ainda que parcialmente, por meio dos grupos de migrantes que se organizam no país de destino. Isso se mostra um aspecto relevante para pensarmos nas comunidades de imigrantes e em nosso próprio objeto de pesquisa.

4 COMUNIDADES EM CONTEXTO MIGRATÓRIO

As migrações concentradas em um determinado período e com grandes volumes produzem fortes relações comunitárias. A maneira como as comunidades se constroem pode ser imprecisa, mas, ao considerarmos que contextos específicos oferecem ilustrações relevantes para análises mais gerais, é possível propor algumas afirmações. Devido à dificuldade inicial de se estabelecer no lugar destinado, muitos imigrantes sustentam durante algum tempo a possibilidade de retornar ao país de origem ou de se deslocar para outro país. Porém, na maioria das vezes, eles estabelecem relacionamentos em comunidade, reconstruindo uma identidade coletiva (PEIXOTO, 2017, pp. 130 – 134).

Não podemos generalizar os modos de integração de migrantes aos países de destino nem as formas de relações estabelecidas nas comunidades migrantes em decorrência das dinâmicas e das características diversas desses grupos. No entanto, o sentimento de comunidade, produzido pelo estreitamento de relações sociais na sociedade que recebe o imigrante, desencadeia laços comunitários e reforça vínculos étnicos, desenvolvendo mecanismos de solidariedade (PEIXOTO, 2017, pp. 130 – 134).

Essas relações dependem bastante do contexto em que estão inseridas e envolvem mercado de trabalho, moradia e políticas imigratórias. Cabe ressaltar que os espaços físicos povoados pelos imigrantes são delimitados por uma proximidade espacial que colabora para o reforço dos laços sociais e o desenvolvimento do sentimento de pertença. O apoio mútuo dentro dessas comunidades pode desencadear ações, como a ajuda financeira, a obtenção de moradia, o recrutamento para o trabalho, entre outras, o que pode resultar em melhores condições de integração dos imigrantes ao novo contexto social (PEIXOTO, 2017, pp. 130 – 135).

Por outro lado, essa mesma comunidade pode favorecer o isolamento em relação à sociedade mais ampla. Quanto mais os imigrantes forem desfavorecidos no mercado de trabalho, tiverem menor acesso à mobilidade social e sofrerem restrição de acolhimento político, maior será a concentração desses grupos em espaços residenciais comuns, a identificação com a cultura de origem e o isolamento na própria comunidade. Dessa forma, os mecanismos de recepção da sociedade de acolhimento interferem no modo de integração dos imigrantes. Assim, o condicionamento estrutural desses grupos depende consideravelmente do tipo de recepção que lhes é oferecida (PEIXOTO, 2017, pp. 130 – 135).

Nesse sentido, podemos citar, de acordo com Peixoto (2017), pelo menos três desses mecanismos sociais:

- a) As lógicas de recrutamento para o trabalho, que dispõem o imigrante em determinadas posições dentro do mercado;
- b) A escolha pelo lugar de moradia, dependente de mecanismos sociais relacionados à vizinhança, que pressionam tais grupos a escolher determinados locais de residência;
- c) A referenciação simbólica relacionada a esse imigrante, desenvolvida no país que o acolhe, que pode produzir diferentes formas de racismo, condicionando esses grupos ao isolamento e resultando na construção de identidades coletivas comuns, pautadas na cultura deles.

No que se refere à construção de identidades coletivas entre migrantes, tudo se joga entre a (re)construção de uma identidade comum, baseada na língua, na nacionalidade ou em vários atributos simbólicos – cujos fundamentos têm mais a ver com o novo contexto de inserção do que com as supostas raízes ancestrais –, e a diluição em identidades mais híbridas. A demarcação de um grupo étnico, quando ocorre, apela ao estreitamento dos laços sociais e ao reforço de uma identidade comum, com o enraizamento de um sentimento de “comunidade”. (PEIXOTO, 2017, p. 132)

As identidades e as ações coletivas desenvolvidas nas comunidades de migrantes são bastante diversas, mas quanto menos os imigrantes forem acolhidos na sociedade de destino e integrados a ela, maior será o desenvolvimento de comportamentos étnicos e o isolamento em seus próprios grupos (PEIXOTO, 2017, pp. 133 – 134). Grupos étnicos podem ser definidos como conjuntos de pessoas de uma mesma etnia, e têm, como um de seus pressupostos, a interação entre os seus membros (SILVA e SILVA, 2009, p. 26).

A tendência dos imigrantes de se fecharem em torno de si mesmos e de haver celebrações identitárias em grupos étnicos acaba levando a maioria das comunidades de migrantes a organizar eventos pautados em uma reconstrução de identidades com referência simbólica à sua cultura, ainda que, em muitos casos, essa referência se apoie em algo que já deixou de existir em seu país de origem (PEIXOTO, 2017, pp. 133 – 134).

Esse contexto nos leva a refletir sobre a dicotomia que envolve a ruptura social intencionada por meio do processo de migrar. A escolha pelo deslocamento migratório manifesta a pretensão de deixar as próprias referências tradicionais para buscar novos paradigmas (PEIXOTO, 2017). É um “movimento de busca da diversidade”, como um desejo de “tornar-se outro” (ROSA *et al.*, 2009). Por outro lado, na prática migratória, as memórias culturais acompanham o migrante e são

mantidas como referência muito tempo depois de eles terem partido. Perante o isolamento, estes passam a reconstruir “com grande precisão, as comunidades de origem no país de destino” (PEIXOTO, 2017, pp. 130 – 135).

Nesse contexto, a religião pode se fazer presente nessas comunidades como aspecto cultural (SAYAD, 1998, p. 15). Para muitos imigrantes, ela representa algo extremamente significativo, constituindo parte do cotidiano. As crenças e as práticas religiosas que acompanham essas pessoas afetam diretamente o contexto migratório de que participam. Apesar de alguns vivenciarem seus rituais de fé por meio de ligações com objetos religiosos, constituindo a própria residência como um pequeno templo de caráter individual, é muito comum o surgimento de espaços/comunidades étnico-religiosas interligadas a fluxos migratórios (SHERINGHAM, 2017, pp. 626 – 629).

Tais comunidades oferecem oportunidades para o imigrante exercer suas práticas religiosas, mas também se apresentam como apoio a necessidades financeiras, psicológicas e sociais que surgem em decorrência das demandas envolvidas no processo de migrar. Ao se constituírem como espaços de contribuição para a integração e a adaptação dos imigrantes ao novo contexto social, essas comunidades estabelecem um ambiente de esperança e confiança, além de suscitarem sentimento de pertença. Por outro lado, elas podem requerer contribuições financeiras de seus membros e exigir que estes cumpram algumas práticas estabelecidas pelo grupo (SHERINGHAM, 2017, pp. 626 – 629). Todo esse cenário apresentado nos oferece respaldo conceitual e teórico para a análise a partir da pesquisa etnográfica realizada.

5 COMUNIDADES RELIGIOSAS HAITIANAS E REDES MIGRATÓRIAS

Ao analisarmos o contexto das comunidades evangélicas haitianas a partir da pesquisa etnográfica realizada, observamos que as relações coletivas estabelecidas por esses grupos eram fortes, o que lhes permitiam criar “espaços” como extensões de redes migratórias aparentemente bem-sucedidas. O sentimento comunitário estabelecido, os estreitamentos das relações e os laços que reforçam vínculos étnicos e mecanismos de solidariedade (aspectos necessários para a manutenção do grupo) buscavam mais do que a construção e a reconstrução de uma identidade coletiva. Estes visavam a integração ao país de destino e o alcance de objetivos migratórios comuns, ainda que em partes.

Devemos destacar que as relações estabelecidas entre eles podem depender do contexto particular de cada comunidade, e que não é destituída de discórdias. De maneira geral, percebemos o envolvimento de questões que se articulam às necessidades cotidianas e migratórias desse contingente. Estas incluem desde a moradia até a operacionalização para migração de alguns de seus adeptos, a chegada de familiares, entre outras.

Também como consequência da precariedade do mercado de trabalho, que resulta em baixos salários para a grande maioria dos imigrantes haitianos de Guaianases, estes dividiam a locação de seus imóveis, concentrando-se em habitações que ocupavam o mesmo espaço. Esse fato aumentava a proximidade entre os imigrantes e reforçava laços sociais que fortaleciam sentimentos de pertença ao grupo.

Em relação às ações de apoio entre os adeptos desses grupos comunitários, observamos a existência de contribuições financeiras em favor de melhorias da comunidade ou do auxílio particular para alguns membros, de acordo com as necessidades que se apresentavam. Entre estas, além de moradia, alimentação, vestimenta, ajuda na busca de emprego, casamentos e outras. Mas havia também momentos de “solidão” e crise, articulados a questões emocionais e afetivas, além de problemas físicos de saúde, acidentes e perda de familiares, amigos e parentes em países distantes.

Apontamos que a comunidade buscava fazer parcerias, como, por exemplo, com Igrejas evangélicas brasileiras, mas, como a tentativa de cuidar do próprio grupo, visando sua segurança, se apresentava relevante entre eles, qualquer aproximação por parte de brasileiros poderia ser vista com alguma desconfiança. Assim, apesar da busca por um relacionamento com brasileiros, a situação era analisada cuidadosamente quando esta não vinha da parte do imigrante. Por isso, na maioria das vezes, a busca por essa articulação partia do próprio haitiano, e apesar desse esforço exercido pela comunidade em favor da integração de seus adeptos à nova realidade social, acontecia um certo isolamento destes em relação à sociedade mais ampla, ocasionando o fechamento do grupo em suas próprias comunidades étnicas.

Entendemos que os espaços físicos e sociais proporcionados pelas comunidades haitianas, ao oferecerem apoio para os seus adeptos que chegavam ou chegariam ao Brasil, podem ser compreendidos como extensões de rede migratória. Além de promoverem informações e contato entre pares, esses espaços se tornam meios pelos quais a busca de vínculos possibilita novas conexões e associações, como relações étnicas, residenciais, empregatícias, matrimoniais etc.

Observamos também que as concepções religiosas presentes nos grupos pesquisados (comunidades haitianas evangélicas) facilitavam as relações que buscavam com as comunidades evangélicas brasileiras, que, em muitos casos, eram essenciais para a criação dos espaços físicos anteriormente mencionados. Além desse aspecto, as concepções religiosas eram relevantes para as formas de pensar e de agir dessas comunidades. As práticas religiosas se manifestavam como um componente motivacional e fortalecedor de ações comportamentais que constituíam o cotidiano de tais comunidades, afetando diretamente a vida de seus integrantes e os contextos dos quais faziam parte.

De modo geral, podemos considerar que a comunidade evangélica haitiana era um espaço físico e social de conectividade, mas, acima de tudo, uma extensão natural de rede migratória, formada por interlocuções físicas e virtuais (oriundas da conectividade social virtual), visando oferecer suporte ao imigrante no país de destino. Além de fornecer informações aos adeptos imigrantes, o que é uma característica própria de redes, a comunidade promovia também a mediação de processos migratórios envolvendo seus membros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, as redes migratórias se tornam possíveis a partir das relações que se estabelecem entre migrantes, não migrantes e antigos migrantes nos locais de destino e de origem, e envolvem parentes e amigos que compartilham interesses e necessidades comuns, constituindo um capital social privilegiado. Por outro lado, existem as redes abusivas que, visando benefícios econômicos, atuam de maneira ilegal.

Vimos também que esse cenário pode ser compreendido, ainda que em partes, por meio das comunidades étnicas que se formam no local de destino, quesito que nos auxiliou na análise sobre as comunidades evangélicas haitianas no Brasil. Verificamos que essas comunidades visam objetivos migratórios comuns, suprindo diversas necessidades de seus adeptos e funcionando como uma extensão de rede migratória no país.

NOTAS

¹ Para mais, ver Marcelino (2021).

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. (Org.). **Migração internacional**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2013.

_____. Migrações internacionais: elementos para o debate no século XXI. In: CUTI, Dirceu; *et al.* **Migração, trabalho e cidadania**, São Paulo: Educ, 2015.

BAGGIO, F.; PARISE, P.; SANCHEZ, W. L. (Orgs.). **Mobilidade humana e identidades religiosas**. São Paulo: Paulus, 2016.

BARBOSA, R. F.; DADALTO, M. C.. Migración y la gobernanza global: el rol de las redes migrantes. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 20, n. 41, pp. 209 – 222, jan./abr. 2018.

BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

- DURAND, J. A arte de pesquisar sobre migrações: pressupostos metodológicos em ciências sociais. In: DURAND, J.; LUSSI, C. **Metodologia e teorias no estudo das migrações**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- FERNÁNDEZ, D. C. Coiotes. **Enciclopédia on-line latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2015. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/coiotes>> . Acesso em: 16/10/2019.
- FUSCO, W.; REZENDE, D. F. de A. Redes Sociais. In: CAVALCANTI, L.; BOTEAGA, T.; TONHATI, T.; ARAÚJO, D. (Orgs.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: UNB, 2017.
- GONÇALVES, A. J. **Migração: crises e encruzilhadas**. São Paulo: CEM/Missão Paz, 2019.
- LUSSI, C. Teorias da mobilidade humana: revisão bibliográfica. In: DURAND, J.; LUSSI, C. **Metodologia e teorias no estudo das migrações**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- MARCELINO, B. A. M. **Comunidades evangélicas haitianas: um estudo etnográfico em Guaianases, SP**. Tese de doutorado em Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021.
- PARISE, P. Imigração no Brasil: os números e os desafios sociais e éticos. In: BAGGIO, F.; PARISE, P.; SANCHEZ, W. L. (Orgs.). **Mobilidade humana e identidades religiosas**. São Paulo: Paulus, 2016.
- PEIXOTO, J. Comunidade – Coletivo de migrantes. In: CAVALCANTI, L.; BOTEAGA, T.; TONHATI, T.; ARAÚJO, D. (Orgs.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: UNB, 2017.
- ROSA, M. D.; BERTA, S. L.; CARIGNATO, T. T.; ALENCAR, S. A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. São Paulo, v. 12, n. 3, pp. 497 – 511, set. 2009.
- SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução de Cristina Murachco, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- SHERINGHAM, O. Religião. In: CAVALCANTI, L.; BOTEAGA, T.; TONHATI, T.; ARAÚJO, D. (Orgs.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: UNB, 2017.
- SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- SOARES, W. Rede migratória. In: CAVALCANTI, L.; BOTEAGA, T.; TONHATI, T.; ARAÚJO, D. (Orgs.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: UNB, 2017.

RESUMO

Esse artigo é um recorte de uma pesquisa realizada durante o doutorado, e visa abordar a relação entre comunidades religiosas e redes migratórias haitianas no Brasil. A metodologia de pesquisa adotada envolveu levantamento bibliográfico, etnografia e entrevistas abertas. No ano de 2010, a imigração haitiana para o Brasil foi intensificada e, logo que esses imigrantes chegaram ao país, foi possível observar o surgimento de diferentes comunidades religiosas (evangélicas) haitianas em várias regiões. Acompanhamos algumas dessas comunidades em um bairro periférico de São Paulo (Guaianases) e chegamos a alguns resultados. Verificamos que essas comunidades se tornam extensão de redes migratórias, articulando e favorecendo a migração de seus adeptos.

Palavras-chave: Comunidades religiosas; Redes migratórias; Haitianos no Brasil.

ABSTRACT

Sugestão: This paper is part of a research conducted towards a Doctoral degree. The goal is to look at the relationship between religious communities and haitians migrations networks in Brazil. The research method involved bibliography, ethnography and open interviews. In the year 2010 the haitian immigration to Brazil has been intensified and as soon as these immigrants arrived in the country we observed the emergence of different religious (evangelical) communities. We follow some of these communities in the outskirts of SP and we present some of the results. These communities become extensions of migratory networks, articulating and favoring the migration of their followers.

Keywords: Religious communities; migration network; Haitians in Brazil.

Refazer-se: ser migrante em tempos de pandemia

*Darci Donizetti da Silva**

1 INTRODUÇÃO

Mudar de um país para o outro, mesmo que em caráter temporário, não é fácil. Exige primeiro deixar para trás tudo o que mais importa à pessoa, como família, cultura, relações de amizade, encontros sociais, religiosos etc. Assim, a pessoa se vê mergulhada em um universo totalmente novo e desconhecido, fazendo com que se sinta, na maioria das vezes, totalmente perdida, isolada, em uma terra estranha. No entanto, por mais complexos que sejam os processos migratórios, tendo em vista o refazer-se diante de uma realidade totalmente nova, a decisão de migrar continua sendo tomada por milhares de pessoas no mundo inteiro. As motivações são as mais diversas e todas exigem uma grande dose de despojamento e coragem, uma vez que os desafios são constantes, e ainda mais intensos quando associados a um quadro de pandemia.

Para desenvolver essa reflexão, tomei como base uma entrevista feita em duas etapas com uma migrante residindo na região de Boston, estado de Massachusetts, nos EUA.

A escolha do indivíduo a ser entrevistado não se pautou pela busca de um perfil específico, mas foi feita de forma aleatória, embora a pessoa entrevistada tenha se revelado, mesmo não sendo esse o objetivo da nossa reflexão, com fortes características de gênero, uma vez que é jovem, mulher, residindo e enfrentando sozinha os desafios fora do seu país de origem.

O referencial teórico utilizado para esse artigo foi tomado da teoria da identidade desenvolvida por Ciampa (1987), dando especial ênfase ao sintagma identidade-metamorfose-emancipação, visando uma reflexão do enfrentamento e superação – ou não – da realidade de crise, potencializada pela pandemia, e seus efeitos sobre a identidade do migrante.

É do nosso conhecimento que os limites presentes na redação de um artigo não nos dão condições de responder de forma ampla a cada uma das proposições citadas no parágrafo anterior, até mesmo pela complexidade do

** Padre diocesano, mestre em Ciências da Religião e doutor em Psicologia Social pela PUC-SP. Trabalhou como missionário junto às comunidades católicas brasileiras nos EUA, na região da Nova Inglaterra, estado de Massachusetts. Atualmente é membro do Núcleo de Estudos em Psicologia Social da PUC-SP (NEPIM).*

momento histórico que estamos vivendo e da extensão do tema; entretanto, com isso também não queremos dizer que não seja possível refletir sobre essa realidade tão intrincada que envolve migração, identidade e pandemia, tendo em vista a importância do tema.

2 IDENTIDADE-METAMORFOSE-EMANCIPAÇÃO

Trabalhar com a noção de identidade não é algo simples devido à complexidade de sua conceitualização, além do fato de que ela tem sido objeto de pesquisa nas mais diversas áreas do conhecimento, tais como a Sociologia, Antropologia, Filosofia, Psicologia Social, Educacional e Clínica, dentre outras. A concepção de Ciampa (1987) sobre identidade como fenômeno está para além do campo meramente biológico, pois protagoniza a natureza social e histórica que produz a hominização do indivíduo.

Ciampa (1987) aponta que a identidade é algo dinâmico e que vai sendo construída ao longo da vida, permeada pelos processos históricos e pelos papéis que o indivíduo vai exercendo, numa interação dialética com o outro no contexto social vivido. Às mudanças sofridas pelo indivíduo, o referido autor nomeia metamorfose, para indicar que elas não estão meramente acontecendo, mas que também desencadeiam outras que acontecerão, sendo essas desencadeadas pelas situações históricas e sociais em que o indivíduo encontra-se inserido. Essa dinamicidade nos revela que o que conhecemos de uma identidade, em um determinado momento histórico, é também uma representação dela, e está sujeita a uma mudança. Assim, a identidade carrega em si a potencialidade de ser também fazedora de história, uma vez que ela é social e política:

Dizer que identidade de uma pessoa é um fenômeno social e não natural é aceitável pela grande maioria dos cientistas sociais (...) Com efeito, se estabelecermos uma distinção entre o objeto de nossa representação e a sua representação, veremos que ambos se apresentam como fenômenos sociais (...) Não podemos isolar de uma lado todo um conjunto de elementos biológicos, psicológicos, sociais etc. que podem caracterizar um indivíduo, identificando-o, e de outro lado a representação desse indivíduo como uma duplicação mental ou simbólica, que expressaria a sua identidade. Isso porque há uma interpenetração desses dois aspectos, de tal forma que a individualidade dada já pressupõe um processo anterior de representação (...) (CIAMPA, 1987, p. 64-65).

Nessa perspectiva, o autor compreende que a identidade é histórica, e encontra-se em uma via de duas mãos, pois não há história humana sem a atuação das personagens, assim como não há personagens fora de uma história.

Segundo Silva (2019 p, 47), Ciampa enxerga que dessa inter-relação entre indivíduo e realidade histórica é que a metamorfose se desencadeia, passando a se constituir numa trajetória de vida, e, conseqüentemente, num processo contínuo de transformação. Isso implica dizer aqui que um olhar atento ao indivíduo e à história nos coloca diante tanto da pessoa, em seu constante processo de mudança e resiliência, quanto dos processos de desigualdade e dos problemas sociais que a envolvem; processos que tanto podem contribuir para a sua emancipação como consubstanciar-se numa situação marginal.

Com sua tese identidade-metamorfose (1987), Ciampa¹ passa a nos oferecer alguns parâmetros teóricos para a análise da identidade, uma vez que o indivíduo nos é apresentado como sujeito transformador e autor da sua própria história, ainda que subordinado a outros processos extrínsecos a si mesmo, e isso já poderia nos parecer suficiente para uma leitura da realidade que envolve migrante-pandemia-identidade.

Em 1999, no Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), Ciampa propôs a ampliação do conceito identidade-metamorfose para o sintagma identidade-metamorfose-emancipação, nos levando a pensar o indivíduo não somente envolvido em um processo de identidade-metamorfose, mas também diante de possibilidades regulatórias, bem como emancipatórias. Os estudos de identidade, a partir destes conceitos, têm buscado compreender as possibilidades de superação de uma identidade convencional para uma pós-convencional, ou seja, de uma identidade convencionalizada a valores normativos, impostos através dos papéis sociais, para uma identidade crítica da realidade, buscando reinventar o desempenho dos papéis impostos social e historicamente. Cabe destacar que a identidade em emancipação é apenas uma possibilidade e não uma inevitabilidade.

A partir desse sintagma, a identidade passou a ser estudada não somente como metamorfose, mas também em busca de emancipação, podendo essa ser atingida ou não, já que o desenvolvimento de uma identidade pós-convencional nem sempre é apreendido.

Com base nesses apontamentos é que nos propomos a refletir sobre o tema migrante-pandemia-identidade a partir da narrativa de Hortência, realizada em duas etapas – a primeira, ainda nos primeiros meses da pandemia nos EUA, e a segunda após terem se passado dez meses –, visando entrever possíveis metamorfoses no contexto pandêmico.

3 SER MIGRANTE EM TEMPO DE PANDEMIA

Suess (2010) aponta que não só a cultura, mas tudo o que envolve a vida contribui para a formação da identidade do indivíduo, sendo que o migrante é portador de uma identidade marcada, tanto pelo que trouxe consigo, bem como pelas novas experiências que vão sendo agregadas à sua nova trajetória de vida.

Dessa inferência, podemos denotar a importância de se falar de identidade quando falamos de migrantes; de questionar o que muda e o que não muda e como muda na sua identidade; o que facilita ou dificulta essas mudanças em tempo de pandemia.

A primeira entrevista realizada com Hortência², em 02 de junho de 2020, a encontrou no início da pandemia nos EUA, embora esta já viesse contando com um crescimento altíssimo de casos confirmados de Covid-19 e de mortes. Em pesquisa no site www.who.int (World Health Organization), naquele dia haviam sido confirmados 26.116 novos casos e 693 mortes.

Hortência se apresentava apreensiva em relação ao seu futuro por se ver em meio a uma grave crise que a havia pego desprevenida. Iniciou a nossa conversa contando que a pandemia havia levado a um *lockdown* de todos os serviços não essenciais em Boston e arredores, colocando a cidade em polvorosa, com pessoas lotando supermercados, estocando alimentos, água e combustível.

Ela dizia que estava com medo e sem saber o que fazer, e isso porque, naquele mesmo dia, havia recebido uma mensagem de sua patroa notificando que todo o trabalho de *house cleaning* da semana havia sido cancelado, o que significava falta de entrada de recursos financeiros para custear o seu pagamento de aluguel, alimentação e compromissos firmados no Brasil.

Hortência estava com 25 anos e residindo nos EUA há 4. Ela narrou que viveu no Brasil até os 21 anos, quando decidiu ir para os EUA. Na época, ela havia saído de um relacionamento amoroso e não estava feliz com o trabalho que exercia em um supermercado da cidade: “Eu não via nenhuma possibilidade de mudança nem crescimento profissional para mim, foi aí que me decidi a vir pra cá e trabalhar para adquirir alguns bens no Brasil e mudar a minha vida” (Hortência).

Hortência havia começado toda essa trajetória porque se mostrara infeliz com a realidade que estava vivendo. Queria mais do que simplesmente trabalhar em um supermercado e isso exigiu-lhe uma mudança, um novo projeto de vida. Embora ela não se sentisse preparada para isso, o desejo de mudar a direção de sua vida era maior. Essa tomada de decisão, por parte de Hortência, traria, incondicionalmente, uma metamorfose em sua identidade: de cidadã para imigrante.

Hortência narra que estava tudo preparado para a sua viagem, que seria feita na companhia de outros primos, porém, como ela nos relata em suas próprias palavras, “tudo mudou nos 45 minutos do segundo tempo e eu tive que vir sozinha”.

Eu perguntei como ela havia se sentido, deixando o seu país para trás para iniciar uma nova etapa na sua história de vida, ao que ela respondeu prontamente:

Eu sabia que não podia mais voltar atrás e por isso embarquei em um voo para o Panamá. Durante aquele voo eu já me encontrava arrependida da decisão que eu

havia tomado de vir para os EUA, e se eu tivesse alguma escolha, teria voltado do aeroporto mesmo, mas eu já tinha assumido uma dívida com a viagem e tinha que trabalhar para pagá-la. (...) Foi sacrificante pra mim deixar minha família e tudo o que eu tinha na minha cidade. Eu tive uma clara noção de que, embora não fosse exatamente o que eu queria, era o que eu precisava fazer. Hoje, quando me lembro de tudo o que passei – pular o muro na fronteira do México com os Estados Unidos; caminhar pelo deserto sendo guiada pelo coiote, que não estava nem aí se eu estava ficando para trás ou não –, eu vejo o perigo que foi tudo aquilo. O mais impressionante é que eu não tive medo. Eu só pensava uma coisa: ‘Eu tenho que chegar, não posso morrer aqui’ (Hortência).

Nesse primeiro momento, como fruto da sua decisão, Hortência faz memória da sua saída do Brasil. Uma decisão que não era de forma alguma simples, pois a inseria em uma nova realidade totalmente nova, a começar pela superação do obstáculo que a impedia de entrar nos EUA. A personagem por ela utilizada nesse momento é a de uma pessoa corajosa, porém intimamente fragilizada diante da situação de perigo em que ela mesma havia se colocado.

Depois de ter chegado à cidade de Boston, Hortência conta que foi morar com um primo que já residia lá. Esse primo era casado e não demorou muito para que ela começasse a ter dificuldades com a esposa dele. No entanto, não havia como mudar muita coisa, pois ela chegara endividada e, portanto, tinha que se concentrar em trabalhar e pagar essa dívida.

Finalmente, tendo a dívida sido quitada, e já não suportando mais morar com o casal, tomou a decisão de alugar uma casa e morar só. Uma atitude nada convencional adotada por uma mulher, migrante, “menina inocente vinda do Brasil”, sozinha e sem nenhuma segurança.

Neste momento a personagem³ se transforma na “migrante, mulher lutadora”. Assim como quando saiu do Brasil, Hortência se mostra capaz de decisões difíceis. Apesar de ambas as ações terem sido na direção da concretização de seu projeto de futuro, esta última apresenta características emancipadoras na medida que desempenha seu papel social de mulher migrante, diferente do esperado. Com a mudança da casa do primo para uma moradia sozinha, podemos observar uma mulher que deseja autonomia para conduzir seu projeto de vida.

Nesse passo dado por ela, uma grande mudança aconteceu. Agora, separada não só do universo familiar, e se abrindo para uma inserção maior na realidade que a cercava, ela se viu impelida a adotar outras ações, conseqüentemente, se expondo mais, e, também, se arriscando mais. Isso fica mais claro quando conversamos pela segunda vez 10 meses depois, quando vivia nova etapa da pandemia.

Em janeiro de 2021, Hortência apresentava-se mais reflexiva, fazendo uma análise de si mesma e de tudo o que ela já havia passado e ainda estava passando devido à pandemia. Ela mesma se dá conta das inúmeras metamorfoses ocorridas nesse período desde o início da pandemia. Mudanças refletidas na sua trajetória histórica de menina inocente que havia chegado aos EUA em busca de uma vida melhor, para dar lugar à mulher lutadora e independente. Iniciou a sua fala dizendo:

No início da pandemia eu fiquei muito perdida. Sinceramente eu me senti sem rumo. Hoje eu já estou mais calma, mais tranquila; embora ainda tenha medo. Não foi fácil me ver sozinha e com gente morrendo por todo lado. Além disso havia as contas a serem pagas e como o trabalho parou, como é que eu podia pagar o meu aluguel e comprar comida? Naquele dia eu disse pra mim mesma: 'Eu estou sozinha aqui e agora sou eu por mim mesma'. De um lado tinha esse vírus e do outro as contas que eu tinha pra pagar. O dono da casa queria receber o aluguel e eu não tinha como pagar, entre outras coisas. Foi muito pesado lidar com tudo isso, e ainda é (Hortência).

A pandemia começou a trazer uma outra consciência de vida e de projetos de vida para Hortência. Junto aos desafios de autossustentar-se tinha também o medo de adoecer e a plena consciência de sua solidão. Hortência flutuava entre dois mundos – o que ela havia deixado para trás com todas as suas possíveis seguranças, e o mundo em que agora era a migrante que tinha que resolver seus problemas sozinha. É possível até mesmo perceber sua dor e a consciência de alguém que se descobriu vulnerável e que não pode vacilar:

Além disso havia o medo muito grande de ser infectada. Eu tive a sensação de que eu poderia morrer sozinha aqui. No Brasil eu ainda tinha a minha família. Lá é mais fácil, porque é o meu país. É o meu idioma e que eu domino. Aqui não. Basta olhar para o fato de que eu sou mulher, sou migrante e sou sozinha. Como eu já disse: 'até mesmo para ficar hospitalizada para um tratamento é tudo mais difícil'. (...) aqui é um lugar que nos dá muito medo. Aqui a gente não pode se "dar ao luxo" de ficar doente. Eu principalmente. Como eu moro sozinha, eu vivo aqui sozinha, se eu fico doente, eu não tenho ninguém para ficar comigo. Para cuidar de mim. Se eu ficar internada, eu não tenho ninguém para cuidar das despesas da minha casa. Sem até mesmo o mais básico. Se eu precisar de alguém para me ajudar a tomar banho, fica difícil, pois a pessoa não pode perder o dia de serviço dela para cuidar de mim. Então tudo isso tem

que ser levado em consideração. (...) A pandemia veio para nos chamar a atenção em dar valor aos mínimos detalhes. Veio nos ensinar que não temos domínio de nada. Por mais que eu tenha dinheiro, estabilidade, saúde, não temos domínio de nada (Hortência).

A pandemia trouxe toda a insegurança que o fato de a pessoa ser migrante, não documentada e sem um grupo de apoio, possa experimentar.

As situações cotidianas exigem que a personagem “migrante, mulher lutadora” se fortaleça. Embora o trabalho de limpeza das casas tenha retornado, existe uma suspeita alimentada por boatos de que ele pode vir a parar a qualquer momento. O momento vivido por Hortência denuncia as incertezas e inseguranças que a pandemia vai instalando em sua vida e na dos outros migrantes – um futuro sem certezas; uma instabilidade que coloca em suspensão seu projeto de vida.

Graças a Deus o trabalho já voltou bem. Embora a minha patroa esteja sempre com medo, pois falam o tempo todo sobre uma nova parada. Se fechar tudo de novo, teremos que parar novamente de trabalhar. É um tempo muito inseguro. Não tem como planejar; não tem como arriscar, porque a gente não sabe o que vai acontecer. A vida da gente fica meio parada. Quando paramos para pensar, o ano passado todo, em termos de planos materiais, foi descartado. Vivemos reféns do vírus (Hortência).

Hortência revela as dificuldades e a forma como ela e as companheiras são tratadas em seu trabalho. Ao olhar para o encontro entre as diferenças e igualdades que fazem parte da vida do migrante, é possível observar como as relações sociais e de trabalho são construídas nesse universo. A imersão nessa realidade nos permite trazer à tona políticas de identidade que se encontram subjacentes a essas relações, assim como a existência ou não de projetos de vida que possibilitem a superação de realidades opressoras.

Nas casas que limpamos as pessoas continuam com medo. Temos que trabalhar de máscara e luvas o tempo todo, mesmo não havendo ninguém em casa. Em algumas casas os proprietários não nos deixam ter contato com a cama. Algumas casas nós só podemos entrar quando não se encontra nenhuma pessoa lá. A gente sente como as pessoas estão receosas (Hortência).

Como está fora do seu alcance a mudança dessa realidade, Hortência não encontra alternativas de superação, na medida que está em questão sua sobrevivência, bem como o projeto de vida; a única alternativa compreendida é

a submissão aos meios estipulados na esperança de que tudo dê certo. Contudo não deixa de manifestar uma identidade de resistência, porém velada e só revelada no grupo de iguais. Essa realidade acaba por impossibilitar processos de metamorfose na direção da emancipação, pois não enseja a articulação de igualdades e diferenças com a finalidade de superar a realidade que escraviza:

Nós não lidamos muito bem com isso não. Nós sempre falamos com a nossa patroa assim: “Eles são ricos. São eles que viajam. Foram eles que trouxeram o vírus e não nós”. Tem uma baiana arretada que trabalha com a gente que fala: “Nós somos pobres e são eles que têm medo da gente” (aqui eu entendi que ela tomava a frase da amiga como extensão da fala dela. Eles são os ricos que trouxeram a doença. Nós somos os pobres que não saímos daqui para irmos a nenhum lugar. Dessa forma, somos nós que temos de ter medo deles e não eles de nós). Constantemente a nossa patroa nos pede para colocarmos a máscara, pois muitas casas têm câmeras. Nós sempre respondemos: “É claro que nós vamos colocar. Estamos morrendo de medo de sermos infectadas por essa casa” (Hortência).

A realidade migratória em si mesma já é geradora de desafios constantes a serem superados. Quando associada a um contexto de pandemia, torna ainda mais desumana a vida do migrante. Hortência expressa com poucas palavras que ela não está alienada de sua condição de migrante e dos desafios que tem que superar:

Este é um país que se você não trabalha não existe essa de vou ficar em casa. Aqui se você não ganhar o seu dia é prejuízo pra você. Isso porque se você não está trabalhando, se o seu trabalho está parado, o dono da casa que você aluga não quer nem saber. Ele quer receber o aluguel dele. O dinheiro para a alimentação tem que entrar. Aqui não existe aquela questão de passar a nota (compra a prazo com anotação em caderneta) (Hortência).

Dantas, Ueno, Leifert e Suguiura (2010) apontam que a crise é algo inevitável e que ela coloca a identidade em movimento. Nesse contexto, Hortência fala da pandemia e da aprendizagem em decorrência das adversidades. Dando voz à narradora:

Na última conversa nossa, no dia 02 de Junho, eu estava muito atribulada. Eu estava sem trabalhar devido ao ‘lockdown’. Eu aprendi nessa pandemia que tudo tem o valor que a gente dá. Se tem um problema, eu tenho que

ficar focada e resolver. Às vezes a gente até tem que ignorar o problema e esperar aquilo ali passar. Não pode deixar essas coisas mandar na vida da gente não. Na maioria das vezes eu tento resolver tudo o mais rápido. Eu sempre tentei resolver as coisas que me traziam alguma dificuldade. No início desta pandemia eu chegava a ficar até mesmo abatida. Hoje eu lido com as coisas de forma diferente. Busco resolver o mais rápido possível, mas se está fora do meu alcance, eu busco pensar em outras coisas para não ficar sofrendo tanto e espero a dificuldade passar. (...) Em relação aos planos que eu tinha quando eu cheguei aqui, acho que mudei bastante. A gente planeja tantas coisas e no final nós não temos domínio de nada. Eu cheguei a uma conclusão de que tudo tem o seu tempo e não tem como escapar. Temos que viver o bom e o ruim. Cada um no seu próprio tempo. Afinal, tudo é tão passageiro (Hortência).

Hortência substituiu a personagem da “migrante menina inocente” que havia vindo do interior do Brasil pela “migrante mulher lutadora”, em uma nova etapa da sua vida. Em vulnerabilidade ela se reconhece – “tem hora que eu me vejo empurrando as coisas com a barriga”[...] “tem dias que a gente tem que matar não somente um leão pra sobreviver aqui; com essa pandemia a gente tem que matar muitos ao mesmo tempo”. Ela sente o peso da escolha que fez por se tornar uma migrante, mas ao mesmo tempo se orgulha por ser capaz de residir sozinha, cuidar de si e se autossustentar.

Sendo muito honesta, às vezes eu nem vejo o tempo passar. Quando eu olho pra mim hoje, tem hora que eu não consigo me ver como uma pessoa corajosa. No entanto, quando eu olho para trás e vejo tudo o que eu passei, consigo perceber: a situação fez com que a coragem estivesse lá. (...) “As pessoas falam da minha coragem, porém, no meu cansaço, tem dias que eu acho que somente empurro algumas coisas com a barriga”. (...) Eu me vejo como uma mulher batalhadora. Às vezes nos temos que matar alguns leões. Cada dia aqui é diferente. É até difícil da gente falar – aqui é um lugar muito estranho; as pessoas são estranhas. Sinto que as pessoas querem passar você para trás. Não se pode confiar nas pessoas. É muito difícil ter uma amizade aqui que venha realmente a somar. O clima aqui, eu sinto, que na maior parte do tempo é muito pesado. Nessa pandemia a gente não mata só um leão por dia não; tem dias que a gente mata são muitos”. (...) Eu não sabia que eu tinha essa força toda. Quando paro pra pensar, eu tive que ter força já lá desde o início, quando ainda estava me

preparando para vir para cá. Tive que ter força para impor a minha vontade de vir. Força para vir sozinha, pois, como já disse, eu viria com meus primos e, nos 45 minutos do segundo tempo, mudou tudo. Hoje moro sozinha e sou eu mesma quem paga todas as minhas contas (Hortência).

Hortência narra como a condição de migrante ajudou-a a se tornar mais forte:

Quando eu saí (do Brasil) eu era uma menina. Eu estava estancada com tudo. Tudo era novo pra mim. Eu tinha medo de arriscar. Hoje eu estou mais forte; mais decidida naquilo que eu quero. Aqui eu fiquei mais forte e amadureci. (...) Apesar de tudo, hoje eu acho que estou mais forte para lidar com essa vulnerabilidade. Eu vejo que com as coisas que a gente vai passando, a gente vai se tornando uma fortaleza por saber que em tudo a gente tem que acolher, né? (Hortência).

A narradora nos fala o quanto a pandemia a fez colocar os pés no chão e relativizar os seus projetos de vida:

A pandemia veio para nos chamar a atenção em dar valor aos mínimos detalhes. Veio nos ensinar que não temos domínio de nada. Por mais que eu tenha dinheiro, estabilidade, saúde, não temos domínio de nada. (Hortência).

A personagem “migrante mulher lutadora” dá espaço a uma nova personagem no confronto com a vida em tempo de pandemia: a “migrante mulher fortalecida”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final desta reflexão sobre a identidade do migrante em tempos de pandemia, pudemos perceber como Hortência, ao nos apresentar a história de sua trajetória de migrante e seu projeto de futuro, nos revela como a pandemia tem se mostrado como uma potencializadora de situações de dor, medo e constrangimento.

Sabemos que a situação do migrante já é, por si mesma, desafiadora, pois o indivíduo se encontra imerso em uma realidade que não é naturalmente a sua. Estão presentes os desafios da cultura, da língua, da invisibilidade enquanto grupo étnico, do medo de serem presos e deportados por serem, na maioria, não documentados. São inúmeros os desafios por que passam, pela concretude do local onde se encontram inseridos e também pelos sentimentos mais

diversificados que se associam à distância do seu país de origem, à saudade da família e dos amigos, aos lutos e nascimentos em que não puderam estar presentes, dentre tantas outras coisas.

Em minha tese de doutorado pela PUC-SP, sob a orientação da Dra. Prof. Cecília Pescatore Alves, com o título “Sob o véu da Igreja Católica a serviço dos imigrantes brasileiros nos EUA: Políticas de identidade”, reflito sobre essas realidades e como elas revelam e formam a identidade do migrante nos EUA.

Assim, o migrante já é assolado por muitos desafios com os quais tem que lidar diariamente, e Hortência nos proporcionou identificar, através da sua história de vida, que a pandemia veio potencializar esses desafios já vividos, intensificando as experiências e aprendizagens. Deste modo, pudemos entrever como o seu processo de identidade foi se metamorfoseando, na medida que a pandemia foi trazendo situações de conflito que exigiam decisões imediatas.

NOTAS

¹ A teoria sobre identidade-metamorfose elaborada por Ciampa em sua tese de doutorado e publicada em 1987 pela Editora Brasiliense – **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de Psicologia Social** – é mais ampla, e estamos nos utilizando apenas de algumas categorias para a reflexão neste artigo, mas sem menosprezar ou ignorar a importância de todas as outras categorias vinculadas a esse binômio.

² Nome fictício dado à entrevistada com a finalidade de proteger o seu anonimato.

³ Na concepção de identidade aqui seguida, a personagem refere-se à manifestação, no empírico, da identidade.

REFERÊNCIAS

CIAMPA, A.C.A. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

DANTAS, Sylvia, UENO, Laura, LEIFERT, Gabriela & SUGUIURA, Marcos. **Identidade**, migração e suas dimensões psicossociais. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, Ano XVIII, Nº 34, p. 45-60, jan./jun. 2010.

SILVA, D. D. **Sob o véu da Igreja Católica a serviço dos imigrantes brasileiros nos EUA**: Políticas de identidade. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Psicologia Social. São Paulo: PUC-SP, 2019.

HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SUESS, Paulo. Migração, identidade, interculturalização – Teses e fragmentos para um discernimento teológico-pastoral. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, Ano XVIII, Nº 34, p. 169-183, jan./jun. 201

RESUMO

Este artigo aborda a identidade a partir da imersão num contexto de pandemia. Inicialmente, apresenta o referencial teórico tomado da teoria da identidade desenvolvida por Ciampa (1987), com ênfase no sintagma identidade-metamorfose-emancipação. A partir da história de vida narrada por uma migrante, podemos ver como a pandemia é capaz de acelerar as metamorfoses pelas quais passam os indivíduos, transformando a entrevistada, de “migrante menina inocente”, que havia vindo do interior do Brasil, em “migrante mulher fortalecida”.

Palavras-chave: identidade; pandemia; história de vida; metamorfose; migrante

ABSTRACT

This article addresses identity through immersion in a pandemic context. Initially, it presents the theoretical framework taken from the theory of identity developed by Ciampa (1987), with emphasis on the phrase identity-metamorphosis-emancipation. From the life story narrated by a migrant, we can see how the pandemic is able to accelerate the metamorphosis that individuals go through, by turning the “innocent girl migrant” who had come from the interior of Brazil into “empowered woman migrant”.

Keywords: identity; pandemic; life story; metamorphosis; migrant

“Saudade de minha terra”- relato de interações com migrantes em UTI hospitalar durante a pandemia de Covid-19

*Ludmila Montandon Piros**
*Luciane de Andrade Barreto***

1 INTRODUÇÃO

Entre tantos desafios que atravessaram a vida das pessoas, neste período de pandemia de Covid-19, o distanciamento físico foi um dos mais complexos. Nesse contexto, um dos territórios alterados em meio à pandemia foi o universitário já que, a partir de março, com a determinação da quarentena, as aulas do meu último ano da graduação em Psicologia se tornaram todas remotas e as práticas de estágio foram adaptadas a alternativas à distância em que houvesse o respeito ao isolamento social tanto de alunos e professores quanto de grupos e pacientes interessados em apoio psicológico. Apenas a partir de julho, surgiu uma proposta de estágio em ambiente hospitalar, com a realização de visitas virtuais, para que pessoas, durante suas internações, pudessem manter o contato com seus familiares, considerando que, em razão da pandemia, os pacientes não podiam ter contato direto com sua família nem ela poderia entrar no hospital para evitar qualquer risco de contaminação durante as visitas, antes naturais e necessárias para a saúde mental de todos os envolvidos.

Dessa forma, para as pessoas saudáveis, o cuidado para não se contaminarem, nem contaminar outrem, foi uma escolha psicologicamente difícil para muitos. Porém, para as pessoas que já possuíam problemas de saúde, o cuidado não era uma opção, mas sim uma necessidade. Se para os que possuíam problemas significativos de saúde, mesmo que controlados, o distanciamento era necessário, para os indivíduos em situação de internação hospitalar, o distanciamento se tornou obrigatório e passou a ser, de fato, um isolamento social.

* *Voluntária de Visitas Virtuais de hospital público de SP; Voluntária em ONG religiosa; Graduada em Psicologia pela Universidade Paulista/UNIP*

** *Professora e supervisora de estágio na área de Saúde na graduação de Psicologia pela Universidade Paulista/UNIP*

É sobre este último grupo de pessoas supracitado, os indivíduos em situação de internação hospitalar, os quais chamarei de pacientes, que discorrerei relatando uma das experiências mais significativas que tive com migrantes, no decorrer de meus anos de voluntariado. As experiências ocorreram como parte do cumprimento de estágio obrigatório da Disciplina de Psicologia da Saúde da UNIP-SP e se deram em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) de um hospital público, localizado na cidade de São Paulo; os nomes dos pacientes foram alterados a fim de preservar suas identidades e em respeito e consideração a eles e a seus familiares.

Num contexto de internação hospitalar, todos os pacientes são, metafórica ou literalmente, migrantes, haja vista estarem todos fora de seus territórios habituais e terem muito de sua identidade, literal ou subjetiva, obscurecida pelos cuidados técnicos necessários à manutenção de sua vida.

A internação interrompe o curso de vida diário do paciente e do familiar, há ansiedades e frustrações evidenciadas nas falas de diversos pacientes, como querer ir para casa ou querer estar com o familiar e cuidar de si pessoalmente, uma vez que não possuem o controle de seu espaço vital durante esse período de internação.

Durante a pandemia, por medida de segurança, as visitas físicas, salvo em casos raros e pontuais, e com muita paramentação e controle, não foram permitidas, na grande maioria dos serviços hospitalares. Soma-se a este cenário já complexo a condição de migrantes literais, pacientes cardiopatas e/ou com doenças pulmonares graves, oriundos de outros estados do Brasil, e do interior do estado de São Paulo, internados para tratamento de doenças crônicas graves, cujas famílias estavam impossibilitadas de manter o convívio físico, tanto pelas restrições da pandemia quanto pela distância geográfica.

A maneira encontrada pelo grupo de humanização do hospital para diminuir o sofrimento desses pacientes e familiares foi promover, com o auxílio de profissionais de saúde voluntários, estagiários, musicistas e contadores de histórias, encontros através de visitas virtuais por meio de tablets e smartphones.

2 UM CANTOR MINEIRO

Ismael era um paciente idoso, natural de Minas Gerais, estava consciente, porém, inicialmente, indisposto. Ele estava no escuro e totalmente coberto pelo lençol, atendeu os estagiários sem responder de início, descobrindo apenas os olhos. Após ser apresentada a possibilidade de ser feita uma visita virtual com sua filha e com duas artistas, ele contou que gostava de cantar, mas que, desde o início da pandemia, seu coração estava triste e não cantava mais. A voluntária lhe perguntou sobre as músicas de que ele gostava e iniciou algumas, ela cantava o início e ele, ao recordá-las, continuava a canção. Após estabelecido esse primeiro contato, a visita virtual teve início com a participação

da filha, que se emocionou muito ao ver o pai cantando, e o próprio paciente se emocionou ao cantar acompanhado da filha e das artistas e ser aplaudido por elas e pelas estagiárias presentes.

Cantou com emoção e citou, para os presentes e virtuais, as delícias de que sentia falta, falou do queijo mineiro, do café, do bolo de fubá. No final da visita, ele disse que estava “ótimo, com o coração cheio de alegria, com energia para ir para casa” (sic), tentou sair e pedir alta hospitalar, mas só após a voluntária e a enfermeira explicarem que ele precisaria aguardar até o dia seguinte para a avaliação médica foi que ele se sentou e concordou em aguardar “mais 1 dia” (sic) e se colocou à disposição para cantar quando os estagiários e enfermeiros quisessem; disse que, mesmo que ele já tivesse ido para casa, poderiam chamá-lo, e ele voltaria para cantar para os aniversariantes.

3 AS DUAS COMADRES

Nesse dia, após conversar um pouco com alguns pacientes que estavam acordados e fazer algumas visitas virtuais com as famílias, a dupla de estagiárias decidiu fazer a visita com as artistas (musicista e contadora de história) num quarto com dois leitos e contemplar as duas pacientes e suas famílias.

Enquanto uma estagiária ficava com um tablet para uma paciente, a outra ficava com o smartphone com a que estava no leito ao lado, numa única videochamada.

As pacientes eram duas mulheres de mais de 60 anos, Elza, internada por arritmia cardíaca, e Ângela, com insuficiência cardíaca grave.

Elza ria bastante com as histórias da narradora, e sua família no interior do estado também. Ângela, natural da Paraíba, seguia as músicas com palmas e com o balançar da cabeça e dos braços e dizia que estava fraca para cantar mais forte, mas que, apesar de se sentir fraca, aquelas músicas de sanfona e as canções “lá do sertão” (sic) faziam o “coração bater feliz” (sic). Seu único filho cantou com a mãe e a musicista sanfoneira e se emocionou até às lágrimas. A mãe o confortava, dizendo “a música é linda, mas chora não, eu te amo, meu filho, você é o grande presente da minha vida” (sic), e ele respondia com palavras de gratidão e amor. O filho afirmou que queria que ela fosse para casa para estar com ele quando o bebê (o primeiro neto de Ângela) nascesse ou que ele pudesse estar ali com ela.

Elza, que tinha seu próprio celular, pediu para as estagiárias compartilharem seu contato com o filho de Ângela para que ele e a mãe pudessem conversar mais vezes, já que ela não tinha celular e só falava com o filho nos dias da visita virtual.

Ângela disse que as estagiárias e as artistas eram anjos, pois vinham com muito carinho conversar com ela e proporcionar que ela visse seu filho e cantasse as músicas do sertão, contou que podia fechar os olhos e sentir o cheiro

de sua terra. O filho, por sua vez, também disse palavras de gratidão e se dispôs a contribuir com o projeto das Visitas Virtuais de algum modo para que mais pacientes e famílias pudessem ser atendidos.

4 UMA MÃE CEARENSE

Quando o paciente é menor de idade, é necessária a companhia constante de um adulto responsável, e, no caso de Bernardo, como em quase todos os casos de pediatria, a acompanhante era a mãe. Bernardo estava internado devido a complicações por fibrose cística. Quando conversado com essa criança e a mãe sobre a proposta da visita com as artistas, a mãe, apesar de responder de forma sucinta e séria, ficou mais interessada que o filho, que, no momento, estava atento a um jogo digital. Porém, quando teve início a chamada com a irmã mais velha, que estava na casa da família, o paciente começou a se interessar e a perguntar sobre o cachorro de estimação, chamado Bolinha. Depois que a narradora e a musicista entraram na chamada e a musicista mostrou a sanfona, a mãe ficou mais extrovertida e participativa. Ela e a filha disseram gostar muito de forró, quando a musicista-sanfoneira se apresentou. Quando perguntado sobre o tipo de histórias que o paciente gostava de ler ou ouvir, ele disse que não sabia. A mãe disse que ele passava mais tempo no hospital que em casa, e, por esta razão, tivera pouco contato com os estudos, e nunca pôde participar de contação de histórias com artistas, aquela seria a primeira vez dele.

No transcorrer da visita, a mãe, junto ao leito, e a irmã, em casa, via vídeo, cantaram junto à musicista todas as músicas trazidas, contando que as faziam lembrar-se do Ceará. A narradora trouxe um apito que imitava um passarinho, o paciente riu e sorriu muito, contou que, em casa, ouvia pássaros também. Bernardo se divertiu com as histórias, principalmente as de animais, em que a artista incorporava o nome do cachorro do paciente.

5 UM BAIANO CALADO

Um dos pacientes que recebeu a visita com arte, naquele dia, foi Joaquim, de 42 anos; internado há um mês, havia recusado todas as propostas anteriores de visita virtual padrão com a família, bem como quaisquer interações amistosas de diálogo com os voluntários e estagiários. Porém, nesse dia, foi feita outra tentativa, a pedido da enfermagem, e ele aceitou receber a visita virtual com música e contação de histórias, apenas ele e os artistas, sem a família. Quando os artistas perguntaram de onde ele era e ele contou ser baiano, logo houve uma identificação com o músico, que disse ser casado com uma baiana, e trouxe para a conversa vários elementos da cultura baiana (alimentação, palavreado, costumes). Foi então a primeira vez que a estagiária viu esse paciente sorrir, desde as primeiras tentativas de interação. Ele cantou baixinho várias músicas junto ao cantor e se emocionou com histórias compartilhadas pela contadora.

6 AMOR, FÉ E UMA DESPEDIDA, DESDE O INTERIOR DO PARANÁ

Fausto, cerca de 73 anos, que havia sido extubado (retirado o tubo conectado ao respirador artificial) no dia anterior, falava pela primeira vez com a família após um longo período intubado e sedado. Nessa visita, participaram a neta, uma adulta jovem, e a esposa, que moram no estado do Paraná. Ambas ficaram muito emocionadas ao falar com o paciente. O início da conversa girou em torno do estado de saúde do paciente e, após uma breve intervenção da estagiária, perguntando ao paciente o que ele gostaria de saber sobre a família, sobre seu lar e amigos, a conversa então girou em torno de outros familiares, amigos e assuntos de interesse do paciente, como sua Igreja.

Após a introdução dos artistas na chamada, o paciente interagiu menos, dizendo que queria mais era ouvir, então ouviu a esposa conversando com os músicos sobre fé e religião. Os artistas trouxeram músicas e histórias de cunho espiritual, com temática cristã, e algumas que falavam da natureza, que foram bem apreciadas pelos participantes.

A esposa disse que gostaria de fazer uma oração e o paciente disse que queria ouvi-la orando e convidou a todos os presentes-virtuais para participar. A esposa colocou sobre a cabeça um véu branco e, com todos em reverente silêncio, orou, agradecendo por estar vendo virtualmente e falando com o esposo através de “anjos de bondade” (sic), foi nomeando várias funções da equipe (estagiários, voluntárias, enfermeiros, médicos, faxineiros, cozinheiros, artistas, porteiros...) e pediu na oração que cada um fosse abençoado por Deus e Jesus Cristo pelo bem que estavam fazendo a seu esposo e a todos os pacientes.

Foi um momento muito emocionante para todos os presentes, em especial para o paciente, que chorou, mas disse que era de gratidão.

Na semana seguinte, Fausto estava mais abatido, aparentemente consternado. Durante a visita, havia um enfermeiro ao lado do leito, cuidando da hemodiálise do paciente, que respondia, com gestos para a estagiária, todas as perguntas de sua esposa; apesar de relatar receber o boletim médico diariamente, ela fez várias perguntas. A esposa perguntou se o intestino havia funcionado, os rins e outros órgãos; exceto pelo intestino, a resposta do enfermeiro foi negativa em relação à melhora do funcionamento dos órgãos. Apesar disso, a esposa disse que tinha fé e estava orando por um milagre, afirmou que o esposo estava com uma boa aparência, logo teria alta, que deveria ficar só mais um pouco no hospital para ficar bem e “voltar para ela de vez” (sic). Disse que, em sua cidade no Paraná, todos os amigos e familiares oravam por ele e que ela havia feito uma capa nova para a poltrona de onde Fausto assistia televisão, com o cachorro de estimação ao seu lado. Fausto, após ouvir essa fala da esposa, lhe agradeceu por sua fé, amor e orações e pediu que agradecesse a cada um dos familiares, amigos, pastores e irmãos de sua Igreja, pela bondade de se importarem e terem sido muito bons com ele. Também disse que, apesar

de toda a equipe de saúde ser muito boa, cuidadosa e tratar bem dele, estava sendo muito difícil para ele. Disse “só eu e Deus sabemos o quanto sofri e o que passei nesses 26 dias sem falar, sem me mexer, sozinho... é muito duro isso... não estou bem, estou cansado” (sic); a esposa respondeu, dizendo que ele ia ficar bem. Ele respirou fundo, olhou em silêncio para a estagiária e, após alguns segundos, disse baixinho “ela não está entendendo” (sic). Depois se virou para o tablet e disse para a esposa que foi muito feliz com ela, pediu perdão pelo que ele poderia ter feito melhor e não fez, mas queria que ela soubesse que a amava e foi feliz com ela. Fitou a esposa pelo tablet, sorriu, limpou uma lágrima e pediu que ela se lembrasse dessas coisas e dissesse à família que também os amava. A esposa, com expressão otimista, confirmou que, assim que ele fosse para casa, sua poltrona o aguardaria para tomarem um café da tarde juntos. Ele sorriu e se despediu. Fausto faleceu naquele mesmo dia, algumas horas após a visita virtual.

7 CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES FINAIS

A pandemia retirou, de forma impactante, diversos atravessamentos da noite para o dia, um deles, o território do qual cada um de nós fazia parte e trazia o sentimento de pertencimento e identidade inerente ao contexto, seja o trabalho, a faculdade, as tarefas, o armário da academia, o tempo gasto no trânsito de um bairro ao outro, além dos abraços e cafés nos corredores ou nos intervalos. As aulas remotas trouxeram essa perda brutal do contato diário com colegas, professores, rotinas e espaços que contornavam todo esse movimento de ir e vir. O isolamento social exigiu de cada um de nós o resgate, a descoberta ou a invenção de soluções, alternativas e novos territórios. Nos tornamos refugiados de pátrias antes muitas vezes tão negligenciadas como párias.

Assim como alunos sem o ambiente escolar/acadêmico, os pacientes perdem esse sentimento de pertencimento quando estão no hospital e a pandemia acirrou esse efeito ao exigir a distância dele em relação à sua família. Assim, a interação, através desse contato com os familiares e com a arte, parece resgatar uma questão identitária que pode ter ficado obscurecida pela patologia e pela impessoalidade da internação. Esse contato com a vida, para além da patologia, parece ser altamente terapêutico, dadas as mudanças ocorridas nos comportamentos de pacientes e familiares.

A autonomia de alguém é algo da ordem do sagrado, e respeitar o modo de ser, viver e pensar de cada um é algo que deveria ser premissa máxima de qualquer interação humana, independente do contexto de atuação e de crenças individuais. O contato com as referências culturais da vida de cada paciente parece ter favorecido seu reconhecimento e valorização pessoal, sua história de vida, seus relacionamentos e o contexto do cuidado. O resgate identitário trazido pela família e pelas músicas pareceu extremamente benéfico, especialmente num ambiente impessoal e de pouca autonomia pessoal como o ambiente hospitalar.

Apesar de compreender a importância de se ter uma atitude positiva em relação a desafios, e inclusive, por vezes, sermos gratos por tê-los e poder aprender com as experiências, o advento da pandemia e todas as limitações e complicações resultantes dela se mostraram um desafio maior que o esperado.

Os pacientes que tive a possibilidade de atender nesse estágio eram, na imensa maioria, muito graves, alguns faleceram, outros se recuperaram, porém cada um proporcionou experiências transformadoras, inclusive resgatou minha identidade como mineira distante de sua terra e família, e também como aluna que foi privada de seus territórios devido ao isolamento social. Assim, no espaço em que encontrei migrantes pude reencontrar em mim tanto o pertencimento quanto minha identidade.

*“Nesta madrugada estarei de partida
Pra terra querida que me viu nascer
Já ouço sonhando o galo cantando
O nhambu piando no escurecer
A lua prateada clareando a estrada
A relva molhada desde o anoitecer
Eu preciso ir pra ver tudo ali
Foi lá que nasci, lá quero morrer”.*

(Saudade de Minha Terra, Compositor:
Goiá, gravada originalmente em 1966 por Belmonte e Amaral)

A melhor comida do mundo

Thaís Junqueira Franco

Estar em um país diferente faz você se sentir inadequada várias vezes ao dia e de diferentes maneiras. Se você se considerava uma pessoa espirituosa, pode ser que tenha que estar preparada para ser vista como indelicada. Se você se achava elegante, talvez tenha que explicar para seus novos amigos que não é uma pessoa fútil. Ou ainda, se o seu vocabulário em uma língua estrangeira não é tão extenso quanto em seu idioma nativo, prepare-se para surpreender as pessoas quando disser que você é pesquisadora e faz mestrado ou doutorado.

Tudo parece de cabeça para baixo e, no final do dia, ninguém vai te olhar com o mesmo carinho com que sua amiga de infância olharia e nem te dizer, tal qual sua avó, “venha aqui, vou te benzer”. As pessoas vão te olhar com curiosidade, interesse, incredulidade, dúvida ou desconfiança. É preciso tempo para que te olhem com amor e, para alguém que acabou de chegar, tempo é tudo que não se tem. Ainda não deu tempo de pegar a fluência no idioma, nem de aprender as regras de etiqueta. E, em uma emergência sanitária mundial, como a que estamos vivendo atualmente devido ao novo coronavírus (SARS-CoV-2), provavelmente você vai continuar sem experimentar o convívio social por algum tempo.

Você é um pouco menos você quando não consegue fazer aquela sua famosa piada. Talvez no lugar onde você esteja nem existam piadas. Talvez a maneira mais fácil de ser você seja sozinho, na companhia das lembranças que você guarda, como se fossem joias preciosas. Um olhar azul turquesa, um sorriso de diamantes ou aquela vez em que você ficou vermelha como um rubi. Em um cenário pandêmico de isolamento social, nossos mundos internos ganham força e forma.

Revirando seu baú de recordações de brasileira, descendente de italianos, em algum momento você passará pela cozinha e se lembrará de todas as situações nas quais celebrou a comida, a família reunida e a vida. O cheiro do café da tarde ou o pão caseiro da sua avó. Aquele bife, tarde da noite, que você e seu irmão fritaram quando chegaram em casa. O bolo que você fez para receber as amigas ou aquela massa sofisticada que você usou para impressionar no primeiro encontro.

A cozinha, entretanto, ganha uma nova importância durante a pandemia. Muitas empresas tiveram que se adaptar ao isolamento social e adotaram o regime de *home office*. Com isso, vieram também o *home school* e o *home restaurant*. Provavelmente mantido por uma mulher, o *home restaurant* perdeu seu caráter de hobby ocasional e se reafirmou enquanto uma tarefa doméstica

feminina para garantir a sobrevivência da família. O aumento do trabalho doméstico pode ser um empecilho para as mulheres, conforme demonstra o levantamento do projeto brasileiro *Parent in Science*, que indicou que 40% das mulheres sem filhos e 52% das mulheres com filhos não concluíram seus artigos, contra 20% e 38% de homens no mesmo período. Além disso, a média de manuscritos tendo mulheres como primeira autora caiu de 37% para 13% em 2019 (MACHADO et al., 2019).

Apesar de tantas dificuldades, o que se sobressai, contrariando o estereótipo de competitividade, é a capacidade de organização feminina e coletiva para se fortalecerem mutuamente. Vejo mulheres preparando comida umas para as outras, trocando ingredientes nas janelas, coordenando movimentos de doação de cestas básicas e máscaras, criando redes de apoio sobre os mais variados temas. Conseguir estabelecer conexões durante a pandemia é fundamental para que possamos lidar com os problemas de maneira mais coordenada. E em um país no qual grande parte das memórias afetivas estão ligadas à comida, talvez seja através dela que possamos amenizar os impactos do distanciamento.

A culinária brasileira é rica, saborosa e diversificada. Cada um dos estados brasileiros tem seus pratos típicos, preparados de acordo com antigas tradições, que são transmitidas a cada geração. Nossa comida é resultado de uma combinação de ingredientes europeus, indígenas e africanos. Muitos dos componentes das receitas e técnicas de preparo são de origem indígena, tendo sofrido modificações por parte dos portugueses e dos negros oriundos da África e escravizados no Brasil. Gilberto Freyre, em *Manifesto Regionalista*, indica:

Três regiões culinárias destacam-se hoje no Brasil: a baiana, a nordestina e a mineira. A baiana é decerto a mais poderosamente imperial das três. Mas talvez não seja a mais importante do ponto de vista sociologicamente brasileiro. Outras tradições culinárias menos importantes, poderiam ser acrescentadas, com suas cores próprias, ao mapa que se organizasse das variações de mesa, sobremesa e tabuleiro em nosso país: a região do extremo Norte, com a predominância de influência indígena e dos complexos culinários da tartaruga [...] e da castanha, que se salienta não só na confeitaria como nas próprias sopas regionais – tudo refrescado com açaí célebre [...]; a região fluminense e nortepaulista, irmã da nordestina em muita coisa pois se apresenta condicionada por idênticas tradições agrário-patriarcais e mais de uma sub-região fluminense, pelo menos uso farto do açúcar; a região gaúcha, em que a mesa é um tanto rústica, embora mais farta que as outras em boa carne [...]. O mais poderia ser descrito, do ponto de vista culinário, como sertão: áreas caracterizadas por uma cozinha ainda agreste [...] e nas florestas do centro do país pela utilização da caça e do peixe de rio – tudo ascética e rusticamente preparado (FREYRE, 1996, pp.47-75).

Assim, percebi que, ao cozinhar, me sentia mais próxima de minhas origens e de minha família. Poder fazer um bom arroz com feijão é quase estar em casa, assim como preparar uma caipirinha é quase um happy hour. Nosso arroz com feijão está longe de ser só um arroz com feijão. Ele traz consigo toda história cultural de um país marcado pela miscigenação e diversidade. Segundo Ricardo Maranhão, coordenador do Centro de Pesquisas em Gastronomia Brasileira da Universidade Anhembi Morumbi, em entrevista para o site UOL, além de tipicamente brasileiro, o prato é uma mistura das culturas indígena, asiática e europeia (AIRES, 2019). Não se sabe, ao certo, de onde surgiu a ideia de misturar os dois ingredientes, mas uma das hipóteses levantadas pelo pesquisador brasileiro Luís da Câmara Cascudo, em seu livro *História da Alimentação no Brasil*, é a de que o arroz e feijão eram parte da alimentação dos escravos:

Informava Carl Seidler, vendo o Brasil do Imperador D. Pedro I: “A alimentação dos escravos na Capital consiste em farinha de mandioca, feijão, arroz, toucinho e bananas; no interior do país, mormente nas casas mais pobres, às vezes têm que se contentar durante meses com laranja e farinha. Não se acreditaria que com semelhante alimento pudesse um homem conservar sua força e saúde, mormente tendo trabalho pesado, entretanto, esses negros são tão fortes e sadios como se tivessem a melhor alimentação” (CASCUDO, 2011, p. 45).

Nosso sabor de todos os dias também nos conta sobre padrão alimentar e a disciplina necessária para tentar manter uma alimentação balanceada e saudável, em um mundo tomado pelos alimentos ultraprocessados, que ficam prontos em menos de cinco minutos. Carl Honoré diz:

A pressa sentou-se à mesa do jantar durante a Revolução Industrial. No século XIX, muito antes da invenção das lanchonetes drive-thru, um observador resumiu o jeito americano de comer como “mandar ver, engolir e pronto”. Em seu livro *The Rituals of Dinner* [Os rituais do jantar], Margaret Visser observa que as sociedades em processo de industrialização passaram a apreciar a velocidade como “sinal de controle e eficiência” nos jantares formais (HONORÉ, 2019, p. 69).

Assim, alimentar-se bem requer tempo, uma boa dose de esforço para não nos deixarmos levar pela pressa e nos obriga a usar tudo o que aprendemos ao longo da vida, seja através de um caderno de receitas ou de um vídeo no *Youtube*. Cozinhar nos coloca em contato com a sensibilidade de nossos sentidos, nos obriga a trabalhar com as mãos e requer criatividade. Nos remete

a um passado ancestral e nos conecta, não apenas com nossas tradições, mas com nós mesmos. Mesmo que não estejamos utilizando um caldeirão, ainda há algum tipo de alquimia acontecendo. A cozinha se torna um grande palco para um processo de autotransformação, já que nos comprometemos a servir alguém (ou a nós mesmos) em um ato de doação e cuidado, que nos torna um pouco menos egoístas.

Acredito que o fato de estar na Inglaterra, país tradicionalmente conhecido por não ter grandes aptidões gastronômicas, tenha permitido observar as diferenças na maneira como brasileiros e ingleses se alimentam. Talvez, se eu estivesse em Portugal, Grécia ou Tailândia, estaria escrevendo sobre diferenças linguísticas. Entretanto, o destino me proporcionou a possibilidade de pensar a respeito de algo que vou chamar de “apropriação culinária”, um nome baseado na ideia de apropriação cultural, uma vez que a culinária reflete os costumes de um povo, além de ser refletida em outros aspectos culturais, como as religiões e a política. Não somente os alimentos, mas também os utensílios e as técnicas utilizados na culinária fazem parte de um acervo cultural.

Conforme definição do antropólogo Rodney William:

a apropriação cultural é um mecanismo de opressão por meio do qual um grupo dominante se apodera de uma cultura inferiorizada, esvaziando de significados suas produções, costumes, tradições e demais elementos. É uma estratégia de dominação que visa apagar a potência de grupos histórica e sistematicamente inferiorizados, esvaziando de significados todas as suas produções, como forma de promover seu genocídio simbólico. Apropriação cultural e racismo são temas imbricados (WILLIAM, 2019, p. 39).

A prática desinveste o significado sagrado ou político que um povo confere aos elementos culturais, substituindo-os por outros significados, geralmente ligados ao entretenimento e à estética, promovendo o esvaziamento e colonização desses elementos sem, em contrapartida, gerar benefícios ao grupo que produziu aquela cultura.

Considerando essa discussão, comecei a observar certa proximidade na fala de ingleses em relação ao *curry* - que até então, para mim, se referia a uma especiaria indiana, mas que, na Inglaterra, trata-se de um prato de carne (tradicionalmente, carneiro) servido com molho picante. Tive a curiosidade de entender melhor a relação dos ingleses com o *curry* e acabei por constatar que não se pode deixar de considerar o *curry* como produto da colonização inglesa na Índia, a partir de meados do século XIX. Conforme anuncia o título do livro de Lizzie Collingham (2017), em tradução livre, *O sabor do império: como a busca de alimentos pela Grã-Bretanha moldou o mundo moderno*.

Segundo Maroney,

O curry foi introduzido na Inglaterra como um prato indiano, e a representação culinária da colonização da Índia pela Grã-Bretanha. Era um alimento praticamente sinônimo da cultura da Companhia das Índias Ocidentais. O curry era a refeição diária dos membros da CIO na Índia e, quando voltaram para a Inglaterra, recriaram essa experiência em cafés cheios de nostalgia¹ (MARONEY, 2011, p. 102, tradução nossa).

Portanto, o *curry*, após passar por adaptações ao longo do tempo, tornou-se o prato oficial da Inglaterra. Segundo o site *Historic UK*, em 2001, o Secretário de Assuntos Internacionais, Robin Cook, elegeu ao *Chicken Tikka Masala*, um tipo de curry, como “o prato nacional do país e um símbolo da Grã-Bretanha multicultural moderna²” (MUKHERJEE, 2020, s.p.).

No entanto, essa proximidade não significa necessariamente identificação com a Índia. O que ouvi, na verdade, foram comentários sobre a precariedade do país, os problemas sociais existentes e o quanto os ingleses não se sentiriam seguros estando lá. Já no *National Curriculum*, a Grade Curricular Nacional inglesa, há estudos dedicados à história, geografia e diferentes religiões, mas nenhum destaque à Índia ou a qualquer outro país com o qual a Inglaterra tenha mantido relações, comerciais ou de exploração.

Podemos observar, então, que *consumir*, do latim *consumere*, corresponde a comer, desgastar, desperdiçar. Ele advém de *com*, intensivo, adicionado a *sumere*, que significa tomar, pegar. Este, por sua vez, é formado por *sub*, abaixo, mais *emere*, comprar, tomar, pegar. Ou seja, *consumir* se aproxima de *apropriar*, não apenas gramaticalmente, mas também na tradição culinária anglo-indiana.

A decisão de tornar o consumo mais consciente deve coincidir com o respeito às origens e à contribuição indiana à cultura anglo-saxã. A cultura ocidental eurocêntrica poderá se beneficiar ao também se abrir para a visão de mundo dos hindu-descendentes e de sua herança filosófica ancestral, permitindo-se colocar em prática uma nova forma de relação, mais horizontal, igualitária e compartilhada.

Assim, a melhor comida do mundo pode ser aquela que você mesmo prepara, ao respeitar as tradições de um povo, atribuir valor à luta de seus antepassados, resgatar a história de um país e nos aproximar uns dos outros, seja cozinhando um *curry* ou um arroz com feijão.

NOTAS

¹ Curry was introduced to England as an Indian dish, and the culinary representation of Britain's colonization of India. It was a foodstuff that was practically synonymous with East India Company culture. Curry was the daily meal for EIC members in India, and when they returned to England, they recreated that experience in coffeehouses steeped in nostalgia.

² The country's national dish and a symbol of modern multicultural Britain.

REFERÊNCIAS

- AIRES, L. De onde surgiu a combinação de arroz com feijão? **Aventuras na História**. São Paulo, 16 fev. 2019. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/arroz-feijao-comida-brasil-historia-cultura.phtml>>. Acesso em: 24 fev. 2021.
- CASCUDO, L. da C. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2011.
- COLLINGHAM, L. **The hungry empire**: How Britain's quest for food shaped the modern world. New York: Vintage Books, 2017.
- FREYRE, G. **Manifesto regionalista**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. 7.ed.
- HONORÉ, C. **Devagar**: como um movimento mundial está desafiando o culto da velocidade. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.
- MACHADO, L. S. et al. Parent in science: the impact of parenthood on the scientific career in Brazil. In: **IEEE/ACM 2nd International Workshop on Gender Equality in Software Engineering (GE)**, 2019, Montreal, QC, Canada, pp. 37-40, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/335496129_Parent_in_Science_The_Impact_of_Parenthood_on_the_Scientific_Career_in_Brazil>. Acesso em: 24 fev. 2021.
- MUKHERJEE, D. The british curry. **Historic UK**, England, 2020. Disponível em: <<https://www.historic-uk.com/CultureUK/The-British-Curry/>>. Acesso em: 24 fev. 2021.
- WILLIAM, R. **Apropriação cultural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019. 1.ed.

¿Qué tienen que ver Belchior y Emicida con nuestra salida a dar una vuelta? crónica de la atención con un migrante durante la pandemia

*Priscila Caitano de Santana**

“¡Hola! ¡Hola! ¡Ya estoy en una vuelta¹!”. Escucho risas al otro lado del teléfono. Pienso “¿dónde estará?”, y respondo “¡¿y sabes lo que es dar una vuelta ?!”. Escucho risas.

Tengo la impresión de que el tiempo es otro. Estamos en el teléfono: yo, de un lado de la línea, de un lado de la ciudad, de un lado social; él, del otro lado de la línea, del otro lado de la ciudad, del otro lado social.

Lo que creamos es un espacio donde nos encontramos. ¿Qué lugar es ese?

Él responde: “Estoy caminando, estoy caminando aquí en el vecindario, viendo tiendas, viendo ropa, estoy en la vuelta”.

Sí, él está en su salida a dar una vuelta y me está llevando con él. Estamos juntos en el paseo telefónico.

Mientras él habla de forma lenta, rítmica y cómica, yo escucho. Reímos juntos. Es una invitación: “esté conmigo”. Es extraño pensar que esto es una invitación.

Él podría haber dejado el teléfono en el bolsillo, como ha hecho algunas veces. Podría no haber escuchado el teléfono, como ya sucedió. Pero estamos aquí (¿dónde será?) caminando juntos.

Me va contando cómo son las camisetas, cómo está la región, una región central de comercio. Pasa por una tienda donde alguien grita por el altoparlante: “¡entren, entren, vengan, aquí hay!”. No lo escucho. “¡Ah sí! Estoy pasando por una tienda y hay un hombre gritando”. El no cuelga el teléfono. Ni yo.

¿Qué nos une? ¿Qué amalgama es esta? ¿De dónde será que vino? ¿Algo vino de algún lado o fue construido? Solo se puede encontrar porque fue creado.

Reímos.

Él continúa. Habla en su idioma con otra persona. Somos de diferentes países y yo no conozco su idioma. Él aprende. Yo aprendo. Nosotros aprendemos.

* Priscila Caitano de Santana: psicoanalista; además de atender en una clínica privada, también trabaja en lo Projeto Ponte Sedes y em Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas (IPq - HC) ciudad de Sao Paulo.

¿Aprendemos juntos o será un intercambio? ¿Intercambio no es aprender?

Reímos.

Mientras lo escucho hablar con otra persona (no entiendo, es una conversación rápida), él camina. ¿Cómo sé? Él está en movimiento y me lo va contando. ¿Estamos caminando juntos? ¿Qué es estar juntos sin estar juntos físicamente?

Reímos.

Él continúa su caminata. Describe el camino, lo que ve y lo que no ve. Dice que extraña, y algunas veces se desespera. Estoy del otro lado, pero seguimos juntos.

De este lado escucho los más variados sonidos, pero uno me llama la atención. Me quedo unos segundos escuchando los pájaros cantar. Durante el paseo escucho cantar a los pájaros. Hablo de dichos populares y nos reímos cada vez que aparece una nueva jerga.

Aprender el idioma no es lo mismo que aprehender.

Aprender sería usar lo bueno. Aprehender sería usarlo bien.

Él va caminando y hace buen uso de las palabras que aprende.

Reímos.

Pero hay momentos de mucha tensión.

El aire cambia. Me pregunta si lo estoy acompañando. Le digo que sí, que estoy con él en esta caminata.

Digo “mañana será 1 de octubre” y él responde “Pensé que iba a estar muerto”.

No nos reímos.

...

En algunas ocasiones él se vio delante de muertes inminentes. Fracturas de la sociedad, el mundo y sus colapsos sociales tan expuestos durante esta pandemia.

Recordé a Belchior y Emicida². Dos hombres, como él, cantando “el año pasado morí, pero este año no muero”.

Él no murió. Sigue viviendo. Caminaremos juntos hasta que sea posible.

NOTAS

¹ Vuelta (rolê): jerga de uso común en la ciudad de São Paulo que significa “dar una vuelta, dar un paseo”.

² Belchior y Emicida: Antônio Carlos Gomes Belchior, conocido como Belchior, fue un importante cantante y compositor brasileño. En 1976 lanzó la canción Sujeto de Suerte, cuyo fragmento de la canción está en el texto. El mismo fragmento fue utilizado por el rapero Emicida (Leandro Roque de Oliveira) en su canción AmarElo, cuyo disco lleva el mismo título. Ambas letras hablan de un presente / pasado de luchas, pero también de un horizonte de expectativas anclado en la esperanza.

RESUMEN

Esta crónica trata de una atención telefónica entre una psicoanalista y su paciente, que vino desde otro país. En la superficie, parece referirse solo a una conversación confusa, ya que ocurre mientras el migrante camina por el centro de la ciudad. Sin embargo, el desarrollo de la narrativa revela que el tema es mucho más complejo. El entorno del migrante no está narrado con precisión, ni las sensaciones que lo afectan, después de todo, la base del texto es la forma en que el mundo y el sujeto se entrelazan. Él no domina el idioma de este lugar, ni el idioma de su analista; la comunicación puede no ser lineal, pero ambos crean un espacio seguro en el que el lenguaje es resignificado. La vida cotidiana y la subjetividad se funden, y en todos los momentos hay alguien que lo apoya: la terapia. Como en una sesión, el relato del día a día se centra en algo mucho mayor, que es la subjetividad. Por lo tanto, incluso frente a tantas rupturas diarias, es posible seguir existiendo amparado por aquella conexión.

Acontece que era 2020

Vivian Valentim de Souza

“Este ano vai ser diferente”, ele pensou consigo mesmo.

“Este ano vai ser diferente”, disse então em voz alta para quem quisesse ouvir. Já eram muitos anos vivendo na rua, como andarilho, vendendo seus artesanatos. Era um cidadão do mundo, para quem as fronteiras eram só uns passos a mais de terra para caminhar. Deste lado, a lanchonete servia arroz com feijão, uns metros pra lá todo mundo segurava um mate. Mas cruzava-se a fronteira para comprar café brasileiro por um bom preço, e o pessoal do lado de cá conhecia muito bem as empanadas. Era curioso esse degradê cultural que parecia ter uma linha abrupta o cruzando, como que dizendo “daqui a um passo o café já não é a bebida energética mais tomada, você está em outra nação”.

Outra nação. A primeira vez que ouviu isso foi numa praça de Tilcara, no norte da Argentina. Não encontrou nenhum brasileiro por lá, mas muitos turistas locais. E ele, que havia carregado por cada passo sua casa, trançado cada colar, envergado cada arame de brinco para comprar sua comida, chegou à praça da cidade exausto. Sentado naquele banco, tirou um pacote de biscoitos da mochila e começou a comer, pensativo. Um velho senhor tilcara se sentou ao seu lado e perguntou “Estás pensando na vida?”. O rapaz, muito curioso para saber que coisas diria aquele senhor sobre a vida, respondeu que sim, estendendo-lhe a mão com um biscoito, que o homem aceitou de bom grado.

“De onde você vem?”, aparentemente seu sotaque o havia entregado. Essa era outra coisa que mudava ao se cruzar as fronteiras, ainda que o portunhol fosse língua franca em muitos lugares. “Do Brasil”. “Brasil? Brasil é outra nação... Você vem de outra nação?”.

Aquela pergunta o intrigou por alguns segundos. O que era mesmo nação, afinal? “Sim... outra nação”. E durante o resto da tarde as distâncias se materializaram na conversa com aquele senhor que nunca havia deixado sua região, mas conhecia muito do mundo pelos viajantes com quem conversava.

Foi naquele pedaço do globo que nosso andarilho conheceu um grande amor, dos olhos amendoados mais lindos que já havia visto, e que anos depois se tornaria a mãe de sua filha. Ela também era de outra nação, e juntos percorreram muitos rincões do cone sul latino-americano, até chegarem à suas cidades natais. Nelas, pequenas, meio esquecidas por todos, era difícil estabelecer-se, e a sombra da irregularidade como imigrante sempre assombrava um ou o outro.

* *Mestranda pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.*

Num determinado momento essa dança de cruzar fronteiras e lutar pela vida e um trabalho que permitisse vistos de permanência se tornou exaustiva, levando o casal a se separar.

O jovem continuava sua busca por um lugar para chamar de lar, quando soube que seu antigo amor havia frutificado e em poucos meses nasceria a pequena, síntese de duas culturas, idiomas e distâncias. Neste ponto voltamos ao início desta história: “Este ano vai ser diferente”, disse então o recém descoberto pai, pronto para nutrir o solo e ver o brotinho de suas sementes nascer, presenciar a explosão de alegria e esperança se materializarem naqueles olhinhos que, se o destino fosse bom, seriam iguais aos da mãe. Era muito solo para percorrer, trabalho extra para poder pagar passagens e não somente comer, mas, se tudo desse certo, chegaria para presenciar o nascimento de sua filha.

Foram quase dois meses de retirância até chegar à fronteira e observar, com os olhos feitos água, a garrafa térmica segurada na axila e a pequena cuia de mate na mão das pessoas, que o encaravam menos com curiosidade do que como um velho conhecido. Dali em diante as caronas eram mais amigas, e em poucas semanas estaria no princípio de um novo e definitivo lar com seu velho amor.

Acontece que o ano era 2020, aparentemente o ano sabático de Deus, que deixou todo tipo de desordem recair sobre a terra, entre elas uma pandemia causada por um vírus ainda muito misterioso, que se propagava rapidamente. Talvez o Senhor estivesse mesmo cansado de despender tanta energia neste mundo, e isso o artesão podia entender, mas a corda sempre estoura do lado mais fraco, e aqueles que viviam de trabalhar nas ruas, contando com os transeuntes para ganhar o pão de cada dia, depararam-se com uma lacuna nas vendas, nas perspectivas, na vida. As estradas de repente estavam vazias, e a cada dia diminuía as esperanças do jovem de chegar a tempo para o nascimento da Maria Flor, seu raminho de luz. Certo dia, ao acordar já invadido de tristeza, percebeu que boa parte de seus pertences havia desaparecido, inclusive alguns presentes que coletara durante a viagem. Seus sentimentos, mar em tormenta, o chacoalharam e abriram caminho por seus olhos como tromba d’água em cachoeira.

Quase um mês se passou até que ele chegasse àquela pequena e conhecida vila, pronto para ouvir o choro do bebê que já havia nascido. Ao chegar ao portão da casa, uma moça de cara exausta e decepcionada, os olhos amendoados agora tão fundos e os ombros rígidos de quem teve que passar por muito e carregava sozinha a responsabilidade de uma vida, disse: “Como você demora três meses para chegar?”. Apesar da urgência em descansar, o pânico e as incertezas sobre o vírus já estavam instaurados, e a mãe, temendo por suas vidas, pediu que o andarilho se resguardasse por alguns dias antes de se aproximar de sua filha, que pareceram os mais longos de suas vidas.

Os meses que seguiram foram de calma. A vila não havia sido tão afetada pela pandemia e aos poucos a nova rotina ia se restabelecendo, oferecendo ao jovem oportunidades de subsistência mais promissoras. Começou a trabalhar em uma pequena fazenda, que o acolheu mesmo estando sem documentos, e aos poucos foi talhando seu novo lugar, com a bebê mais simpática do mundo em seus braços. Aquele que até então se desenhava como um ano de angústias e esperas passou a ser o melhor ano de sua vida. Era como se os céus voltassem a sorrir para a terra.

A vida caminhou em coloridos tons pastéis até o final do ano, quando uma segunda onda de contágios do vírus, que já não era mais tão misterioso, resolveu respingar na vila, exigindo novamente o isolamento de todos. Uma fiscalização levou a outra e o sonho da vida serena foi perturbado quando sua falta de documentação foi descoberta. E novamente as águas indóceis do destino o empurravam para seu país de origem. Eram tempos de voltar ao Brasil para emitir sua documentação, com o horizonte auspicioso de poder finalmente registrar sua Flor e viver com mais garantias e estabilidade.

Chegou à sua pequena cidade em dezembro, ansioso por comemorar as festas com sua família e trazer as boas novas da paternidade, planejando cada lugar e memória que compartilharia com sua filha quando pudesse trazê-la para conhecer parte de suas origens. Por esses lados o céu continuava carrancudo, e as perspectivas de futuro se esboçavam entre os vazios que as restrições locais impunham, que o abandono político contornava, entre os vazios que aqueles que partiam deixavam, vazios enormes e profundos, entre fronteiras se fechando e o retorno ao lar adiado. Tudo parecia tão cheio de nada, as valas muito abertas, mas os corpos ocultos, a morte etérea como o baque surdo de um tambor abafado pelas ausências que não podiam ser presenciadas e veladas.

No meio de tanta morte um broto de luz se impunha, enraizando algum futuro naqueles tempos tão estéreis. Era janeiro, Maria Flor crescia, e ele esperava. A mulher dos olhos amendoados, cansada, esperava. Este ano não seria diferente.

São Paulo, fevereiro de 2021.

Baseado em relatos ouvidos durante o ano passado.

Filipinas em São Paulo: migração de mulheres e trabalho doméstico no Sul global

Ester G. Martins

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, buscamos compreender o fenômeno da migração de mulheres filipinas que se inserem como trabalhadoras domésticas na cidade de São Paulo. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica relativa ao contexto filipino de emigração, às migrações femininas e ao trabalho de cuidados. Além disso, fizemos trabalho de campo em local de reunião de algumas imigrantes em São Paulo, onde desempenhamos observação não-participante e obtivemos contatos para entrevistas semiestruturadas com seis interlocutoras¹.

Entendemos que o trabalho doméstico é uma espécie de trabalho de cuidados, na medida em que é essencial para a sustentabilidade da própria vida – tanto física quanto social. “A pergunta chave é quem sustenta a vida e como?” (MOLINIER e LEGARRETA, 2016, p. 5). Tradicionalmente, são as mulheres que desempenham trabalhos de cuidados, mas essa atribuição social não afeta a todas as mulheres da mesma maneira. Mulheres de nacionalidade filipina – conhecidas mundialmente como as cuidadoras e trabalhadoras domésticas ideais – passaram a executar este trabalho em São Paulo, conectando o Brasil a outros contextos e atualizando discursos em relação à atividade.

Buscamos, assim, articular a globalização da força de trabalho feminina para provisão dos cuidados com as experiências de imigrantes filipinas em São Paulo. Cada uma delas é um sujeito social, cuja história é tão individual quanto coletiva. Elas conferem sentidos para suas ações, habitam normas e estruturas sociais de diferentes maneiras, ao passo em que ocupam objetivamente posições no campo social, o que lhes confere determinados recursos e oportunidades.

A fim de desvelar um pouco das relações sociais que constituem o complexo fenômeno da imigração de filipinas para São Paulo e sua inserção no trabalho doméstico remunerado, propomos tratar, na Parte 2, das migrações femininas a partir das Filipinas. Na Parte 3, trataremos de algumas questões relativas ao trabalho doméstico remunerado, buscando entender como um novo grupo de mulheres se integra a desigualdades históricas da sociedade brasileira, a partir do elemento da racialização. Por fim, na Parte 4, apresentamos nosso trabalho de campo e alguns achados empíricos, articulando trajetórias individuais de nossas interlocutoras com o mundo social.

2 AS FILIPINAS E AS MIGRAÇÕES FEMININAS

As Filipinas são um país reconhecido pela exportação de força de trabalho, havendo programas de capacitação e incentivo para trabalhadoras/es emigrarem de maneira regular e enviarem suas remessas (TYNER, 2009; GUEVARRA, 2010, 2014; RODRÍGUEZ, 2008; PARREÑAS, 2008, 2015). Desde a década de 1970, o governo filipino tem buscado soluções para o endividamento externo, culminando na criação do *Philippine Overseas Employment Administration* (POEA) em 1982. Além da função de promover, regular e monitorar o emprego de filipinos no estrangeiro, o órgão passou a ser responsável também por licenciar e monitorar agências privadas de intermediação e recrutamento, desenvolver novos mercados de trabalho, aprimorar e testar as habilidades dos trabalhadores (GUEVARRA, 2010).

De acordo com estimativas da *Commission on Filipinos Overseas* (CFO), ligada à Presidência da República das Filipinas, há cerca de 10,2 milhões de filipinas e filipinos fora de seu país de origem², dos quais 2,2 milhões são *Overseas Filipino Workers* (OFW)³. Em 2019, os OFW se distribuíam espacialmente em: Ásia ocidental (51,4%)⁴, Ásia oriental (21,7%)⁵, América do Norte e América do Sul (8,1%), Sudeste Asiático e centro-sul da Ásia (8%)⁶, Europa (7,7%), Austrália (2%), África (1%) (PSA, 2020). As mulheres representavam 56% do total de OFW (1,23 milhão) e se inseriam primordialmente em “ocupações elementares” (*elementary occupations*) (62,5%), seguidas de serviços e vendas (*service and sales workers*) (17,7%) (PSA, 2020).

Em 2019, as remessas (contabilizadas) dos OFW chegaram à soma de US\$ 30 bilhões (BSP, 2020), o que representa cerca de 10% do PIB nacional. Historicamente, vem crescendo a diferença entre os montantes enviados por mulheres e por homens e, na atualidade, as imigrantes enviam aproximadamente dois terços do valor enviado pelos homens (PSA, 2020). Além disso, as remessas de OFW (homens e mulheres) provêm majoritariamente da Ásia ocidental (45,9%), Ásia oriental (20,2%) e Europa (13,1%) (PSA, 2020).

De 2005 a 2016, o número de novos contratos no exterior para serviços domésticos⁷ cresceu de 85 mil para 275 mil (POEA, 2005-2016). No mesmo período, a quantidade de novos contratos no exterior em geral⁸ subiu de 290 mil para 582 mil (POEA, 2005-2016). Assim, é possível constatar que a ocupação cresceu mais do que o número geral de novos contratos nas últimas décadas e, de acordo com Guevarra (2014), isso se deve ao projeto de racialização de filipinas como uma força de trabalho melhor que de outras nacionalidades do Sul global, como heroínas econômicas da nação e super-trabalhadoras.

Assim, atores institucionais buscam inscrever uma identidade particular nos corpos de pessoas originárias das Filipinas, especialmente de mulheres filipinas quanto ao trabalho doméstico e de cuidados: elas são representadas como sendo obedientes, trabalhadoras dedicadas, escolarizadas, flexíveis, dóceis, a “Mercedes-Benz das trabalhadoras domésticas”, alguém que pode atuar como empregada e como tutora de inglês (“dois-pelo-preço-de-um”)

(GUEVARRA, 2014). Ademais, há treinamentos e programas de certificação no país para qualificação dessa força de trabalho a ser exportada. Tais programas são bastante contraditórios, inclusive, pois objetivam “empoderar” trabalhadoras com conhecimentos, mas acabam responsabilizando-as por sua própria sorte no mercado de trabalho global (GUEVARRA, 2010; DEBONEVILLE, 2014).

A história de colonização do país teve como foco a exportação de mercadorias (TYNER, 2009). Atualmente, o país se utiliza da exportação de força de trabalho como oportunidade para se colocar no mercado global e obter renda. A colonização estadunidense, especificamente, teve um impacto significativo no contexto social filipino, especialmente na organização do sistema educacional e no uso da língua inglesa, que é mobilizado no presente como uma das vantagens comparativas de se contratar filipinas para o trabalho doméstico (GUEVARRA 2010).

Ademais, Parreñas (2015 [2001]) vem apontando que as relações de gênero possuem um papel importante como causa escondida da emigração de mulheres. Há desigualdades de gênero que constroem mulheres filipinas a uma situação de insegurança econômica, e então a migração laboral aparece como uma alternativa desejável (senão a única possível). Há, também, uma construção ideológica de feminilidade ligada à domesticidade (PARREÑAS, 2008).

As Filipinas se tornaram um importante ator na economia global de cuidados. A promoção governamental para exportação de força de trabalho e as propagandas das vantagens comparativas do país racializam as trabalhadoras e reificam o cuidado que estas provêm. Mas, diferentemente do que a literatura costumava considerar (EHRENREICH e HOCHSCHILD, 2002), não se tratam de fluxos com origem no Sul em direção ao Norte global majoritariamente. Em 2019, 91% das mulheres OFW se encontravam na Ásia, distribuindo-se majoritariamente entre Arábia Saudita (22,7% do total), Emirados Árabes Unidos (16,4%), Hong Kong (12,5%), Kuwait (9,5%), Singapura (5%) (PSA, 2020). Apenas 3,6% do total se encontrava na Europa e 4,2% nas Américas (América do Norte e América do Sul).

Inclusive, as regiões do mundo que mais concentram trabalhadoras domésticas imigrantes (em números absolutos) são: Sudeste asiático e países banhados pelo Oceano Pacífico (2,03 milhões); norte, sul e oeste da Europa (1,87 milhão), Estados árabes (1,6 milhão); leste asiático (990 mil) (OIT, 2015)⁹. Em outras palavras, as migrações Sul-Sul possuem um papel importante no mercado global de cuidados e há uma diversidade de deslocamentos que não têm no Norte uma destinação migratória final (BORGEAUD-GARCIANDÍA e GEORGES, 2014). Dessa maneira, nosso estudo vem enfatizar a heterogeneidade de migrações, agentes e realidades no Sul global, juntando-se a Borgeaud-Garciandía, Guimarães e Hirata (2020), Avril e Cartier (2019), Baeninger *et al.* (2018).

Segundo Parreñas (2015 [2001]), a migração de mulheres filipinas –seja regional, Sul-Sul ou Sul-Norte- e seu emprego como trabalhadora doméstica nas localidades de destino constituem uma divisão internacional de trabalho reprodutivo, ou uma transferência internacional de cuidados: uma cadeia com

três elos, por onde se transfere o trabalho reprodutivo entre mulheres de países de origem e de destino da migração. Assim, três grupos de mulheres se conectam através da migração de filipinas: mulheres no local de destino, com privilégios de raça e classe, que delegam parte das responsabilidades de cuidados às migrantes que, por sua vez, também transferem uma parcela das demandas de cuidados de suas famílias a um terceiro grupo de mulheres – aquelas que permanecem no país de origem e se encarregam de tais tarefas (e que em geral, são pobres demais para migrar).

Em meio a um desenvolvimento econômico desigual entre nações, a migração de um grupo de mulheres filipinas está imersa no processo capitalista global. Ao mesmo tempo, desigualdades de gênero e hierarquizações entre mulheres também se mostram um fator central nessa migração: o processo envolve a negociação de falta de oportunidades para mulheres nas Filipinas, ao passo em que alivia também constrangimentos de gênero impostos às mulheres em locais de destino, e acaba por, finalmente, transferir encargos familiares das migrantes às mulheres que permanecem nas Filipinas (PARREÑAS, 2015, p. 41).

Ao liberar homens e mulheres do trabalho de cuidados, migrantes filipinas tornam seus empregadores mais disponíveis para o mercado capitalista e para a exploração do trabalho considerado produtivo. Consequentemente, essa classe privilegiada se mantém contando com mais recursos materiais e emocionais. No entanto, essa doméstica recebe um salário significativamente mais baixo que seus empregadores e não pode prover os mesmos recursos para sua família. Por essa razão, sua família permanece nas Filipinas, recebendo cuidados de uma terceira mulher, que recebe uma remuneração ainda pior ou muitas vezes nem é paga (PARREÑAS, 2015).

Dessa forma, a divisão internacional do trabalho reprodutivo tanto estimula desenvolvimento econômico nos países de destino, como também retém desigualdades da economia de mercado global: os baixos salários das domésticas migrantes aumentam as atividades produtivas nas nações que as recebem, mas o crescimento econômico na economia filipina é limitado e dependente de moeda estrangeira, abastecida por meio dos baixos salários, da desigualdade de classe existente nas Filipinas e da manutenção do trabalho de cuidados às mulheres (PARREÑAS, 2015).

3 TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: RACIALIZAÇÃO E ALTERIZAÇÃO

A imigração de filipinas no Brasil não é expressiva numericamente, mas sim qualitativamente. Sua inserção no trabalho doméstico remunerado conecta o Brasil numa série de relações enquanto consumidor dessa força de trabalho, e não apenas provedor. Isso nos permite compreender um pouco mais de como a globalização, enquanto processo político-econômico macroestrutural, não

se separa de relações de classe, raça e gênero. Além disso, a participação de mulheres imigrantes num trabalho historicamente racializado atualiza práticas e discursos ligados à atividade e às identidades dos grupos sociais envolvidos.

A divisão social do trabalho é um tema clássico na sociologia, pois cada sociedade, em seu contexto e momento histórico, organizará as formas como a vida será sustentada. Como são inúmeras as atividades que compõem o trabalho, existem grupos que, por questões físicas e/ou sociais, não podem e/ou não desejam assumir mais funções ligadas à satisfação de suas necessidades. Nesse contexto é que se insere o trabalho doméstico remunerado, ou seja, a contratação de certas mulheres para se fazer um trabalho desvalorizado e rejeitado por mulheres de grupos privilegiados, e que fora primeiramente (e continua sendo) rejeitado por homens.

Contudo, não são todas as mulheres que se destinarão ao trabalho doméstico remunerado. Apesar das atividades de cuidados perpassarem as experiências das mulheres em todos os decis de renda (JESUS, WAJNMAN e TURRA, 2018), a forma como cada grupo devotará mais ou menos tempo aos cuidados, se o realizará para sua própria família ou para a de outrem, denota a imbricação de outras desigualdades e a divisão entre as próprias mulheres na relação com os cuidados e com o sustento da vida. Mulheres nos decis mais altos de renda contam com aparelhos e tecnologias que diminuem o tempo despendido, por exemplo, em atividades materiais de cuidados, além da própria possibilidade de delegação (HIRATA e KERGOAT, 2007).

Estima-se que, no Brasil, haja cerca de 6,4 milhões de trabalhadoras domésticas remuneradas¹⁰, incluindo-se no grupo: mensalistas com carteira assinada, mensalistas sem carteira assinada e diaristas. A partir dos dados da PNAD-C, Pinheiro *et al.* (2019) calculam que a ocupação é composta por 63% de mulheres negras. A ocupação é o destino de 18% da força de trabalho das mulheres negras, comparativamente a 10% das mulheres brancas (PINHEIRO *et al.*, 2019, p. 11).

Na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), a proporção de mulheres negras no trabalho doméstico remunerado também é superior à taxa de participação de pessoas negras na População Economicamente Ativa (PEA) (DIEESE, 2019). Além disso, na região, praticamente não há mais trabalhadoras domésticas que dormem no mesmo local do emprego. Em 1992, essa era uma realidade para 22,5% das trabalhadoras. Em 2018, esse número chegou a menos de 1% (DIEESE, 2019).

A dimensão racial é essencial para a compreensão do mercado de cuidados, especificamente para o trabalho doméstico remunerado no Brasil (e na RMSP). Há uma sobrerrepresentação de mulheres negras na atividade, a chamada “divisão racial do trabalho reprodutivo” (GLENN, 1992). Historicamente, mulheres brancas e com privilégios de classe têm se afastado do trabalho de cuidados ao adquirir serviços baratos de mulheres *racializadas*, mantendo uma divisão racial desse trabalho e estabelecendo uma hierarquia entre mulheres.

A racialização é a atribuição de uma raça a determinados indivíduos, transformando-os num grupo racial subalterno (GUIMARÃES, 2016). Essa classificação é feita de maneira tanto individual quanto coletiva. Em termos coletivos, a racialização opera por meio de instituições e de um sistema classificatório que se cristaliza em saberes e ideologias. Da perspectiva individual, a racialização é feita “pela percepção social, pelo aparato simbólico, vividos como espontâneos”, conforme o sistema de disposições, valores e atitudes do indivíduo e sua classe (GUIMARÃES, 2016, p. 164). Quem tem o poder de classificar ao outro, classifica e racializa também a si mesmo – já que essa é uma relação dialética –, ao mesmo tempo em que arroga para si mesmo o espaço da norma, da universalidade.

É comum que empregadores contratem trabalhadores com base em noções racializadas pré-concebidas e estereotipadas sobre determinados grupos. Essa racialização não vem acompanhada necessariamente de um vocabulário que remete à raça, mas pode vir na forma de atributos conferidos aos grupos quanto à sua adequação para determinado trabalho - como qualificação, língua, experiência de trabalho –, e a consequentes práticas de discriminação (GUEVARRA, 2014).

Ao estudar a demanda por trabalhadoras domésticas imigrantes no Reino Unido, Anderson (2007) constatou que agências de recrutamento e empregadores muitas vezes usavam o termo “nacionalidade” como uma maneira disfarçada de se referir a “raça”. Inclusive, a maioria dos empregadores expressava suas preferências em termos de “características nacionais”, querendo com isso aludir a características pessoais que empregadores atribuíam a determinadas nacionalidades.

Nesse sentido, a depender do contexto nacional (TELLES, 2004; GUIMARÃES, 2016), alguns grupos de mulheres são entendidos (ou classificados) como sendo mais afins ao trabalho doméstico do que outros grupos. A racialização de umas, aliado à sua inserção no trabalho doméstico remunerado, não deixa de ser uma forma de distinção racial e manutenção de determinada divisão social do trabalho. Segundo Younes e Molinier (2016), uma constante do trabalho doméstico remunerado é a vivência de *alterização* intensa, característica do “trabalho sujo”, assim como das fronteiras de classe e raça que isso pressupõe: práticas e discursos que constroem alguns sujeitos como neutros, outros como inferiores, delimitando uma linha de separação – política e subjetiva - entre os grupos.

Brites (2007) considera que o trabalho doméstico pode proporcionar uma série de afetos e intimidades, especialmente no caso de haver o cuidado de crianças. Isso, contudo, não apaga as desigualdades entre os grupos, e todos os envolvidos na relação reconhecem as “fronteiras intransponíveis” que os separam (BRITES, 2007, p. 107), isto é, sabem as regras de comportamento, movimento e de status pelas quais devem se guiar. Num ambiente de privacidade e intimidade, relações profundamente desiguais se desenvolvem.

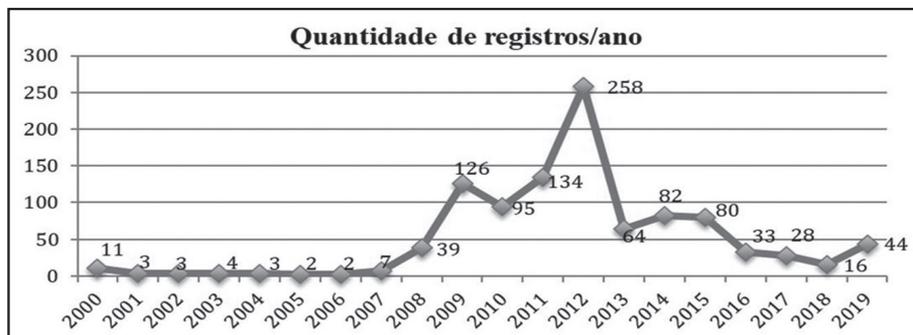
Lan (2003) argumenta que o emprego da força de trabalho de mulheres filipinas por empregadores taiwaneses era uma forma de status e distinção em termos de capital cultural. Assim, e esse é um traço especialmente interessante em termos analíticos, o elemento da *alterização* e *racialização* dessas mulheres não vinha necessariamente acompanhado de um rebaixamento do valor pago pelo serviço prestado. Ao contrário, o elevado status social das famílias empregadoras era reforçado pela contratação de uma mulher compreendida como “mais cara” e mais adequada para o trabalho devido à sua origem e elementos raciais.

O trabalho doméstico é essencial para a sustentabilidade da vida, ao passo em que também é um símbolo de status, distinção e consumo (ANDERSON, 2000). A ação individual está inscrita num contexto relacional complexo e é importante não fetichizar a mercadoria disponibilizada pelas trabalhadoras domésticas: sua própria força de trabalho. Contudo, isso não quer dizer que não há lugar para negociações nas interações cotidianas ou que a migração não possa oferecer uma expansão de possibilidades às migrantes (LUTZ, 2018). Num contexto global, mulheres se movem e assumem atividades de sustento da vida, conjugando a economia global, a macro-política econômica e suas próprias trajetórias no micro espaço da casa.

4 ARTICULANDO TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS E MUNDO SOCIAL

A imigração laboral de filipinos ao Brasil tem sido comum no caso de ocupações ligadas à navegação marítima: na base de dados SINCRE/Sismigra, da Polícia Federal, encontram-se registrados 27.403 homens filipinos, sendo que 90% destes se ocupa nas atividades de navegação. Por outro lado, há apenas 2.174 mulheres filipinas registradas na mesma base de dados¹¹. Destas, 1.040 estão registradas como residentes no município de São Paulo. Entre os anos de 2000 e 2019, tivemos as seguintes quantidades de registros de filipinas com residência em São Paulo:

Gráfico 1 – Quantidade de registros de mulheres de nacionalidade filipina no município de São Paulo, por ano (SINCRE/Sismigra, 2000 a 2019)



Fonte dos dados: SINCRE/Sismigra (2000-2019) *apud* Observatório das Migrações no Estado de São Paulo (Banco interativo).

Apesar dos baixos números apresentados, vemos um aumento na quantidade de registros entre 2009 e 2015, com um pico no ano de 2012. Ademais, entre 2010 e 2019, houve um saldo migratório de 2.200 mulheres filipinas em todo o país, de acordo com os dados da base STI, da Polícia Federal, apresentados por Tonhati e Macêdo (2020, p. 115)¹². A ocupação destas imigrantes não se resume ao trabalho doméstico remunerado, mas estes achados se coadunam com o aumento das migrações Sul-Sul para o Brasil na última década (CAVALCANTI, OLIVEIRA e MACÊDO, 2020), num contexto em que o país aparece como um destino migratório possível, não necessariamente desejável (BAENINGER *et al.* 2021).

A chegada de mulheres filipinas e sua inserção no trabalho doméstico remunerado atraiu atenção midiática já no ano de 2015, conforme demonstram as reportagens nos jornais Folha de São Paulo e Veja São Paulo: no primeiro veículo, Campos-Mello (2015) entrevistou empregadoras que se queixavam: “no Brasil, babá é só babá, cozinheira só cozinha e empregada só limpa, e não aceitam dormir no local de trabalho”. Em contraponto à postura das trabalhadoras autóctones, a empregadora dizia: “[a trabalhadora filipina] está sempre bem humorada e eu preciso até pedir para ela parar de trabalhar; o povo filipino gosta de servir” (CAMPOS-MELLO, 2015).

Já na reportagem de Quintella (2015) para o segundo veículo de comunicação, o jornalista traz a informação de que entre 2013 e 2015, cerca de 100 mulheres de nacionalidade filipina chegaram ao Brasil por meio de uma agência brasileira de intermediação para trabalhar em casas de alto padrão na capital paulista. Segundo Quintella (2015), “Em busca de profissionais especializadas e com domínio do inglês, patrões de bairros nobres apostam nas contratações [de trabalhadoras domésticas filipinas]”.

O tema da imigração de filipinas e o trabalho doméstico em São Paulo voltou a ser noticiado em 2017, quando o Ministério Público do Trabalho (MPT) denunciou publicamente que 3 domésticas filipinas haviam trabalhado em situação análoga à escravidão em São Paulo (LOCATELLI, 2017) e iniciou um processo trabalhista contra a agência de empregos que havia intermediado os contratos. Locatelli (2017) informa que a auditoria do MPT fiscalizaria 130 empregadores na RMSP, responsáveis pelos vínculos trabalhistas de 180 imigrantes – sendo a maioria deles filipinos. Até o momento, a empresa de intermediação foi condenada em duas instâncias da Justiça Trabalhista brasileira (TRT, 2019) e aguarda julgamento de recurso pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST)¹³.

Evidentemente, as experiências de mulheres imigrantes no serviço doméstico não se resumem a casos como estes. No entanto, cabe considerar o contexto no qual se iniciaram e desenvolveram as nossas relações. Em outubro de 2017, após a primeira denúncia pública de trabalho escravo, algumas imigrantes fundaram a Comunidade Filipina de São Paulo, reunindo-se mensalmente na Igreja Nossa Senhora da Paz, no bairro da Liberdade em São Paulo, para missa religiosa em inglês, seguida de um almoço e confraternização.

Eu passei a frequentar estas reuniões em abril de 2018 e realizei entrevistas com 6 interlocutoras em janeiro de 2019. Mesmo após 10 meses de observação não-participante, e de alguns convites para a participação na pesquisa, apenas estas 6 mulheres se dispuseram a ser entrevistadas formalmente. Num contexto em que empregadores, agência de intermediação e autoridades do próprio país não ofereciam proteção, mas inclusive violência, havia medo e desconfiança quanto ao propósito da pesquisa, quanto aos interesses de quem eu (enquanto pesquisadora) representava, e quanto à segurança de suas identidades e seus trabalhos.

As reuniões da comunidade filipina variavam entre 40 e 60 pessoas presentes, sendo a maioria delas mulheres que trabalhavam como domésticas em São Paulo. Mesmo me apresentando como pesquisadora e sendo mais jovem do que elas, todas se dirigiam a mim sob o título de “ma’am” (senhora/madame, em inglês). Eu insistia na utilização do meu próprio nome, mas não obtive sucesso. Sendo eu uma mulher branca, escolarizada, fluente na língua inglesa, provavelmente minhas identidades de classe e raça falavam mais alto, e eu as lembrava de suas próprias empregadoras. Assim, elas logo assumiam a deferência esperada a alguém a quem se deve respeito, mobilizando uma identidade bastante ligada à sua ética de trabalho.

Dessa forma, marcadores sociais de diferenças se encontravam registrados em nossos corpos e foi desse ponto de partida que nossa relação se desenvolveu. As conversas entre nós eram sempre em inglês, bem como as entrevistas para a pesquisa (que posteriormente foram transcritas e traduzidas por mim). Cabe também ressaltar que os convites para as entrevistas foram feitos durante as reuniões, de maneira pública e também individual, mas o momento e o local da entrevista foram escolhidos pelas interlocutoras. Eu fiz ao menos 1 encontro presencial com cada uma, por vezes um segundo encontro ou prosseguindo a conversa virtualmente (e-mail e mensagens de WhatsApp). Inclusive, os encontros presenciais se deram com as interlocutoras sempre acompanhadas de alguma amiga ou outra interlocutora.

Tabela 1 – Dados sobre as interlocutoras (nome,¹⁴ idade,¹⁵ estado civil, número de filhos, ano em que chegou ao Brasil)

Nome	Idade	Estado civil	Nº de filhos	Ano que chegou no Brasil	Escolaridade
Kathy	49	Casada	2	2018	Sup. Completo
Carol	30	Solteira	0	2016	Sup. Completo
Alba	41	Separada	3	2016	Sup. Completo
Lidia	38	Solteira	2	2016	Sup. Completo
Anna	40	Separada	2	2015	Sup. Incompleto
Rachel	42	Casada	2	2016	Ens. Médio Completo

Fonte: Pesquisa de campo

Como a pesquisa possui caráter qualitativo, não nos preocupamos com representações estatísticas, nem pretendemos realizar generalizações a partir dos dados. Nosso objetivo era abordar suas experiências, memórias e representações sociais, reconstituindo suas trajetórias de vida, a partir de sua narrativa, e identificando efeitos macrossociais em suas vidas (LIMA, 2016). As entrevistas foram semiestruturadas e o roteiro incluía questões objetivas (como os dados apresentados na Tabela 1) e questões mais subjetivas (como suas percepções acerca da migração, do trabalho que desenvolvem, de sua identidade). A seguir, passamos a apresentar algumas das falas das interlocutoras, agrupadas a partir de temas abordados.

Nenhuma das interlocutoras havia trabalhado como doméstica em seu país de origem. Contudo, antes de sair das Filipinas, passaram por programas de certificação de sua competência para o trabalho doméstico. Esta é uma exigência do próprio governo filipino. As agências de intermediação são procuradas pelas potenciais migrantes, a fim de terem a sua documentação processada, e a fim de que as agências encontrem postos de trabalho na destinação escolhida. As taxas cobradas pelas agências (e pelo governo filipino para a regularização migratória) variam de acordo com o país de destino e com a ocupação buscada.

Anna: Pra trabalhar como doméstica [no exterior], consigo trabalho [intermediado pela agência] e autorização [do governo filipino] em 1 mês. [...] Por exemplo, eu me candidato pra ser doméstica em Singapura e eles acham uma família lá. Há muitas agências em Singapura. Se você quiser trabalhar no Canadá, na Austrália, na Europa, nos Estados Unidos, precisa fazer o teste de inglês IELTS. Daí já é mais trabalhoso, demora mais e é mais caro. É muito mais fácil ir como doméstica pra países asiáticos. [...] É muito mais fácil e rápido pras mulheres saírem hoje. Eles [o governo filipino e as agências] não aceitam que homens se candidatem pra ser domestic helper, então os trabalhos a que eles têm acesso são mais difíceis de conseguir. Além disso, as taxas cobradas pelas agências de um candidato homem são mais altas que as taxas cobradas das mulheres. Por questões práticas, a migração de mulheres vale mais a pena.

Com exceção de Carol, cuja primeira experiência migratória se deu no Brasil, todas as outras já haviam empreendido outros projetos migratórios anteriormente. Kathy possui uma trajetória laboral diversificada e uma vasta experiência migratória, tendo já trabalhado como doméstica, massagista, caixa de supermercado, atendente de *call center*, em locais como Qatar, Singapura, Malásia, Coreia do Sul e China antes de vir para o Brasil. Alba alternou períodos como trabalhadora doméstica e como cuidadora em Hong Kong, Índia, China,

Emirados Árabes Unidos. Lidia já atuou como professora de computação e secretária na Malásia; Anna, como trabalhadora doméstica em Singapura; e Rachel, como doméstica em Singapura também. Além disso, elas alternavam entre períodos trabalhando em países estrangeiros e períodos trabalhando nas Filipinas, ou retornando para o país de origem em suas férias.

Os destinos de suas experiências migratórias prévias são todos no Sul global, demonstrando a importância das migrações Sul-Sul e seu alinhamento com os destinos majoritários de mulheres OFW (Overseas Filipino Workers) no exterior. Outra questão importante é a modalidade de migração na qual elas migram sozinhas – sem serem acompanhantes nem serem acompanhadas pela família. Seus filhos permanecem nas Filipinas, sendo cuidados mais diretamente por pais e/ou avós, e tendo seus estudos custeados pelas mães que emigraram (mas que eventualmente retornam ao país de origem).

Alba: Minha principal motivação [para trabalhar fora do país de origem] são meus 3 filhos. Atualmente, 2 deles estão fazendo universidade privada nas Filipinas. [...] Eles pensam em migrar, mas quero que eles vão para os Estados Unidos ou Canadá.

Anna: O sacrifício que eu faço de deixar meus filhos nas Filipinas e não estar ao lado deles, vendo-os crescer, é muito duro, mas é pra eles mesmos. Sei que um dia, quando eles se formarem na universidade, eles vão entender e vai ter valido a pena.

Rachel: Como eu sou formada apenas no ensino médio, não fui pra universidade, só posso trabalhar como doméstica. Mas não tenho planos de sair do Brasil por agora. De qualquer forma, tenho que trabalhar por pelo menos mais 9 anos, que é quando meu filho mais novo terminará a faculdade.

Outros pontos uníssonos nas falas foram a regularidade migratória das interlocutoras e a naturalidade com que lidavam com a migração internacional, como se fosse uma resposta inata aos processos globais, e não uma construção social. Estas questões dizem respeito diretamente à atuação do governo filipino, no sentido de promover a migração laboral como uma alternativa de emprego aos filipinos no exterior, e à atuação de agências de intermediação:

Kathy: No meu país, 80% das pessoas são escolarizadas com grau universitário. Isso significa que temos muitos graduados, mas não temos trabalho o suficiente. Então mesmo que o trabalho doméstico não esteja muito no nosso nível, desculpe por dizer isso, não degradando

outras pessoas, mas é a verdade. Até as professoras, com formação universitária de 4 anos, estão em Hong Kong ou Singapura, esfregando o chão. E isso tudo porque não somos bem compensados no nosso país.

Carol: 75% dos meus amigos estão fora das Filipinas. Eles são enfermeiros e engenheiros, mas estão limpando casas ou trabalhando em fábricas. [...] A gente não vai pra faculdade só porque gosta de alguma área. Vamos pra faculdade pra ter um diploma e poder sair do país num determinado nível.

Lidia: Migração é uma das formas de ter ganhos altos e é a forma como nós melhoramos nossa vida e da família, através do dinheiro que enviamos de volta pra casa. Inclusive, nós não chamamos isso de migração, é só que o nosso país não é suficiente para oferecer tantos trabalhos, e até formados em universidades e profissionais são preparados para trabalhar fora do país por uma renda alta que eles não teriam em sua própria profissão... No fim, nós ainda queremos ir para nosso lar, porque não há lugar que se compare ao lar.

[...] Todo mundo tem esse desejo inato de mudar do próprio país para outro se não consegue encontrar uma boa vida no seu país. Como disse, é uma opção e uma oportunidade trabalhar fora, e talvez até migrar.

Anna: Se você conferir as estatísticas, vai ver que em quase todos os países do mundo há um trabalhador filipino lá. Nosso país é bem pequeno, a escola é boa, mas a economia não vai bem. Há trabalho lá, mas o salário é baixo, simplesmente não é suficiente. Então a maioria das pessoas migra ou trabalha fora para sustentar a família nas Filipinas. Depois de se formar na universidade, todo mundo sai do país para trabalhar.

Nas falas de Lidia e de Anna, vemos uma diferenciação entre migrar e trabalhar fora do país de origem. Isso é algo visto, inclusive, nos documentos oficiais do governo filipino, que denomina os trabalhadores no exterior de *Overseas Filipino Workers* (OFW) e de emigrantes, aqueles que passam a residir permanentemente em outro país. Chama também atenção o fato de que as interlocutoras mencionaram a alta escolaridade dos imigrantes filipinos, muitos dos quais já saem com formação universitária do país, segundo elas. Independentemente da comprovação estatística, nossas interlocutoras percebem que a alta escolaridade dos filipinos não condiz com as ocupações que

passam a exercer nos destinos migratórios. Kathy chega a dizer que o trabalho doméstico não está ao nível das mulheres filipinas. Outras interlocutoras também expressaram insatisfação para com a atividade:

Alba: Nas Filipinas, nós aprendemos a trabalhar duro. Mas não aprendemos a ser chefes e ter pessoas trabalhando para nós. Eu olho para minha empregadora [no Brasil]: ela nem terminou a universidade, mas tem um negócio e tem alguém limpando a casa pra ela. Eu fiz curso universitário e estou limpando o chão para outra pessoa. Tenho me perguntado sobre isso, sobre a cultura filipina que nos ensina a trabalhar duro, mas sempre para os outros. Qual a estratégia dessas pessoas no Brasil, ou em outros lugares que trabalhei, pra que elas sejam chefes de outras pessoas?

Anna: Faço tudo isso pelo futuro deles [filhos], porque a universidade nas Filipinas é muito cara, e quero que eles tenham um diploma e um bom trabalho, diferente do que eu tenho hoje.

Além de expressar seu descontentamento em relação à sua atual ocupação profissional, Alba também menciona a “cultura filipina que ensina a trabalhar duro”. O “trabalho duro”, a eficiência, são pilares de propaganda do programa filipino de exportação de força de trabalho, levado a cabo pelo governo filipino e pelas agências de intermediação, em seu projeto de racialização de trabalhadoras/es. Este discurso esteve presente em outras falas também, de maneira mais ou menos reflexiva. De toda forma, esta racialização não deixa de ser um tipo de vantagem comparativa para mulheres filipinas no mercado de cuidados, que também mobilizam o discurso como um tipo de recurso para suas ações e projetos:

Kathy: Eu sabia que poderia fazer mais [que trabalho doméstico]. Havia compartilhado com eles [empregadores] os meus conhecimentos, meus serviços, e havia provado a eles que os filipinos são eficientes em qualquer tipo de trabalho. Isso era importante para mim. Tenho orgulho de ser filipina.

Carol: Para todos, ser uma empregada filipina significa ser a pessoa que mais trabalha duro [hard working] em todo o mundo, porque nós nunca paramos de trabalhar enquanto o trabalho não está terminado. Se há roupas para passar, nós ficaremos acordadas até meia noite, mesmo que tenhamos que acordar às 5h no dia seguinte. Temos isso na nossa cultura: por que deixar para amanhã o que pode ser feito agora? Vejo que as diaristas no Brasil

saem do trabalho quando acabam suas horas de trabalho, mesmo que o trabalho não esteja terminado. Eu não poderia fazer isso: me incomodaria muito ir dormir se eu deixei algo inacabado.

Alba: Consegui meu novo trabalho porque eles [empregadores] já tinham ouvido falar da fama das domésticas filipinas, sabiam do nosso trabalho que é muito bom.

Anna: Não recorri à agência [ao sair do primeiro emprego no Brasil], porque a agência tenta te vender e você ainda tem que pagar por isso. Eles fazem propaganda das filipinas, comparando-as com as brasileiras. Eles dizem: “você sabia que se contratar uma filipina, ela vai fazer todo tipo de trabalho? Se você contratar uma brasileira, ela só vai cozinhar, ou só limpar. Mas uma filipina é um pacote completo”. Então é claro que os empregadores gostam disso: quem quer contratar 3 ou 4 pessoas, se pode contratar só uma que seja suficiente? Lembra do meu empregador que tinha 6 empregadas brasileiras e no final contratou 3 filipinas pra fazer o mesmo trabalho? Eles economizam e ganham dinheiro com a gente.

As condições de trabalho das interlocutoras em São Paulo foram variadas, muito embora todos os empregos tenham apresentado situações de ilegalidade e a característica de serem *stay-in-jobs* (as interlocutoras moravam no mesmo local de trabalho). Carol iniciou o trabalho doméstico em Brasília, pois sua mãe já se encontrava trabalhando lá. Quando nos conhecemos, ela havia se mudado recentemente para São Paulo e iniciaria um novo emprego como babá, por indicação de Alba. Ela seria responsável pelo cuidado de 2 crianças e também deveria ensinar inglês para elas. Da mesma maneira, Kathy, Anna e Rachel foram contratadas para ensinar inglês às crianças das casas onde trabalhavam. Assim, vemos a mobilização do mote “dois-pelo-preço-de-um”, de que fala Guevarra (2014).

Kathy, Alba, Lidia, Anna e Rachel, trabalhando em São Paulo, eram responsáveis pelos cuidados com a casa (limpeza), cozinha (preparo de refeições), roupas (lavar e passar), crianças, e até animais domésticos. As remunerações variaram entre 2 e 3 salários mínimos. Todas relataram jornadas de trabalho extensas, ausência de pagamento por horas extras e, algumas (Alba e Lidia) foram vítimas de trabalho escravo:

Kathy: eu acordava às 5h30 [da manhã] pra preparar o café da manhã e parava de trabalhar às 23h. [...] Eles nunca me registraram, nem pagaram horas extras.

Alba: Quando cheguei no Brasil, fui para a casa da minha primeira família [empregadora]. Eles disseram que eu teria 2 dias de descanso depois da viagem. Mas no dia seguinte, já me acordaram cedo pra começar meu treinamento. Por 5 dias, eu fui treinada, e depois não quiseram me pagar por isso. Nos meses seguintes, eu trabalhava 16 horas por dia. Sem contar os insultos e abusos psicológicos da minha patroa. Ela me trancava no apartamento e racionava a minha comida. Eu tinha algumas bananas, um pão de forma e 6 ovos pra comer por semana. Então, eu pegava a carne que eu tinha que fazer pro cachorro. [...] Eu tinha algumas horas de folga nos sábados.

Lidia: Quando cheguei no Brasil, o agente [da agência intermediadora] me pegou no aeroporto e me levou pro meu primeiro trabalho. Eles tinham me prometido [em contrato escrito de trabalho] que eu teria 2 dias de descanso depois da viagem, que seriam 44 horas semanais de trabalho, que pagam 50% a mais por horas extras e que dão 2 dias de descanso por semana. Mas eu comecei a trabalhar 16 horas por dia logo no primeiro dia e só tive folga 7 meses depois. Nesse dia, eu fugi.

Anna: A gente começava nosso trabalho às 7h da manhã: preparava o café da manhã da família, arrumava as [três] crianças para a escola. Eu trabalhava até umas 13h e fazia um intervalo de descanso de 2h. Por volta das 15h, retomava o trabalho e ia até às 19h. A gente gostava desse esquema, era melhor do que em Singapura. Lá, seus patrões podiam te acordar a qualquer hora pra fazer algo para eles. Mas isso foi só no começo [do trabalho no Brasil]. Ao longo dos meses, as horas de trabalho foram ficando mais longas: não respeitavam mais nosso horário de descanso, a gente passou a trabalhar por 10 horas diárias, depois 12 horas, chegando a 14 horas.

[...] Eu não sabia que [no Brasil] se você trabalha aos finais de semana, precisa receber mais por isso. Eu era nova aqui e não sabia das coisas. A empregadora me fez abrir mão de 1 dia de descanso e ainda do meu descanso no final de semana. Tudo isso por 50 dólares a mais [ao mês].

Rachel [trabalhava com Anna, nas mesmas condições, e hoje está num novo emprego]: Gosto do meu novo trabalho, porque trabalho só 8 horas por dia. Lá eu faço de tudo, sou multi-tarefa [multitasking]. Começo a trabalhar às 7h da manhã e termino umas 17, 18 horas. Daí vou para o meu quarto e posso descansar lá, fazer o que eu quiser. Gosto muito.

Mesmo não trabalhando “apenas” 8 horas por dia, Rachel prefere as atuais condições de trabalho, do que as enfrentadas anteriormente. Ela continua inserida no trabalho doméstico, assim como Carol, Alba e Lidia (mesmo após as denúncias de trabalho escravo). De acordo com elas, a remuneração é maior do que em outras atividades. Kathy passou a atuar como massagista num Spa e Anna, como vendedora de roupas numa loja de departamento.

A interlocutora Carol é a única sem filhos e também a única que não planeja retornar para as Filipinas no futuro. Ela deseja abrir um *petshop* no Brasil. Ainda assim, ela envia remessas à família nas Filipinas e se sente parte da galeria de heróis e heroínas nacionais, que deixam sua terra, a fim de melhorar as condições da família e do próprio país (cf. RODRÍGUEZ, 2008):

Carol: Com o dinheiro que eu mando, eles [familiares] podem usar para lazer, ir a restaurantes mais caros umas 2 vezes por mês, comprar carne, já é uma ajuda. [...] Atualmente, 50% da economia do país depende do dinheiro que os migrantes enviam. Por isso nos chamam de heróis modernos [modern heroes]. Sem isso, seríamos o país mais pobre do mundo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos compreender alguns fatores que condicionam a migração de mulheres de nacionalidade filipina para atuar como trabalhadoras domésticas em São Paulo. Primeiramente, nos debruçamos sobre o contexto filipino de emigração e o programa de exportação de força de trabalho. Atores institucionais promovem o trabalho no exterior como uma alternativa não só desejável, mas uma resposta inata às dificuldades econômicas e desigualdades de gênero no país. Além disso, promovem também o discurso racializado das vantagens comparativas da contratação de filipinas para o trabalho de cuidados.

Assim, estas mulheres se voltam para a migração internacional, negociando suas escolhas e projetos, em meio a estruturas globais e sua própria capacidade de agência. Os destinos migratórios mais comuns são no Sul global e sua presença ali estimula a economia, sustenta a vida e alivia constrangimentos de gênero impostos a (certas) mulheres, ao passo em que também reforça uma divisão racial ligada ao trabalho doméstico. O “trabalho sujo” referente às necessidades de sustentabilidade da própria vida ficam a cargo de alguma mulher mais adequada ao serviço.

Por outro lado, esta pretensa maior adequação das mulheres filipinas para com o trabalho doméstico também é mobilizada por elas como um recurso no mercado disputado, inclusive, com as brasileiras. Num outro país do Sul global, com suas próprias desigualdades históricas, estas imigrantes buscam honrar a fama dos filipinos, efetuar da maneira mais eficiente possível um trabalho que nunca realizaram de maneira remunerada em seu contexto de origem.

Em São Paulo, elas têm enfrentado condições de trabalho complexas, que vão desde jornadas extensas, ausência de formalização, de pagamento de horas extras, até ausência de descanso e liberdade. O fato de possuírem uma alta escolaridade e a fluência em inglês não as exime de más condições, sendo inclusive usado como elemento de status e distinção pelos empregadores. Justamente num momento em que a categoria das trabalhadoras domésticas conquistou mais direitos e quase não há mais quem durma no local de trabalho, uma fração da classe média paulistana recorre a uma força de trabalho imigrante considerada dócil, flexível, a “Mercedes-Benz” das trabalhadoras domésticas, “dois-pelo-preço-de-um”.

De todo modo, estas mulheres possuem suas próprias subjetividades e trajetórias. As entrevistas foram muito ricas ao oferecer elementos que as interlocutoras consideraram significativos e que nos ajudam a compreender melhor esta modalidade migratória. Elas migram sozinhas em função de um contrato de trabalho no exterior previamente acordado, alternam entre períodos fora e no país de origem, principalmente em função dos filhos. A educação (universitária) destes era mencionada frequentemente, para o que se destinavam suas remessas. Elas mesmas possuem alta escolaridade e enxergam no trabalho doméstico uma forma de viabilizar seus projetos. Há quem entenda que merece o título de heroína, há quem se ressinta do trabalho doméstico, há quem deseje que os filhos empreendam projetos migratórios para o Norte global, há quem nem se considere imigrante.

NOTAS

¹ O texto é baseado na pesquisa de mestrado em Sociologia, realizada entre os anos de 2017 e 2019, como parte do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/Unicamp) e sob os auspícios do CNPq (RIBEIRO, 2019).

² Isso representa cerca de 10% da população do país.

³ A estimativa se refere a filipinas/os que trabalham no exterior, com contrato de trabalho e visto processados pelo POEA, cuja partida ocorreu nos últimos cinco anos e que estavam trabalhando ou tinham trabalhado no estrangeiro entre Abril e Setembro do ano de referência.

⁴ De acordo com a classificação proposta pelo órgão estatístico filipino (PSA), a região (Western Asia) inclui: Arábia Saudita, Bahrain, Emirados Árabes Unidos, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Qatar.

⁵ De acordo com a classificação proposta pelo órgão estatístico filipino (PSA), a região (Eastern Asia) inclui: China, Coreia do Sul, Hong Kong, Japão, Taiwan.

⁶ De acordo com a classificação proposta pelo órgão estatístico filipino (PSA), a região (Southeast and South Central Asia) inclui: Brunei, Malásia, Singapura.

⁷ Landbased New Hires for Household Service Workers.

⁸ Landbased New Hires.

⁹ Conforme nos lembra Lutz (2018), a obtenção de dados confiáveis nesse setor é uma tarefa árdua e tais números podem ser até o dobro do que foi encontrado pela OIT.

¹⁰ Em razão da proporção de mulheres nessa atividade ser de 92% (PINHEIRO et al., 2019), os termos serão flexionados no gênero feminino.

¹¹ A referida base de dados não oferece informação confiável quanto ao número de imigrantes ocupadas no trabalho doméstico remunerado.

¹² As autoras trataram os dados e excluíram as entradas/saídas por razão de turismo.

¹³ Em 2020, outras reportagens trouxeram ainda mais casos relacionando mulheres filipinas e abusos no trabalho doméstico no Brasil. Conferir: Locatelli (2020) e Machado e Andrade (2020).

¹⁴ Os nomes são fictícios, para proteger seu anonimato.

¹⁵ Este dado se refere à data em que a entrevista ocorreu.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. A very private business - Exploring the demand for Migrant Domestic Workers. **European Journal of Women's Studies**, vol. 14, nº 3, p. 247-264, 2007.

_____. **Doing the dirty work?** The global politics of domestic labour. Londres: Zed Books, 2000.

BAENINGER, R. et al (Eds.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. Disponível em : <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/migracoes_sul_sul/migracoes_sul_sul.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

BAENINGER, R. et al. Cenário das migrações internacionais no Brasil: antes e depois do início da pandemia de Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 4, p. 1-35, 2021.

BSP (Bangko Sentral ng Pilipinas). **Overseas Filipino Remittances**. Government of the Philippines. Disponível em: <<https://www.bsp.gov.ph/SitePages/Statistics/External.aspx?TabId=8>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

BORGEAUD-GARCIANDIA, N. ; GEORGES, I. Travailleuse en migration dans “les Suds” : déplacements de regards, reconfigurations de l’objet ? **Revue Tiers Monde**, vol. 217, nº 1, p. 7-24, 2014. Disponível em : <<https://www.cairn.info/revue-tiers-monde-2014-1-page-7.htm>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

BORGEAUD-GARCIANDÍA, N.; GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. Introduction: care aux Suds. Quand le travail de care interroge les inégalités sociales. **Revue internationale des études du développement**, vol. 242, nº 2, p. 7-34, 2020. Disponível em : <<https://www.cairn.info/revue-internationale-des-etudes-du-developpement-2020-2-page-7.htm?ref=doi>>. Acesso em : 30 de junho de 2021.

- BRITES, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, Campinas, nº 29, p. 91-109, julho-dezembro de 2007.
- CAMPOS-MELLO, P. Empresa 'importa' babás e domésticas das Filipinas para o Brasil. Cotidiano. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 de maio de 2015. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1627108-empresa-importa-babas-e-domesticas-das-filipinas-para-o-brasil.shtml>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e refúgio no Brasil**. Relatório anual 2020. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- DEBONNEVILLE, J. Les écoles du care aux Philippines. Le devenir travailleuse domestique au prisme de l'altérité. **Revue Tiers Monde**, vol. 217, nº 1, p. 61-78, 2014. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-tiers-monde-2014-1-page-61.htm>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- DIEESE. **Trabalhadoras domésticas na região metropolitana de São Paulo em 2018**. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/produtos/midia/2019/04/press_domestica_abril_2019.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- EHRENREICH, B.; HOSCHSCHILD, A. (Eds). **Global Woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy**. Nova Iorque: Henry Holt, 2002.
- GLENN, E. From Servitude to Service Work: Historical Continuities in the Racial Division of Paid Reproductive Labor. **Journal of Women in Culture and Society**, vol. 18, nº 01, p. 1-43, 1992.
- GUEVARRA, A. Supermaids: The Racial Branding of Global Filipino Care Labour. In: ANDERSON, Bridget; SHUTES, Isabel (Eds). **Migration and care labour: Theory, policy and politics**. Basingstoke: Palgrave Macmillan. 2014. Cap. 7, pág. 130 a 150.
- _____. **Marketing dreams, manufacturing heroes: The transnational labor brokering of Filipino workers**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2010.
- GUIMARÃES, A. Formações nacionais de classe e raça. **Tempo Social**, vol. 28, nº 02, 2016, p. 161-182.
- JESUS, J.; WAJNMAN, S.; TURRA, C. Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise da produção, consumo e transferência. Trabalho apresentado em: **XXI Encontro de Estudos Populacionais**, 2018, Poços de Caldas/MG. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/3030/2893>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- KERGOAT, D.; HIRATA, H. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, vol. 37, nº 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- LAN, P. "They have more money but I speak better English" Transnational encounters between Filipina Domestic workers and Taiwanese Employers. **Identities: Global Studies in Culture and Power**, vol. 10, nº 02, 2003, p. 133-161.

- LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016. Pág. 24-41.
- LOCATELLI, P. 'Você nem parece gente': empregadora é investigada por manter doméstica filipina trancada por 8 meses, sem folga e sob ameaças. São Paulo, 29/05/20. **ONG Repórter Brasil**. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2020/05/voce-nem-parece-gente-empregadora-e-investigada-por-manter-domestica-filipina-trancada-por-8-meses-sem-folga-e-sob-ameacas/>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- _____. Domésticas das Filipinas são escravizadas em São Paulo. São Paulo, 31/07/2017. **ONG Repórter Brasil**. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2017/07/domesticas-das-filipinas-sao-escravizadas-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- LUTZ, H. Care Migration: The Connectivity between Care Chains, Care Circulation and Transnational Social Inequality. **Current Sociology Monograph**, vol. 66, nº 4, p. 577-589, 2018.
- MACHADO, J. P.; ANDRADE, F. Vídeo: embaixadora das Filipinas no Brasil agride empregada doméstica dentro da residência diplomática. **G1**. Rio de Janeiro, 25/10/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/10/25/video-embaixadora-das-filipinas-no-brasil-agride-empregada-domestica-dentro-da-residencia-diplomatica.ghtml>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- MAGALHÃES, L.; BÓGUS, L.; BAENINGER, R. Migrantes haitianos e bolivianos em São Paulo: transformações econômicas e territorialidades migrantes. **REMHU**, v. 26, nº 52, p. 75-94, 2018.
- MAHMOOD, S. Feminist theory, Agency and the Liberatory Subject: Some Reflections on the Islamic Revival in Egypt. **The Finnish Society for the Study of Religion**, vol. 42, nº 1, p. 31-71, 2006.
- MOLINIER, P.; LEGARRETA, M. Subjetividad y materialidad del cuidado: ética, trabajo y proyecto político. **Papeles del CEIC**, vol. 1, Presentación, 2016.
- Observatório das Migrações em São Paulo. (2020). Banco de dados interativo. **SINCRESismigra**. Disponível em: <<https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincresismigra/>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- OIT. **ILO Global estimates of migrant workers and migrant domestic workers: results and methodology**. Geneva: International Labour Office, 2015.
- PARREÑAS, R. **Servants of globalization: migration and domestic work**. Stanford: Stanford University Press, 2015, 2ª edição.
- _____. **The force of domesticity: Filipina migrants and globalization**. Nova Iorque: New York University Press, 2008.

- PINHEIRO, L.; et al. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2021.
- POEA (Philippine Overseas Employment Administration). **OFW Statistics**. Disponível em: <<https://www.poea.gov.ph/ofwstat/ofwstat.html>>. Acesso em 30 de junho de 2021.
- PSA (Philippine Statistics Authority). **2019 Survey on overseas filipinos**. Disponível em: <<https://psa.gov.ph/sites/default/files/2019%20Survey%20on%20Overseas%20Filipinos.pdf>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- QUINTELLA, S. Famílias investem em empregadas e babás filipinas. **Veja SP**. São Paulo, 29/12/2015. Cidades. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/babas-empregadas-filipinas/>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- RIBEIRO, E. Filipinas in São Paulo: South-South migrations and domestic service. **Revue International d'études du développement (RIED)**, Dossier "Southern Countries' Domestic Service" (nº 246), 2021, no prelo.
- _____. **Migração internacional de mulheres e o mercado global de cuidados: um estudo sobre filipinas em São Paulo**. Dissertação de Mestrado defendida junto ao PPGS/IFCH/Unicamp. Campinas: Unicamp, 2019.
- RIBEIRO, E.; BAENINGER, R. Migração internacional de mulheres e o mercado global de cuidados: um estudo sobre filipinas em São Paulo, Brasil. **Cidades, Comunidades e Territórios**, 40, p. 103 – 116, Jun/2020.
- RODRÍGUEZ, R. Domestic debates: constructions of gendered migration from the philippines. **The Scholar and Feminist Online**, issue 6.3, summer 2008. Disponível em: <http://sfonline.barnard.edu/immigration/rrodriguez_01.htm>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- TELLES, E. **Race in Another America**: the significance of skin color in Brazil. New Jersey/Oxfordshire: Princeton University Press, 2004.
- TONHATI, T.; MACEDO, M. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. Imigração e refúgio no Brasil. **Relatório anual 2020**. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Cap. 5, p. 111-141. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- TRT (Tribunal Regional do Trabalho). **Processo nº 1001643-32.2017.5.02.0605**. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª região, Justiça do Trabalho, República Federativa do Brasil. Disponível em: <<https://pje.trt2.jus.br/consultaprocessual/detalhe-proceso/1001643-32.2017.5.02.0605/2>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- TYNER, J. **The Philippines**: mobilities, identities, globalization. Nova Iorque: Taylor & Francis, 2009.

RESUMO

Neste artigo, buscamos compreender o fenômeno da migração de mulheres filipinas que se inserem como trabalhadoras domésticas na cidade de São Paulo. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica relativa ao contexto filipino de emigração, às migrações femininas, ao trabalho de cuidados. Além disso, fizemos trabalho de campo em local de reunião de algumas imigrantes em São Paulo, onde desempenhamos observação não-participante e obtivemos contatos para entrevistas semiestruturadas com 6 interlocutoras. Nosso objetivo era acessar seus projetos de vida, significados e representações sociais. Buscamos, assim, articular a globalização da força de trabalho feminina para provisão dos cuidados com as experiências e subjetividades de imigrantes filipinas em São Paulo. Num contexto global, mulheres se movem e assumem atividades de sustento da vida, conjugando a economia global, a macro-política econômica e suas próprias trajetórias no micro espaço da casa.

Palavras-chave: mulheres imigrantes; trabalho doméstico; trabalhadoras estrangeiras - Filipinas; São Paulo.

ABSTRACT

In this article, we seek to understand the phenomenon of migration of Filipino women who work as domestic workers in the city of São Paulo. Therefore, we carried out a literature review on the Filipino context of emigration, female migrations and care work. In addition, we did fieldwork in a meeting place for some immigrants in São Paulo, where we performed non-participant observation and obtained contacts for semi-structured interviews with 6 interlocutors. Our objective was to access their lives' projects, meanings and social representations. Thus, we seek to articulate the globalization of the female workforce to provide care with the subjectivities and experiences of Filipino immigrants in São Paulo. In a global context, women move and take on life sustaining activities, combining the global economy, economic macro-politics and their own trajectories in the micro space of the home.

Keywords: immigrant women; domestic work; foreign workers – Philippines; São Paulo.

O processo migratório de mulheres angolanas grávidas e/ou com filhos para São Paulo (2013 a 2018)

*Dirce Trevisi Prado Novaes**

1 INTRODUÇÃO

A imigração de mulheres grávidas cresceu no Brasil, fato observado nos últimos anos, em especial a partir de 2013, quando a chegada de angolanas se fez notar na cidade de São Paulo. Esse aumento foi visível, principalmente pelas instituições da sociedade civil que atuam com população imigrante¹ na cidade, como a Missão Paz² e o Centro de Referência para Refugiados da Caritas Arquidiocesana de São Paulo³.

Segundo dados da Caritas, a proporção de mulheres que buscavam a instituição aumentou nos últimos anos. Em 2013, as mulheres representavam apenas 13% do público atendido, em 2015, foram 27% do total de atendidos, e desde 2016, ocupam por volta de 36%. Ademais, a Caritas também registrou um aumento de mulheres grávidas e chefes de família que procuraram atendimento a partir de 2013. De 2013 a 2017 o número de mulheres grávidas passou de 10 para 54, e em 2015 e 2016 vieram 110 e 173 respectivamente. Há ainda dados sobre as famílias monoparentais, isto é, mulheres que vieram com pelo menos um filho menor de 18 anos de idade nascido em seu país de origem ou residência habitual (BERQUÓ, 1989). Em 2015, 202 mulheres nessas condições foram à Caritas e em 2016 houve o ápice de 276, contrastando com as 18 famílias monoparentais recebidas em 2013 (CASP, 2021).

No tocante à nacionalidade angolana, destacamos ainda o fato de que os angolanos formaram o grupo que mais chegou à Caritas nos anos de 2016, 2017 e 2018. Em 2015, eram o segundo grupo, atrás dos sírios, e em 2014 foram o quarto. Em 2013, os angolanos nem estavam entre os 5 grupos mais atendidos pela organização (CASP, 2021). A Missão Paz também registrou aumento da procura de mulheres angolanas buscando atendimento na instituição ao longo dos anos: em 2013 foram 28, em 2014, 29, em 2015, 101, em 2016 teve o pico de 439, em 2017 foram 201 e em 2018, 52 (MISSÃO PAZ, 2020).

* Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP em 2021, enfermeira obstétrica; membro do Ministério Público do Trabalho aposentada e voluntária na Missão Paz. E-mail de contato: dirce.trevisi@gmail.com.

Diante desta realidade, mais precisamente em 2017, as referidas organizações noticiaram a chegada de angolanos, sobretudo de mulheres com filhos, devido às dificuldades relatadas pelas instituições governamentais e da sociedade civil na oferta de acolhimento e atendimento a essas pessoas. Isso porque, a demanda das mulheres com filhos, grávidas, ou não, implicava necessidades específicas e diferenciadas daquelas que até então eram recebidas por essas entidades (DIÓGENES, 2016).

Paralelo a isso, segundo Diógenes (2016), a chegada de mulheres angolanas com filhos, grávidas ou não, também chamou atenção das entidades públicas devido ao aumento das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado (doravante solicitações de refúgio). Durante muito tempo, os angolanos representaram o maior número de refugiados no Brasil⁴ fugindo da Guerra Civil que durou cerca de 27 anos (VISENTINI, 2012)⁵. Porém, em 2012 o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) assinou uma Cláusula de Cessação de Refúgio desses nacionais devido ao entendimento de que as causas que motivavam o refúgio haviam cessado (ACNUR, 2012). Entretanto o CONARE registrou, a despeito da referida cláusula, um aumento no número de angolanos que solicitaram refúgio no Brasil a partir de 2013: em 2010, 14 pessoas de Angola solicitaram refúgio, em 2011, 32, em 2012, 25, e em 2013, o CONARE registrou 68 novos solicitantes angolanos. Esse número de imigrantes angolanos continuou crescendo visto que em 2014, foram 199 pessoas, em 2015, 1.095, em 2016, 1.351 e em 2017 teve o pico de 2.065 pedidos desses imigrantes.. Em 2018, último ano de estudo desta pesquisa, há uma queda significativa quando apenas 681 angolanos solicitaram refúgio perante o CONARE⁶ (MJSP, 2020).

Daniel Bertolucci Torres (2016) em seu artigo sobre o aumento de solicitações de refúgio de angolanos no Brasil, demonstra preocupação com as mulheres grávidas que estão vindo para São Paulo. Ele menciona os dados registrados pela Caritas:

O fator principal que chama atenção da população angolana que busca refúgio no Brasil é o seu perfil. Ainda que mais de 80% das solicitações de refúgio sejam de homens, há uma preocupante - e numerosa - chegada de mulheres angolanas grávidas. Além disso, mulheres sozinhas têm viajado com filhos pequenos e chegam ao Brasil sem qualquer referência e amparo. No ano de 2015, a Caritas-SP registrou a entrada de aproximadamente 3.900 novos casos: somente de angolanos e angolanas foram 678, ou seja, 17%. Desse número, 364 são mulheres, sendo 74 grávidas, número bastante contrastante com a média nacional de solicitações de refúgio que está em 20% de mulheres (TORRES, 2016).

Apesar da complexidade desse movimento migratório, poucos trabalhos, até então, analisam as peculiaridades da vinda dessas imigrantes angolanas, com filhos e/ou grávidas para o Brasil, especialmente para a cidade de São Paulo

(FURTADO, 2018; ROSSA, 2018; ROSSA; MENEZES, 2017; 2018). Essa mudança no perfil migratório foi determinante na escolha das mulheres angolanas como objeto da pesquisa⁷.

Como enfermeira obstétrica, em atividade por 22 anos, e como voluntária da Missão Paz por 4 anos, sempre me inquietei muito diante da presença constante de mulheres grávidas de várias nacionalidades. Buscava entender a motivação dessa imigração com todos os seus problemas e dificuldades, acrescida algumas vezes do desafio de terem filhos doentes. Essa inquietação também se fundamentava por compartilhar a perspectiva do sociólogo argelino Abdelmalek Sayad (1998, p. 15), que compreende o fenômeno migratório como um “fato social completo”, ou seja, como um processo complexo que pode ser analisado por diferentes áreas do conhecimento, visto que é atravessado por questões econômicas, políticas e sociais das mais diversas ordens.

Analisando estes fatores decidi pela realização de uma pesquisa que desse respostas às inquietações e que nos levasse a um maior entendimento dessa migração, que é, vale destacar, basicamente feminina.

2 SOBRE PERGUNTAS, HIPÓTESES E OBJETIVOS DA PESQUISA

Buscamos responder às seguintes perguntas de pesquisa: Por que as mulheres angolanas vieram para o Brasil? Por que vieram grávidas ou aqui engravidaram? Por que permanecem no Brasil?

Esta pesquisa se baseou em três hipóteses: A primeira é que mulheres angolanas adotam estratégias migratórias para conseguir a permanência no Brasil, o que envolve a decisão de migrar grávida ou aqui engravidar para conseguir a regularização migratória com base em prole brasileira. A segunda hipótese é que a migração de mulheres angolanas para São Paulo pode ser explicada também devido ao atendimento à saúde precário no país de origem e à crença de que no país de chegada encontrarão melhores condições de saúde e educação para elas, seus filhos e suas famílias. E, por fim, a terceira é de que o desejo de alcançar melhores condições de vida a partir da reprodução e regularização migratória no Brasil são fatores que precedem a busca por trabalho.

Como objetivo principal buscamos entender e mapear as estratégias migratórias adotadas pela mulher angolana como parte de seu projeto migratório, considerando principalmente a regularização migratória por filho nascido no Brasil⁸ e a busca por saúde e educação para suas famílias. Além disso, investigamos o que a imigração significa para elas em termos de saúde, reprodução e melhores condições de vida.

O período temporal compreende os anos de 2013 a 2018. Selecionamos ainda a cidade de São Paulo como *locus* de pesquisa, porque, naquele período, era o município que mais recebia imigrantes e refugiados no Brasil⁹, além de ser uma referência na rede de instituições de acolhimento e atendimento a imigrantes (SISMIGRA, 2020).

Como fundamentação teórica buscamos artigos, dissertações e teses relativos ao tema desta pesquisa. Utilizamos e analisamos dados obtidos junto à Missão Paz, Caritas Arquidiocesana de São Paulo, CONARE, Polícia Federal (SINCRA e SISMIGRA¹⁰) e também de organismos e relatórios internacionais.

Ademais, como metodologia, optamos pela entrevista semiestruturada com 19 mulheres angolanas que chegaram no Brasil entre 2013 e 2018 grávidas ou não, com filhos ou não, com maridos e companheiros ou não. Elaboramos, para tanto, um roteiro de questões com intuito de ouvir a mulher angolana e entendê-la como sujeito ativo de seu processo migratório. As mulheres foram contatadas a partir da pesquisa de campo realizada entre 2017 e 2018 na Missão Paz e no Centro de Atendimento Especial para Mulheres Imigrantes (CAEMI PALOTINAS). Foram entrevistados ainda 14 especialistas sobre o tema, incluindo representantes de instituições da sociedade civil e pesquisadores acadêmicos. As entrevistas com as mulheres angolanas ocorreram entre 24 de agosto de 2017 a 4 de abril de 2018, e com os especialistas no período de 17 de julho de 2017 a 14 de agosto de 2018.

3 RESULTADOS

Durante o trabalho de campo investigamos a constituição das famílias, a influência da Guerra Civil Angolana em suas trajetórias, as razões da escolha do Brasil como *locus* da imigração, o percurso feito para sair de Angola e chegar ao Brasil, bem como as redes sociais nos dois países que, de alguma forma, auxiliaram nesse trajeto e na manutenção da vida dessas imigrantes em São Paulo. Ademais, foram feitas questões relativas ao trabalho, moradia, comunidade, discriminação, relacionamentos sociais cotidianos, saudades e vínculos com seu país de origem.

Sobre o perfil das 19 mulheres entrevistadas, verificamos que sua média de idade era de 29,4 anos. A maioria das entrevistadas era evangélica, e a respeito de sua escolaridade, identificamos que todas elas frequentaram a escola e/ou o ensino superior por mais tempo do que indica a Agência das Nações Unidas para Desenvolvimento (UNDP, 2019), pois a média de estudo das entrevistadas foi 10,3 anos, e da UNDP, foi 4. Apesar da boa escolaridade, todas estavam desempregadas ou trabalhavam com comércio informal na data da entrevista. Juntas tinham um total de 38 filhos, 25 nascidos em Angola e 13 no Brasil. A média de filhos por mulher pesquisada era de 2 filhos.

Declararam como razão da escolha do Brasil como país de destino migratório a busca por saúde e educação (gratuitas e de qualidade) para seus filhos. Todas vieram de avião, desembarcando no Rio de Janeiro ou São Paulo com vistos de turistas e solicitaram refúgio no momento da chegada. A despeito de 11 mulheres terem declarado que eram casadas, apenas duas vieram com seus maridos, e 15 das 19 (ou 78,9%) vieram sozinhas (desconsiderando a companhia de seus filhos). Dentre as entrevistadas, 14 mulheres migraram grávidas, sendo oito no

último trimestre de gestação. Deram à luz em hospitais públicos de São Paulo e quase todas moram em bairros da zona leste da cidade. Várias viveram por um tempo em casas de acolhida de instituições da sociedade civil, e na data da entrevista, seis mulheres ainda estavam abrigadas no CAEMI Palotinas, e duas no CAEMI Gilza Peloso.

Um dos temas que se destacou nas entrevistas semiestruturadas com as mulheres angolanas foi a importância dada à educação infantil, ao desenvolvimento educacional e a qualidade das condições de saúde para os filhos e elas próprias. Estas pautas sobressaíram especialmente, porque trata-se, em sua maioria, de famílias monoparentais (BERQUÓ, 1989), em que as mulheres migrantes são as responsáveis pelo sustento, criação e manutenção da família no Brasil. Desse modo, a qualidade da educação e dos serviços de saúde, a gratuidade das consultas, o acesso a medicamentos, creches, escolas e benefícios de assistência social representam maiores possibilidades de viverem um futuro melhor, mais próspero, seguro e saudável do que aquele que elas acreditam que teriam em Angola¹¹.

Uma outra variável que emergiu durante as entrevistas com as mulheres angolanas e que nos chamou a atenção foi a dificuldade de comunicação entre algumas entrevistadas e a pesquisadora. Por serem angolanas, esperávamos que a comunicação fosse fluida devido à língua compartilhada. Contudo, algumas, mais precisamente 8 das 19 mulheres, demonstraram não ter domínio da língua portuguesa, o que se fez notar por suas dificuldades de compreender as perguntas propostas e respondê-las. As imigrantes que apresentaram essas dificuldades foram aquelas cujas famílias fugiram de Angola durante a guerra de libertação e da guerra civil e foram residir na República Democrática do Congo (RDC) com a finalidade de educar seus filhos e proteger a família.

As dificuldades com a língua não estavam no enfoque inicial do projeto de pesquisa ou do roteiro de entrevista, mas foi importante sua identificação para compreender as histórias de vida das mulheres entrevistadas. Isso porque, essas oito mulheres angolanas que viveram na RDC por muitos anos, lá fizeram seus estudos iniciais e por isso dominavam mais o francês do que o português. Como consequência, notamos que apesar de terem um bom nível de escolaridade, a falta de domínio da língua portuguesa se tornou um empecilho significativo para elas na busca de emprego e na sua inserção no mercado de trabalho no Brasil. De igual modo, pode influenciar a relação de dependência que essas mulheres possuem com as instituições da sociedade civil que atendem imigrantes, visto que, por não falarem português fluentemente, têm sua autonomia comprometida.

Como mencionado, identificamos durante a pesquisa que todas as entrevistadas percorreram caminhos semelhantes no que diz respeito aos meios de regularização migratória no Brasil. Todas estavam documentadas, migraram para o país com visto de turismo e, assim que chegaram a São Paulo, buscaram instituições da sociedade civil e solicitaram refúgio na Polícia Federal. Pelas entrevistas, pudemos perceber que elas vieram para o Brasil sabendo que

deveriam seguir esses passos logo que estivessem no país. Fato que nos permite concluir que existe uma rede de informações (SASAKI; ASSIS, 2000; TRUZZI, 2008) que guia a mulher angolana no Brasil quando da sua chegada e possivelmente em Angola antes de emigrar.

Apesar deste rumo em comum, constatamos que as diferenças entre solicitar refúgio, os diferentes tipos de visto, ser refugiada ou ser imigrante não eram claras para as mulheres. O que predominava nas entrevistas era a certeza de que sendo mãe de filho brasileiro, sua regularização e permanência no país estaria garantida, ainda que os meios para tanto não fossem compreendidos em profundidade. O relato da entrevistada Elisa¹² demonstra essa convicção: “porque se a pessoa teve nenê, ninguém manda embora”.

A partir do relato das entrevistadas, notamos que entre a chegada dessas mulheres no país até a solicitação de reunião familiar com base em prole brasileira elas têm dificuldades para se regularizar no Brasil, pois, não raro, elas não se enquadram nas hipóteses de regularização previstas no revogado Estatuto do Estrangeiro, nº 6.815/1980, e na Lei de Migração, nº 13.445/2017. O antigo e o atual ordenamentos jurídicos possuem exigências rigorosas de documentação; estão frequentemente associados a contratos de trabalho prévios; requisitam altas taxas; além de terem outros severos critérios para acesso à residência permanente. Tal situação se deve ao fato de que há um desconhecimento acerca desses procedimentos legislativos por parte das mulheres entrevistadas, mas também porque as possibilidades legais não contemplam a realidade delas.

Nesse sentido, enquanto não se regularizam por prole brasileira, a permanência dessas mulheres no Brasil se torna inviável em face do rigor dos instrumentos normativos acima citados. Diante deste cenário, é legítimo que as mulheres imigrantes que se encontram nesse limbo jurídico busquem alternativas que se adequem a seu projeto migratório, exercendo sua agência, empoderando-se e se apropriando de outros recursos legais disponíveis pelo Estado para se regularizarem.

No caso das mulheres angolanas grávidas, identificamos que uma solução para este impasse foi recorrer à solicitação de refúgio e se manter no *status* de solicitante até que houvesse condições de obter a regularização com base em filho nascido no Brasil. Esta situação se mostra como mais viável considerando que os trâmites dos pedidos de refúgio no Brasil costumam se prolongar por pelo menos três anos (MORTARI A.C.; MARTINO, 2019), tempo este que, em tese, é suficiente para que mulheres consigam se estabelecer e modificar sua condição migratória de regularização provisória (solicitante de refúgio) para autorização de residência por reunião familiar (mãe de filho brasileiro).

A despeito de ser legítimo que as mulheres se apropriem dos instrumentos disponíveis, percebemos durante a pesquisa que esse movimento ainda ocorre com muito suporte das redes de apoio que essas mulheres possuem. Tais redes são compostas por instituições da sociedade civil, por colegas, amigas

e conhecidos, bem como outros relacionamentos que elas possuíam antes de chegarem ao Brasil e os constituídos no país de destino. Isso se fez notar porque ao longo das entrevistas, elas demonstraram desconhecimento dos detalhes desses procedimentos de regularização e fizeram menções a essas redes que as auxiliaram neste processo.

As nuances dos variados tipos de migração, como as diferenças e os requisitos para cada um deles e seus respectivos trâmites jurídicos nos parece que escapavam do domínio das entrevistadas. O objetivo maior é permanecer no Brasil com seus filhos, criar suas crianças, ter estabilidade e segurança para uma vida melhor e mais digna. Apesar disso, nos chamou atenção que apenas três mulheres entrevistadas das 12 que eram mães de filhos brasileiros, possuíam a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) na data da entrevista. As demais estavam com o protocolo de solicitação de refúgio a despeito de, em tese, já terem direito a recorrer à autorização de residência com base em prole brasileira. Sobre esta questão, elas justificaram alegando que não tinham condições financeiras para dar entrada na documentação requerida e/ou para pagar as taxas exigidas pela Polícia Federal.

4 ARTICULAÇÕES TEÓRICAS

Durante a pesquisa, algumas perguntas foram suscitadas em relação ao papel que os filhos representaram no projeto migratório das entrevistadas: a imigração ocorre pela procura de melhores condições de vida para seus filhos ou seus filhos nascidos no Brasil conferem a oportunidade de concretizar seu projeto migratório visto que com eles a regularização se torna mais viável? Se a mãe emigra de Angola para melhorar a qualidade de vida de seus filhos, como ficam esses valores em relação aos filhos deixados no continente africano?

Mostra-se impraticável responder tais indagações com precisão, muito embora, o que permanece após a pesquisa, as entrevistas e as análises é que tais dinâmicas são muito emaranhadas, de modo que não é possível separá-las. Identificamos que para algumas entrevistadas o foco era o seu projeto migratório (que está, invariavelmente, relacionado às possibilidades legais de regularização migratória), fato constatado a partir dos dados das entrevistas visto que, das 19 mulheres entrevistadas que vieram para o Brasil, 8 estavam no terceiro trimestre de gravidez. O caso da entrevistada Alice (11/12/2017) ilustra bem essa situação em seu emblemático depoimento quando fala sobre a morte de seu bebê, que “nasceu morto”: “O plano não deu certo, a morte do bebê atrapalhou”.

Entretanto, projetos migratórios das mulheres angolanas não se apresentam somente através da literalidade da lei, do debate das categorias migratórias e das vias de permanência no país, mas, sim, no desejo de melhorar sua qualidade de vida, busca por melhores oportunidades e na possibilidade de dar outro rumo e significado para as trajetórias de seus filhos e suas famílias.

Sobre os 11 filhos que ficaram em Angola e um na RDC, elas demonstraram afeto, angústia e culpa pela ruptura familiar dolorosa e pela distância que os acomete. Tais temas foram muitas vezes motivos de tristeza e lágrimas durante as entrevistas. Elas nos contaram que se comunicam constantemente com as crianças e com os familiares que ficaram responsáveis por elas e que à medida que se estabelecerem no Brasil, pretendem trazer os filhos deixados no local de origem. Dinâmica semelhante foi descrita por Nina Glick-Schiller, Linda Basch e Cristina Szanton-Blanc (2019) como “migração transnacional”, em que os imigrantes mantêm laços sociais entre seu local de origem e de destino. Esta perspectiva teórica foi discutida ao longo desta pesquisa também amparada por trabalhos de Rodrigues e Maisonave (2013) e Marinucci (2007).

Vale retomar que as mulheres entrevistadas tinham um total de 38 filhos (incluindo brasileiros e angolanos) e, no momento da entrevista, apenas 26 estavam vivendo com elas em território brasileiro, 11 ainda estavam em Angola e um estava na República Democrática do Congo com o pai. Tal situação nos fez pensar ainda que é possível que essas mulheres estejam esperando a reunião familiar pelo filho nascido no Brasil para trazerem o(s) filho(s) que ficou(aram) no continente africano, assunto que não foi analisado neste trabalho, mas que merece novas pesquisas como as de Martuscelli (2019) sobre o fenômeno da reunião familiar para imigrantes que vivem no Brasil.

O movimento dessas imigrantes nos possibilita reconhecer a coragem, a luta e o desejo que movem essas mulheres a reconstruírem suas vidas mesmo distantes de seu local de origem, o que se articula com o conceito de empoderamento estudado por Berth (2019) e as pesquisas realizadas por Sawaia (2009). As entrevistadas demonstraram ser agentes de seu processo migratório conduzindo suas trajetórias no Brasil em busca de seus sonhos, realizações e uma vida melhor para si, seus filhos e suas famílias (MARINUCCI, 2007; PERES; BAENINGER, 2012), ainda que vivenciem os efeitos decorrentes da interseccionalidade do racismo, da xenofobia e da misoginia (AKOTIRENE, 2019). Isso porque, pelo fato de serem negras, imigrantes, mulheres e mães de filhos pequenos, as entrevistadas enfrentam maiores dificuldades de inserção laboral e social na cidade de São Paulo que se somam às barreiras linguísticas das angolanas escolarizadas na RDC, apesar de terem boa escolaridade conforme já mencionado.

Identificamos que por trás desses projetos migratórios, existe uma questão cultural que ampara a migração dessas mulheres mesmo sob condições precárias em busca de uma vida melhor fora de Angola. Em outras palavras, a emigração de angolanas é um movimento incentivado socialmente em seu país de origem ainda que, no caso das entrevistadas, elas estejam, em sua maioria, sozinhas, na condição de solicitantes de refúgio, em situação provisória, com poucos recursos e repertórios acerca da realidade brasileira e paulistana, dependentes do apoio de instituições e redes, e responsáveis pelo sustento de crianças pequenas. A entrevistada Maia nos relatou que a emigração é uma questão cultural em Angola e em outros países africanos:

Nós africano tem hábito. A gente já nasce também com o costume de viagem, tem que viajar, tem que sair do país. Isso tudo que da coragem pra gente ficar fora, que da mais motivo pra gente ficar fora. [...] Então é um costume da África toda. Tem que viajar. Pra nós, a pessoa ficar só no mesmo sítio é quase pecado, então... por isso hoje também é melhor ficar aqui. (17/11/2017).

Nessa mesma direção, a pesquisadora angolana entrevistada I.M. declarou que parece haver uma visão compartilhada de que é “melhor sofrer longe, do que aqui [em Angola]” (I.M., 29/03/2018). O pesquisador C.L. também explicou essa visão comum às mulheres angolanas:

Eu entendo como uma questão que é própria da mulher angolana, isso é próprio dela, é uma característica da mulher, que é essa questão mesmo de se organizar. Ela não fica esperando, ela corre atrás, isso é muito interessante, é muito lindo nelas. A mulher angolana é uma mulher de luta, ela é de fibra, e se ela decidiu vir pra cá, ela decidiu assumindo correr todos os riscos possíveis e imagináveis, todos (07/05/2018).

Esse movimento da imigração de angolanas, mencionado pelos pesquisadores acima, também foi identificado por autoras como Santos, Novaes e Chaves (2018) que analisaram as motivações da mulher angolana para vir ao Brasil. O exercício da maternidade e a esperança que depositam no futuro de seus filhos impulsionam a migração dessas mulheres mães ainda que o façam sob muita dor e sofrimento de ter que deixar alguns de seus filhos para trás com a promessa de buscá-los assim que se estabilizarem no novo país de destino.

Elas esperam que ao conquistar seus desejos e planos no Brasil possam ter recursos para desenvolver com maior dignidade suas próprias vidas, a dos filhos que estão aqui com elas, quer sejam os brasileiros ou os angolanos, e assim prosperem para que, um dia, possam trazer e reunir seus filhos que ficaram em Angola. A procura por um berço seguro, de aconchego e acolhida parece ser o que essas mulheres pretendem em seus projetos migratórios. Nesse sentido, retomamos Bachelard (1978) que discorre sobre a importância da casa para a manutenção, integralidade e proteção da família, sobretudo, dos filhos.

Por meio desta pesquisa, pudemos ainda verificar alterações nos padrões familiares em relação aos fenômenos migratórios. A maioria dos teóricos (BAENINGER, 2016; MARINUCCI, 2007; PEIXOTO, 2004; SANTOS *et al.*, 2010) apontava que, via de regra, quem se deslocava em busca do sustento, melhores condições de vida e envio de remessas para a família que permanecia no local de origem era o homem. A mulher normalmente ficava com a responsabilidade de cuidar dos filhos e dos demais familiares. Quando a mulher migrava, ela era apenas vista como acompanhante deste homem, quer seja seu marido ou pai.

Ao longo do tempo, a mulher foi ocupando outros papéis nos estudos migratórios, inclusive, o de protagonista em alguns fluxos. Consequentemente, pesquisas passaram a focar no fenômeno da “feminização da migração” (BERTOLDO, 2018; MARINUCCI, 2007; OLIVEIRA, 2017). Segundo Marinucci (2007), o conceito representa o aumento numérico de mulheres migrando, mudanças nos critérios de análise das pesquisas e transformações no perfil dessas mulheres imigrantes. Em outras palavras, revelou-se que há uma vasta migração feminina que se realiza em diversos movimentos migratórios, não apenas como acompanhante.

Com o desenvolvimento das redes sociais de apoio a imigrantes, com a ascensão da globalização e da informática e com a manifestação de novos formatos de família – inclusive, as monoparentais, como descreve Berquó (1989) –, as mulheres também passaram a protagonizar esses fluxos que anteriormente eram vistos somente como masculinos. Atualmente, também ocorre que pais e mães se deslocam juntos para o mesmo local ou para locais diferentes, ou somente um dos membros, como apontaram as pesquisas de Rodrigues e Maisonave (2013) e Schuler (2015). Este fenômeno foi conceituado como “maternidade e paternidade transnacionais”. Rodrigues e Maisonave (2013) explicam que se trata do exercício da maternidade ou paternidade à distância, quer seja porque as crianças ficaram no país de origem e os pais (ambos ou só a mãe ou só o pai) migraram ou porque os filhos viajaram com outros familiares para estudar fora e, logo, distanciaram-se de seus pais que ficaram no país de origem ou não, podendo estar ainda em um terceiro local. Os autores demonstram que há um arranjo de possibilidades familiares que se configuram nas famílias transnacionais como estratégias para assegurar sua sobrevivência.

As autoras Schuler e Dias (2018) ao analisarem mais especificamente o movimento de emigração das mães apontam que quando o pai migra, normalmente os cuidados dos filhos ficam com as mães, e quando ambos se deslocam (ou só a mãe), essa responsabilidade recai para os avós ou outros parentes. Schuler (2015) definiu conceitualmente essas crianças como “órfãos da mobilidade”, situação que vem sendo contornada por meio de contatos frequentes e vínculos que são mantidos por meio das novas tecnologias que possibilitam a comunicação e a manutenção do relacionamento familiar, mesmo que distante.

Assim como descreveram os autores mencionados, essa dinâmica também ocorre com as mulheres entrevistadas e seus filhos que ficaram em Angola. Elas planejam enviar remessas, falam constantemente com as crianças e suas famílias, gerindo-as emocionalmente, acompanhando e mantendo seus papéis maternos.

Ademais, importa ressaltar que esta pesquisa se situa no âmbito das Migrações Sul-Sul (BAENINGER *et al*, 2018) fenômeno migratório em que pessoas do Sul Global se deslocam para outros países também do Sul, especialmente, devido às dificuldades de acessar os países do Norte Global que, cada vez mais, impõem medidas restritivas, securitárias e discriminatórias

para os imigrantes que buscam esses territórios como local de destino. Além dos obstáculos impostos pelo Norte, destaca-se a emergência de alguns países do Sul como potências regionais, o que também impulsiona a escolha do deslocamento Sul-Sul.

Nesse contexto e durante os anos estudados nesta pesquisa (2013-2018), o Brasil despontava como um país possível para imigrantes à procura de melhores oportunidades, especialmente devido aos resultados dos indicadores de organismos internacionais sobre população, qualidade de vida, saúde, emprego e educação, dentre outros. Ademais, Baeninger (2018) afirma que em virtude das possibilidades de se realizar uma imigração documentada, o Brasil se torna o país possível, não necessariamente sendo o mais desejado. Como vimos nesta pesquisa, isso se deve, principalmente, por conta do papel que as solicitações de refúgio no Brasil têm desempenhado como forma de garantir uma regularização acessível e gratuita, ainda que sob condições precárias e provisórias. Assim sendo, o país passou a atrair migrantes do Sul Global, principalmente, de países africanos e asiáticos que vêm ao Brasil como solicitantes de refúgio, buscando trabalho e melhores condições de vida. É nesta conjuntura que notamos a vinda de mulheres angolanas grávidas para o país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos das hipóteses estabelecidas no início deste texto, podemos concluir que as três foram confirmadas e podemos afirmar que o ato de migrar grávida, dar à luz no Brasil e regularizar a situação migratória, é uma hipótese verdadeira, o que pode ser verificado, especialmente, pelo número de imigrantes que chegaram grávidas e no último trimestre da gestação. A segunda hipótese também foi atestada, quer seja pelos dados comparativos dos indicadores internacionais que mostram que as condições de saúde e educação no Brasil são superiores a Angola, quer seja pelos relatos das entrevistadas que mencionaram frequentemente a gratuidade e a qualidade dos hospitais, dos postos de saúde, das creches, das escolas existentes em São Paulo.

Comprovamos também, no tocante à terceira hipótese, que o trabalho se torna um fator importante somente a partir do período pós-parto, quando a mulher precisa garantir o sustento da família, considerando que muitas delas são as únicas responsáveis pela casa (família monoparental) e não recebem remessas de Angola. As únicas exceções foram as entrevistadas Angela (08/11/2017) e Maia (17/11/2017) que, durante a entrevista, afirmaram que vieram para o Brasil também para buscar emprego. Todas as demais revelaram que a motivação para a emigração foi primordialmente a procura de melhores condições de vida para seus filhos, elas próprias e suas famílias.

Buscamos trabalhar, ao longo da pesquisa, as narrativas de mulheres angolanas com intuito de ouvi-las e compreendê-las em termos dos sonhos, objetivos, motivações e expectativas que elas tinham em relação a imigração

para o Brasil. Constatamos que muitos dos seus objetivos foram alcançados, considerando, especialmente, aqueles que dizem respeito à saúde e educação de seus filhos. Todavia, outros relacionados a condições de moradia, emprego e regularização migratória ainda não haviam sido resolvidos no momento da entrevista. Apesar disso, somente uma das 19 mulheres declarou ter vontade de retornar para Angola. Todas as demais, quando foram perguntadas, preferiram ficar no Brasil, não obstante sentirem saudades, pois acreditavam que as condições de vida estariam piores no local de origem.

Esta pesquisa estudou a mulher como agente do fenômeno migratório, com toda sua vitalidade, coragem, sofrimento, solidão e com seu empoderamento sobre os fatos que circunscrevem sua nova vivência na imigração. O enfoque da feminização da migração é fundamental, bem como uma visão atenta sobre os diferentes papéis que a mulher experiencia, dentre eles, o da maternidade. Consideramos, nessa pesquisa, a mulher imigrante como sujeito ativo de seu projeto migratório. Isso decorre do fato de que, ao olhar e estudar a mulher imigrante, grávida ou não, constatamos coragem e força que se reveste de um poder de decisão importante para enfrentar, na grande maioria das vezes sozinha, todas as dificuldades e desafios envolvidos no processo de: decisão, documentação, viagem, chegada ao Brasil, regularização migratória, parto e o cuidado dos filhos. Muitas delas viajam com pouco ou nenhum recurso financeiro. Nesse processo, transparece o empoderamento feminino na coragem e força para enfrentar seu projeto migratório. Empoderam-se de seu papel, reelaborando-o e, muitas vezes, assumem, sozinhas, os papéis de mãe, provedora e educadora, dentre outros. Surge, assim, a questão da mulher, que reforça a visibilidade atual da imigração que tem cada vez mais a sua face feminina, observada em vários relatos, pesquisas e estatísticas.

Importa ainda registrar questionamentos e dúvidas que não foram inicialmente previstos, mas foram se manifestando ao longo da pesquisa de campo. Algumas perguntas que julgamos que mereceriam ser aprofundadas em trabalhos futuros são:

- a) No longo prazo, as mulheres grávidas ou que aqui engravidaram conseguiriam se regularizar e com base em reunião familiar? Quais as diferenças entre deterem ou não a CRNM? Esse projeto migratório possibilitará uma vida melhor para elas e seus filhos? As mulheres estarão mais independentes das instituições e do Estado e com maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho?;
- b) Mesmo com as dificuldades econômicas e laborais reveladas pelas entrevistadas, essas mulheres terão possibilidades financeiras de enviar remessas e trazer seus filhos para o Brasil?;

- c) Como é a realidade das crianças e adolescentes que ficaram em Angola e RDC, cujas mães migraram para o Brasil? Quais as dificuldades, os problemas enfrentados, os sentimentos, a qualidade de vida e qual a relação familiar que essas crianças “órfãs da mobilidade” mantêm com suas mães?;
- d) Como a relação histórica entre Angola e RDC e a migração entre os dois países influenciam na vida das mulheres angolanas que vieram para o Brasil?

Com tais perguntas, concluímos que muitos estudos podem ser realizados a partir dos desdobramentos desta pesquisa. Afinal, o fenômeno da migração de mulheres grávidas no Brasil é complexo, multifacetado e não se restringe apenas à nacionalidade angolana. O processo migratório dessas mulheres, como buscamos descrever, é também atravessado por afetos, sensibilidades, emoções, sonhos, expectativas, saudades e lágrimas. Tendo isso em vista, importa dizer que esta pesquisa não esgota o tema, portanto, esperamos que a realidade das mulheres imigrantes, responsáveis por famílias monoparentais, grávidas ou não, com ou sem filhos brasileiros, se constitua e se mantenha como uma pauta de preocupações permanentes do Estado brasileiro, das instituições da sociedade civil e da comunidade acadêmica.

NOTAS

¹ Imigrantes devem ser entendidos por pessoas que saem de seu país de origem ou residência habitual e desejam permanecer, viver e/ou trabalhar em um país de destino. Nesta pesquisa, utilizamos o termo amplo imigrante, para se referir às mulheres angolanas que chegam ao país e que utilizam diferentes estratégias de regularização migratória, dentre elas a solicitação de refúgio.

² Entidade filantrópica que pertence à Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos, e que presta apoio e acolhimento a imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo.

³ A Caritas é uma organização não governamental da Igreja Católica que atua em São Paulo desde 1968 por meio da Caritas Arquidiocesana de São Paulo. Desde esse período, presta serviços de acolhida e orientação para refugiados com objetivo de promover o apoio na integração e proteção de solicitantes de refúgio e refugiados na cidade.

⁴ De acordo com dados do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), dos 8.863 refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro até abril de 2016, 1.420 eram angolanos, ficando atrás dos sírios (2.298), porém, antes do início da guerra na Síria, os angolanos eram o maior número de refugiados no Brasil (MJSP, 2016).

⁵ Segundo Visentini, a guerra civil de Angola foi “uma das mais longas guerras civis da história contemporânea” (1961-2002). Nesse período o autor considera as guerras de libertação de 1961 a 1975, data da independência de Angola, e a guerra civil até 2002. (VISENTINI, 2012, p. 88).

⁶ Tal queda, contudo, não pode ser objeto de estudo de pesquisa, porém alerta para a necessidade de estudos futuros que continuem acompanhando o movimento migratório de angolanos para o Brasil e sua relação com o processo de solicitação de refúgio.

⁷ Este artigo foi elaborado a partir da tese denominada “Filhos, Saúde e Migração: O Processo Migratório de Mulheres Angolanas para a Cidade de São Paulo”, defendida em 11 de maio de 2021, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob orientação da Prof^a Dra^a Lucia Maria Machado Bógus. Os detalhes do estudo, os resultados completos, os roteiros das entrevistas semiestruturadas e o caderno de campo estão disponíveis na tese.

⁸ Art. 12. São brasileiros: I - natos: a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país (BRASIL, 1988).

⁹ A partir de 2018, este cenário se modificou por conta do aumento do fluxo de venezuelanos na região norte do país, mais especificamente nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, em Roraima.

¹⁰ Siglas para os sistemas utilizados pela Polícia Federal: Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (vigente durante o Estatuto do Estrangeiro, nº 6.815/1980) e Sistema de Registro Nacional Migratório (Lei de Migração nº 13.445/2017).

¹¹ Na tese foram apresentados e comparados diversos índices de organismos internacionais relativos ao Brasil e Angola onde foi constatado que o Brasil possui melhores condições de vida, saúde, educação, dentre outros, o que corrobora os depoimentos das mulheres entrevistadas sobre suas motivações para migrarem.

¹² Os nomes mencionados correspondem a nomes fictícios atribuídos às entrevistadas para preservação de suas identidades.

REFERÊNCIAS

- ACNUR (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS). **Cessação para refugiados angolanos e liberianos pode alterar perfil do refúgio no Brasil**. 3 jul. 2012. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2012/07/03/cessacao-para-refugiados-angolanos-e-liberianos-pode-alterar-perfil-do-refugio-no-brasil/>>. Acesso em: 17 mar. 2021.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Editora Pólen, São Paulo, 2019.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. Livraria Eldorado Tijuca Ltda. Rio de Janeiro, 1978.
- BAENINGER, R. Governança das Migrações: Migrações Dirigidas de Venezuelanos e Venezuelanas no Brasil. In: BAENINGER, Rosana. SILVA, João Carlos Jarochinski (Coord). **Migrações venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepe/Unicamp, 2018, p. 135-141.
- _____. Migração transnacional: elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, Rosana et al. **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 13-43.
- BAENINGER, R et al. **Migrações Sul-Sul**. 2ª ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepe/Unicamp, 2018.
- BERQUÓ, E. A família no século XXI: um enfoque demográfico. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v.6, n. 2, p. 1-16, jul/dez, 1989.

- BERTH, J. **Empoderamento**. São Paulo: Polén, 2019.
- BERTOLDO, J.. Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. **Rev. katálysis**, vol.21, n.2, p.313-323, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p313>>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, Presidência da República, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 05 nov. 2020.
- CASP (CARITAS ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO). **Relatório do setor de acolhida indica perfil de pessoas refugiadas atendidas pela Caritas SP em 2020**. 2021. Disponível em: <https://caritassprefugio.wixsite.com/casp/single-post/relat%C3%B3rio-do-setor-de-acolhida-indica-perfil-de-pessoas-refugiadas-atendidas-pela-caritas-sp-em-2020?fbclid=IwAR2K7VcvcuOBzvQ6J1gIT3SY7GNaagsdYVXmLD8HsOCqjGaBQITE_vtj8>. Acesso em: 27 mar.2021.
- DIÓGENES, J. Mães angolanas buscam São Paulo e obrigam a Prefeitura a criar abrigo, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 abr. 2016. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,maes-angolanas-buscam-sp-e-obrigam-prefeitura-a-criar-abrigo,10000026903>>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- FURTADO, S. C. Fluxo Migratório de Mulheres Refugiadas: O Caso das Angolanas em São Paulo. In: BAENINGER, Rosana *et al.* **Migrações Sul-Sul**. 2ª ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018, p. 782-783.
- GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L; SZANTON-BLANC, C. De imigrante a transmigrante: teorizando a migração transnacional. **Cadernos CERU**, v. 30, n. 1, p. 349-394, 5 jun. 2019.
- MARINUCCI, R. Feminization of Migration? **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Brasília, v.15, n.29, p. 5-22, 2007. Disponível em: <<http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/55/47>> Acesso em 28 jul. 2020.
- MARTUSCELLI, P. N. **“Refúgio significa saudades”**: A Política Brasileira de Reunião Familiar de Refugiados em Perspectiva Comparada (1997-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- MISSÃO PAZ. **Angolanas e angolanos atendidos na Missão Paz** – 2013 a abril 2020. Dados de migração obtidos junto à Missão Paz, 2020. E-mail datado de 30/04/2020.
- MJSP (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA). **Refúgio em números**. 1ª Edição. Brasília: Comitê Nacional para os Refugiados, 2016. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/1o-edicao-sistema_de_refugio_brasileiro_-_refugio_em_numeros_-_05_05_2016.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2020.
- _____. **Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado em 23 de novembro de 2020**. Brasília: Comitê Nacional para Refugiados, 2020. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/SITE.CSV>>. Acesso em: 28 jan. 2021

- MORTARI A.C., P.; MARTINO, A. A. Solicitantes de refúgio no Brasil: tempo de permanência na condição migratória, suas implicações e ponderações sobre o panorama atual. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 25, p. 28-43, 2019. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/51030>>. Acesso em: 14 dez. 2020.
- OLIVEIRA, M. M. Feminização das Migrações nas Fronteiras da Amazônia. In: 13º SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS. 2017. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503857327_ARQUIVO_FEMINIZACAODASMIGRACOESNASFRONTEIRASDAAMAZONIA.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- PEIXOTO, J. **As teorias explicativas das migrações**: teorias micro e macro-sociológicas. SOCIUS Working Papers, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2004. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2037/1/wp200411.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2020.
- PERES, R. G. BAENINGER, R. Migração feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS ABEP, XVIII, 19-23 nov. 2012. **Encontro**. Águas de Lindóia – São Paulo, 2012.
- RODRIGUES, F. B.; MAISONAVE, A. C. **Estudo sobre a feminização da migração cabo-verdiana e o seu impacto nas famílias**: um estudo de caso na Ilha de Santiago, Cabo Verde. ONU MULHERES. Março, 2013. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/36400/1/%5BRodrigues%3BCort%C3%A9s%5D%20CV_MigGender.pdf> Acesso em 28 jul.2020.
- ROSSA, L. A. **Identidade entre fronteiras**: migração transgeracional e trajetória educacionais de mulheres angolanas em São Paulo. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2018.
- ROSSA, L. A.; MENEZES, M. A. Entre migrações e refúgio: migrações Sul-Sul no Brasil e as novas tipologias migratórias. In: BAENINGER, Rosana *et al.* **Migrações Sul-Sul**. 2ª ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018, p. 383-401.
- _____. Mulheres angolanas em São Paulo: “novos” contornos de imigração e refúgio. In: 13º SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS. 2017. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499354940_ARQUIVO_LyaAmandaRossaartigoCompleto.pdf> Acesso em: 05 ago. 2020.
- SANTOS, A. L.; NOVAES, D. T. P.; CHAVES, M. de F. G. Mulheres angolanas no Brasil: reflexões sobre migrações, gênero e maternidade. **Cadernos de Estudos Sociais**, vol. 33, n. 2, jul/dez.2018.
- SANTOS, M. A. dos *et al.* **Migração**: uma revisão sobre algumas das principais teorias. 2010. Texto para Discussão. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20398.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2020.
- SASAKI, E.; ASSIS, G. Teoria das migrações internacionais. XII ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, out. 2000. **Anais Eletrônicos**. Caxambu, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf> Acesso em: 28 jul. 2020.

- SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicol. Soc.** Florianópolis, v. 21, n. 3, pág. 364-372, dez. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 mai. 2021.
- SAYAD, A. **A migração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Ed. da USP, 1998.
- SCHULER, F. de M. G. **“Órfãos da mobilidade”**: as repercussões da migração da mãe na vida dos filhos que ficaram. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2015.
- SCHULER, F. de M. G.; DIAS C. M. de S. B. Migração feminina: um estudo das repercussões na vida das mães e dos filhos. In: BÓGUS, Lúcia; BAENINGER, Rosana (Orgs). **A nova face da migração internacional no Brasil**. São Paulo: EDUC, 2018, p.341-357.
- SISMIGRA (SISTEMA DE REGISTRO NACIONAL MIGRATÓRIO). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Imigrantes internacionais registrados (Registro Nacional de Estrangeiro - RNE/ Registro Nacional Migratório - RNM). **Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO/ UNICAMP - CNPq/MPT, 2020**. Disponível em: <<https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincre-sismigra/>> Acesso em: 05 nov. 2020.
- TORRES, D. B. Os novos refugiados de Angola. **Nexo**, 13 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2016/Os-novos-refugiados-de-Angola>>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social: Revista de sociologia da USP**, v. 20, n. 1, p. 199-218, jun. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a10v20n1.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2020.
- UNDP (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME). **Human Development Data**. 2019. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data>> Acesso em: 06 nov. 2020.
- VISENTINI, P. F. **As revoluções africanas**: Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

RESUMO

Este artigo é um resumo da tese de Doutorado em Ciências Sociais pela PUC-SP, defendida em maio de 2021, que tem como objetivo entender e mapear as estratégias migratórias adotadas por mulheres angolanas como parte de seus projetos migratórios, considerando principalmente a regularização migratória por filho nascido no Brasil e a busca por melhores condições de saúde e educação para elas, seus filhos e suas famílias. Para tanto, foi realizado um estudo de caso com angolanas que vieram grávidas ou não, com filhos ou não e acompanhadas ou não de seus marido e/ou companheiros para São Paulo durante o período de 2013 a 2018. Como metodologia, foi feita uma revisão bibliográfica de artigos, dissertações e teses que tratam dos temas migração, maternidade, migração feminina e migração angolana para o Brasil. Um dos principais referenciais teóricos mobilizados foi o conceito de “feminização da migração”. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas em profundidade com 19 mulheres angolanas que chegaram a São Paulo após 2013 para investigar e identificar características pessoais, as motivações do deslocamento e as estratégias utilizadas para migrar. Foram também

entrevistados 14 especialistas, dentre eles: doutorandos, mestrando, pesquisadores angolanos e profissionais de instituições que atendem essas mulheres, em São Paulo. Concluímos que a vinda das mulheres angolanas para o Brasil tem como finalidade a criação dos filhos no país a partir das condições de saúde e educação gratuitas e de qualidade oferecidas no Brasil. Foi possível notar que a regularização migratória com base em filho nascido no Brasil foi uma questão relevante para as estratégias da maioria das mulheres entrevistadas. A tese também visa contribuir para evidenciar outra faceta dos movimentos migratórios que não estão apenas relacionados à figura masculina e à busca de trabalho. Intentamos revelar diferentes aspectos do fenômeno da migração feminina em que as mulheres são cada vez mais agentes de seus processos migratórios.

Palavras-chave: angolanas; migração feminina; gravidez; prole brasileira; regularização migratória.

ABSTRACT

This article is a summary of my PhD thesis in Social Sciences by PUC-SP, defended in May 2021. The aim of this study is to understand and map the migratory strategies used by the Angolan women as part of their migratory projects, mainly considering the migrating regulation for their Brazil- born children and also the better conditions of health and education for them, their children and families. For this purpose it was conducted a case study among Angolan women who came to São Paulo, pregnant or not, with children or not, together with married / unmarried husbands or not, during the period from 2013 to 2018. As a methodology, it was made a bibliographic review of articles as well as dissertations and thesis which address migration, maternity, female migration and Angolan migration to Brazil. One of the main theoretical references was the concept of the “Feminization of Migration”. Moreover, semi structured in depth interviews were conducted with nineteen Angolan women who arrived in São Paulo after 2013, in order to research and identify the personal characteristics, the reasons for displacement and the strategies used to migrate. Interviews took place mostly at institutions that assist migrant women in São Paulo, after explanation and signatures on the consent form. To complement the search, fourteen specialists were also interviewed: Angolan PhD researchers and professionals from Institutions that attend these women and children in São Paulo. We conclude that the purpose of the Angolan women coming to Brazil is to raise their children based on the free and good quality health and education conditions in Brazil. The search for work was not the previous motivation for immigration; it becomes the predominant factor only after the birth and insertion of their children in day-care centers and schools. Furthermore, during the research it was possible to notice that the regulation on Brazil- born children was a relevant issue in the strategies of most women. Likewise, this thesis aims to contribute to highlight other facets of the migratory movements that are not related only to the male figure and the search for work. We intend to reveal different aspects of the phenomenon of Female Migration in which women are more and more the agents of their migratory processes.

Keywords: Angolan Women, Female Migration, Pregnancy, Brazilian Offspring, Migration Regulation

Territorialização da bolivianidade: imigração na região metropolitana de Belo Horizonte-Minas Gerais

*Juliana Carvalho Ribeiro**

1 INTRODUÇÃO

Todas as grandes realizações da ciência, todas as mais estupendas descobertas, foram, simultaneamente, fundamentadas na obstinação e no sonho, na capacidade de articulação intelectual e na fantasia que idealizam um mundo melhor a ser descortinado pelo esforço criativo.

Cássio Hissa

Idealizar um mundo melhor está entre os objetivos dos estudos acadêmicos e destacam-se, aqui, os estudos demográficos. O ato de nos debruçarmos sobre os processos migratórios requer um sentimento de empatia para com os sujeitos migrantes. Mais do que isso: por sermos todos migrantes — porque migramos, uma vez que essa é uma possibilidade sempre existente, ou porque a migração desenhou a história de nossas famílias com laço sanguíneo ou não —, torna-se, também, autorreflexão. Refletir sobre os processos migratórios é pensar sobre nós mesmos e é lutar por um mundo mais justo.

A condução da realidade da população migrante e a sua adaptação ao novo espaço da migração (BAENINGER, 1999) deveria se dar de forma diversa à que se observa nos grandes centros urbanos que normalmente a recebem: com maior respeito a esses sujeitos e mais empenho pela sua integração à sociedade receptora, para que consigam viver de forma digna. “Vergonha, medo, desprezo pela própria condição social, [...] a aceitação inexorável de sua condição degradada propõem como necessidade esse trabalho de recondução de novas formas de sociabilidade e de relações sociais” (DAMIANI, 2008, p. 50).

O presente artigo traz partes da tese de doutorado da autora e tem como objeto de reflexão a imigração boliviana na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH-MG). Compreender a presença boliviana na RMBH-MG é passo fundamental para que esses sujeitos saiam da invisibilidade e sejam tratados com empatia, dignidade e respeito.

* Pós-doutoranda no Observatório das Migrações em São Paulo/Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO-IFCH-UNICAMP), sob supervisão da professora doutora Rosana Baeninger. Membro da equipe do Observatório das Migrações em São Paulo.

Como indivíduos e como coletividades, migrantes suscitam posições contraditórias — sobre sua chegada e permanência — entre os membros das sociedades receptoras. Defende-se aqui que migrar é um direito, dadas as condições nas quais as fronteiras foram estabelecidas: pela sociedade, por imposição e para dominação. Elas definem territórios, sendo desdobramentos políticos de disputas territoriais. O mundo natural não tem fronteiras, elas foram construídas artificialmente (BASSO, 2013).

Portanto, as fronteiras nacionais — organização política europeia imposta aos países colonizados na Ásia, na África e na América — foram produzidas e geraram desdobramentos políticos e socioespaciais. Nesse sentido, percebe-se como as fronteiras de Estados-Nação foram marcadas por conflitos geopolíticos significativos que também explicam a origem de grandes movimentos migratórios. Grifa-se aqui, para além disso, que a realidade migratória é delineada, muitas vezes, por conflitos de toda natureza — territoriais, sociais, étnicos, laborais, econômicos, políticos, institucionais, psicológicos, emocionais.

O Brasil revela tais conflitos e apresenta, ao longo de sua história, realidades migratórias concernentes a cada contexto. Sua atual realidade migratória revela um quadro complexo, com os impactos da migração fronteiriça que apresenta seus primeiros sinais. Brasileiras e brasileiros continuam saindo do país, mas, também, outros retornam e, somados a eles, chegam ao País migrantes de diversas partes do mundo, sobretudo da América Latina, entre os quais, as bolivianas e os bolivianos:

[...] o Brasil reabriu suas portas para o debate acerca da imigração internacional. Em um primeiro momento, tratou-se de focalizar o país como emissor de população para países desenvolvidos, e foi justamente nesse contexto que a imigração boliviana foi decisiva para o reconhecimento da sociedade brasileira também como receptora de novos contingentes de imigrantes (BAENINGER, 2012a, p. 7).

Essa realidade consolida-se nos anos 1990, a partir da nova conjuntura geopolítica do mundo, que deixa de ter uma configuração de poder bipolar. Até então, os países capitalistas do Norte tinham políticas ativas de atração de migrantes, fazendo um uso político-ideológico da recepção de refugiados. Porém, com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — a antiga União Soviética —, a perda de expressividade do socialismo se fez acompanhar da perda de interesse nessa recepção.

Essa realidade corrobora a reflexão de Santos (2011) referente à noção de “aldeia global”. O autor desmistifica esta proposta, apresentando a “globalização como fábula” e apontando que é falsa a ideia de que o mundo está disponível para o acesso de todas e de todos. A despeito da diversidade de lugares, o termo

“aldeia global”, cada vez mais proferido, sugere homogeneidade no acesso a eles, mas, ao contrário disso, os países impõem restrições às migrações internacionais de forma cada vez mais intensa.

Nesse ínterim, o subcontinente sul-americano torna-se alvo desses migrantes que buscariam os países hegemônicos. É nesse contexto que ganham importância as migrações Sul-Sul (PHELPS, 2014) — configuradas pelo movimento cada vez mais vigoroso de migrantes entre os ditos Países do Sul. Composto esses novos fluxos migratórios, conforme já mencionado, encontram-se fluxos bolivianos que se dirigem para o Brasil.

Bolivianas e bolivianos, que já eram vulneráveis em seu país de origem, veem essa condição se aprofundar com a superexploração do seu trabalho quando da sua chegada na capital paulista — principal porta de entrada para migrantes internacionais —, bem como com os constantes ataques xenorracistas¹ de nacionais voltados a esses sujeitos. Eles encontram na migração interna uma oportunidade para atenuar essa condição, promovendo a recente interiorização desse fenômeno (FREITAS, 2014). Dificuldades laborais e sociais impelem, portanto, migrantes estabelecidos em São Paulo-SP a uma migração interna como uma busca por mais uma solução geográfica para fugir da vulnerabilidade extrema à qual se veem submetidos.

Muitas vezes, bolivianas e bolivianos migram, primeiramente, dentro do estado de São Paulo. Como as dificuldades permanecem, os sujeitos da pesquisa são impelidos a continuarem seus processos migratórios — do interior do estado de São Paulo, sobretudo de Americana e Nova Odessa (RIBEIRO, 2021) ou direto da capital paulista — para regiões metropolitanas de outros estados e, dentre elas, destaca-se a RMBH-MG. A desterritorialização em São Paulo e a reterritorialização na RMBH-MG revelam-se resistência à superexploração naquele estado e busca de melhor qualidade de vida neste novo espaço da migração (BAENINGER, 1999) boliviana.

Como as migrações constituem um processo essencialmente dinâmico e em constante construção, faltam-nos dados coesos e precisos para analisá-las, o que faz das entrevistas eficiente e imprescindível recurso metodológico. Sobretudo quando se trata de novos fluxos migratórios, a dificuldade em encontrar bases de dados para acompanhá-los se amplia. Entrevistas permitem compreender e desenhar a história, cumprindo o fundamental papel da ciência de ouvir as vozes dos sujeitos da pesquisa. Para que esse estudo fosse possível, buscou-se contato com a população migrante boliviana na RMBH-MG, feito via observação *in loco* e entrevistas qualitativas. Ouvir as vozes dessa população marginalizada permite que ela saia da invisibilidade, ao mesmo tempo em que combatem o xenorracismo.

Desta forma, a partir deste estudo, foram realizadas pesquisas de campo na RMBH-MG, em 2019, complementadas por entrevistas por telefone, em 2020, para acompanhar os desdobramentos da pandemia de Covid-19 para essa população. A observação *in loco* permitiu a aproximação com os sujeitos

da pesquisa, além da compreensão das relações estabelecidas entre eles como comunidade, bem como entre esses sujeitos e o espaço. Recorreu-se à história oral, resgatada junto aos migrantes por entrevistas² semiestruturadas, gravadas e transcritas.

2 A IMIGRAÇÃO BOLIVIANA NO BRASIL E SUA INTERIORIZAÇÃO

Para a análise das migrações internacionais, a própria construção do fenômeno social em sua articulação escalar transnacional redefine conceitos e perspectivas teóricas explicativas.

Rosana Baeninger

Para compreender a imigração boliviana no Brasil — e, mais especificamente, na RMBH-MG — é necessário reduzir a escala para alcançar uma visão global do fenômeno. Baeninger (2014) nos convoca a refletir sobre novas perspectivas teóricas e explicativas a respeito dos movimentos migratórios no seu contexto escalar transnacional. A migração boliviana contemporânea inscreve-se na nova pauta das migrações transnacionais, constituindo o que se tem chamado de “novos fluxos migratórios” (ASSIS; SASAKI, 2001).

Conforme já mencionado, esta migração está inscrita ainda nas migrações Sul-Sul (BAENINGER et al., 2018; 2014; PHELPS, 2014), que vêm se intensificando e mobilizando capital e força de trabalho (SASSEN, 1998). Como desdobramento desta nova configuração migratória, percebe-se grande aumento da presença de migrantes nos e entre os Países do Sul, impulsionados pelo capitalismo financeiro, essência da Era da Mobilidade (CORTÈS; FARET, 2009). Trata-se de uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo e do processo de internacionalização da economia (PORTO-GONÇALVES, 2012). A imigração boliviana no Brasil, portanto, não se caracteriza como migração de vizinhança ou fronteira (BAENINGER, 2012b), mas se redesenha sob o conceito dos “periféricos na periferia” (BASSO, 2013).

Viver em uma metrópole global como São Paulo-SP torna-se o sonho de muitos latino-americanos que se veem em desalento, seja pela miséria do seu país, pelas injustas e desiguais estruturas sociais, por instabilidades políticas, por questões religiosas, por desastres ambientais, por motivações econômicas e laborais ou de qualquer outra natureza. Tais fatores contribuem para diminuir as possibilidades de “resistência territorial” (CORTÈS, 1999, p. 267), conceito que remete à manutenção da população local no país de origem. Entre os países que demonstram esta fragilidade e cuja população vem marcando presença no Brasil, Fernandes (2015, p. 32) chama atenção para a Bolívia: “Diversos fatores impulsionam a emigração de bolivianos com destino ao Brasil, dentre eles, pode-se destacar a estrutura social e econômica deficitária da Bolívia,

além da instabilidade política e da miséria que afeta diversas regiões do país”. As metrópoles revelam, porém, expressões de uma organização espacial segregada e perversa, onde a população migrante tem dificuldades para se inserir e viver dignamente.

Pensando sobre a imigração boliviana no Brasil e suas espacialidades de origem, percebe-se que ela não se refere ao clássico êxodo rural. As origens são espacialidades urbanas — principalmente La Paz, mas também outras cidades como Santa Cruz de la Sierra e Oruro — que não projetam direitos, que não incluem o seu povo, que não oferecem oportunidades econômicas e laborais capazes de enraizar sua população, o que alimenta a cultura migratória. São pessoas que migram sem uma trajetória histórica de reconhecimento de si mesmos como sujeitos de direitos — cidadãos. Isso se torna relevante, pois tal população adentra o território brasileiro sem nenhuma referência de inclusão e, também por isso, muito vulneráveis às condições sociais, econômicas e espaciais impostas (RIBEIRO, 2021).

São Paulo-SP ainda se revela o principal destino de migrantes no Brasil. Metrópole global imponente, acompanhou o crescimento e a projeção geopolítica brasileira ao longo dos últimos anos. Como não podia ser diferente, por reunir tantas pessoas e tantos serviços, também sentiu de forma mais vigorosa — em extensão e em profundidade — os reflexos da crise capitalista que o mundo vem vivenciando desde 2008.

Por outro lado, a despeito de crises econômicas e políticas, São Paulo-SP permanece promovendo a atração de migrantes. Dialeticamente, promove também a sua segregação espacial, gerando contradições, dificuldades e esperanças. Provoca adensamentos econômicos e políticos, indicando que não são apenas as possibilidades dadas pela concentração física que reúnem as pessoas, mas, sobretudo, as perspectivas de vida implícitas num determinado espaço — sobretudo em uma metrópole.

Migrantes bolivianas e bolivianos são expressões dessa lógica dialética. Esses sujeitos, presentes no cotidiano de São Paulo-SP³, rapidamente se revelam marginalizados, inferiorizados, invisibilizados. Ao mesmo tempo, em São Paulo-SP, eles encontram possibilidades de sobrevivência, apesar das inúmeras dificuldades (SILVA, 2006). O espaço, portanto, atrai e repele. Migrantes carregam sua condição de marginalização social, condição que não é — e que está longe de ser — superada, simplesmente, pelo deslocamento espacial. Tal condição, responsável pelo deslocamento, acompanha esses sujeitos e não se desfaz quando eles alcançam o espaço ao qual se destinam. A despeito da resistência que apresentam, permanecem à margem, distantes dos direitos idealizados no momento de abandono do seu território natal.

Considerando-se essa contextualização, grifa-se ainda que a inserção das localidades na divisão social e territorial do trabalho (BAENINGER, 2014) contribuiu em nível nacional, regional e local, para a configuração de espaços urbanos selecionados (SASSEN, 1988). Tomando esta afirmativa como norte e trazendo

a reflexão para o contexto global, tem-se que a migração Sul-Sul boliviana se (re)configura a partir de territórios circulatórios (TARRIUS, 2009), nos quais se conectam diferentes escalas locais, regionais e globais, vinculadas ao nicho da costura (WALDINGER, 1994). Sob esta ótica, a RMBH-MG insere-se nas migrações internacionais, revelando-se parte do circuito da costura, segmento que ocupa bolivianas e bolivianos.

Postos em movimento pelo mercado da costura, ou para resistirem ao xenorracismo e para se desvencilharem das amarras da superexploração da sua força de trabalho, ou, ainda, para fugir da já mencionada crise sentida mais fortemente em São Paulo-SP, migrantes bolivianas e bolivianos que viviam nesta metrópole ou no interior do estado de São Paulo — sobretudo Americana e Nova Odessa — iniciam um novo processo migratório, e um dos espaços que se destacam é a RMBH-MG. É nesta nova realidade que Belo Horizonte-MG emerge como importante espaço da migração da atualidade para a imigração boliviana (FERNANDES, 2015; CASTRO; FERNANDES, 2014), que revela a vivência da cidade pelos seus sujeitos de maneira diferenciada.

A presença boliviana concretiza a imposição da presença desses sujeitos, e os “espaços da bolivianidade” de Grimson (2006; 2005; 1997) subsidiaram a identificação do processo que foi nomeado como “territorialização da bolivianidade” (RIBEIRO, 2021). De acordo com Grimson (2006; 2005; 1997), os “espaços da bolivianidade” representam a união de bolivianas e bolivianos para construção de suas identidades, enquanto vivem — fisicamente — distantes do seu país de origem, como apontado em seus estudos sobre esta presença em Buenos Aires-Argentina. A produção destes espaços vincula-se estreitamente à inserção e à prática laboral desses sujeitos na indústria têxtil. Outros estudiosos, também referências em migrações transnacionais bolivianas, ocuparam-se da emergência desses processos pelo mundo, como De la Torre Ávila (2004) nos Estados Unidos, e Hinojosa Gordonava (2009; 2008) e Baby-Colin et al. (2011) em metrópoles espanholas.

Os “espaços da bolivianidade” (GRIMSON, 2006; 2005; 1997) permitem que migrantes bolivianas e bolivianos mantenham-se conectados à sua origem, visto que estabelecem relações simbólicas e materiais a partir desses espaços com o seu país — a Bolívia. Isso ocorre de diversas formas, como com o compartilhamento de comidas típicas, cultivando hábitos alimentares e intensificando a sociabilidade vivenciada nestes locais; com a prática linguística do espanhol, já que conversam, nesses espaços, utilizando o idioma pátrio; com o uso de vestuários e o emprego de outros hábitos típicos da terra natal, entre outros exemplos.

Quando migrantes se mantêm em contato com seu país de origem — utilizando, por exemplo, tecnologias de comunicação —, o urbano os reúne para além do país onde estão fisicamente. No novo espaço da migração (BAENINGER, 1999), esses sujeitos encontram inúmeras dificuldades. Para superá-las, eles se identificam entre si e com o território, apropriando-se de partes dele e produzindo territorialidades, que se apresentam como concretização da sua resistência.

Toma-se aqui a *territorialidade* como uma construção social da presença migrante boliviana. A migração é essencialmente uma questão política e produz espacialidade de disputa (SAYAD, 1998). Pela forma como são recebidos pela sociedade brasileira — sob uma “*exclusão aviltante*” ou uma “*inclusão extremamente precária*” (COSTA, 2011, p. 17) —, territorializam-se buscando conquistar seu espaço, negado pela perversidade do cotidiano na metrópole. Dessa forma, para analisar a presença boliviana na RMBH-MG, tomou-se como norte a produção de territorialidades por bolivianas e por bolivianos no recorte espacial da pesquisa, uma vez que elas expressam a “*territorialização da bolivianidade*” (RIBEIRO, 2021).

3 A “TERRITORIALIZAÇÃO DA BOLIVIANIDADE” NA RMBH-MG

*Soy un pájaro migrante
En un vuelo largo y triste
Voy buscando en estos suelos
Libertad y razón de vivir*

*Canto a la Virgen de Copacabana
José Bolivia*

O canto à Virgem de Copacabana traduz sentimentos e desejos de migrantes. A tristeza pelas saudades da terra natal acompanha a quase totalidade dos sujeitos que precisam deixar seu lar e viver em outro país, sob outras leis, e mergulhados em outra cultura. E a busca por “*liberdade e razão de viver*” move os sujeitos migrantes, que concretizam sua presença a partir da configuração de territorialidades.

No caso da imigração boliviana na RMBH-MG, as territorialidades produzidas se concentram no território metropolitano periférico. Sua presença expressa a “*territorialização da bolivianidade*” (RIBEIRO, 2021), com dimensões que articulam o tripé *periferia metropolitana-trabalho-moradia*, incluindo o acesso a serviços básicos — educação e saúde públicas — e de lazer. Bolivianas e bolivianos que vivem seus cotidianos na RMBH-MG contaram suas histórias, e as suas vozes permitiram e guiaram as análises demográficas e territoriais propostas neste estudo.

A RMBH-MG emerge, conforme já discutido, como nova possibilidade para trabalho — com melhores rendimentos em relação aos experimentados em São Paulo, mesmo que esses ainda sejam baixos. É, portanto, uma “*saída*” geográfica encontrada por esse grupo social. As informações propagando a realidade da migração para a RMBH-MG — sobretudo as vantagens laborais —, começam a chegar, aos poucos, aos conterrâneos na Bolívia, aumentando a sua atratividade e incrementando a migração direta. O novo fluxo se fortalece (RIBEIRO, 2021).

Nessa tentativa de melhoria da qualidade de vida, em solos mineiros, migrantes bolivianas e bolivianos inserem espaços da RMBH-MG no seu espaço de vida, e compreendem, aos poucos, o quanto a identidade e a união entre eles são importantes para o seu processo de territorialização, conforme explicitado pelo interlocutor⁴ da pesquisa:

Antigamente, era muito difícil. Tinha um grupo por aqui, outro por allá... Tem uns que moram em Metropolitano, outros em Neves, em Veneza... E não juntávamos. Era tudo boliviano, mas não juntava... Aí, conversamos... Eu sou o mais velho de tudo, aí respeito que ganhei... aí juntamos (Hugo).

Este processo de reterritorialização acabou por ser favorecido pelo custo da terra e pelo custo de vida em Belo Horizonte-MG. Devido ao fato de ambos serem muito elevados, os primeiros migrantes que chegaram não se instalaram nesta metrópole, mas se territorializaram em seu entorno, concentrando-se em áreas pontuais da sua região metropolitana. Desta forma, as redes migratórias se articulam na periferia em função do menor custo de vida nesta espacialidade.

Ribeirão das Neves-MG destaca-se amplamente entre as cidades da RMBH-MG que abrigam migrantes bolivianas e bolivianos. Outros espaços periféricos também são escolhidos para moradia. O elevado índice de violência desses territórios contribui para que o custo da terra seja reduzido, atraindo pessoas financeiramente vulneráveis, tais como são os interlocutores desta pesquisa. Esta atração possibilitou a concentração de migrantes bolivianas e bolivianos, concretizando o estabelecimento de territorialidades, o que pode ser percebido pelo relato de Ângela, liderança comunitária do bairro Veneza, em Ribeirão das Neves-MG:

[...] eles interagem mais entre eles. Só entre eles... Até pra morar eles moram perto... Geralmente eles alugam. E tem a oficina deles na própria casa deles...

Ao se concentrar em áreas periféricas, porém, a maior parte da população boliviana na RMBH-MG ocupada na costura precisa se deslocar até Belo Horizonte-MG, onde está a sua fonte de renda:

O problema agora é que você tinha que buscar em Belo Horizonte o serviço... Aí eu já tava morando aqui tinha um mês, já fiz a mudança [...] Só que agora, meu problema era aqui. E os meninos aí, tinham uns bolivianos, que não queriam saber nada de falar como que era, né? O movimento aqui... Então eu que tinha que sair allá e procurar. [...] Eu cheguei conhecendo nada. Aos poucos

tinha que conhecer... e aquele boliviano [amigo do interlocutor] lá falava, e eu procurava, e foi assim... porque a gente conhece porque a maioria que vem pra cá trabalha é com costura mesmo (Álvaro).

Eles atendem aos dois bairros de Belo Horizonte-MG tidos como polos mineiros da moda: o Barro Preto e o Prado. Diversas foram as dificuldades que migrantes bolivianas e bolivianos precisaram enfrentar na sua chegada a Belo Horizonte-MG para conseguirem se firmar profissionalmente e aprofundar o processo de reterritorialização nesse novo espaço de vida. As pessoas entrevistadas enfatizaram, primeiro, a difícil busca por contratantes dos seus serviços de costura e, depois, a necessidade de ganharem a confiança dos responsáveis pelas lojas para que o serviço não lhes falte:

Era difícil sim [conseguir trabalho na costura em Belo Horizonte-MG], no início... A gente tem que ir a procurar... É difícil porque eles mesmo [contratantes] desconfiam. Todas as personas desconfiam. Aí despues liberam somente 20 peças, 15 peças. [...] despues que você entrega su trabalho, eles mesmos vêm, olha como é que está... Aí liberam um pouquinho mais... Aí você também avisa onde que mora. O seu endereço... Tudo isso. Aí eles libera... Se você está trabalhando direitinho, fazendo tudo direito. Porque as roupas también não pode... tem que ficar bem feito (Paloma).

A despeito de todos os problemas, observa-se o aumento da atração de migrantes bolivianas e bolivianos para trabalhar na costura, atendendo ao mercado da moda mineiro e contribuindo para a concretização da RMBH-MG como o mais recente nó da rede migratória boliviana:

Isso foi 2007, 2008... Nessa época que começou a chegar muita gente! Igual eu, chegou muita! Aqui em Ribeirão das Neves. Igual eu, chegou muita! Até que aonde eu pegava o serviço, nem perguntava o nome do boliviano que chegava! (risos). Já dava tudo! A chefe me chamou lá e falou: 'ô Álvaro, tem um cara que queria cobrar duas vezes, como que é isso daí?'. E eu: 'uai, quando eu cheguei, você queria saber tudo, até o nome de minha avó... depois eles queria trabalhar e você entregou! O problema é seus. Que vocês... nem todos boliviano são igual... Sempre tem um boliviano que... sei lá... que tem outra mentalidade... sei lá... já não é comigo... pisou na bola! Pisou! Você não perguntou tudo pra mim? Você queria falar até com o coreano que eu trabalhava lá em São Paulo!'. Ligou! Ligou

na hora! Ligou e tal... Não sei o quê que ela falou com o coreano lá... Mas depois que nós começamos a trabalhar, e chegou os boliviano, e como tinha serviço allá, muito, ela nem perguntava mais. Era assim: 'ah, você é boliviano, então tá bom!'. Nem o nome ela perguntava mais (Álvaro).

Já tem já... uns cinco años atrás [...] que eu vim pra cá. [...] Quem chegou primeiro e que é seu amigo te indica e aí a gente só tem que fazer o trabalho bom (Enzo).

Emaranhados nessa teia, estabelecem-se na RMBH-MG e, independentemente de já terem rompido ou não o ciclo de superexploração, têm o espaço de moradia e o espaço de trabalho em um mesmo local. Esta realidade contribui para a degradação da qualidade de vida, mesmo trabalhando de forma autônoma, uma vez que esses sujeitos, por estarem em casa, acabam dedicando muitas horas à costura, tendo cargas de trabalho exaustivas. E, quando independentes, na busca por serviço, a territorialidade construída a partir das moradias próximas e do elo cotidiano entre eles se faz presente. Isto ocorre em diversas situações, como quando migrantes bolivianas e bolivianos compartilham entre eles o excedente de serviço:

[...] com bolivianos, sempre tem uma relação. Vamos supor... sempre tem algum conterrâneo meu telefona... então a pessoa me liga: 'ô, Álvaro, você tá sabendo daquilo? Então, eu tô sabendo... então, deixa eu passo na sua casa, nós conversa.'. E eu: 'tá bom, nós conversa...'. Então, questão de serviço, mesma coisa! 'Ô cara, ô Álvaro, eu tenho 200 peças e eu sozinho, eu não vou tomar conta. Você queres 100?'. 'Não, beleza, me passa 100... quanto que é tu preço?'. 'Não, é tal...'. 'Então, beleza, me dá aqui então.'. Ele me passa 100... e na mesma situação, eu, né? Ou então eu tenho 100... 'Ô, Álvaro, 100 não vai dar... me passa 50 o 25...'. Então, tem essa negociação, essa relação de qualquer coisa, de serviço, uma informação que tá precisando... (Álvaro).

Ela pega um serviço e me passa uma parte dele. É assim... é tipo assim (Anita).

Assim, eles fortalecem o grupo e consolidam a presença da imigração boliviana no mercado da costura na RMBH-MG, para que outros não possam ocupar esse espaço de demanda. Ou seja, ao invés de informar ao contratante que a demanda está acima do possível para eles, eles a aceitam e repassam para outros migrantes bolivianos, o que também aprofunda a territorialidade deles nesse mercado e na RMBH-MG. Ainda revelando a importância do estabelecimento

de territorialidades, membros de uma mesma família frequentemente se unem para se fortalecerem laboral e economicamente, dando subsídios para o início da nova vida fora da Bolívia, mais independente e mais distante da exploração do seu trabalho de forma análoga à escravidão:

Mi primo. Él que me trae. [...] No necesito irme [procurar serviço em Belo Horizonte]. Mi primo que va. Todo está a su nombre y facilita. [...] Mi primo me ayuda mucho. Desde que me traje, me ayuda mucho. No podría soportar estar aquí, lejos de mi familia, si no fuera por él. [...] En un momento, si todo va bien, busco a mi familia para vivir y trabajar con mi familia aquí (Pablo).

O estabelecimento de territorialidades revela-se resistência neste universo de vulnerabilidades no qual sujeitos da imigração boliviana estão imersos. O próprio fenótipo de bolivianas e de bolivianos — não ocidental — contribui para esta vulnerabilização, uma vez que esses migrantes são encarados, muitas vezes, com olhares estigmatizadores e racistas, como um marcador social de diferença hierárquica. A origem étnica não branca, muitas vezes, é utilizada de forma perversa para naturalizar a condição do migrante como inferior, o que dificulta o seu acesso até mesmo aos serviços básicos presentes nas cidades — como educação e saúde públicas —, aprofundando a precarização das suas condições de vida. De maneira mais ou menos explícita, o xenorracismo é amplamente manifestado por brasileiras e por brasileiros e sentido por migrantes, por “[...] reservar expectativas e lugares destacados a determinados imigrantes” (OLIVEIRA, 2019, p. 193). Ou seja, este sentimento também define territorialidades para os migrantes.

O alcance aos direitos humanos pelas pessoas migrantes — independentemente da sua cor, classe social, origem, ou qualquer outra característica — requer o engajamento e a escuta desses sujeitos e de suas experiências. Ao mesmo tempo, se a população migrante não for preocupação do Estado e objeto de políticas públicas migratórias — promovidas a partir da escuta da população migrante —, ela não será assistida e, muito menos, devidamente respeitada e valorizada. Assim, o processo de reterritorialização requer atuação ativa do Estado a partir da promoção de políticas públicas voltadas para essa população.

A educação pública — cujo acesso é direito garantido a migrantes, bem como os recursos vinculados a ela — poderia ser usada como ferramenta, norteador o planejamento voltado para essas pessoas para reduzir as suas dificuldades — inclusive as laborais. A educação poderia e pode ser, também, instrumento para avanços na integração e na socialização, que também favorecem o aprendizado do idioma, e “[...] teria como objetivo respeitar a diferença e reconhecer a

paridade de direitos, tendo como perspectiva uma educação para a alteridade, potencializando a igualdade de dignidade e oportunidade” (OLIVEIRA, 2019, p. 81). No entanto, ainda há muito o que ser feito. “Embora exista uma importante literatura voltada à Educação das Relações Étnico-Raciais, a relação entre racismo e o conjunto de conflitos vividos no cotidiano escolar ainda não foi suficientemente problematizada” (OLIVEIRA, 2019, p. 19).

A possibilidade de novos horizontes só acontece a partir do acesso à educação pública pela nova geração dos filhos de migrantes, o que é enaltecido pelos sujeitos da pesquisa. Porém, a segunda geração sofre consideravelmente na escola, onde vive dificuldades envoltas no universo educacional. Entre elas, destaca-se a xenofobia, que acaba por gerar conflitos dentro do espaço escolar, que não está imune às desigualdades sociais e às práticas de preconceitos:

[...] eu sei minha situação. [...] meu filho fala assim: ‘Ô pai, sempre me chamam de boliviano!’. E eu falo: ‘sempre vai te chamar de boliviano porque você é boliviano! E aonde você vai, vai chamar atenção. Isso é normal! Vai ser na universidade, na escola, você tem que acostumar, porque você não está na Bolívia, você está no Brasil.’. E sempre vai parar a pessoa pra te chamar: ‘ah, aquele rapaz é boliviano, aquele menino é boliviano!’. Então, você se acostuma com aquilo. Aquilo vai ser normal, tem que ser normal (Álvaro).

As crianças também estão em processo de reterritorialização e buscando compreender a sua identidade dentro de um novo lugar. O orgulho das suas origens, como demonstrado pela fala do pai da criança, revela-se resistência e ensinamento. É como se ele dissesse ao filho: você é um boliviano no Brasil, não tenha vergonha disso e saiba que você precisa se impor, em busca de uma interação social respeitosa e multicultural.

A resistência também revela-se necessária no acesso à saúde pública. Para além dos muitos problemas de gestão da saúde pública — que atingem nacionais e migrantes —, bolivianas e bolivianos enfrentam o xenorracismo:

[...] o que eu geralmente uso é medicina natural, que é de graça. Na internet e nos centros espíritas. Aí eu vou no centro espírita kardecista para consultar, me dão remédio. Na umbanda, eu também vou lá e tomo meus passes... **Eu confio mais nessa medicina porque lá não me olham cheios de preconceito** (Marco; grifo nossos).

[...] me chamam de boliviano porque chama atenção. Eu tô numa fila na lotérica, no posto de saúde, na padaria, e o pessoal: ‘você não é daqui não, você é boliviano!’. Então, [...] a gente passa dia-a-dia assim (Álvaro).

Esse preconceito para com os migrantes restringe ou dificulta seu acesso aos direitos já garantidos por lei. Eles não se sentem pertencentes, o que gera desconforto, insegurança e até traumas ao buscar o sistema de saúde. Conforme já discutido, o orgulho das suas origens pode ser recurso utilizado para resistência de bolivianas e bolivianos. Muitas vezes, ele é usado como ferramenta de luta, porque a identidade cultural e geográfica é parte do que eles são e, como eles não querem ser assimilados, fortalecer esse orgulho é uma forma de existir e resistir, além de produzir territorialidades. Uma forma de marcar suas existências e tentar fazer sua voz ser ouvida nos diferentes espaços que ocupam, devido a todo o xenoracismo experienciado cotidianamente, que nega a elas e a eles o direito de serem “um igual” em relação aos brasileiros, sobretudo aos nacionais considerados brancos que também carregam privilégios históricos do racismo estrutural e institucional.

As diversas violências que permeiam a realidade migrante — sofridas no âmbito educacional, no acesso à saúde, ou na convivência social de forma geral — impelem estes sujeitos à uma produção estratégica de territorialidades. Neste contexto, há a busca pelo espaço público para construção de pertencimento, abrigo, refúgio, encontros e segurança, contexto que permitiu a produção da principal territorialidade de bolivianas e bolivianos na RMBH-MG: a quadra Maura Pereira Andrade, no bairro Conjunto Henrique Saporì. Ela é a principal apropriação deste grupo migrante para os momentos de descanso — que acabam sendo muito mais do que descanso porque geradores de sentimentos e de vivências coletivas, em comunidade — e ocorre no espaço público de Ribeirão das Neves-MG, configurando a “territorialidade quadra-mundo” (RIBEIRO, 2021). Ali, bolivianas e bolivianos na RMBH-MG reúnem-se e vivem o seu mundo. Santos (2004, p. 314) defende que “cada lugar é, à sua maneira, o mundo”. Desta forma, o mundo dos sujeitos da pesquisa se expressa no seu cotidiano através deste lugar. A “territorialidade quadra-mundo” identifica e expressa a “territorialização da bolivianidade”, alimentada (também) pelo vínculo entre o local e o global.

A “quadra-mundo” vai além. Ela mantém os sujeitos da pesquisa conectados à origem e promove a reunião deles em comunidade, mas, para além disso, ela concretiza identidades, transformando aquele espaço em lugar para eles, em abrigo. Ela significa, também, organização social, ocupação e apropriação do espaço público, imposição de poder e visibilidade, resistência. Ela é, portanto, a principal expressão da cada vez mais consolidada “territorialização da bolivianidade” (RIBEIRO, 2021). Ela não está isenta, claro, de relações conflituosas e contraditórias, sobretudo por abrigar exploradores e explorados, que convivem nesta territorialidade. Isso só reafirma a sua importância para os interlocutores que, apesar disso, continuam frequentando-a.

Praticado, inicialmente, para servir de elo entre esses sujeitos — que buscam não só um lazer, mas, sobretudo, segurança — o futebol-resistência serve para os reunir, fortalecendo-os como grupo, e contribuindo para a produção e afirmação desta territorialidade. Na quadra e (também e sobretudo) a partir do futebol-

resistência, os sujeitos da pesquisa ganham notoriedade como produtores de lugar e de território — produzindo a “quadra-mundo”, que se apresenta como o principal espaço de sociabilidade da imigração boliviana na RMBH-MG.

Nessa territorialidade, observa-se o pertencimento em relação ao novo espaço da migração, oriundo das suas vivências, da própria dinâmica migratória, e ele se revela, principalmente, na forte presença do futebol em suas vidas, que se apresenta como representante da cultura brasileira e como expressão do desejo de reterritorialização, que é alcançada com essa configuração boliviana-brasileira.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo está feito de histórias. São as histórias que contamos, escutamos, multiplicamos, que permitem converter o passado em presente e o distante em próximo, o que está longe em algo próximo, possível e visível.

Eduardo Galeano

O presente artigo propõe uma reflexão sobre a presença da imigração boliviana na RMBH-MG, compreendida à luz das histórias dos interlocutores da pesquisa de doutorado defendida pela autora em março de 2021. As narrativas foram analisadas tomando os interlocutores da pesquisa como sujeitos coletivos. Construímos, com generosidade e com gentileza, relações de confiança necessárias para a horizontalidade que os diálogos demandam e, assim, foi possível presenciar a “territorialização da bolivianidade” no recorte espacial da pesquisa, produzida com tanto afincamento para nutrir as raízes — mesmo que estejam tão distantes da terra que as sustentam — e para sua integração ao novo ao qual a migração os impele.

A migração boliviana contemporânea inscreve-se na nova pauta das migrações transnacionais e das migrações Sul-Sul (BAENINGER et al., 2018; 2015; 2014; 2013; PHELPS, 2014). Ela não se caracteriza como migração de vizinhança ou fronteira (BAENINGER, 2012b), mas se redesenha sob o conceito dos “periféricos na periferia” (BASSO, 2013). É neste contexto que o Brasil passa também a compor a rota internacional de bolivianas e de bolivianos, com início nos anos 1980 em São Paulo (SILVA, 2006) e, em anos recentes, se espalhando para diferentes localidades do Brasil vinculadas ao setor da costura. Por ser um fenômeno recente, a produção científica sobre ele ainda está começando a ser desenvolvida, diferentemente de São Paulo, onde é vasta esta produção, e isso implica na necessidade de o conhecermos.

Tarrius (2009) defende que a intensificação da circulação, a partir das reorganizações econômicas e financeiras contemporâneas, promove a socialização de espaços que sustentam o movimento migratório. Sujeitos constroem vínculos sociais a partir das identidades estabelecidas, e a noção

de “territórios circulatórios” faz alusão a espaços que são expressões desses vínculos. Assim, a RMBH-MG apresenta-se como um “território circulatório” por expressar a mobilidade de bolivianas e bolivianos na produção global e regional da costura, impulsionando a produção de territorialidades, conectando o novo “espaço da migração” (BAENINGER, 1999) à origem.

Uma vez alcançado o recorte espacial da pesquisa, os desafios da *vida migrante* culminam na produção de territorialidades: a do trabalho e a da moradia, a do acesso à educação e dos cuidados com a saúde, e as produzidas para os momentos de descanso. Tais territorialidades evidenciam a dinâmica migratória, a presença dos sujeitos da pesquisa no recorte espacial e sua (re) configuração territorial e, diante disso, os caminhos da pesquisa levaram à construção conceitual da “territorialização da bolivianidade” (RIBEIRO, 2021).

A produção de territorialidades articula redes migratórias e redes sociais, uma vez que são elas, entre outros fatores, que viabilizam o processo migratório e ajudam a sustentar a permanência de migrantes nos espaços da migração (BAENINGER, 1999). As redes acionadas contribuem, desta forma, para que a produção de territorialidades ocorra — a partir da criação de vínculos com o espaço e entre os sujeitos migrantes, sempre com a manutenção do vínculo com a Bolívia em um espaço transnacional da migração.

No espaço público de Ribeirão das Neves-MG, os sujeitos da pesquisa fazem-se presentes, sobretudo, na apropriação do espaço para o lazer. Os caminhos desta pesquisa permitiram a construção do conceito “territorialização da bolivianidade” (RIBEIRO, 2021), uma proposição inspirada nos “espaços da bolivianidade” de Grimson (2006). De acordo com o autor, esses espaços representam a união de migrantes bolivianas e bolivianos entre eles e com a origem, e a produção deles vincula-se estreitamente à prática laboral na indústria têxtil. Bolivianas e bolivianos na RMBH-MG vivem, nos seus momentos de descanso, o seu mundo na quadra Maura Pereira Andrade, no bairro Conjunto Henrique Saporì, a “territorialidade quadra-mundo”, que simboliza a presença boliviana perante a sociedade receptora, concretizando e evidenciando a “territorialização da bolivianidade” na RMBH-MG. Ali, os sujeitos da pesquisa se fazem presentes e são notados pelos nacionais.

A “territorialidade quadra-mundo” cumpre a função de vincular bolivianas e bolivianos, além de vincular origem e destino a partir de relações simbólicas e materiais estabelecidas nela, podendo ser classificada como principal expressão da cada vez mais consolidada “territorialização da bolivianidade” (RIBEIRO, 2021) no recorte espacial desta pesquisa. Nós esperamos, com esta pesquisa, contribuir para ampliar a visibilidade de bolivianas e bolivianos na RMBH e, principalmente, o seu acesso aos direitos dos migrantes. Que o portão da “quadra-mundo”, aberto aos interlocutores da pesquisa, represente a abertura de fronteiras.

NOTAS

¹ Entende-se como xenorracismo a xenofobia racializada dirigida aos migrantes. Este conceito foi amplamente discutido por Oliveira (2019) em sua tese de doutorado e a autora o traz para a realidade brasileira, inspirada nos autores Sivanandan (2001) e Fekete (2001) — referências internacionais na luta pelos direitos dos migrantes na Europa.

² O roteiro teve anterior aprovação pelo Comitê de Ética da Plataforma Brasil (número do CAAE: 00710918.4.0000.8142)

³ “A partir de pesquisas efetuadas pela Promotoria de Justiça, calcula-se que a comunidade boliviana na cidade de São Paulo reúna entre 100 mil a 150 mil pessoas, a maior parte delas trabalhando em oficinas de costuras localizadas principalmente em bairros como Pari, Canindé, Bom Retiro, Brás, Tatuapé e Belém, onde existe a maior concentração desses imigrantes”. Disponível em: <<https://nota-dez.jusbrasil.com.br/noticias/2995315/mpsp-ministerio-publico-apura-assistencia-publica-aos-imigrantes-bolivianos-em-sao-paulo>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

⁴ Em ocasião do desenvolvimento da tese de doutorado, recorreu-se à história oral, resgatada por entrevistas gravadas junto aos migrantes e transcritas. Trechos destas entrevistas foram citados. É importante destacar que as transcrições respeitam as verbalizações, tendo sido realizadas de forma literal e direta, respeitando inteiramente a fala de cada pessoa entrevistada. Todos os interlocutores receberam nomes fictícios e tiveram suas identidades preservadas. O gênero das pessoas entrevistadas também foi respeitado. Todas as informações sobre elas são fidedignas.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, G. de O.; SASAKI, E. M. Novos migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica. In: CASTRO, M. G. (coord.). **Migrações internacionais**: contribuições para políticas. Brasília, DF: CNPD, 2001. p. 615-639.
- BABY-COLLIN, V. et al. Territorios bolivianos en las metrópolis españolas: Madrid y Barcelona. In: JOURNÉE D'ÉTUDE ESPAGNE DE MIGRINTER – TRANSFORMATIONS URBAINES ET MIGRATIONS DANS LES VILLES ESPAGNOLES, 4., 2011, Buenos Aires. **Anais...** [S. l.]: Programa IMITMA (CNRS-CONICET): nuevas trayectorias de la migración internacional andina en América Latina y en Europa, 2011.
- BAENINGER, R. et al. (org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. 2. ed.
- BAENINGER, R. Migrações contemporâneas no Brasil: desafio para as políticas sociais. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. **Migrações e trabalho**. Brasília, DF: Ministério Público do Trabalho, 2015. p. 79-86.
- BAENINGER, R. Migrações internacionais no século 21: desafios para uma agenda de pesquisa. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 6., 2014, Lima, Perú. **Anais...** Argentina: ALAP, 2014.

- BAENINGER, R. (org.). **Migração internacional**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2013.
- BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp; FAPESP; CNPq, 2012a.
- BAENINGER, R. (org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp; FAPESP; CNPq; UNFPA, 2012b.
- BAENINGER, R. **Região, metrópole e interior**: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil – 1980/1996. 1999. 234f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.
- BASSO, P. Imigração, racismo e antirracismo na Europa de hoje. Tradução de Patricia Villen. In: TAVARES, M. A.; GOMES, C. (org.). **Intermitências da crise e questão social**: uma interpretação marxista. João Pessoa, PB: UFPB, 2013. p. 83-113.
- CASTRO, M. da C. G.; FERNANDES, D. A emigração dos haitianos para cidades brasileiras: desafios para políticas públicas de integração. In: SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 3., 2014, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: PUC Minas, 2014.
- CORTÈS, G.; FARET, L. La circulation migratoire dans l’ordre des mobilités. In: CORTÈS, G.; FARET, L. (org.). **Les circulations transnationales**: lire les turbulences migratoires contemporaines. Paris: Armand Colin, 2009. p. 7-19.
- CORTÈS, G. Mobilités paysannes et identités territoriales dans les Andes boliviennes. In: BONNEMAISON, J. (coord.). **Les Territoires de l’identité**: le territoire, lien ou frontière? Paris: L’Harmattan, 1999. p. 259-268.
- COSTA, R. H. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2011. 6. ed.
- DAMIANI, A. A metrópole na dialética entre o território de ação estatista e o espaço de projeto político. In: SILVA, C. A.; CAMPOS, A (org.). **Metrópoles em mutação**: dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva. Rio de Janeiro, RJ: Revan; FAPERJ, 2008.
- DE LA TORRE ÁVILA, L. No llores, prenda, pronto volveré: migración, movilidad social, herida familiar y desarrollo. La Paz: PIEB; IFEA; UCB, 2004.
- FEKETE, L. The emergence of xeno-racism. **Race & Class**, US, v. 43, n. 2, p. 23-40, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0306396801432003>>.
- FERNANDES, D. O Brasil e a migração internacional no século XXI: notas introdutórias. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. **Migrações e trabalho**. Brasília, DF: Ministério Público do Trabalho, 2015. p. 19-40.
- FREITAS, P. T. **Projeto costura**: percursos sociais de trabalhadores migrantes, entre a Bolívia e a indústria de confecção das cidades de destino. 2014. 413f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014.

- GRIMSON, A. Etnicidad y clase en barrios populares de Buenos Aires. **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, Argentina, v. 20, n. 60, p. 343-361, 2006.
- GRIMSON, A. **Relatos de la diferencia y la igualdad**: los bolivianos en Buenos Aires. Buenos Aires: Eudeba, 2005. 2. ed.
- GRIMSON, A. Relatos de la diferencia y la igualdad: los bolivianos en Buenos Aires. **Nueva Sociedad**, Argentina, n. 147, p. 96-107, 1997.
- HINOJOSA GORDONAVA, A. R. **Buscando la vida**: familias bolivianas transnacionales en España. La Paz: PIEB; CLACSO, 2009.
- HINOJOSA GORDONAVA, A. R. España en el itinerario de Bolivia: migración transnacional, género y familia en Cochabamba. In: NOVICK, S. (org.). **Las migraciones en América Latina**. Buenos Aires: Catálogos, 2008. p. 93-112.
- HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da Geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2002.
- OLIVEIRA, L. M. **Imigrantes, xenofobia e racismo**: uma análise de conflitos em escolas municipais de São Paulo. 2019. 228f. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2019.
- PHELPS, E. **South-South migration**: why it's bigger than we think, and why we should care. The Migrationist: A Collaborative International Migration Blog, [S. l.], 2014. Disponível em: <<https://themigrationist.net/2014/02/06/south-south-migration-why-its-bigger-than-we-think-and-why-we-should-care/>>. Acesso em: 2 jun. 2021.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2012.
- RIBEIRO, J. C. **A presença boliviana na região metropolitana de Belo Horizonte-Minas Gerais**: dinâmica migratória e (re)configuração territorial. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2021.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2011. 20. ed.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, SP: EdUSP, 2004. 4. ed., 1ª reimp.
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo, SP: Studio Nobel, 1998.
- SASSEN, S. **The mobility of labor and capital**: a study in international investment and labor flow. New York, NY: Cambridge University Press, 1988.
- SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, SP: EdUSP, 1998.

SILVA, S. A. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 20, n. 57, p. 157-170, 2006.

SIVANANDAN, A. Refugees from globalism. **Race & Class**, US, v. 42, n. 3, p. 87-100, 2001.

TARRIUS, A. Intérêt et faisabilité de l'approche des territoires des circulations transnationales. In: CORTES, G.; FARET, L. (dirs). **Les circulations transnationales: lire les turbulences migratoires contemporaines**. Paris: Aarnand Colin, 2009. p. 43-51.

WALDINGER, R. The making of an immigrant niche. **International Migration Review**, New York, NY, v. 28, n. 1, p. 3-30, 1994.

RESUMO

Contemporaneamente, frente ao cenário migratório internacional — de aprofundamento das tentativas de fechamento de fronteiras — e ao contexto nacional, Belo Horizonte-MG insere-se na rota da migração e se destacam, entre os que chegam à sua região metropolitana, migrantes bolivianas e bolivianos. Inserido no Projeto Temático Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO/UNICAMP, o presente artigo traz parte das reflexões desenvolvidas na tese de doutoramento da autora e se debruça sobre a presença boliviana na RMBH-MG, mais especificamente a (re)configuração territorial desses sujeitos, que se concretiza na “territorialização da bolivianidade” (RIBEIRO, 2021). A indústria têxtil impulsiona fluxos migratórios e mobiliza bolivianas e bolivianos à migração transnacional e, uma vez no Brasil, ocorre a migração interna. Minas Gerais e seu tradicional setor têxtil passam a contar com a presença de fluxos migratórios bolivianos. A RMBH-MG expressa a mobilidade de bolivianas e bolivianos na produção global e regional da costura, impulsionando a produção de territorialidades, e conectando o novo espaço da migração à origem. A aplicação de entrevistas qualitativas permitiu a compreensão da construção social da vida de bolivianas e de bolivianos e da relação desses sujeitos com a cidade, processo que identificamos e nomeamos como “territorialização da bolivianidade” na RMBH-MG. Em Ribeirão das Neves-MG — município na periferia desta metrópole —, a “quadra-mundo” é fruto da luta desses migrantes pela configuração de uma territorialidade, que os aproxima da Bolívia a partir da vivência de costumes originários, ressignificados ao novo contexto metropolitano mineiro. A RMBH-MG (re) configura a migração boliviana a partir de novas territorialidades produzidas pelos sujeitos da pesquisa: a do trabalho e a da moradia; a do acesso à educação e aos cuidados com a saúde; e a dos momentos de descanso e lazer — que também são culturais —, com a apropriação da “quadra-mundo”. A presente pesquisa é um convite para que as histórias bolivianas aqui iluminadas possam inspirar a luta pelo reconhecimento ao direito de migrar — previsto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos — e sua garantia em todo e qualquer lugar do mundo.

Palavras-chave: Migrações internacionais; Migrações bolivianas; territorialização da bolivianidade; Região Metropolitana de Belo Horizonte-MG.

ABSTRACT

At the same time, given the international migratory scenario — of deepening attempts to close borders — and the national context, Belo Horizonte-MG is part of the migration route and Bolivian and Bolivian migrants stand out among those arriving in its metropolitan region. Inserted in the Thematic Project Observatory on Migration in São Paulo - NEPO/UNICAMP, this article brings part of the reflections developed in the author's doctoral thesis and focuses on the Bolivian presence in the RMBH-MG, more specifically on the territorial (re)configuration of these subjects, which is materialized in the “territorialization of Bolivia” (RIBEIRO, 2021). The textile industry drives migratory flows and mobilizes Bolivians and Bolivians to transnational migration and, once in Brazil, internal migration occurs. Minas Gerais and its traditional textile sector now have the presence of Bolivian migratory flows. The RMBH-MG expresses the mobility of Bolivians and Bolivians in the global and regional production of sewing, boosting the production of territorialities, and connecting the new space of migration to its origins. The application of qualitative interviews allowed the understanding of the social construction of Bolivian and Bolivian women's lives and the relationship of these subjects with the city, a process that we identified and named “the territorialization of Bolivianity” in the RMBH-MG. In Ribeirão das Neves-MG – a municipality on the outskirts of this metropolis – the “quadramundo” is the result of the struggle of these migrants for the configuration of a territoriality, which brings them closer to Bolivia from the experience of original customs, re-signified to the new metropolitan context miner. The RMBH-MG (re)configures Bolivian migration from new territorialities produced by the research subjects: work and housing, access to education and health care, and moments of rest and leisure — which are also cultural —, with the appropriation of the “world-quad”. This research is an invitation so that the Bolivian stories illuminated here can inspire the struggle for the recognition of the right to migrate — provided for by the Universal Declaration of Human Rights — and its guarantee in any and all places in the world.

Keywords: International migrations; Bolivian migrations; Territorialization of Bolivia; Metropolitan Region of Belo Horizonte-MG.

Exclusão do refúgio na caravana centro-americana - 2018

*Beatriz de Barros Souza**
*Brunela Vieira de Vincenzi***
*Igor Pereira do Rosário Guimarães****
*Isabel Caetano Valotto*****
*Mariana Cardoni Bernardino Alves******

1 INTRODUÇÃO

A recente ordem de Giammattei, atual presidente da Guatemala, para encarcerar e deportar milhares de imigrantes hondurenhos que participavam de uma Caravana (RFI, 2020), chamou a atenção para as frequentes violações ao direito humano de buscar refúgio que sofrem muitos imigrantes na América Central. Segundo Betts (2013), o refúgio foi criado visando à efetivação da proteção internacional a certas pessoas, garantindo a sua segurança em outro país – o que não era propiciado por seu Estado de origem.

Assim, criada após a Segunda Guerra para reger esse tema, a *Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados* (ONU, 1951) “consolida prévios instrumentos legais internacionais relativos aos refugiados e fornece a mais compreensiva codificação dos direitos dos refugiados a nível internacional” (ACNUR, 2020). Essa Convenção e o seu Protocolo Adicional (ONU, 1967) são basilares para assegurar o direito humano de buscar proteção fora do país de origem ou residência habitual (ACNUR, 2019). A Convenção e seu Protocolo, no entanto, excluem os “migrantes econômicos” – por vezes, submetidos a violações de direitos tão graves quanto os refugiados (Minvielle e Silva, 2018) – do direito ao refúgio.

Diante do exposto, o artigo aborda uma Caravana de migrantes centro-americanos que partiu de Tapachula (México) rumo aos Estados Unidos da América (EUA), em março de 2018 (doravante, “a Caravana”). Esse consistiu em apenas um dos fluxos migratórios recentes noticiados como “caravanas”¹, as quais buscariam “denunciar as vexações a que se expõem as pessoas migrantes e as políticas migratórias desumanas” (Mejía, 2018, p. 234).

* Departamento de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

** Departamento de Graduação em Direito. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

*** Departamento de Graduação em Direito. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

**** Departamento de Graduação em Direito. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

***** Departamento de Graduação em Direito. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

A primeira parte aborda aspectos normativos da discussão em torno da aplicabilidade ou não do refúgio à Caravana. Serão trazidos direitos e princípios positivados desde a década de 1950, bem como debatidos os seus limites. A segunda parte narra os fatos ocorridos em 2018, quando pessoas de Honduras, Guatemala e El Salvador saíram do México com o intuito declarado de seguir rumo ao norte global. Será ressaltado o modo como a situação social, política e econômica desses países suscitou questões sobre a “irregularidade da migração” e sobre o “mérito” da solicitação dessa proteção por autoridades estadunidenses, sendo debatido o conflito aparente dos princípios de *non-refoulement* e da soberania estatal.

Lamentamos, enfim, que a falha em garantir o acesso à solicitação do refúgio tenha levado muitos desses migrantes a voltarem aos países de origem, onde há grande interferência geopolítica estadunidense, sobretudo no contexto regional latino-americano e caribenho.

2 NORMATIVAS SOBRE O REFÚGIO

No Direito Internacional, pela *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados* (ONU, 1951), poderá ser reconhecida como “refugiada” toda pessoa com um temor de perseguição fundado em motivos de: “raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas” (ONU, 1951, Art. 1º §2). Sem esse “fundado temor”, os “imigrantes” partiriam em busca “espontânea” por melhores condições, notadamente socioeconômicas (Edwards, 2015).

No geral, os imigrantes ditos econômicos possuem suas identidades por vezes associadas à ilegalidade e à criminalidade, notadamente na grande mídia (Samora, 2015). Nesse meio, diversas reportagens fazem uso de um léxico penal para as migrações, que desconsidera o princípio da “liberdade de ir e vir”, além do direito humano de deixar seu país para buscar proteção, uma busca por vezes tida como “irregular” ou “ilegal” (Minvielle e Silva, 2018).

Em influxos massivos, contudo, existe uma aproximação entre as condições de migrantes e refugiados. As situações fáticas seriam de “fluxos mistos” (Andrade, 2018), nos quais, por agravamento dos quadros políticos internos em certos países, há um aumento nos fluxos de migrantes ditos “econômicos” em proporções similares às dos refugiados “convencionais” (Marinucci e Milesi, 2005). Contudo, o espaço normativo entre as diferentes nomenclaturas pode levar a diferenças na proteção, como sugere o conteúdo das cláusulas “de exclusão” da Convenção de 1951, revistas a seguir.

2.1 *Convenção de 1951: Cláusulas de Exclusão*

Nas seções D, E e F do Artigo 1º da Convenção de 1951, são estabelecidas três categorias de pessoas a serem *a priori* excluídas da concessão de refúgio: a) aquelas já beneficiadas por proteção ou assistência das Nações Unidas;

b) as já beneficiadas por alguma proteção estatal; c) aquelas pessoas a quem não se considera que mereçam tal proteção. Essas três “cláusulas de exclusão” implicariam na recusa do “(...) benefício da condição de refugiado àquelas pessoas que, de outro modo, preenchem os critérios para o reconhecimento como refugiadas” (ACNUR, 2003).

A primeira cláusula de exclusão consta do Artigo 1(D) da Convenção de 1951 e refere-se a pessoas que já se beneficiam de proteção ou assistência das Nações Unidas fora do âmbito do ACNUR (ACNUR, 2019, p. 34), notadamente sob organismos como a UNKRA ou a UNRWA, antecessoras daquele órgão (Abrão, 2010). Nesse caso, a exclusão só seria efetiva nas áreas onde esses organismos atuam (ACNUR, 2019, p. 35), pelo que as pessoas fora das zonas protegidas viriam a ser consideradas refugiadas convencionais (Abrão, 2010).

Na segunda cláusula, entram as que não necessitem de proteção internacional, notadamente aquelas consideradas “como tendo os direitos e as obrigações relacionadas com a posse da nacionalidade” do Estado de acolhida (ONU, 1951, Artigo 1º, e). Pode-se concluir, assim, que a ligação étnica ou igualdade formal referente à população local é contida nessas cláusulas. Ou seja: é desnecessária a proteção internacional a pessoas que, em determinado país, tenham os mesmos direitos dos nacionais (Abrão, 2010).

Assim como as anteriores, a terceira e última cláusula exclui a parcela de solicitantes a qual se considera “não merecedora” do refúgio. Nesse caso, o motivo seria o seu pertencimento anterior à categoria denominada “agente de perseguição”. Não devem, então, ser protegidas pelo refúgio as pessoas que tenham cometido: a) crimes contra a paz, crimes de guerra ou contra a humanidade; b) crimes considerados “graves” e “de direito comum”; c) “atos contrários aos fins e princípios das Nações Unidas” (ONU, 1951, artigo 1º F).

No primeiro grupo, a interpretação do artigo 6º do *Estatuto do Tribunal de Nuremberg*, vigente à época da Convenção, considerava “crimes contra a paz” os atos de autoridades estatais ou organizações próximas com vistas a planejar, preparar, participar ou conspirar para conflitos armados (ONU, 1945). Seus perpetradores não poderiam então “(...) receber proteção internacional por expressa proibição contida nas cláusulas de exclusão – a Convenção determina que tal pessoa não merece a referida proteção” (Abrão, 2010, p. 157).

As definições de crimes “de guerra” e “contra a humanidade”, entretanto, sucederam à Convenção de 1951 (Caseiro, 2016). No geral, os primeiros seriam atos contra civis, como “assassinatos e torturas deliberadas” ou ainda a “promoção de ataques indiscriminados” e os atos contra civis ou prisioneiros de guerra, como “supressões propositais do direito ao devido processo legal” (ACNUR, 2003, par. 12). Por sua vez, crimes “contra a humanidade”, que englobariam ainda “assassinato, estupro e tortura”, teriam o “diferencial” de serem “cometidos como parte de um ataque generalizado e sistemático contra a população civil” (ACNUR, 2003, par. 13). Hodiernamente, os crimes de genocídio e *apartheid* também entrariam nesse rol (Abrão, 2010), à luz do *Estatuto de Roma* (ONU, 1998, art. 5º).

No segundo grupo de excluídos, que seriam os criminosos de grave delito, estaria implícito o intuito de “tratar com justiça o refugiado que tenha cometido um crime comum de natureza menos grave (v.g. furto de automóvel como meio para atravessar a fronteira) ou um crime político” (Caseiro, 2016, p. 13). Decorre que, para a devida aplicação, o conceito de “grave crime comum” não se refere aos atos de motivação política (impessoal), nem, consoante à alínea *b* do artigo citado, aos com pena inferior a três anos no Estado onde forem praticados (Quintas, 2012). Os crimes “graves” teriam certa “ameaça da integridade física, a vida e a liberdade”, sendo normalmente “o homicídio, roubo, violação, tráfico de droga e abuso de menores” (Goodwin-gill, 1996 *apud* Quintas, 2013 p. 142).

O terceiro grupo, por fim, na alínea *c* do artigo citado, englobaria outros atos que violem os ‘princípios’ e ‘fins’ das Nações Unidas. Os últimos, no geral, são a “manutenção da paz” e das “relações amigáveis entre os Estados”, bem como da “proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais”, enquanto nos princípios, em número de sete, são listados: “(...) igualdade soberana, boa-fé, resolução pacífica dos conflitos, renúncia à ameaça no uso da força, dever de cooperação, abertura à adesão de novos Estados e respeito pelas instâncias nacionais” (Quintas, 2012, p. 144).

Há controvérsias na literatura acerca de quais poderiam ser os agentes de tais infrações: se somente indivíduos de influência ativa dentro do Estado ou civis que venham a ameaçar a segurança de pessoas de outros países (Quintas, 2012). Ante o exposto, cabe analisar por ora os possíveis efeitos da exclusão segundo as normas internacionais vigentes.

2.2 Diretrizes sobre proteção: efeitos da exclusão

A princípio, cabe ressaltar que a proteção a quem solicita refúgio não ocorre apenas após o pedido ser aprovado. Para as situações de grandes fluxos para um mesmo local, em um mesmo período, sendo inviável determinar o refúgio individualmente, existe o refúgio *prima facie* (ACNUR, 2020). Essa proteção dá-se normalmente de modo provisório, considerando de modo objetivo e direto o cenário do país de origem, a membros de um mesmo grupo, sendo mais comum em situações de fluxo migratório intenso (ACNUR, 2015).

Ainda que negado o refúgio pelas cláusulas de exclusão ou por outras razões, um solicitante pode ainda vir a ser protegido contra a devolução forçada para um país onde alega risco de vir a sofrer tratamentos desumanos, com base em outros instrumentos internacionais (ONU, 1984) e regionais (CIDH, 1985). Outros tratados contêm dispositivos similares (ACNUR, 2003, par. 9), e a própria Convenção estipula o *non-refoulement*, ou ‘não devolução’, contra a vontade do solicitante (ONU, 1951, art. 33). Sendo tal direito um costume internacional, configura, enfim, um grave desrespeito geral a direitos humanos a sua violação (Vieira, 2006). Na próxima seção, então, veremos possíveis desdobramentos desses debates para o caso ora em tela.

3 CARAVANA CENTRO-AMERICANA: QUESTÕES (GEO)POLÍTICAS

A Caravana ora em foco, decorrida em 2018, contou com a presença massiva de cidadãos de Honduras, Guatemala e El Salvador (Mejía, 2018). Esse episódio desvelou contornos dramáticos da relação entre os Estados Unidos e países centro-americanos, cujas crises contemporâneas são bastante conhecidas da literatura mais ampla sobre o tema.

Nos anos 1970, por exemplo, a situação desses países foi abordada por Galeano (2020) em uma análise crítica da situação geopolítica após as independências na região. À época, os então embaixadores “estadunidenses exerciam mais poder que os próprios presidentes” centro-americanos (Galeano, 2020, p. 155). Não obstante o período transcorrido, portanto, importa notar que esses países ainda enfrentam consequências dessa política imperialista.

Ilustram essas graves consequências as Caravanas que se sucederam ao longo desta última década em algumas partes do mundo, notadamente no continente americano, onde são na maioria compostas por nacionais da Guatemala, de Honduras e de El Salvador, rumo à América do Norte (Mejía, 2018).

Mais recentemente, tem sido ressaltado que Honduras, El Salvador e Guatemala, de onde proveio a maior parte dos imigrantes na Caravana de 2018, possuem em comum entre si: a pobreza generalizada, a falta de oportunidades laborais e a violência social, tidos como os grandes fatores do aumento na migração para o México e os EUA (UN DESA, 2018).

Juan Orlando Hernández, por exemplo, eleito presidente de Honduras em 2014 para um mandato até 2022, atravessa grave crise, com suspeitas sobre fraude nas eleições, além da declaração de estado de exceção e toques de recolher em consequência desses rumores (Globo, 2017). Seus mais de nove milhões de habitantes (CIA, 2018) sofrem com esse tipo de instabilidade política desde, pelo menos, o golpe de estado sofrido em julho de 2009 (Folha, 2019). Além disso, a população tem protestado contra medidas neoliberais do atual presidente e de seu antecessor, Porfirio Lobo Sosa (2010-2014), ambos do Partido Nacional de Honduras (Avelar, 2019). Ademais, há um aumento na criminalidade, sendo o país com maior índice de homicídios intencionais no mundo (UN DESA, 2018).

Todos esses fatores confluem para que Honduras seja a base das caravanas registradas até o momento e que nelas tenha o maior número de participantes. Em outubro, cerca de 16 mil pessoas teriam migrado, e ao menos outras 900 teriam sido deportadas e assistidas pelo ACNUR, por semana, nas terras hondurenhas (ACNUR, 2018).

Com quase o dobro (mais de 16,5 milhões) de habitantes (CIA, 2018), a Guatemala, por sua vez, recentemente elegeu Alejandro Eduardo Giammattei para um mandato até 2024. Suas declarações polêmicas realizadas desde a eleição, como a promessa do retorno da pena de morte para traficantes de drogas (Folha, 2019), não tocam em diversas questões centrais do país, como os baixos níveis de desenvolvimento em saúde, educação, direitos sexuais e reprodutivos, entre outros (CIA, 2018).

Entre os guatemaltecos nas Caravanas entrevistados em 2018, 60% afirmavam que fugiam da “violência de gangues” e 70% consideravam perigoso regressar (ACNUR, 2018). Seriam motivados, sobretudo, pela falta de segurança e pela busca por melhores condições de vida, dada a marginalização e o desemprego experienciados na Guatemala (Camhaji, 2018).

Menos populoso que os outros dois, com cerca de 6,2 milhões de habitantes (CIA, 2018), por sua vez, El Salvador elegeu Nayib Armando Bukele Ortez para um mandato até 2023. Ocupa, porém, o triste segundo lugar nos homicídios intencionais (UNDESA, 2018), índice crescente nos últimos anos (IHU, 2017). Entre as razões, têm sido apontadas: intolerância, autoritarismo, falta de políticas de inclusão, narcotráfico, entre outras (Urquilla, 2017). Por conseguinte, o país tem o maior índice de migração entre os três (CIA, 2018).

Notam-se, em muitos dos motivos apresentados para o seu deslocamento, graves violações aos direitos humanos desses indivíduos, o que seria hipótese para ao menos solicitar refúgio no seu destino. Como se verá a seguir, no entanto, as respostas estadunidenses a tais tentativas de imigração massiva violam diversos princípios de direitos humanos anteriormente vistos.

3.1 Respostas estadunidenses

Apesar da proximidade histórica e geográfica, persiste o imaginário de parte da população estadunidense acerca dos imigrantes centro-americanos enquanto: a) ameaças terroristas; b) responsáveis pela drenagem de recursos econômicos do país; c) ameaças aos patrimônios demográfico e cultural; d) falsos reclamantes da proteção de refúgio e asilo (Nawyn, 2019). De modo notável, o uso político desse temor teria contribuído para a eleição de Trump em 2016, de acordo com pesquisa liderada pela *Democracy Fund* (Ekins, 2017).

Desde a sua posse, de fato, medidas para o controle do fluxo migratório foram implantadas, como o encerramento do programa *Central American Minors* e a separação das famílias de imigrantes nas fronteiras, em 2018; a deportação imediata de imigrantes indocumentados e em situação irregular, bem como, ante a proximidade da Caravana em foco, a adoção da *Política do Terceiro Estado*, em 2019 (Nawyn, 2019). Esta “Política” tem por objetivo negar refúgio a quem não o requerer antes em qualquer um dos países pelos quais estivesse de passagem durante as Caravanas (Globo, 2019).

Ante as primeiras notícias da Caravana, a primeira ação do presidente Trump foi ameaçar os Estados centro-americanos, declarando que, se não impedissem a marcha dos imigrantes, cessaria a ajuda monetária estadunidense a seus países (Sheridan e Sieff, 2018), o que agravaria a crise na região. Só em 2017, mais de US\$538 milhões foram enviados a esses países, segundo a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (BBC, 2018).

Com isso sendo insuficiente para impedir a saída dessas pessoas, o governo dos EUA envia, então, cerca de 7.000 efetivos do Exército para as fronteiras com o México, autorizando o uso de força contra quem mesmo assim tentar ultrapassar a barreira, que também possui barricadas e cercas de arame farpado (Purchio, 2018). Além disso, advertiu o governo do México que atos como fechamento de fronteiras, inclusive para comércio de automóveis mexicanos, poderiam se tornar realidade (Veja, 2018).

Independente de todos os posicionamentos citados, a política anti-imigração do governo de Trump relativa aos migrantes do Triângulo Norte da América Central previu, ainda, negar o refúgio a quem não chegasse aos EUA pelos portões de entrada “oficiais” (Globo, 2018). Isso, somado à deportação de todos os que não conseguirem comprovar estadia nos EUA há mais de dois anos (BBC, 2019) e a citada “Política do Terceiro Estado”, configuram obstáculo grave à ajuda humanitária ao deslocamento forçado.

Somado a essa política, em 2018, o até então procurador-geral estadunidense, Jeff Sessions, declaradamente negou solicitações de refúgio fundadas no temor à violência perpetrada por indivíduos, organizações não estatais (como gangues) ou na ameaça de violência doméstica (Benner e Dickerson, 2018). Sessions alegou que o regime de refúgio estadunidense deveria proteger apenas contra perseguição fundada nos motivos convencionais, ‘deliberadamente’ omitindo destes a pertença a um grupo social e ainda alegando ‘fraude’ e ‘sobrecarga’ para reduzir solicitações, notadamente as provindas desses imigrantes (Allard, 2018).

Essa posição de Sessions, contudo, mesmo estando mais alinhada ao discurso de Trump, não foi incontestada. Em novembro, um juiz federal estadunidense emitiu uma “ordem de bloqueio temporário da medida aprovada pelo presidente Donald Trump” que barrava as solicitações de refúgio de imigrantes irregulares, ao menos naquele ano (Faus, 2018). A próxima seção detalha, por fim, a tensão principiológica em torno dessa questão.

3.2 Conflito aparente nos EUA: non-refoulement x soberania

Com base em parte da opinião pública que considera imigrantes, refugiados e solicitantes como um risco à ordem nacional que deve ser combatido (Lacerda e Gama, 2016), e sob a égide do argumento de proteção à sua soberania, o último governo estadunidense fechou mais ainda suas fronteiras contra fluxos migratórios externos (Oliveira, 2017). O princípio da soberania, no âmbito internacional, diz respeito à delimitação da autoridade e identidade do povo por meio de suas fronteiras, sendo definido como: “(...) o entendimento do espaço político, organizando e classificando, e delegando características a determinada identidade de pertencimento, uma identidade coletiva formada em detrimento de outras” (Lacerda e Gama, 2016, p. 59).

Em tese, o princípio da soberania conferiria ao Estado o dever de proteger cada pessoa sob sua jurisdição contra eventuais violações de seus direitos (Betts, 2013). Na falha estatal em proteger seus residentes, emergiria então o princípio da não devolução ou *non-refoulement*, que visaria a ‘terceirização’ dessa proteção a países mais capazes, seja nos termos da Convenção de 1951, que seria a mais aceita, seja por outros tratados utilizados pelas Cortes Internacionais de modo a complementar proteção, por exemplo, da extradição (De Paula, 2006).

Dessa forma, no meio internacional, este princípio alcançou status de *jus cogens*, ou seja: possui obrigatoriedade, mesmo para países que não adotem as Convenções que o postulam (De Paula, 2006). Para tanto, o princípio também é interpretado no sentido de proteger os indivíduos sob a jurisdição territorial ou extraterritorial de um país contra a rejeição nas fronteiras, já que, entre outros aspectos, a negativa em ouvi-los configura recusa automática de qualquer pedido de refúgio *a priori* (Oliveira, 2017).

Em contrapartida, na prática, o que se verifica nas cortes dos Estados Unidos são restrições à interpretação de princípios gerais, como o *non-refoulement*, em razão de supostos riscos à sua “soberania”. Sessions, entre outros políticos estadunidenses, influencia o sistema a pensar os solicitantes de refúgio como “fraudulentos” e “ameaças” ao país de acolhida (Allard, 2018).

Dessa forma, a política externa estadunidense é voltada à fronteirização do território: marca sua soberania um ideal que conecta o cidadão a fronteiras nacionais (Lacerda e Gama, 2016). Em decorrência da proteção a esse nacionalismo e à soberania, ao Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos (DHS) cabe deportar imediatamente aqueles que não entrarem no Estado por vias regulares e que não conseguirem provar permanência no país por pelo menos dois anos (Allard, 2018). Essa medida *per se* já é uma barreira ao devido processo de determinação do status de refúgio, visto que, sem a audiência e julgamento de muitos casos que se encaixariam nas hipóteses de proteção, serão delas excluídos e sofrerão com a possibilidade de extradição a países, para eles, inseguros (Oliveira, 2017).

Em contrapartida, a defesa do *non-refoulement* enquanto princípio para a proteção não só de refugiados convencionais, como de todo solicitante de refúgio por temor de perseguição no país de origem, estando sob a jurisdição de outro (Oliveira, 2017), serviria como medida protetiva aos direitos dos centro-americanos, entre outros migrantes, não podendo ser negada a acolhida temporária no seu destino enquanto durasse o processo de solicitação de refúgio.

Perante o exposto, é possível afirmar que os centro-americanos seriam candidatos aptos a solicitar o refúgio, uma vez que podem sofrer de um temor fundado na situação objetiva de seus países de origem. Recusado esse pedido, no entanto, pela Convenção de 1951, deve ser respeitado o objetivo inicial do diploma, qual seja: a proteção internacional a seus direitos humanos, o que inclui, como visto, o direito à sua não devolução (Betts, 2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desfecho da Caravana Centro-Americana de 2018, grande número de solicitantes de refúgio teve de voltar ao país de origem ou mesmo migrar para outro ante a negativa de sua solicitação, apesar dos relatos de que boa parte “fugia de seu país” ou buscava ali “proteger sua vida e de sua família” da violência exacerbada, pobreza, e outros fatores que poderiam, a nosso ver, configurar refúgio, ao menos, *prima facie*. Por isso, cabe ressaltar que ficaria a cargo dos países de acolhida analisar o pedido de refúgio de modo individual e, apenas então, concedê-lo ou não, segundo as normas atualmente vigentes no Direito Internacional.

Vale ainda salientar que, por mais que o pedido de refúgio seja negado, todos poderiam fazer o pedido, sem qualquer restrição, e todos teriam direito à não devolução forçada (*non-refoulement*). Logo, analisada a política estadunidense do último presidente, Donald Trump, que exacerbou o discurso contra a imigração ao tentar até mesmo barrar a entrada de imigrantes no país, importa notar que esse discurso não reduz o influxo migratório, mas apenas dificulta sua regularização e incita a (mais) violência social, que são graves heranças para o governo atual de Joe Biden.

Pode-se concluir, portanto, que apesar da vasta jurisprudência que respalda o processo legal de determinação do *status* de refugiado, não se percebe efetividade em sua aplicação nos EUA e em muitos outros países desenvolvidos atualmente. Com um discurso exacerbado de defesa da soberania estatal e em razão de divergência na interpretação dos casos, os Estados julgam *per se* o refúgio, por vezes, em claro desrespeito ao Direito Internacional vigente.

NOTAS

¹ Trecho original, na íntegra: “Existen también caravanas en otras regiones del mundo, las cuales también buscan denunciar las vejaciones a las que se exponen las personas migrantes y las políticas migratorias inhumanas.” Tradução livre.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, C. Refugiados: definição e cláusulas de exclusão. **FMU Direito**. v. 24, n. 33, 2010. p. 141-167. Retirado de <<http://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/FMUD/article/view/82/80>>. [acesso: 06/10/2020]

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS / ACNUR. Aplicação das cláusulas de exclusão: Artigo 1F da Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados. **Diretrizes sobre Proteção Internacional**, n. 05. Genebra: ACNUR, 2003. Retirado de: <[www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9744](http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9744.pdf?file=fileadmin/Documentos/BDL/2014/9744)>. [acesso: 06/10/2020]

- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS / ACNUR. **Guidelines on International Protection No. 11: Prima facie recognition of refugee status**, HCR/GIP/2015. Retirado de <www.refworld.org/docid/555c335a4.html> . [acesso: 06/10/2020]
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS / ACNUR. **‘Caravanas’ de refugiados y migrantes en Centroamérica**. 2018. Retirado de: <https://www.acnur.org/op/op_fs/5bf3380e4/resposta-regional-a-las-caravanas-de-refugiados-y-migrantes-en-centroamerica.html> . [acesso: 06/10/2020]
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS / ACNUR. **Manual sobre procedimientos y criterios para determinar la condición de refugiado y Directrices sobre protección internacional**. Genebra, 2019. Retirado de: <www.refworld.org.es/docid/5d9e13214.html> . [acesso: 06/10/2020]
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS / ACNUR. **Global Trends: Forced Displacement in 2019**, Genebra, 2020. Retirado de: <www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5ee200e37/unhcr-global-trends-2019.html> . [acesso: 06/10/2020]
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS / ACNUR. **Convenção de 1951**. Genebra, s/d. Retirado de: <www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/> . [acesso: 06/10/2020]
- ALLARD, S. Global and Local Challenges to Refugee Protection, **International Journal of Legal Information**, vol. 46 (1), Cambridge, 2018. p. 45-52. Retirado de: <<https://doi.org/10.1017/jli.2018.10>> . [acesso: 06/10/2020]
- ANDRADE, C. S. M. de. **Movimentos migratórios mistos e a condição jurídica de refugiado: uma relação tensional**. Tese de Doutorado em Direito. São Paulo: USP, 2018. Retirado de: <<https://repositorio.usp.br/item/002899964>> . [acesso: 06/10/2020]
- AVELAR, D. Honduras: Protestos emparedam governo dez anos após golpe de Estado. **Valor Econômico: Caderno Mundo**. (2019). Retirado de: <<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2019/06/27/honduras-protestos-emparedam-governo-dez-anos-apos-golpe-de-estado.ghtml>> . [acesso: 06/10/2020]
- BBC. Como uma caravana de migrantes rumo aos EUA desafia Donald Trump e o governo do México. **BBC Internacional**. 2018. Retirado de: <www.bbc.com/portuguese/internacional-45947234#orb-banner> . [acesso: 06/10/2020]
- BBC. As novas regras que ampliam a deportação imediata de imigrantes ilegais nos EUA. **BBC: Mundo**. 2019. Retirado de: <www.bbc.com/portuguese/internacional-49083376> . [acesso: 06/10/2020]
- BENNER, K.; DICKERSON, C. Sessions says domestic and gang violence are not grounds for asylum. **The New York Times**. 2018. Retirado de: <<https://www.nytimes.com/2018/06/11/us/politics/sessions-domestic-violence-asylum.html>> . [acesso: 06/10/2020]

- BETTS, A. **Survival migration**: Failed governance and the crisis of displacement. New York: Cornell University Press, 2013, 1.ed. Ithaca. Retirado de: <<https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/30779>>. [acesso: 06/10/2020]
- CAMHAJI, E. Solidariedade pavimenta o caminho da caravana de imigrantes para o México. **El País (Brasil)**: Internacional. 2018. Retirado de: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/19/internacional/1539907279_200289.html>. [acesso: 06/10/2020]
- CASEIRO, S. F. **O dever de extraditar e o princípio do non-refoulement**: um confronto entre os princípios e valores em causa. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade de Coimbra, 2016. Retirado de: <<http://doi.org/10.13140/RG.2.2.10935.93600>>. [acesso: 06/10/2020]
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY / CIA . **The world factbook, CIA**. 2018. Retirado de: <<https://www.cia.gov/the-world-factbook/>>. [acesso: 06/10/2020]
- CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS / CIDH. **Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura**. Cartagena: CIDH, 1985. Retirado de: <www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/tortura.pdf>. [acesso: 06/10/2020]
- DE PAULA, B. V. O princípio do non-refoulement, sua natureza jus cogens e a proteção internacional dos refugiados. **Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos**, n. 7, 2006. p. 51-68. Retirado de: <<http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/94>>. [acesso em: 06/10/2020]
- EDWARDS, A. Refugiado ou Migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto. **ACNUR**. Genebra, 2015. Retirado de: <<https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>>. [acesso: 06/10/2020]
- EKINS, E. The five types of Trump voters. **Democracy fund voter study group**. 2017. Retirado de: <www.voterstudygroup.org/publication/the-five-types-trump-voters>. [acesso: 06/10/2020]
- FAUS, J. Juiz bloqueia medida de Trump que proibia asilo de imigrantes irregulares. **El País**. 2018. Retirado de: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/20/internacional/1542706687_129543.html>. [acesso: 06/10/2020]
- FOLHA DE SÃO PAULO. Conservador Alejandro Giammattei é eleito novo presidente da Guatemala. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2019. Retirado de: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/conservador-alejandro-giammattei-e-eleito-novo-presidente-da-guatemala.shtml>>. [acesso: 06/10/2020]
- GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução: Sérgio Franco. Reimpressão. Porto Alegre: L&PM, 2020.
- GLOBO. Em meio à crise eleitoral, Honduras decreta estado de exceção e toque de recolher. **G1**. 2017. Retirado de: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/em-meio-a-crise-eleitoral-honduras-decreta-estado-de-excecao-e-toque-de-recolher.ghtml>>. [acesso: 06/10/2020]

- O GLOBO. Governo Trump adota medida para restringir imigração a partir da fronteira com o México. **O Globo**: Caderno Mundo. 2018. Retirado de: <<https://oglobo.globo.com/mundo/governo-trump-adota-medida-para-restringir-imigracao-partir-da-fronteira-com-mexico-23221927>>. [acesso: 06/10/2020]
- O GLOBO. EUA e Guatemala assinam acordo sobre imigração após ameaças de Trump. **O Globo**: Caderno Mundo. 2019. Retirado de: <<https://oglobo.globo.com/mundo/eua-guatemala-assinam-acordo-sobre-imigracao-apos-ameacas-de-trump-23835821>>. [acesso: 06/10/2020]
- INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS / IHU. Como El Salvador tornou-se uma das nações mais violentas do mundo. **IHU** (online), 2017. Retirado de: <www.ihu.unisinos.br/78-noticias/570768-como-el-salvador-tornou-se-uma-das-nacoes-mais-violentas-do-mundo>. [acesso: 06/10/2020]
- LACERDA, A. L.; GAMA, C. F. P. S. O solicitante de refúgio e a soberania moderna: a identidade na diferença. **Lua Nova**, n. 97, São Paulo, 2016. p. 53-80. Retirado de: <<https://doi.org/10.1590/0102-6445053-080/97>>. [acesso: 06/10/2020]
- MARINUCCI, R.; MILESI, R. Migrações internacionais: em busca da cidadania universal. **Sociedade em Debate**, vol. 11(1-2), Pelotas, 2005. p. 13-37. Retirado de: <<https://pdfs.semanticscholar.org/2c8c/69474d5fd0e55343fefcf20536feb134ad5f.pdf>>. [acesso: 06/10/2020]
- MEJÍA, I. M. H. Reflexiones sobre la caravana migrante. **Análisis Plural**. Tlaquepaque, Jalisco: ITESO, 2018. p. 231-248. Retirado de: <<http://hdl.handle.net/11117/5616>>. [acesso: 06/10/2020]
- MINVIELLE, R.; SILVA, R. de C. da C. A violação de direitos humanos na cobertura midiática dispensada a migrantes e refugiados nas costas do Mediterrâneo. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, vol. 6 (2), Unesp, 2018. p. 139-163. Retirado de: <www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/625>. [acesso: 06/10/2020]
- NAWYN, S. J. Refugees in the United States and the politics of crisis. In: MENJÍVAR, C.; RUIZ, M.; NESS, I. (Eds.). **The oxford handbook of migration crises**. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 163-180. Retirado de: <<http://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190856908.013.23>>. [acesso: 06/10/2020]
- OLIVEIRA, L. G. de. Barreiras fronteiriças contra o princípio de non-refoulement: a inacessibilidade do território e da determinação do status de refugiado. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34 (1), 2017, p. 31-54. Retirado de: <<https://doi.org/10.20947/s0102-3098a0008>>. [acesso: 06/10/2020].
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS / ONU. **Charter of the International Military Tribunal**: Annex to the Agreement for the prosecution and punishment of the major war criminals of the European Axis ("London Agreement"). Londres: Nações Unidas, 1945. Retirado de: <www.refworld.org/docid/3ae6b39614.html>. [acesso: 06/10/2020]

- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS / ONU. Affirmation of the Principles of International Law recognized by the Charter of the Nürnberg Tribunal. **UN General Assembly Resolutions**, A/RES/95. 1946. Retirado de: <www.refworld.org/docid/3b00f1ee0.html>. [acesso: 06/10/2020]
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS / ONU. **Convención sobre el Estatuto de los Refugiados**. Genebra: ONU, 1951. Retirado de: <www.refworld.org/es/docid/47160e532.html>. [acesso: 06/10/2020]
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS / ONU. **Statute of the International Criminal Court**. Roma, 1998. Retirado de: <[https://legal.un.org/icc/statute/english/rome_statute\(e\).pdf](https://legal.un.org/icc/statute/english/rome_statute(e).pdf)>. [acesso: 06/10/2020]
- PURCHIO, L. Imigrantes vão esbarrar no muro de Trump, **Istoé**. 2018. Retirado de: <<https://istoe.com.br/imigrantes-vaio-esbarrar-no-muro-de-trump/>>. [acesso: 06/10/2020]
- QUINTAS, A. I. S. **O equilíbrio entre o princípio do non-refoulement e as cláusulas de exclusão do estatuto de refugiado**: análise jurisprudencial. Dissertação de Mestrado em Direitos Humanos. Braga: Universidade do Minho, 2012. Retirado de: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/28417/1/Ana%20Isabel%20Soares%20Quintas.pdf>>. [acesso: 06/10/2020]
- RFI. **Presidente da Guatemala manda prender caravana de 3 mil refugiados hondurenhos**. RFI, 2020. Retirado de: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/10/02/presidente-da-guatemala-manda-prender-caravana-de-3-mil-refugiados-hondurenhos.htm>>. [acesso: 06/10/2020]
- SAMORA, D. T. **Um recorte do discurso midiático sobre o processo de imigração haitiana na Amazônia**: uma análise das regularidades discursivas. Dissertação de Mestrado em Letras (PPGL). Porto Velho: UNIR, 2015. Retirado de: <www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/2103>. [acesso: 06/10/2020]
- SHERIDAN, M. B.; SIEFF, K. Trump plans to cut U.S. aid to 3 Central American countries in fight over U.S.-bound migrants. **The Washington Post**. Washington, 2019. Retirado de: <www.washingtonpost.com/world/the_americas/trump-plans-us-aid-cut-to-3-central-american-countries-as-fight-widens-over-us-bound-migrants/2019/03/30/d6814b42-52ff-11e9-bdb7-44f948cc0605_story.html>. [acesso: 06/10/2020]
- UN DESA. World Economic Situation and Prospects. **Briefing** n. 117, 2018. Retirado de: <www.un.org/development/desa/dpad/publication/world-economic-situation-and-prospects-august-2018-briefing-no-117>. [acesso: 06/10/2020]
- URQUILLA, K. **Las diez razones que generan violencia en El Salvador**: 25 Años de la Firma de los Acuerdos de Paz. Retirado de: <<http://acuerdosdepaz.elsalvador.com/2017/01/03/las-diez-razones-que-generan-violencia-en-el-salvador/>>. [acesso: 06/10/2020]
- VEJA. EUA: com caravana de migrantes próxima, Trump ameaça fechar acesso. **Veja**. São Paulo, 2018. Retirado de: <<https://veja.abril.com.br/mundo/eua-com-caravana-de-imigrantes-proxima-trump-ameaca-fechar-acesso/>>. [acesso: 06/10/2020]

RESUMO

O presente artigo revisa os critérios convencionais para negar refúgio a certos solicitantes de modo a criticar a exclusão dos imigrantes centro-americanos do direito de solicitá-lo. Pelo estudo do caso da Caravana desses imigrantes, que partiu do México rumo aos EUA em 2018, serão revistas as condições que incitaram ao deslocamento, o momento da travessia e as reações estadunidenses quanto à concessão ou não do refúgio *prima facie* à luz daqueles critérios. Esperamos oferecer uma visão menos excludente e criminalizadora dessas pessoas e do seu direito de solicitar a proteção do refúgio.

Palavras-chave: América Central; Imigração; Refúgio.

ABSTRACT

This article reviews the conventional criteria for denying asylum to certain applicants in order to criticize the exclusion of Central American immigrants from the right to apply for asylum. Through the study of the case of the Caravan of these immigrants, which left Mexico for the US in 2018, the conditions that prompted the displacement, the timing of the crossing and the American reactions regarding the granting or not of *prima facie* refuge in light of those criteria will be reviewed. We hope to offer a less exclusionary and criminalizing view of these people and their right to seek refuge protection.

Keywords: Central America; Immigration; Refuge.

RESUMEN

Este artículo revisa los criterios convencionales para denegar refugio a ciertos solicitantes como para criticar la exclusión de los inmigrantes centroamericanos del derecho a buscarlo. Al estudiar el caso de la Caravana de estos inmigrantes que partió desde México hacia los EE.UU. en 2018, se revisarán las condiciones que les incitaron al desplazamiento, el momento de su cruce y las reacciones estadounidenses en cuanto al otorgamiento o no del refugio *prima facie* bajo esos criterios. Esperamos ofrecer una visión menos excluyente y criminalizadora de estas personas y de su derecho a demandar la protección del refugio.

Palabras clave: Centroamérica; Inmigración; Refugio.

As tecnologias da informação e comunicação a serviço do exercício dos direitos humanos de refugiados em campanhas digitais: uma proposta de análise do discurso sobre ciência, ética, cultura, educação e artes do vídeo, com resistências e formas alternativas de organização social na pandemia

*Rosane da Conceição Pereira**

1 APRESENTANDO O DISCURSO SOBRE OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E DIREITOS HUMANOS DE REFUGIADOS-IMIGRANTES

De acordo com a Agenda 2030/ONU no Brasil (NAÇÕES UNIDAS.ORG, 2015), é possível relacionar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 como central para a análise discursiva de refugiados-imigrantes, ou seja, dos efeitos de sentido relacionados a esse objeto de estudo, uma vez que o ODS 16 consiste em “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”. Considera-se, contudo, que os ODS 1, 4, 5, 10, 11, 16 e 17, citados a seguir, também podem ser associados, por suas características em comum com a abordagem em questão¹.

** Dr^a UFF e Pós-Dr^a UNICAMP, Professora e Pesquisadora DGP CNPq e FAPERJ do curso de Comunicação Social na UNIVERSO e de Publicidade na Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch, da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (ETEAB/FAETEC). Membro da Equipe Editorial de Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, e do Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som, no Museu Nacional da UFRJ – LABEDIS/MN/UFRJ, e-mail: rosadosol@yahoo.com.br.*

ODS 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

- “Globalmente, o número de pessoas vivendo em extrema pobreza diminuiu mais da metade, em 1990 eram 1,9 bilhão. Contudo, 836 milhões de pessoas ainda vivem na extrema pobreza: cerca de uma em cada cinco pessoas em regiões em desenvolvimento vive com menos de 1,25 dólar por dia;
- O Sul da Ásia e a África Subsaariana são o lar da esmagadora maioria das pessoas vivendo em extrema pobreza. Altos índices de pobreza são frequentemente encontrados em países pequenos, frágeis e afetados por conflitos;”
- ODS 4: Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- “A matrícula na educação primária em países em desenvolvimento chegou a 91%, mas 57 milhões de crianças permanecem fora da escola;
- Mais da metade das crianças que não se matricularam na escola vivem na África Subsaariana;
- Estima-se que 50% das crianças fora da escola com idade escolar primária vivem em áreas afetadas por conflitos. Crianças das famílias mais pobres são quatro vezes mais propensas a estar fora da escola do que crianças de famílias mais ricas. (...);
- Entre os jovens de 15 a 24 anos, a taxa de alfabetização melhorou globalmente, de 83% para 91% entre 1990 e 2015;”
- ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- “No Sul da Ásia, apenas 74 meninas foram matriculadas na escola primária para cada 100 meninos, em 1990. Em 2012, as taxas de matrícula foram as mesmas para meninas e para meninos;
- Na África Subsaariana, Oceania e Ásia Ocidental, meninas ainda enfrentam barreiras para entrar tanto na escola primária quanto na escola secundária;
- Mulheres na África do Norte ocupam menos de um a cada cinco empregos pagos em setores que não sejam a agricultura;
- Em 46 países, as mulheres agora ocupam mais de 30% das cadeiras no parlamento nacional em pelo menos uma câmara;”

- ODS 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
- “Em média – e levando em consideração o tamanho das populações – a desigualdade de renda aumentou em 11% em países em desenvolvimento entre 1990 e 2020;
- (...) A proteção social foi significativamente ampliada globalmente. No entanto, pessoas com algum tipo de deficiência têm cinco vezes mais chances do que a média de ter despesas catastróficas com saúde;
- Apesar do declínio na mortalidade materna na maioria dos países desenvolvidos, mulheres na área rural são três vezes mais suscetíveis à morte no parto do que mulheres que vivem nos centros urbanos;”
- ODS 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- “Metade da humanidade – 3,5 bilhões de pessoas – vive nas cidades atualmente. Em 2030, quase 60% da população mundial viverá em áreas urbanas. 828 milhões de pessoas vivem em favelas e o número continua aumentando;
- As cidades no mundo ocupam somente 2% de espaço na Terra, mas usam 60 a 80% do consumo de energia e provocam 75% da emissão de carbono. A rápida urbanização está exercendo pressão sobre a oferta de água potável, de esgoto, do ambiente de vida e saúde pública. Mas a alta densidade dessas cidades pode gerar ganhos de eficiência e inovação tecnológica enquanto reduzem recursos e consumo de energia;
- Cidades têm potencial de dissipar a distribuição de energia ou de otimizar sua eficiência por meio da redução do consumo e adoção de sistemas energéticos verdes. Rizhao, na China, por exemplo, transformou-se em uma cidade abastecida por energia solar. Em seus distritos centrais, 99% das famílias já usam aquecedores de água com energia solar;”
- ODS 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- “O número de refugiados registrados junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) era de 13 milhões em meados de 2014 (...);

- Corrupção, suborno, roubo e evasão de impostos custam cerca de 1,26 trilhão para os países em desenvolvimento por ano;
- A taxa de crianças que deixam a escola primária em países em conflito alcançou 50% em 2011, o que soma 28,5 milhões de crianças;”
- ODS 17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.
- “A Assistência Oficial ao Desenvolvimento (OAD) levantou aproximadamente 135 bilhões de dólares em 2014;
- Em 2014, 79% dos produtos de países em desenvolvimento entraram no mercado *duty-free* de países desenvolvidos;
- A dívida dos países em desenvolvimento continua estável, beirando 3% do rendimento de exportação;
- O número de usuários da internet na África quase dobrou nos últimos quatro anos;
- Em 2015, 95% da população mundial tem cobertura de sinal de celular;
- 30% da juventude mundial é de nativos digitais, ativos on-line por pelo menos cinco anos;.
- A população mundial apresentou aumento do uso da internet de 6% em 2000 para 43% em 2015;
- No entanto, mais de 4 bilhões de pessoas não usam internet, e 90% delas são de países em desenvolvimento.”

2 PROPONDO O ESTUDO SOBRE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA CIÊNCIA, ÉTICA, CULTURA, EDUCAÇÃO E ARTES DO VÍDEO SOBRE REFUGIADOS-IMIGRANTES EM TEMPOS DE PANDEMIA

Considerando que, desde março de 2020, o Brasil e o mundo vivem oficialmente sob ameaça de um vírus letal, a COVID-19 ou coronavírus, e atualizando a informação acerca dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), preconizados em junho de 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), em tempos de pandemia, o Secretário-geral António Guterres, em

evento virtual (NAÇÕES UNIDAS.ORG, 2020), alerta para a necessidade de união de lideranças mundiais, a fim de superar múltiplos desafios enfrentados pelos países, tais como: a pandemia do coronavírus, as mudanças no clima, a injustiça racial e o crescimento das desigualdades sociais. Ele defende o multilateralismo em rede, inclusivo e eficaz, no que se refere ao uso das novas Tecnologias da Informação e Comunicação, traça dois cenários possíveis após a pandemia. Por um lado, o cenário otimista remete ao mundo bem-sucedido, em que os países do hemisfério norte teriam êxito em sair da crise, países em desenvolvimento receberiam apoio contando com a força de sua jovem população, o acesso à vacinação para todos e a normalidade da economia dentro de dois ou três anos. Por outro lado, o cenário pessimista representa a coordenação falha entre estados, novos surtos do vírus, a crise nos países em desenvolvimento, demora nos resultados da pesquisa da vacina, que sofre forte concorrência, e acesso à vacinação priorizando países com maior poder econômico. Para ele, não é fácil saber o cenário em que nos encontramos e é preciso um esforço para a construção do melhor cenário, nos preparando ainda para o pior deles. Note-se que o Brasil atravessa um clima de instabilidade em termos de governança em setores importantes para a superação da pandemia, como a saúde e a educação.

A pandemia, por mais horrível que seja, é um alerta para que os líderes políticos entendam que é necessário mudar abordagens e que a desunião é um perigo para todos. A única maneira de enfrentar as fragilidades globais é através de mecanismos mais robustos de governança global e cooperação internacional. (...) Precisamos de um multilateralismo em rede, no qual as Nações Unidas e suas agências, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, organizações regionais, de comércio internacional e outras trabalhem de forma mais próxima e eficaz. É necessário um multilateralismo mais inclusivo. Os governos não são os únicos atores em termos de política e poder. Sociedade civil, empresas, autoridades locais, cidades e governos regionais assumem mais papéis de liderança no mundo atual. (...) Um novo multilateralismo em rede, inclusivo e eficaz, baseado nos valores da Carta das Nações Unidas, poderia fazer-nos despertar do sonambulismo e parar a derrocada em direção a um perigo ainda maior (NAÇÕES UNIDAS.ORG, 2020).

Trata-se da importância de uma união entre diferentes atores sociais em posições de sujeito-leitor, cidadão e consumidor no mundo vivido na/pela mídia (PAYER, 2005) em face da pandemia, ou seja, para os quais o lugar de fala, de pertencimento e de relações comerciais se concentra em rede, digital e virtualmente no tempo-espaço. É possível pensar que se trata também de uma

nova relação de poder-saber (FOUCAULT, 1979; 1996), na qual todos os países se deparam com fragilidades em termos sociais, econômicos, ambientais, de saúde, educacionais, dentre outras; e que parecem ser medidos em termos de fortalecimento de governança global e pela capacidade de dar força às instituições multilaterais, com base no presumido poder da solidariedade e da unidade entre os povos, propagado em campanhas de vídeos na internet ou televisão dos sites de instituições sociais, como o Ministério da Justiça em prol dos refugiados, no caso do Brasil, de ONGs ou organizações parceiras para georreferenciamento e proteção de refugiados da COVID-19 (Caritas Arquidiocesana de Manaus e ACNUR Brasil, sites do Ministério da Justiça e Facebook), e de empresas privadas de mídia sobre medidas de proteção a eles nesses tempos, como as emissoras de tv e mídia digital (Globo e outras). Mas as relações entre os povos são historicamente complexas e multifacetadas, configurando culturas híbridas ou de fronteiras, um processo de hibridização, interligando o poder étnico e o familiar ou as fronteiras entre o poder político e o econômico ou poderes oblíquos, para além dos grupos hegemônicos que subordinam arte e cultura ao mercado, disciplinam o trabalho e a vida cotidiana (CANCLINI, 1997).

Após breve busca na internet, em meados de 2020, observa-se que existem diversos grupos sobre refugiados e (i)migrantes em sites e no Facebook, como o “Migrações Transnacionais e Comunicação Intercultural – DIASPOTICS” (formado por pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ); “Brasil País de Imigração” (divulgado no Portal “O Estrangeiro.org” e vinculado ao grupo da UFRJ); “Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados – GAIRE” (extensão universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS); Salam Nuri (“Me Chamo Paz”, que é a proposta de um Bot para conversar sobre a temática) criado pela Agência da ONU para Refugiados – UNHCR / ACNUR; e outras Organizações Não Governamentais ou organizações sem fins lucrativos, tais como “Trabalho de Apoio e Assistência aos Refugiados Estrangeiros – TAARE”; “Estou Refugiado”; “Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados de Florianópolis – GAIRF”; “Copa dos Refugiados” (grupo para o evento esportivo anual em São Paulo, organizado por refugiados de diferentes países que vivem no Brasil); e tantos outros que estão se reconfigurando como “resistências” e “formas alternativas de organização social” em meio à pandemia. É possível estudar suas formas de linguagem verbal e não verbal ou de comunicação tradicional e digital que falam com / por eles, os quais não devem / não podem ser / estar desamparados nas ruas (assim como os trabalhadores informais brasileiros), nas instituições que os acolhem, buscando oferecer cursos para o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-BRAS), vagas de emprego e em escolas, assistência médica, apoio espiritual ou religioso, e demais direitos de justiça social, referidos na Constituição Federal do Brasil (SENADO, 1988), em termos de ética e cidadania – formas de “exercício dos direitos humanos de refugiados no Brasil”.

O artigo “Cotidiano escolar: uma questão de criatividade para o discurso pedagógico” (PEREIRA, 2015) traz uma reflexão acerca da escola que pode ajudar a pensar a análise sobre a necessidade de aprendizagem da língua portuguesa pelo refugiado-(i)migrante e que não deveria ser um espelho fixo de conteúdos dirigidos a uma sociedade ideal, cristalizada, previsível e longínqua, e, sim, uma janela aberta às mudanças vividas pela sociedade na sala de aula in loco e, perante o ensino remoto no contexto atual da pandemia, retomando e renovando criativamente as figuras de professor e aluno (motivação com criatividade, usando expressões dos estrangeiros, suas histórias, memórias em contextos interculturais, semelhanças e repetições versus diferenças no cotidiano da cultura brasileira), sujeito-objeto pesquisador e objeto-sujeito pesquisado, como é possível ocorrer no âmbito da pesquisa proposta com as campanhas sobre refugiado. Trata-se de um posicionamento em trânsito no processo educativo, de forma democrática e paradoxal ou sem continuidade aparente no seu tempo e espaço a construir.

O discurso, efeito de sentido entre locutores (PÊCHEUX, 1995; 1997), bem como a opacidade e incompletude da linguagem dos sujeitos e do texto da mídia (ORLANDI, 1984; 2009) podem ser estudados, portanto, na materialidade da “arte do vídeo” a selecionar e recortar em 2020, arte aqui referida à linguagem verbal e não verbal em campanhas que circulam na tv e na web, como desterritorialização dos processos simbólicos e expansão dos ditos gêneros impuros da cultura popular, urbana, híbrida, ou cuja linguagem é descontínua e ressignificada em teleparticipação na ausência da ocupação atual dos espaços públicos. O discurso como efeito e não posse do sentido ou a linguagem opaca e incompleta relacionam-se, assim, ao âmbito da “ciência” (das tecnologias da informação e comunicação quanto ao tema da pandemia na saúde que afeta o mundo inteiro), e às esferas da “ética” ou senso e consciência moral (ou vida intersubjetiva em relação aos outros que demanda ações humanitárias e globais) e da “cultura” como natureza adquirida ou como obras humanas expressas na civilização, ou seja, a relação entre os seres humanos, socialmente organizados no tempo e no espaço, com outros humanos e com a natureza que é o reino da repetição biológica. Considera-se que a cultura diz respeito ao reino da transformação racional, histórica, na relação temporal humana e no espaço, tal como a vivida em tempos de pandemia, de culturas digitais, de inovações dos jovens, um contexto precário que favorece a criação (CANCLINI, 1983; 1995; 1997).

Destacam-se o cibermarketing e a ciberpublicidade, com suas formas de expressão, como as estratégias home office nas instituições, delivery entre trabalhadores informais, lives, meets, webinars e tantas outras, entre pessoas e organizações, comerciais ou não. A transformação das análises da produção para o conhecimento abre assim novas oportunidades e segmentos de pesquisas e negócios, em detrimento das camadas menos favorecidas da população mundial e em especial dos refugiados (ODS 16), que têm manifestado dificuldade ou falta

de acessibilidade às novas Tecnologias de Informação e Comunicação, quanto pela necessidade de políticas públicas e de estudos aplicados como a presente proposta, que tratem de alternativas para assisti-los em suas demandas de “educação”, emprego, saúde, segurança, cidadania, enfim (ODS 1 e 4).

No artigo “O discurso da comunicação integrada verbal e não verbal em instituições de ensino do Rio de Janeiro: comprometimento do professor com o setor de educação técnica e superior evitando evasão e exclusão futuras” (PEREIRA, 2013) foram abordados os efeitos possíveis de um debate proveniente da troca de experiências entre alunos e colegas professores, parceiros nos projetos de pesquisa, comprometidos com a responsabilidade social pela excelência do ensino público e privado, de caráter ético e inclusivo, cujo gesto principal explicita a relação possível imagem / discurso, da ordem do político (histórico) e do ideológico (atualidade de um acontecimento que entra na ordem do discurso), ou seja, do que se deve / pode dizer / mostrar/ pensar/ fazer no Brasil e no mundo, entre outras possibilidades da linguagem verbal e não verbal a pesquisar, que podem ser retomados nessa proposta de estudo. Organizações e eventos das áreas de Comunicação e Linguagem têm se dedicado a essa temática, como ABRALIC, ALAIC, ANPOLL, COMPÓS, NECP, INTERCOM, SEAD, SIMELP, entre outros. A Comunicação e o Marketing digitais, megaeventos culturais (PEREIRA, 2016), bem como os Polos de Educação à Distância são impactados pelo isolamento social e pela criatividade nas formas de expressão em vídeos, por exemplo, enquanto empresários parecem pensar que o baixo custo no longo prazo com tecnologia trará a melhoria de vida do sujeito (ODS 5, 10 e 11), ou seja, a gestão da inovação como vantagem competitiva, a resiliência como a maior importância da flexibilidade, o mínimo investimento com qualificação em áreas não tecnológicas em face da eficiência operacional e da adaptabilidade em âmbito global, paralelamente à crescente demanda por qualificação profissional nas áreas de tecnologia da informação e comunicação, o maior acesso a recursos de mercado e tecnologia, preocupação com a questão ambiental global (ODS 11, 16 e 17), além da tendência de crescimento das pesquisas quanto ao mercado de consumo de massa em mídias digitais no país e no mundo, enfatizando a biocomunicação e a bioeconomia (PEREIRA, 2020), ou seja, o consumo consciente, a economia circular e a geração de renda sustentável. Tudo se passa como se no atual panorama mundial, com seus modelos de pensamento em Comunicação Social e no campo de Linguística, Letras e Artes, os paradigmas espaço-temporais vividos com a pandemia e as tendências humanas de comportamento e linguagem sejam reconfigurados inexoravelmente sob a égide digital, de forma que se torna cada vez mais tênue a presumida distância entre teoria e prática, mundo do trabalho, de aprendizagem, atendimento médico, consumo, familiar, dentre outros campos (PEREIRA, 2014).

Em “O sujeito refugiado-imigrante em campanhas digitais: a língua refugiada na pesquisa em comunicação no Brasil” (PEREIRA, 2018) tratou-se do que foi denominado de “língua refugiada no discurso publicitário brasileiro”, ou

seja, de signos verbais e não verbais sobre a apropriação de falas e cenas em depoimentos de imigrantes-refugiados nas campanhas das ONGs ACNUR, Caritas, e do Ministério da Justiça no Facebook noticiada em jornal digital (*O Globo*) como polêmica, dado o equívoco provocado pelo enunciado “Eu também sou imigrante” junto às imagens e aos depoimentos dos descendentes de escravos e de trabalhadores estrangeiros explorados como se não fossem forçosamente trazidos ao Brasil, ora pela escravidão na era colonial ora pela necessidade de sobrevivência após o período escravocrata e da Segunda Guerra Mundial.

Atualizando o tema, a língua dos refugiados ou “refugiada” nas campanhas sobre eles pode ser estudada, nos tempos de pandemia, sob o eixo teórico-metodológico da análise do discurso pecheutiana, que não ignora a materialidade histórica, linguística e subjetiva, composta por conceitos fundamentais à análise do discurso publicitário na comunicação (PEREIRA, 2008), ou seja, na ordem discursiva do que pode / deve ou não pode / não deve entrar na organização do discurso (FOUCAULT, 1996), se tornar o dizível / visível pela / na língua oficial do país que acolhe o outro imigrante-refugiado.

É nesse sentido que a análise do discurso sobre a comunicação linguística (SOUZA, 1994; 2016; 2017), com o verbal (a língua dominante portuguesa e outras línguas minoritárias ou dos refugiados no Brasil, no conflito entre língua de herança e plurilinguismo) e o não verbal (imagens, sons e gestos como traços culturais semelhantes e diferentes entre os povos em contato no país) em vídeos de campanhas sobre a relação humanitária de instituições sociais com refugiados durante a pandemia buscará encontrar pontos de “resistências” (falas, expressões, cenas, gestos, ações, entre outros) que podem ser relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a saber: ODS 1 (Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares), ODS 4 (Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos), ODS 5 (Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas), ODS 10 (Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles), ODS 11 (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis), ODS 16 (Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis) e ODS 17 (Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável).

No que concerne a “formas alternativas de organização social”, é possível estudar como as parcerias entre uma ONG cujo discurso é de proveniência religiosa, a Caritas, e outra vinculada ao discurso político, a ACNUR, para além das emissoras de televisão referidas, dentre outras formas de organização possível da sociedade civil e de governos estabelecidos (caso de campanhas do Ministério da Justiça no Facebook sobre a defesa dos refugiados e a pandemia), operam o “exercício dos direitos humanos de refugiados no Brasil” (comunidades ou redes

dos próprios refugiados), no campo da ética e, por exemplo, em direção do que foi chamado de novo multilateralismo em rede, inclusivo e eficaz, fundamentado em valores da Carta das Nações Unidas, em que prevaleceria a justiça social.

3 INDICANDO OBJETIVOS, JUSTIFICATIVA, RAZÕES DE ESTUDO, POTENCIAL DE INTERDISCIPLINARIDADE E METODOLOGIA

França, Alemanha, Suécia e Itália são os países europeus que mais recebem os refugiados e imigrantes, cerca de 15 refugiados por milhão de habitantes em 2016, conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020). No entanto, a aceitação do bloco europeu passa por impasses e, no Brasil, país considerado inclusivo e acolhedor de diversidades étnicas, religiosas, culturais, de gênero, entre outras, esses novos habitantes configuram 0,05% da população, sendo em sua maioria sírios, angolanos, colombianos, congolese e libaneses em 2017(IPEA, 2020).

Contudo, não foi encontrado um estudo que vise ao objetivo geral de estudar as dimensões visuais e midiáticas de identificação (contraidentificação e desidentificação ou deslizamentos de sentido) dos imigrantes e refugiados no Brasil, em termos de importância, originalidade e contribuições futuras. Os objetivos específicos consistiriam em “três procedimentos de suspeição da veracidade” das imagens (e falas) de vídeos (CHAMBAT-HOUILLON, 2009), nas campanhas publicitárias a analisar, a saber, os procedimentos de supor um arquivo audiovisual das campanhas como se fosse documento de uma realidade posta, de supor que seu conteúdo é sempre analógico, e de supor dúvidas e contradições ligadas à realidade a priori.

Assim, o primeiro objetivo específico da proposta seria analisar os vídeos das campanhas sob o princípio do “questionamento de imagens de arquivo como documento”. Um segundo objetivo específico é analisar a materialidade textual, da imagem e do som dos vídeos das campanhas ou de outros materiais referidos sobre os refugiados durante a pandemia, considerando a “suspeita sobre o conteúdo analógico mostrado”, além da “intertextualidade” cinematográfica com vídeos e filmes sobre eles vistos no Ocidente. E um terceiro objetivo específico é analisar o texto verbal (falas, músicas) e os signos não verbais (imagens, gestos) inferindo “dúvidas e contradições ligadas à realidade”, observando como a ligação causal de imagens nos vídeos das campanhas é uma construção espectral ou encadeamento ad hoc de imagens para o público, levado a transformar suposições interrogativas mediadas nos vídeos e na internet em articulações argumentativas afirmativas nos comentários de sites e redes. É possível investigar também a “paródia” sobre o aspecto polissêmico de imagens e polifônico de falas (em comentários de sites e redes sociais relacionados às campanhas referidas a seguir).

A pesquisa proposta contribui para o desenvolvimento do conhecimento científico, tecnológico e de inovação na Área de Ciências Sociais Aplicadas, subárea de Comunicação Social, por ser um estudo inaudito ou inédito sobre a materialidade linguística (texto/som verbal e imagem não verbal) de campanhas produzidas sobre refugiados e imigrantes, por ONGs, empresas de comunicação e governos, com base no pressuposto da Análise do Discurso Pecheutiana operando na intersecção de Linguística (língua e linguagem verbal e não verbal, em vídeos de campanhas sobre refugiados/imigrantes no Brasil), Psicanálise (discurso dos sujeitos refugiado, midiático e institucional) e História (construção social singular de acontecimentos, condições de existência e correlações a enunciados para o discurso midiático), sendo essa uma justificativa *sine qua non*.

Uma segunda justificativa é que o discurso (efeito de sentido de imagens e falas entre interlocutores) nas campanhas publicitárias, consciente ou inconscientemente, se expressa no texto ou ordem significativa verbal e essa intertextualidade para Kristeva (1974) é o operador da leitura textual em mosaicos de citações, absorção e transformação de outro texto (comentários, memes), na era dos streamings entre multitelas/públicos (as campanhas mencionadas nas linguagens singulares da televisão, redes sociais/internet e de smartphones, por exemplo).

Uma terceira e última justificativa de base é que a proposta se adequa à formação da autora em Comunicação e Linguagem; que, em 2018-2019, coordenou a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT/MCTIC/MEC/CNPq pela Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro, no curso técnico em Publicidade da Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch – ETEAB/FAETEC, cujo tema foi “Ciência para Redução das Desigualdades”, fundamentando a produtividade em docência, pesquisa e extensão no ensino médio-técnico (FAETEC) e no ensino superior em Comunicação Social da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO).

Os estudantes (de pré- iniciação científica Jovens Talentos FAPERJ/ ETEAB-FAETEC e do DGP CNPq/UNIVERSO) são diretamente afetados pelos conhecimentos adquiridos com tal análise. É possível associar a essas justificativas algumas hipóteses heurísticas do estudo.

A hipótese heurística central original é a de que é possível pensar em uma “língua refugiada”, ou seja, pela / na qual o sujeito imigrante / refugiado fala / diz / mostra e faz irromper sua cultura (expressões idiomáticas, chistes, atos falhos, usos singulares de objetos, entre outras formas de expressão), apesar de / mesmo incorporando-se à fala/representação (aprendendo a língua, sobre os costumes dos países de acolhimento) do outro que o recebe no Brasil.

A primeira hipótese heurística secundária é que se pode suspeitar que um arquivo audiovisual como as campanhas publicitárias propostas para análise torna-se um documento de memória (PÊCHEUX, 1988; CHAMBAT-HOUILLON, 2009) dos povos quando os signos verbais (textos, falas/sons) e não verbais (imagens, gestos) dos imigrantes / refugiados são interpelados de forma mais

ou menos cristalizada (quando há identificação do discurso, efeito de sentido de uma realidade como se fosse posta) entre o sujeito imigrante / refugiado e o outro estrangeiro do país acolhedor.

A segunda hipótese heurística secundária é que o conteúdo verbal (texto, fala, som) e não verbal (imagem, gesto) dos vídeos das mesmas campanhas pode ser menos uma analogia (CHAMBAT-HOUILLON, 2009) da cultura, a religião, as ideias e outras manifestações entre os povos imigrantes / refugiados e os estrangeiros no Brasil, correspondendo mais a uma contraidentificação (PÊCHEUX, 1995) entre ambos, que definem um povo pelo que o outro não é (como na relação entre significante / expressão e significado / conteúdo dos signos).

E a terceira e última hipótese heurística secundária é que as dúvidas e contradições (CHAMBAT-HOUILLON, 2009) entre o que fala e mostra o imigrante / refugiado para que o outro estrangeiro acolhedor (brasileiro) o “veja”, o “signifique”, constroem uma “realidade”, um contexto, a posteriori, oriundo do encontro entre esses sujeitos, com a amplitude da “intertextualidade” entre ambos (palavras, vestes, costumes, comportamentos e outras marcas de singularidade dos sujeitos) e que essa conexão produz muitas vezes desidentificação (PÊCHEUX, 1995) ou deslizamentos de um sentido próprio do imigrante / refugiado para o estrangeiro acolhedor no Brasil. Os valores culturais de joias, roupas, do gênero feminino e outros signos podem ser interpretados de formas diferentes pelos povos envolvidos nos vídeos das campanhas e no país estrangeiro inclusivo.

Trata-se de uma abordagem de questões de ciência e cultura, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, e Ciências Humanas, fundamentadas na pesquisa e discussão de forma integrada e interdisciplinar entre Comunicação Social, Teoria e Análise Linguística, Língua Portuguesa, Artes do Vídeo, Educação e Filosofia. É uma pesquisa junto a segmentos sociais representativos, como instituições nacionais e supranacionais governamentais (campanhas do Ministério da Justiça), não governamentais (Caritas, ACNUR da ONU para refugiados e grupos sobre o tema no Facebook) e empresas de mídia e comunicação (notícias referentes em jornais ou sites, como *O Globo*).

Pretende-se contribuir para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e cultura, pois se compreendem as tecnologias da informação e comunicação a serviço do exercício dos direitos humanos de refugiados no Brasil, em vídeos de campanhas. Além disso, abrange-se o uso social do conhecimento direcionado a grupos como os refugiados-(i)migrantes no Brasil, uma vez que enfrentam uma crise humanitária ainda mais agravada pela pandemia mundial, sendo uma escuta possível desses grupos muitas vezes sem voz nem vez na vida cotidiana do país.

Do ponto de vista interdisciplinar, compreendem-se questões de ciência e cultura, em Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, e Ciências Humanas, com base na investigação e no diálogo integrado e interdisciplinar entre Comunicação Social, Teoria e Análise Linguística, Língua Portuguesa,

Artes do Vídeo, Educação e Filosofia, como vem sendo argumentado (PEREIRA, 2018). O estudo relaciona-se à análise do discurso sobre ciência, ética, cultura, educação e artes do vídeo com resistências e formas alternativas de organização social na pandemia, com a possibilidade de integrar a formação da autora e coordenadora da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia pela FAETEC RJ fundamentando a produtividade em docência, pesquisa e extensão no ensino médio-técnico (FAETEC) e no ensino superior (UNIVERSO), no âmbito de Comunicação e Linguagem, afetando diretamente estudantes e docentes, dentre outros interessados. **Impactos científicos e sociais:** Em termos de impactos científicos, como resultados esperados, o referencial bibliográfico inicial e toda a produção científica decorrente pretendem ampliar questões do artigo “O Sujeito refugiado-imigrante em Campanhas Digitais: a Língua Refugiada na Pesquisa em Comunicação no Brasil” (2018), publicado pela autora na Revista *Comunicación/TEC/ECL*, além de outros trabalhos desenvolvidos (2008; 2014; 2016). Isso porque pretende-se um constructo de conhecimento para os alunos do Projeto Jovens Talentos da FAPERJ e do Diretório dos Grupos de Pesquisa CNPq, no Laboratório de Comunicação e Marketing Digital NeoAB, da Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch – ETEAB-FAETEC, onde a autora é coordenadora e líder, repercutindo ainda no desempenho em docência, pesquisa e extensão na Universidade Salgado de Oliveira-UNIVERSO e / ou em outras instituições colaboradoras.

No que concerne aos impactos sociais, visa-se ao uso social do conhecimento adquirido, dirigido a grupos sociais como os refugiados-(i)migrantes no Brasil, para enfrentamento da crise humanitária que os afeta e é acirrada pela pandemia global, constituindo uma forma de estudo (comunicação científica) possível e inclusiva desses grupos, em muitos casos alijados do processo de cidadania no país (ao estudar suas resistências e formas alternativas de organização social na pandemia, nas campanhas sobre eles e nos grupos em rede social que eles integram), e sendo a pesquisa universitária, por fim, um gesto de interpretação (de seus lugares de fala e vida cultural em sua singularidade, na sua linguagem verbal e não verbal, pela fala, gestos, objetos que portam, cores usadas, palavras ditas e não ditas, silêncio, interdiscurso e outros conceitos operatórios), discursos ou efeitos de sentido impossíveis de serem ditos / mostrados antes de se tornarem um objeto de estudo reconhecido.

Para a melhor obtenção dos resultados do estudo, propôs-se a metodologia de análise discursiva de vídeos das campanhas sobre refugiados no Brasil, disponível em acervo pessoal e na internet, por exemplo.

A pesquisa bibliográfica em Comunicação e Linguagem documental (vídeos das campanhas mencionadas do MJ, ONGs, Tv e entidade religiosa sobre refugiados-imigrantes, entre 2015 e 2020) e a pesquisa explicativa de registro, análise e interpretação de dados acerca da produção da subjetividade da forma histórica refugiado-imigrante em face da crise migratória humanitária contemporânea, durante a pandemia, são procedimentos para coleta de

informação. Trata-se de uma pesquisa básica estratégica, ou seja, para o aprofundamento, produção e divulgação de conhecimento científico útil, para compartilhamento no meio acadêmico, no ensino médio-técnico e superior em Comunicação Social ou onde a autora é solicitada. Não se trata aqui do uso de métodos de pesquisa quali-quantitativos que exijam entrevista e estudos com pessoas ou permissões de comissão de ética nesse sentido.

4 TRAZENDO CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Os vídeos das campanhas citadas são descritos / transcritos (frames e falas) e interpretados / inferidos, com base nos conceitos operacionais da Análise do Discurso em Comunicação (discurso como efeito de sentido, identificação / contraidentificação / desidentificação, entre outros a mobilizar ao longo do estudo), para testar a hipótese heurística central bem como para testar as demais hipóteses heurísticas secundárias (análise crítica discursiva sobre o verbal / texto / fala / som e o não verbal / imagem / gesto nas campanhas a analisar, no que se refere ao conceito de arquivo como documento, ao conteúdo analógico, e a dúvidas e contradições ligadas à realidade preestabelecida ou sentidos preconcebidos).

No que se refere à análise da materialidade linguística verbal (texto, som), para melhor obtenção dos resultados do estudo segue-se a metodologia da interpretação com base na análise discursiva de vídeos das campanhas publicitárias citadas sobre refugiados no Brasil, disponíveis em acervo pessoal e na internet. Quanto à análise no âmbito visual não verbal das campanhas, recortam-se imagens e falas de pessoas “refugiadas” no Brasil ou que se deslocam por força de efeitos (guerra, política, religião), em vista de sentidos a inferir da análise.

Até o presente, como resultados esperados dos produtos (publicações e apresentações de estudos), questionam-se imagens e falas de refugiados em vídeos de campanhas e quais sentidos se inferem para o refugiado-imigrante no Brasil, em face do imaginário construído na relação entre sujeitos e mídias.

NOTAS

¹ O presente artigo integra uma pesquisa iniciada em 2016 e desenvolvida pela autora acerca da forma-sujeito-histórica do refugiado-imigrante e do que denomina de língua refugiada, ou seja, o que ele diz/mostra ao dizer/ser, para além do dito/mostrado no texto e na imagem da mídia como o estranho/estrangeiro, o que foge/refugiado (PEREIRA, 2018). Foi apresentado parcialmente no GT Historiografia da Mídia, integrante do VI Encontro Regional Sudeste de História da Mídia – ALCAR Sudeste, de 19 a 20 de novembro de 2020 – organizado por professores e alunos do Curso de Comunicação Social da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Niterói, Rio de Janeiro, em parceria com a ALCAR/UFRGS.

REFERÊNCIAS

ACNUR.ORG. **Organizações parceiras**. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/acnur-no-brasil/organizacoes-parceiras/>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

CANCLINI, N. G. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

CHAMBAT-HOUILLO, M-F. Um falso na televisão? Da mentira à fraude: o exemplo do documentário Opération Lune, in **Televisão e Realidade**, Edufba, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1048/1/Televis%C3%A3o%20e%20Realidade.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

_____. Culturas híbridas, poderes oblíquos. In: _____. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, p.283-350, 1997.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/participacao/noticiasmidia/1621-aumento-numero-refugiados-brasil>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

KRISTEVA, J. **Introdução à semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

NAÇÕES UNIDAS.ORG. Artigo: Um alerta global. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-um-alerta-global/amp/>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

_____. (2015). Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da O GLOBO E FACEBOOK (2015). A imigração está no nosso sangue e Eu também sou imigrante. Ministério da Justiça. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/campanha-dogoverno-contra-xenofobia-gera-revolta-nasredes-17772496>><https://www.facebook.com/hashtag/eutambemsouimigrante?source=feed_text&story_id=644996318976282>. Acesso em: 6 de julho de 2020.

ONU. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-ONU/>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

ORLANDI, E. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PAYER, M. O. Linguagem e sociedade contemporânea: sujeito, mídia, mercado. **RUA**, v. 11 (1), p. 9-25, 2015.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1997.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.

PEREIRA, R. da C. Biocommunication and Bioeconomy in Rio de Janeiro. **Arabic Language, Literature & Culture**, v. 5, n. 2, p. 9-13, 2020. Disponível em: <<http://www.sciencepublishinggroup.com/journal/paperinfo?journalid=199&doi=10.11648/j.allc.20200502.11>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

_____. Cybermarketing e Ciberpublicidade: propriedade intelectual, modelos de desenvolvimento produtivo, e pesquisa em marketing e sistemas de informação. **Revista Eletrônica Mutações – RELEM**, v. 5, n. 8, 15 pp., 2014. Acesso em: <<http://www.periodicos.ufam.edu.br/relem/article/view/574>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

_____. Cotidiano escolar: uma questão de criatividade para o discurso pedagógico. **Revista Educação Pública**. CECIERJ. FAPERJ. Publicado em 28 de abril de 2015. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/15/8/cotidiano-escolar-uma-questo-de-criatividade-para-o-discurso-pedagogico>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

_____. Discurso e publicidade: dos processos de identificação e alteridade pela propaganda brasileira. **Tese de Doutorado** (UFF, 2005), Niterói: EDUFF (Livro, 2008), 2008.

_____. O discurso da comunicação integrada verbal e não verbal em instituições de ensino do Rio de Janeiro: comprometimento do professor com o setor de educação técnica e superior evitando evasão e exclusão futuras. **Revista Educação Pública**. CECIERJ. FAPERJ. Publicado em 16 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0383.html>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

_____. O Sujeito refugiado-imigrante em Campanhas Digitais: a Língua Refugiada na Pesquisa em Comunicação no Brasil. **Revista Comunicación**. Instituto Tecnológico de Costa Rica. Ano 39, v. 27, número 2, Julho-Dezembro, 2018a. Disponível em: <https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1659-38202018000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 6 jul. 2020.

_____. Theories of Learning and Evaluation Processes for the Social Communication. **Journal of Scientific Research & Reports**, v. 20, n. 5, p. 1-13, 2018b. Disponível em: <<https://www.journaljsrr.com/index.php/JSRR/article/view/21896>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

_____. Uma análise do discurso sobre megaeventos e consumo: meu Caprichoso e Garantido, meu Brasil no Planeta. **Policromias**: Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som. UFRJ: Revistas UFRJ, junho / 2016, v. 1, n. 1, 27 pp., 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/4095/3063>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

SOUZA, T. C. C.; MOURA, J. R. F. Comunicação 14: Refugiados e línguas de herança: plurilinguismo e política de línguas. **VI Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa - VISIMELP** - Simpósio 19 - Língua de herança e línguas em contato: pesquisando o convívio entre as línguas minoritárias e língua dominante. Santarém, Portugal, 2017.

SOUZA, T. C. C. **Discurso e imagem**, texto apostila utilizado no curso “Análise dos sistemas visuais”, do Instituto de Arte e Comunicação Social, da Universidade Federal Fluminense IACS / UFF, 1994.

SOUZA, T. C. C. Línguas indígenas: memória, arquivo e oralidade. **Policromias**: Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som. UFRJ: Revistas UFRJ, junho / 2016, v. 1, n. 2, 20 pp., 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/7710/6228>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

RESUMO

A crise migratória contemporânea acirrada pela pandemia é uma crise humanitária e o (i) migrante-refugiado pode ser pensado pelo público tanto como identificado ao humano viajante quanto contraidentificado a um estranho fugitivo e seu sentido também pode deslizar para outros desidentificados aos anteriores, que resgatem a ideia de valor humano, na perspectiva ética, para além do estrangeiro supostamente ameaçador na concepção de humanidade construída socialmente como padrão global, afirmando-o como sujeito cidadão, mediado e do mercado consumidor capitalista na sociedade de informação. Objetiva-se propor uma análise discursiva crítica acerca de campanhas digitais sobre refugiados no Brasil. Por meio de estudo sobre a “língua refugiada” – da linguagem verbal e não verbal dos sujeitos em vídeos e notícias, antes que a narratividade oficial, marcada na forma-sujeito histórica do (i) migrante-refugiado – será empreendida a análise de materiais de acervo pessoal, audiovisuais e virtuais, com base na pesquisa bibliográfica, na pesquisa explicativa de registro, análise e interpretação de dados, por observação não participante, quanto à produção da subjetividade do sujeito refugiado, em face da crise migratória humanitária durante a pandemia, que afeta o acesso à educação, cultura, emprego e outros. Considera-se que as tecnologias da informação e comunicação, ora imaginadas como meios digitais contendo campanhas sobre os refugiados no país, ou que a ciência social da comunicação aplicada às artes do vídeo, tornam visível / dizem / mostram o exercício dos direitos humanos desses sujeitos, expressando seus pontos de resistências e formas alternativas de organização social nos grupos em rede frente aos discursos oficiais na mídia, no contexto da pandemia.

Palavras-chave: campanhas digitais; discurso; pandemia.

ABSTRACT

The contemporary migration crisis intensified by the pandemic is a humanitarian crisis and the (i)migrant-refugee can be thought by the public both as identified to the traveling human and counter-identified to a strange fugitive and its meaning can also slip into others unidentified to the previous ones, that rescue the idea of human value, from the ethical perspective, beyond the supposedly threatening alien in the conception of socially constructed humanity as a global standard, affirming it as a citizen subject, mediated and the capitalist consumer market in the information society. The objective is to propose a critical discursive analysis about digital campaigns about refugees in Brazil. Through a study on the “refugee language” – the verbal and nonverbal language of the subjects in videos and news, before the official narrativity, marked in the historical form-subject of the (i)migrant-refugee – will be undertaken the analysis of materials from personal, audiovisual and virtual collections, based on bibliographic research, explanatory research of registration, analysis and interpretation of data, by non-participant observation, regarding the production of subject-refugee subject subjectivity, in the face of the humanitarian migration crisis during the pandemic, which affects access to education, culture, employment and others. It is considered that information and communication technologies, sometimes imagined as digital means containing campaigns on refugees in the country, or that the social science of communication applied to the video arts, make visible / say / show the exercise of human rights of these subjects, expressing their points of resistance and alternative forms of social organization in the network groups in front of official discourses in the media, in the context of the pandemic.

Keywords: digital campaigns; discourse; Pandemic.

APÊNDICE

Tabela 1 – Portarias publicadas pelo governo brasileiro sobre restrições excepcionais e temporárias de entrada no país de imigrantes, 2020 - 2021

Portaria	Ementa	Data de Publicação no DOU	Vigência	Prazo
Portaria 120/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	18/03/2020	Perdeu a validade	-
Portaria 125/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	19/03/2020	Perdeu a validade	-
Portaria 126/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	19/03/2020	Revogada pela Portaria 133/2020	-
Portaria 132/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País, por via terrestre, de estrangeiros provenientes da República Oriental do Uruguai, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	22/03/2020	Revogada pela Portaria 204/2020	-

Portaria	Ementa	Data de Publicação no DOU	Vigência	Prazo
Portaria 133/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	23/03/2020	Revogada pela Portaria 152/2020	-
Portaria 47/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros por transporte aquaviário, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	26/03/2020	Revogada pela Portaria 201/2020	-
Portaria 149/2020	Dispõe sobre restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	26/03/2020	Revogada pela Portaria 152/2020	-
Portaria 152/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	27/03/2020	Revogada pela Portaria 203/2020	-
Portaria 158/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	31/03/2020	Revogada pela Portaria 204/2020	-
Portaria 8/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	02/04/2020	Revogada pela Portaria 204/2020	-

Portaria	Ementa	Data de Publicação no DOU	Vigência	Prazo
Portaria 195/2020	Prorroga a restrição excepcional e temporária de entrada no País, por via terrestre, de estrangeiros provenientes da República Oriental do Uruguai.	20/04/2020	Revogada pela Portaria 204/2020	-
Portaria 201/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, por transporte aquaviário, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	24/04/2020	Revogada pela Portaria 255/2020	-
Portaria 203/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, por via aérea, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	28/04/2020	Revogada pela Portaria 255/2020	-
Portaria 204/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, por via terrestre, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	29/04/2020	Revogada pela Portaria 255/2020	-
Portaria 255/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	22/05/2020	Revogada pela Portaria 340/2020	-
Portaria 319/2020	Prorroga, pelo prazo de quinze dias, a restrição excepcional e temporária de entrada no País, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 2º da Portaria Interministerial nº 255, de 22 de maio de 2020	20/06/2020	Revogada pela Portaria 340/2020	-

Portaria	Ementa	Data de Publicação no DOU	Vigência	Prazo
Portaria 340/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	30/06/2020	Revogada pela Portaria 1/2020	-
Portaria 1/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	29/07/2020	Revogada pela Portaria 419/2020	-
Portaria 419/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	26/08/2020	Revogada pela Portaria 456/2020	-
Portaria 456/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	24/09/2020	Revogada pela Portaria 470/2020	-
Portaria 470/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	05/10/2020	Revogada pela Portaria 478/2020	-
Portaria 478/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	14/10/2020	Revogada pela Portaria 518/2020	-

Portaria	Ementa	Data de Publicação no DOU	Vigência	Prazo
Portaria 518/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	12/11/2020	Revogada pela Portaria 615/2020	-
Portaria 615/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	11/12/2020	Revogada pela Portaria 630/2020	-
Portaria 630/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	17/12/2020	Revogada pela Portaria 648/2020	-
Portaria 648/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	23/12/2020	Revogada pela Portaria 651/2021	-
Portaria 651/2021	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	08/01/2021	Revogada pela Portaria 652/2021	-
Portaria 652/2021	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	25/01/2021	Revogada pela Portaria 653/2021	-

Portaria	Ementa	Data de Publicação no DOU	Vigência	Prazo
Portaria 653/2021	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	14/05/2021	Revogada pela Portaria 654/2021	-
Portaria 654/2021	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	28/05/2021	Revogada pela Portaria 655/2021	-
Portaria 655/2021	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	23/06/2021	Revogada pela Portaria 657/2021	-
Portaria 657/2021	Dispõe sobre medidas excepcionais e temporárias para entrada no País, nos termos da Lei nº 13.979, de 2020, e suas alterações.	02/10/2021	Revogada pela Portaria 658/2021	-
Portaria 658/2021	Dispõe sobre medidas excepcionais e temporárias para entrada no País, nos termos da Lei nº 13.979, de 2020.	05/10/2021	vigente	-

Fonte: Elaboração de Letícia Carvalho (CEM/MISSÃO PAZ, 2021)

TRAVESSIA agora também ONLINE

Um acervo sem data de vencimento

Já são mais de 80 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

Valor da assinatura

(3 números por ano)

Nacional

- por 1 ano.....R\$ 20,00
- por 2 anos.....R\$ 35,00
- por 3 anos.....R\$ 45,00

Exterior

- por 1 ano.....U\$ 20,00
- por 2 anos.....U\$ 35,00

Forma de pagamento

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do e-mail

cem@missaonspaz.org ou através

do novo portal acesse os últimos números

da revista **TRAVESSIA**

www.revistatravessia.com.br

Acesse também o nosso Facebook:

Revista Travessia - Revista do Migrante

www.missaonspaz.org

Vol. 29, N° 62 – Agosto – 2021

REMHU

Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana

ISSN: 1980-8585

Perspectivas diaspóricas



CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

SUMÁRIO

Editorial

Perspectivas diaspóricas: memórias, encontros e resistências

Roberto Marinucci; Maria do Carmo dos Santos Gonçalves

Dossiê

Venezolanos en Argentina, Estados Unidos y Portugal: una diáspora en construcción

Beatriz Padilla, Magdalena López

A diáspora lusitana contemporânea. Associações e outras redes sociais na emigração portuguesa

José Carlos Marques, Pedro Góis

Delayed Return: Consolidation of the Zimbabwean Diaspora and Transnationalism

Rose Jaji

L’arte nella costruzione della memoria collettiva colombiana: l’apporto della diaspora in Europa

Alessandra Ciurlo

“Lugares de ressonância” e a produção de uma diáspora musical senegalesa no sul do Brasil

Kelvin Venturin, Maria Elizabeth Lucas

Livros migrantes – uma geografia literária do livro yiddish no Brasil

Henri Acselrad

Artigos

Inserção no mercado de trabalho de migrantes venezuelanos profissionais no norte do Chile: precariedade e discriminação à luz da política de migrações

José Berríos-Riquelme

“Andando pelos sertões”: intenções de mobilidade em áreas urbanas diante das secas no Seridó potiguar

Isac Alves Correia

Imigração e periferias urbanas: experiências haitianas em São Paulo

Erika Andrea Butikofer, Eliane Alves da Silva

Migrações e mídia durante a pandemia de COVID-19: uma análise de notícias publicadas no jornal Folha de São Paulo

Julia Alves Brasil

Los flujos extraregionales en tránsito por centroamérica: una revisión de literatura y miradas futuras para comprender un complejo fenómeno migratorio

Juan Carlos Méndez Barquero

Uma família de mulheres imigrantes italianas na Grande Buenos Aires (ca. 1950)

Denise Rocio Ganza

Relatos e Reflexões

O tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano em Moçambique: um olhar a partir de 3 estudos realizados pela CEMIRDE

Marinês Biasibetti

Resenhas

Estrangeiros Residentes: Uma filosofia da migração, por Di Cesare, Donatella

Otávio Ávila

NORMAS DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA TRAVESSIA

A Revista Travessia publica: dossiês, artigos originais, notas de pesquisa, entrevistas, resenhas, relatos, poemas, contos. Os textos podem ser em: português, espanhol, inglês, francês, etc.

ARTIGOS - Até 20 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

NOTAS DE PESQUISA – Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

RELATOS – Até 7 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

ENTREVISTAS - Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

RESENHAS – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

CONTOS – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas – 1,2, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

Obs. Os textos podem conter imagens, preferencialmente em alta resolução

REFERÊNCIAS

A Revista Travessia adota a NBR 6023/2002 da ABNT como norma para referência de documentos em textos acadêmicos. Procurando facilitar o trabalho dos autores de Travessia, apresentamos, abaixo, uma síntese da NBR 6023/2002 tomando como base o seu documento original e ainda o compêndio elaborado por Luciana Pizzani e Rosemary Cristina da Silva (2016). A síntese que se segue não dispensa consulta ao documento (NBR 6023/2002) original e integral da ABNT.

Existem vários meios de informação que podem ser referenciados:

Livros, Dissertações e Teses, Folhetos, Revistas ou Periódicos, Relatórios, Manuais, Eventos, Mídias, Documentos eletrônicos, Discos e Fitav, Filmes, Fotografias etc.

ALINHAMENTO - A lista final deve ser alinhada à margem esquerda do texto

NOTAS DE RODAPÉ - Em formato numérico, ao final do texto

HAVENDO DUAS OU MAIS REFERÊNCIAS DE UMA MESMA AU-

TORIA, OBSERVE-SE: a) um só autor: PIZZANI, L.

b) mesmo autor e outro: PIZZANI, L.; SILVA, R.C.

c) mesmo autor e outros: PIZZANI, L. et al.

REFERÊNCIA DE LIVROS/OBRA TRADUZIDA/SÉRIE

Autor, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora e data de publicação.

AUGÉ, M. **Não lugares**. Campinas: Papyrus, 2006.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Tradução Vera da Costa e Silva.

3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 116p. (Coleção primeiros passos, 20).

CAPÍTULO DE LIVRO

Autor, título da parte, subtítulo (se houver), seguidos da expressão "In:" e da referência completa da publicação, número de páginas ou volume.

ROMANO, G. **Imagens da juventude na era moderna**. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Orgs.). História dos jovens 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.7-16.

AUTOR DO CAPÍTULO É O MESMO AUTOR DO LIVRO

SANTOS, R.F. A colonização da terra do Tucujús. In: _____ . **História do Amapá, 1º grau**.

2.ed. Macapá: Valcan, 1994. cap.3, p.15-24.

LIVRO DISPONÍVEL NA INTERNET

JUNQUEIRA, L.C.U. **Histologia básica**. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. Disponível em: <<http://www.>>. Acesso em: 30 set. 2007.

ARTIGO DE PERIÓDICO – revista, boletim etc. *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação.* Exemplos: DORNELAS, S.M. Entre a Igreja do Brasil e da França: Uma experiência com os portugueses em Paris. **Travessia** – revista do Migrante, São Paulo, ano XXII, n. 65, p. 13-32, set-dez. 2009.

ARTIGO EM PERIÓDICO – revista, boletim etc. disponível em meio eletrônico *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação, informações pertinentes ao suporte eletrônico.*

BASSO, N.A.S. et al. Insulinoterapia, controle glicêmico materno e prognóstico perinatal: diferença entre o diabetes gestacional e clínico. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v.29, n.5, p.253-259, maio 2007. Disponível em: <http://www.____>. Acesso em: 16 jan. 2004.

ARTIGO DE JORNAL: *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente.*

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13.

ARTIGO DE JORNAL disponível em meio eletrônico

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13. Disponível em: <http://www.____>. Acesso em: 20 fev. 2004.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES

SILVA, C. F. da. **Das calçadas às galerias:** mercados populares do centro de São Paulo. 2014. 176p. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 2014.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES disponíveis em meio eletrônico RODRIGUES, M.A.Q. **Bandagem ajustável do tronco pulmonar:** comparação de dois métodos de hipertrofia aguda do ventrículo subpulmonar. 2006. 85p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5156/tde-06112006-130715/>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

EVENTO CIENTÍFICO: *Autor, título do trabalho apresentado, subtítulo (se houver), seguido da expressão "In:", nome do evento, numeração (se houver), ano e local de realização, título da publicação, subtítulo (se houver), local de publicação, editora, data de publicação, página inicial e final da parte referenciada, elementos pertinentes a parte referenciada.*

– Quando disponível em meio eletrônico, acrescentar: “Disponível em....”, como no exemplo abaixo.

BENGTSSON, S.; SOLLEIM, B.G. Enforcement of data protection, privacy and security in medical informatics. In: WORLD CONGRESS ON MEDICAL INFORMATICS, 7., 1992, Geneva.

Proceedings... Amsterdam: North Holland, 1992. p.1561-1565. Disponível em: <http://www._____>. Acesso em: 21 jan. 2004.

DOCUMENTO JURÍDICO

Jurisdição (ou cabeçalho da entidade, no caso de se tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação. No caso de Constituições e suas emendas, entre o nome da jurisdição e o título, acrescenta-se a palavra Constituição, seguida do ano de promulgação entre parênteses.

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p.29514.

BRASIL. **Código Civil**. 46.ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex: legislação federal e marginalia**, São Paulo, v.59, p.1966, out./dez. 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1993. 35p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades**. Brasília, DF, 1993. 28p.

IMAGEM EM MOVIMENTO - Inclui filmes, videocassetes, DVD, entre outros

Título, diretor, produtor, local, produtora, data e especificação do suporte em unidades físicas.

ADEUS, Lenin! Dir. Wolfgang Becker. Alemanha: Prod. X Filme Creative Pool; WDR (Cologne); Arte France Cinéma, 2003. 1 DVD

DOCUMENTO ICONOGRÁFICO -

Inclui pintura, gravura, ilustração, fotografia, desenho técnico, diapositivo, diafilme, material estereográfico, transparência, cartaz, entre outros.

Autor, título, data e especificação do suporte.

KOBAYASHI, K. **Doença dos xavantes**. 1980. 1 fotografia.

O QUE acreditar em relação à maconha. São Paulo: CERAVI, 1985. 22 transparências.

MATTOS, M.D. **Paisagem-Quatro Barras**. 1987. 1 original de arte, óleo sobre tela, 40cm x 50cm. Coleção particular.

DOCUMENTO CARTOGRÁFICO - Inclui atlas, mapa, globo, fotografia aérea etc.

Autor(es), título, local, editora, data de publicação, designação específica e escala.

ATLAS Mirador Internacional. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil, 1981. 1 atlas. Escalas variam.

BRASIL e parte da América do Sul: mapa político, escolar, rodoviário, turístico e regional. São Paulo: Michalany, 1981. 1 mapa, color., 79 cm x 95 cm. Escala 1:600.000

BÍBLIAS

BÍBLIA. Língua. Título da obra. Tradução ou versão. Local: Editora, Data de publicação. Total de páginas.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecu-
mênica.

PARTES DA BÍBLIA: *Quando se tratar de partes da Bíblia, inclui-se o título da parte antes da indicação do idioma e menciona-se a localização da parte (capítulo ou versículo) no final.*

BÍBLIA, N.T. João. Português. **Bíblia sagrada**. Versão de Antonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. Das Américas, 1950. cap.12, vers.11.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MENOR OU IGUAL A 3 LINHAS

As citações diretas, menores ou iguais ao limite de 3 linhas devem ser feitas de acordo com as seguintes especificações: “Sendo necessário citar trecho de obra, sem ultrapassar o limite de três linhas, deve-se fazer a citação no corpo do próprio texto, mantendo o espaçamento

adotado, o tamanho de fonte 12, sem itálico, iniciando e terminando com aspas” (SOUZA, 2005, p. 18). Esta regra também confere com a ABNT 6023/2002.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MAIOR QUE 3 LINHAS

As citações maiores devem ser feitas seguindo as seguintes especificações:

Quando necessário citar trecho de obra ou transcrever a opinião de determinado autor ou ainda acórdão, ementa, lei, ultrapassando três linhas, deve-se recuar 4 centímetros à direita com os seguintes cuidados: espaço simples, fonte 10, sem itálico, iniciando e terminando sem aspas. Após, entre parênteses, constar a fonte, com o sobrenome do autor em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a página. (SOBRENOME, 2003, p. 10).

O sobrenome do autor, quando colocado entre parênteses, deve ser grafado em maiúsculas.

PARA REFERÊNCIA DE OUTROS DOCUMENTOS NÃO PRESENTES NESTA SÍNTESE, confira: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

Disponível também em: <<https://www.ict.unesp.br/Home/biblioteca/6023referenciaeelaborao.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. **ABNT 6023 Elaboração de Referências**. 87p. Botucatu-SP: UNESP, 2016. Disponível em:

<http://www.biblioteca.btu.unesp.br/Home/Referencias/LuABNT_6023.pdf>.

Acesso em: 02 mar. 2018.

Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de trinta anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que cantante: **Os migrantes**

Politicamente..... || ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;

Culturalmente..... || alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;

Economicamente.. || são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;

Teoricamente..... || abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos

da sua produção literária

da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,
na gíngua da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonhos da poesia.*

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.revistatravessia.com.br

www.missaonspaz.org

Sumário

DOSSIÊ IDENTIDADES 'MIGRANTES' E METAMORFOSES NO CONTEXTO DA PANDEMIA

APRESENTAÇÃO

*Diane Portuguese; Suélen Cristina de Miranda; Cecília Pescatore Alves;
Márcia Maria Cabreira Monteiro de Souza; Sergio Ricciuto Conte; José Carlos A. Pereira*

Entre fronteiras nacionais e sexuais: narrativas de venezuelanos "gays" em Boa Vista, Roraima
Caobe Lucas Rodrigues de Sousa; Márcia Maria de Oliveira

Comunidades religiosas e redes migratórias: o caso dos haitianos no Brasil
Bernadete Alves de Medeiros Marcelino

Refazer-se: ser migrante em tempos de pandemia
Darci Donizetti da Silva

RELATOS

'Saudade de Minha Terra' – Relato de interações com migrantes em UTI hospitalar durante
a pandemia de Covid-19
Ludmila Montandon Piros; Luciane de Andrade Barreto

A melhor comida do mundo
Thaís Junqueira Franco

CRÔNICA

¿Qué tienen que ver Belchior y Emicida con nuestra salida a dar una vuelta? crónica de la
atención con un migrante durante la pandemia
Priscila Caitano de Santana

CONTO

Acontece que era 2020
Vivian Valentim de Souza

ARTIGOS

Filipinas em São Paulo: migração de mulheres e trabalho doméstico no Sul global
Ester G. Martins

O processo migratório de mulheres angolanas grávidas e/ou com filhos para São Paulo (2013 a 2018)
Dirce Trevisi Prado Novaes

Territorialização da bolivianidade: imigração na região metropolitana de Belo Horizonte-Minas Gerais
Juliana Carvalho Ribeiro

Exclusão do refúgio na caravana centro-americana - 2018
*Beatriz de Barros Souza; Brunela Vieira de Vincenzi; Igor Pereira do Rosário Guimarães;
Isabel Caetano Valotto; Mariana Cardoni Bernardino Alves*

As tecnologias da informação e comunicação a serviço do exercício dos direitos humanos de refugiados
em campanhas digitais: uma proposta de análise do discurso sobre ciência, ética, cultura, educação e
artes do vídeo, com resistências e formas alternativas de organização social na pandemia
Rosane da Conceição Pereira

travessia@missaonspaz.org
www.revistatravessia.com.br
www.missaonspaz.org

ISSN 0103-5576



0103-5576

TRAVESSIA ONLINE
ISSN 2594-7869